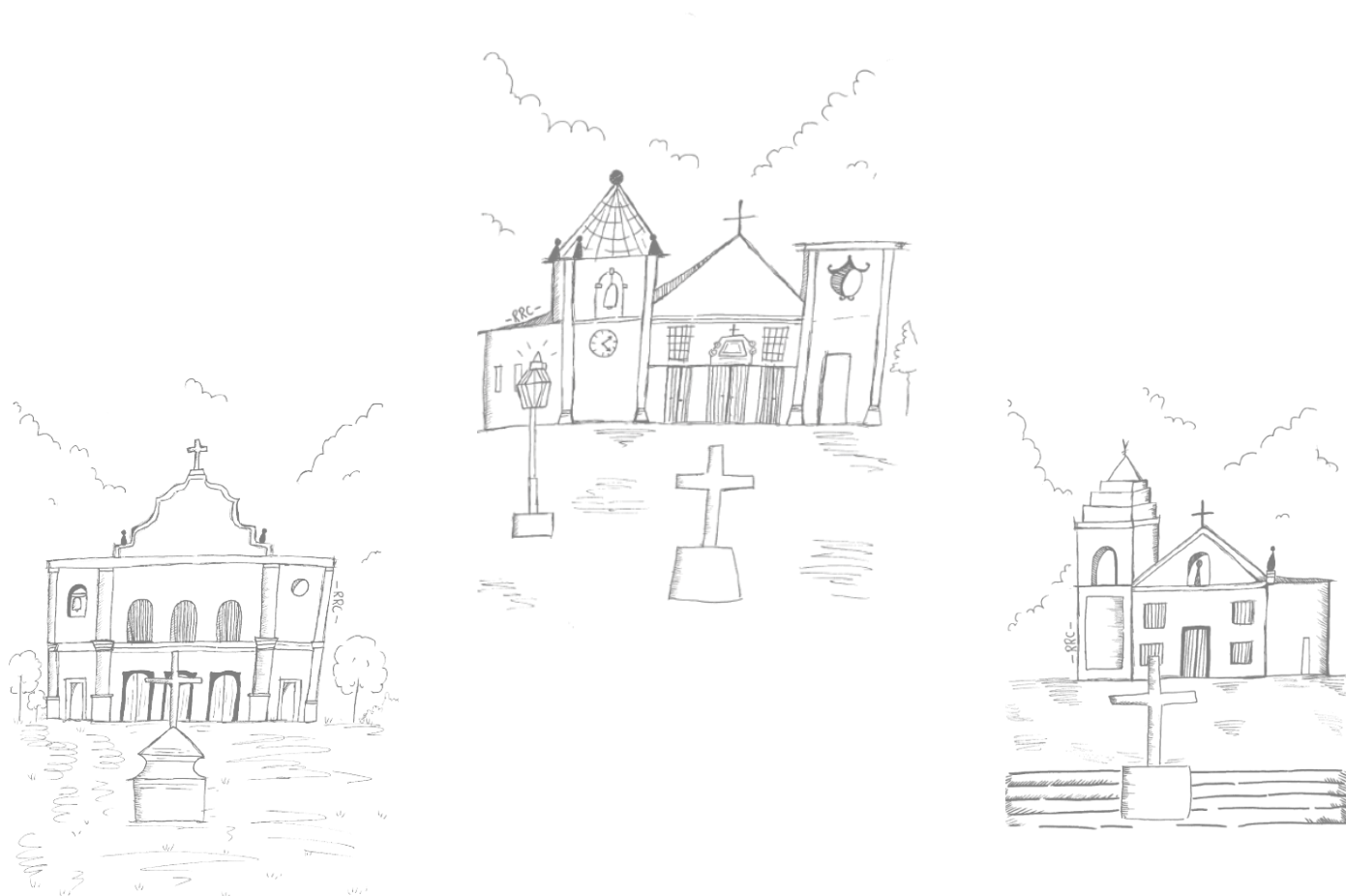


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ARIANE DOS SANTOS LIMA

A CAPITAL DA FÉ E OS MOMENTOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM OEIRAS - PI



ARIANE DOS SANTOS LIMA

A CAPITAL DA FÉ E OS MOMENTOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM OEIRAS - PI

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutra em História.

Área de Concentração: História

Linha de Pesquisa: Cultura e Representações

Orientação: Profº Dr Alessandro Mário Kerber

PORTO ALEGRE  
2022

ARIANE DOS SANTOS LIMA

A CAPITAL DA FÉ E OS MOMENTOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM OEIRAS – PI

Tese submetida ao Programa de Pós- graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutra em História.

Porto Alegre, 08 de junho de 2022.

Resultado: Aprovado com louvor.

BANCA EXAMINADORA:

Profº Dr. Alessander Mário Kerber - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  
(Presidente - Orientador)

Profº Drª Áurea da Paz Pinheiro – Universidade Federal do Piauí - UFPI  
(Avaliadora Externa)

Profº Dr Valério Rosa de Negreiros- Universidade Estadual do Piauí - UESPI  
(Avaliador Externo)

Profº Drª Regina Weber- Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  
(Avaliadora Interna)

Profº Drª Cassia Daiane Macedo da Silveira - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRGS - (Avaliadora Interna)

## CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Ariane dos Santos  
A Capital da Fé e os Momentos de Patrimonialização  
em Oeiras - Piauí / Ariane dos Santos Lima. -- 2022.  
275 f.  
Orientador: Alessandro Kerber.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Patrimonialização . 2. Identidades. 3. Políticas  
de Memória. 4. Oeiras . 5. Piauí. I. Kerber,  
Alessandro, orient. II. Título.

## LISTA DE SIGLAS

CDFB – Campanha em Defesa do Folclore brasileiro

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEO – Centro de especialidades odontológicas

CLAP – Companhia Latinoamericana de Planejamento

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

ETNODOC - O Edital de Apoio à Produção de Documentários Etnográficos sobre o Patrimônio Cultural Imaterial

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990

FNT – Fundação Nogueira Tapety

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

FUNDAC - PI – Fundação Cultural do Estado do Piauí

FUNPATRI – Fundo para o Patrimônio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHO - Instituto Histórico de Oeiras

IMN – Inspetoria de Monumentos Nacionais

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional

IPHAPI – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico do Piauí

MAS – Museu de Arte Sacra

MES – Ministério da Educação e Saúde

MHN – Museu Histórico Nacional

MinC- Ministério da Cultura

OEA – Organização dos Estados Americanos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCH - NE – Programa Nacional de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste

PIB – Produto Interno Bruto

PIEMTUR – Empresa de Turismo do Piauí

PMO- Prefeitura Municipal de Oeiras

PNPI – Programa Nacional Patrimônio do Imaterial

SECULT- PI – Secretaria de Cultural do Piauí

SEPLAN/ PR – Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional

UE – Unidade Executora

UESPI- Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

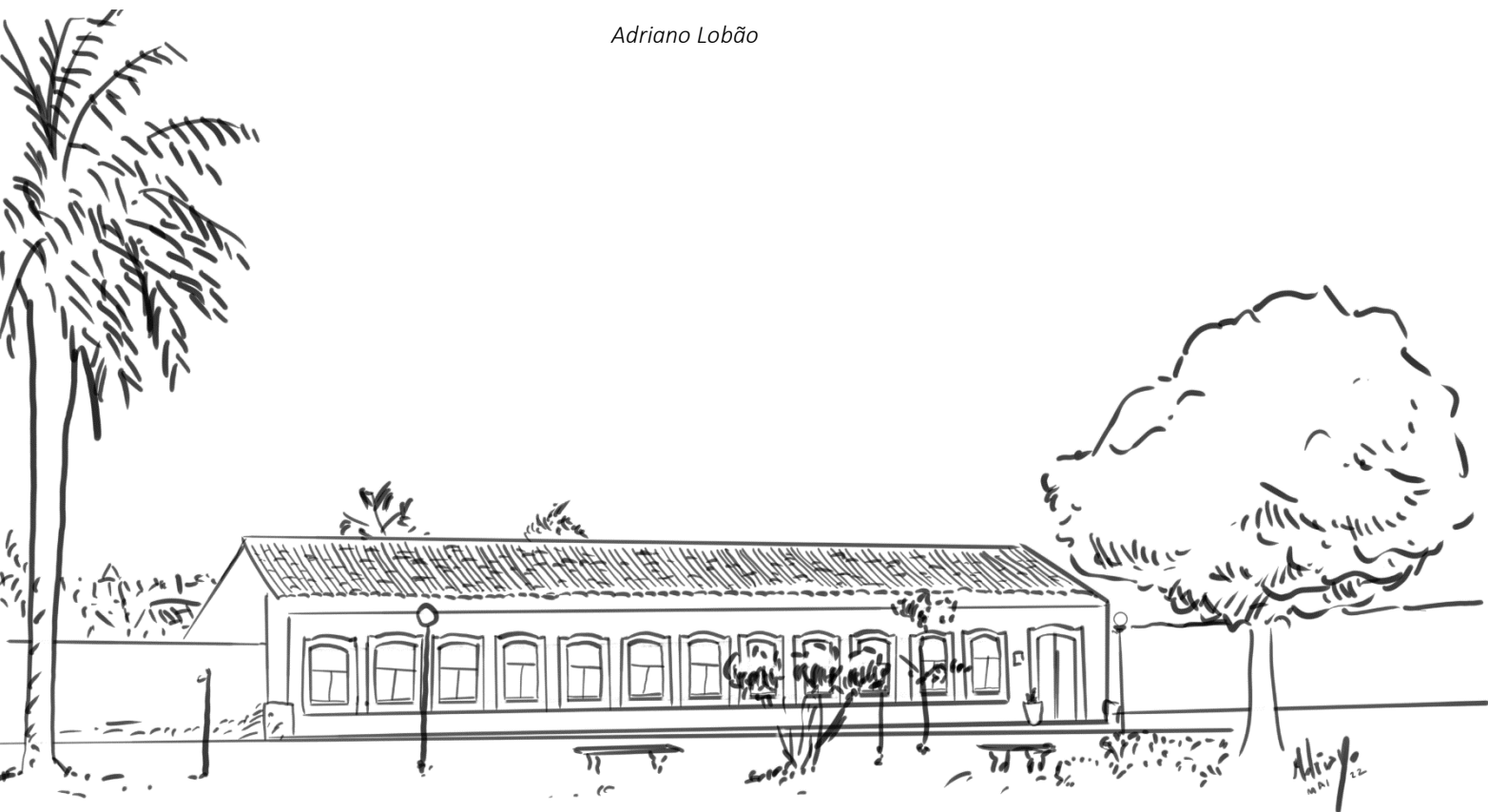
Oeiras

*Em doze janelas se encerra o dia  
Esquecido na lembrança de antigas sesmarias  
espalhadas ao longo do Rio canindé*

*Em dozes janelas segue à noite  
entre sombras que ainda abrigam  
o silêncio de antigos casarões  
e assombrações soterradas  
nas pedras atiradas na sepultura do diabo*

*em doze janelas segue à noite  
segue a fé percorrendo em procissão  
os passos que espalham pelas praças  
a luz de lamparinas acesas em oração*

Adriano Lobão



Às comunidades detentoras de Bens Culturais no Piauí



## AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal do Piauí, em especial aos colegas professores Paulo Henrique Lima, José Luís Oliveira Lima, Jaison Castro e Raquel Costa que acreditaram e contribuíram no projeto de DINTER / História e no Ensino de História.

Aos professores e alunos do IFPI – Campus Cocal que acompanharam minha trajetória e me proporcionaram momentos de parceria e realização profissional.

Ao orientador Alessandro Kerber que conduziu minha orientação com elegância, sabedoria e sensibilidade.

Aos membros da banca avaliadora que se dispuseram gentilmente a contribuir com a pesquisa. As professoras Regina Weber e Cassia Regina pelas valiosas indicações no exame de qualificação. Aos avaliadores externos Áurea Pinheiro e Valério Negreiros que materializam a interlocução valiosa entre as instituições de Pesquisa e Ensino do Piauí e o debate do Patrimônio e da Cultural Popular.

À UFRGS através do Programa de Pós- Graduação em História que assumiu uma postura acolhedora demonstrando sensibilidade e profissionalismo, a quem não poderia deixar de destacar a atuação dos professores Luís Alberto Grijó e Regina Weber.

Aos colegas da turma do Dinter que tiveram o desafio de conduzir as atividades do doutorado, o exercício da docência, o enfrentamento da Pandemia da Covid-19 e tantas outras adversidades pessoais. Com carinho destaco Nalva Rodrigues, Marcos Lima, Ariany Silva e Marluce Lima.

Agradeço aos interlocutores de Oeiras Thássio Khalil, Júnior Vianna, Stefano Ferreira, Rute e, Edvá, Mariana, Orlando Ralf, Pedro Junior e Rodrigo Queiroz.

À minha mãe, irmãos e esposo que foram minha rede de apoio na condição de pós-graduanda, docente e mãe.

À Marília, filha amamentada por entre viagens, aulas, leituras e fontes e que já cresceu contribuindo com desenhos, rabiscos e opiniões inusitadas.

Por fim, às políticas públicas de educação implementadas durante os Governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que possibilitaram pela via da educação aos filhos da periferia o direito de realizar seus sonhos. Sou fruto da geração que teve acesso ao bolsa família, que ingressou na universidade com aumento da oferta de vagas, que recebeu bolsa permanência nas IES, realizou iniciação científica, Mestrado com bolsa Capes, pesquisou comunidades e culturas tradicionais com os editais de fomento do Ministério da Cultura e ingressou no

funcionalismo público através da expansão dos Institutos Federais. Pela continuidade da justiça social! Muito obrigada.

## RESUMO

Na presente tese de doutorado analisamos como os processos de patrimonialização e as construções identitárias neles forjadas serviram para criação de uma memória materializada no título “Capital da Fé” na Cidade de Oeiras - PI. Tomamos como referência temporal três contextos: as décadas 1930-1940, época dos primeiros bens tombados pela política federal; as décadas de 1970-1980, período da retomada institucional da salvaguarda e de início das ações estaduais e ativismo da sociedade civil; e os anos de 2000 – 2012, época da patrimonialização do Conjunto Histórico-Paisagístico que amplia os bens culturais da cidade. Analisamos as circunstâncias das ativações patrimoniais, os agentes envolvidos a fim de apontar em diferentes contextos como se processou as construções sociais dos bens culturais em Oeiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimonialização. Identidades. Políticas de Memórias Oeiras. Piauí.

## ABSTRACT

This doctoral thesis it's analyzed how the heritagization processes and the identity construction forged in them suited for the creation of a new materialized memory under the title "Capital da Fé" in the city of Oeiras - PI. The time reference used were three contexts: the 1930s and 1940s decades, time of the first heritage listed by federal politics; the 1970s and 1980s decades, period of the institutional resumption's safeguard and the beginning of the state actions and civil society's activism; and the years from 2000 to 2012, the epoch of the heritagization of the historic-landscape set that expands the city's cultural heritage. We analyzed the circumstances of the property activations, the agents involved to point in different contexts the way the social constructions of the cultural goods in Oeiras have proceeded.

**Keywords:** Heritagization. Heritage. Identity. Oeiras. Piauí.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
--------------------	----

### PARTE I - PATRIMONIALIZAÇÃO ENTRE 1937-1945

2 OEIRAS: A ÉPOCA DA INCLUSÃO NA POLÍTICA FEDERAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL.....	36
---	----

2.1 “O DESPERTAR DO LONGO SONO”: OEIRAS ENTRE 1937-1945 .....	39
---	----

2.2 O OLHAR DA ÉPOCA: A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL E OS TOMBAMENTOS DOS BENS ISOLADOS .....	58
--	----

2.3 INTERSEÇÕES: OEIRAS INVICTA E RESENTIDA E OS USOS DO PATRIMÔNIO .....	79
---	----

### PARTE II - PATRIMONIALIZAÇÃO NAS DÉCADAS 1970-1980

3 GESTORES DO PASSADO: POR UMA POLÍTICA DO PATRIMÔNIO EM OEIRAS .....	86
---	----

3.1 POLÍTICAS PARA O PATRIMÔNIO OU O PATRIMÔNIO À SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO .....	87
--	----

3.2. ENTRE O PASSADO E O PORVIR: DO PLANO DE PRESERVAÇÃO URBANA ÀS RESTAURAÇÕES DO PCH EM OEIRAS .....	95
--	----

3.3 A PROTEÇÃO EM NÍVEL ESTADUAL: DA CRIAÇÃO DA FUNDAC AO TOMBAMENTO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM OEIRAS .....	132
---	-----

3.4 OEIRAS UM MONUMENTO NACIONAL .....	142
--	-----

4 A RETÓRICA DA TRADIÇÃO: REVISTA DO IHO E O PATRIMÔNIO .....	150
---	-----

4.1 TEMPO DE OEIRAS: A REVISTA DO IHO E OS INTELLECTUAIS MEDIADORES DE OEIRAS ..	151
--	-----

4.2 GESTÃO DA MEMÓRIA: IHO E APROPRIAÇÃO MILITANTE DO PASSADO .....	166
---	-----

4.3 “AINDA COM AS VISTAS VOLTADAS PARA O PASSADO...”: A PROMOÇÃO E FICCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO .....	182
--	-----

### PARTE III: PATRIMONIALIZAÇÃO EM CONJUNTO 2005-2012

5 CAPITAL DA FÉ: A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CONJUNTO HISTÓRICO PAISAGÍSTICO DE OEIRAS.....	198
5.1 DA POLÍTICA DE MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO EM OEIRAS.....	204
5.2 A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CONJUNTO HISTÓRICO PAISAGÍSTICO .....	236
5.3 A CAPITAL DA FÉ [OEIRAS – PIAUÍ] .....	240
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	249
REFERENCIAS .....	256

## 1. INTRODUÇÃO: Por entre Tempos e Patrimônios

Oeiras navega na noite  
de um tempo que não termina.  
De um tempo sem medida, fugitivo  
de ampulhetas e relógios.<sup>1</sup>

Qual seria o tempo de Oeiras? O que seria preciso para o historiador decifrar os significados tecidos nesse tempo? Que imagens, lugares e papéis foram construídos? O caminho se faz em areia movediça pois a terra sólida do vivido se desfez e, em seu lugar, passado e presente se misturam formando esse solo instável que funda um futuro passado igualmente ameaçador por sua multiplicidade.<sup>2</sup>

Para entender, os tempos de Oeiras são os bens patrimoniais que escolhemos. Qual regime temporal se construiu e se manteve em torno dos bens culturais? De onde viria as imagens patrimoniais de Oeiras? Como foi representado e significado esse repertório? Quais os interesses envolvidos nessa representação e qual a sua eficácia? São muitas as indagações, no entanto, é necessário estabelecer caminhos e delimitações para que se construa a narrativa histórica.

A cidade de Oeiras localiza-se no Centro Sul do Estado do Piauí a 315 km da capital Teresina conforme figura 1. O Sítio Histórico é marcado por bens edificados da arquitetura colonial e novecentista bem como celebrações características da religiosidade regional. O tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade foi aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN<sup>3</sup> em 2012. Segundo o órgão “A distinção do

---

<sup>1</sup>CARVALHO, Elmar. Noturno de Oeiras. In: *Jornal de Poesia*. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/elcarvalho.html#noturno>>. Acesso em: 18.01.2019.

<sup>2</sup> A obra “*Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*” sobre a noção de tempo histórico foi lançada originalmente em 1972, Reinhart Koselleck contribui para a noção de tempos múltiplos diferente da ordem teleológica de um tempo único que segue uma linha evolutiva rumo ao progresso. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC – Rio, 2006.

<sup>3</sup> A instituição teve diversos denominações ao longo de sua trajetória: 1937-1946 – SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1971-1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ligada à Fundação Nacional Pró-Memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 ao presente – IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ao longo do trabalho, ao me referir a instituição, na maioria das vezes utilizo a nomenclatura atual, Iphan.

Sítio Histórico de Oeiras se deu pelo testemunho diferenciado de ocupação do Estado do Piauí.”<sup>4</sup>

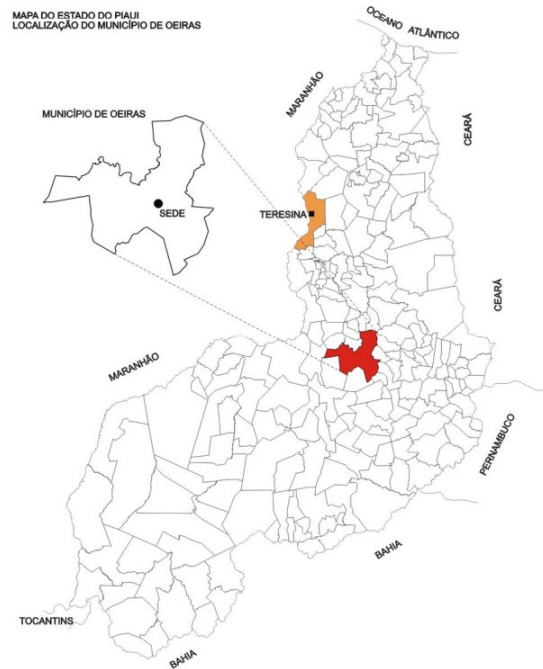


Figura 1: Localização do Município de Oeiras Fonte: IPHAN, 2008

A colonização do Piauí diferente do que ocorreu em outros Estados do nordeste brasileiro não foi iniciada pelo litoral, mas pelo interior, em virtude das dificuldades de navegação e difíceis meios de atracação no litoral piauiense e o surgimento de uma atividade econômica lucrativa que nasceu no interior, no sertão. A cidade de Oeiras representaria a expansão da colonização associada à interiorização da criação de gado dos currais baianos e pernambucanos e a consequente expansão do território colonial para além da faixa litorânea.<sup>5</sup> Assim, por conta das especificidades da colonização, Oeiras torna-se objeto de patrimonialização, um “testemunho da época.”<sup>6</sup>

O Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional- SPHAN em função de seu valor histórico, entre os anos de 1938 e 1940 tombou isoladamente (3) três bens em Oeiras: a Ponte Grande, o Sobrado João Nepomuceno e a Igreja Catedral Nossa Senhora da Vitória. Quando

<sup>4</sup> CIDADE VERDE. IPHAN tomba Oeiras e Piracuruca como Patrimônio Cultural Brasileiro, 2012. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/92961/iphan-tomba-oeiras-e-piracuruca-como-patrimonio-cultural-brasileiro>. Acesso: 18 de junho de 2017.

<sup>5</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí: Pré-história. Primórdios da Colonização e ausência do governo*. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007, p.109-133.

<sup>6</sup> IPHAN. *Dossiê de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras*. Processo: 1602-T. Teresina, 2009.



houve o tombamento em conjunto, em 2012, a proposta foi abranger uma área ampla do Centro Histórico que incluía alguns dos trechos mais antigos da cidade, como o conjunto da Praça das Vitórias, o “entorno” do riacho do Mocha, o conjunto da Praça do Mercado Público Municipal e Praça Mafrense, Conjunto do Largo do Rosário, Casa da Canela, uma antiga propriedade Rural de arquitetura tipicamente piauiense e a Casa da Pólvora, edifício militar remanescente do período colonial no Piauí construído para abrigar o paiol das forças militares da Capitania.

Associadas a esse conjunto arquitetônico e paisagístico também se destacam bens culturais centenários que permanecem na comunidade em celebrações religiosas que surgiram nas Irmandades Católicas ( séc. XIX) como a Procissão do Bom Jesus dos Passos, a Procissão do Fogaréu, a Festa do Divino, o grupo de dança Afro-brasileira “Congos de Oeiras”.<sup>7</sup>

Na ocasião da pesquisa de mestrado<sup>8</sup> e na atuação enquanto professora do curso de graduação em História na Cidade de Oeiras percebemos uma problemática a ser respondida pela pesquisa historiográfica. As falas de alunos e moradores davam conta de uma cidade, “imaginada, esquadrinhada e homogênea”.

O título que reúne tal característica está no letreiro da entrada da cidade “Oeiras a Capital da Fé” e, por conseguinte, em seus habitantes os “devotos”. Verifica-se um esforço em nomeá-la como “Capital da fé” e vincular toda a narrativa de ser e viver na cidade a partir de uma fé “genuína” vinculada aos bens culturais que lhes dão suporte. O letreiro na entrada da cidade, começou a ser construído pela prefeitura de Oeiras em 2006 e inaugurado em 2007, materializando um registro oficial da nomeação “Capital da Fé” já usada na oralidade pela população enquanto recurso de substituição da capital administrativa perdida em 1852. As intenções do letreiro, é claro, tem duplo sentido, ao passo que atende as demandas simbólicas e afetivas da perda da condição de capital, é também estratégica por parte do poder municipal em fomentar o turismo cultural e religioso. Assim, novas questões se impõem: Como chegamos ao letreiro “Capital da Fé”? Quais usos do patrimônio sustentaram a “Capital da fé”? Que agentes estão envolvidos no processo?

Sobre o olhar do historiador as experiências sociais não são aceitas como dadas, mas se pensadas a partir de uma operação historiográfica são datáveis, localizadas no tempo e espaço.

---

<sup>7</sup> LIMA, A. S. Por entre rezas e procissões: a celebração em louvor ao Senhor Bom Jesus dos Passos (1859-2012). 2013, 200f. *Dissertação* (Mestrado em História) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

<sup>88</sup> LIMA, A. S. *Op.cit.*, 2013.

Deste modo, é necessário apontar os lugares sociais, identificando os meios pelos quais se forjaram.<sup>9</sup>

A naturalização de discursos amalgamadores dificulta percepções e ações efetivas das apropriações e salvaguarda do patrimônio cultural de uma forma integradora<sup>10</sup> que respeitem os desejos das comunidades. A reflexão histórica procura as intervenções institucionais, as experiências sociais negociadas e conflituosas entre tempos, patrimônios e visões de mundo. A pesquisa histórica almeja identificar e analisar como se constrói o *télos*<sup>11</sup> dado o impulso dos indivíduos em criar e recriá-los.

Assim, lançamos a hipótese que, por meio dos processos de patrimonialização dos bens culturais da cidade se ancorou a construção social de Oeiras enquanto “Capital da Fé”. Deste modo, o problema de pesquisa visa analisar a construção de uma história e memória sobre a cidade, focalizando suas relações com o que foi “escolhido” para ser patrimonializado.

Segundo o dossiê construído para submissão do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras,

[...] O primeiro reconhecimento nacional do conjunto arquitetônico de Oeiras veio com a visita do arquiteto Paulo Thedim Barreto ao Estado do Piauí, representando o SPHAN em 1938. Nesta ocasião, documentou a arquitetura rural e urbana tradicional piauiense e propôs os primeiros tombamentos isolados, dos quais três deles se localizam na cidade: a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, o Sobrado João Nepomuceno (atual Museu de Arte Sacra) e a Ponte Grande do Riacho da Mocha.<sup>12</sup>

As fontes identificadas indicam que a preocupação com o patrimônio ou ao menos a ciência dos gestores municipal e eclesiástico local, que se tratava de bens a serem preservados se deu a partir de 1938 através da visita de Paulo Thedim Barreto e, resultou nos primeiros tombamentos. Dos acervos consultados da Prefeitura Municipal de Oeiras no período não existe (ou não foi preservado) referência a conservação do patrimônio local<sup>13</sup>. Salvo as

<sup>9</sup> CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>10</sup> Chuva propõe uma noção integradora de patrimônio que fuja das dicotomias e exclusões. CHUVA, Márcia Regina. Por uma história da noção de patrimônio cultural do Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, p.149, 2012.

<sup>11</sup> DOSSE, François. O télos: da Providência ao Progresso da Razão. In: DOSSE, François. *A História*. Bauru, SP:EDUSC, 2003.

<sup>12</sup> IPHAN. *Dossiê* de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras. Processo: 1602-T. Teresina, 2009.

<sup>13</sup> OEIRAS. Ata do Diretório de Geografia e Estatística da Prefeitura Municipal de Oeiras (1938-1939). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras; OEIRAS. Livro de Registro de Correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras

recomendações de Barreto em 1938 deixando a cargo do Prefeito de Oeiras as obras de reparos na Ponte Grande e na Igreja Nossa Senhora da Vitória.

Para acessar o período em questão começamos o levantamento de fontes na 19ª Superintendência Regional do IPHAN sediada em Teresina. Constatamos que a instituição mantinha guarda apenas de documentos da rotina recente, criada no ano de 2005, o que nos levou para o acervo do Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro. O acervo conta com documentos digitalizados e disponíveis para *download* através do *site* do IPHAN e, também com serviço de envio via *e-mail* de documentos mediante solicitação.

A busca se referiu as palavras-chave “Piauí”, “Oeiras”, “Paulo Thedim Barreto”, “Igreja Nossa Senhora da Vitória”, “Ponte Grande sobre o Riacho Mocha” e etc., o que resultou no acesso a fotografias dos bens registrados à época da visita do técnico do SPHAN ao Piauí; trechos de anotações manuscritas de Paulo Thedim Barreto; processos de tombamentos; um ofício de comunicação entre o Bispo do Piauí e a chefia nacional do SPHAN; lista de bens móveis enviada pelo Prefeito de Oeiras ao SPHAN em 1938. Foram mensagens curtas que nos indica a limitada comunicação entre a Instituição de preservação e os responsáveis locais dos bens em processo de tombamento.

Cabe destacar que em um primeiro momento a documentação mostrou-se pobre do ponto de vista discursivo, à exemplo os processos de tombamento que apenas apresentavam a natureza do bem, a anuência do proprietário e seu registro no livro de tombo. No entanto, direcionados pelo nome do técnico que esteve em Oeiras chegamos ao acervo digital da Revista do SPHAN<sup>14</sup> e identificamos o artigo publicado na edição nº 2 “O Piauí e sua Arquitetura” do arquiteto Paulo Thedim Barreto de 1938. O texto resume a avaliação do técnico, a serviço do SPHAN, sobre a arquitetura do Piauí de norte ao centro sul e que subsidiou os primeiros tombamentos federais no Piauí.

Assim, a aparente escassez de documentação foi superada quando somada à publicação de Barreto. O artigo assumiu importante papel para a construção desse momento da tese, pois preenche lacunas da documentação referida acima e registra a gênese da política de tombamentos no Piauí. Nos permite assim, entender as concepções de patrimônio e o *modus operandi* da instituição no trato dos bens culturais.

---

(1933-1942). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras; OEIRAS. Livro de Decretos e Leis da Prefeitura Municipal de Oeiras (1937-1945). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

<sup>14</sup> BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 2, Rio de Janeiro, 1938.

Para problematizar os processos de patrimonialização poderíamos tomar como marco temporal o ano de 1938, apontado acima como ponto de partida das ações de preservação na cidade. No entanto, tomamos ciência por meio de pesquisas, tais como: “Ecos da Modernidade em Oeiras – PI (1937 – 1945)” de Agnelo Santos (2011)<sup>15</sup> e “Modernização e Resignificação do Espaço Urbano (1900-1945) de Zulene Rocha (2015)<sup>16</sup> que entre 1937 -1945 a cidade teria vivido um intenso e marcante processo de transformações em seu feitiço urbano. Assim, entendemos a necessidade de compor um quadro histórico que contemple o momento de transformação que a cidade vivia em meio a visita de 1938 e suas implicações. Portanto, propomos o recorte de 1937 – 1945 que além de entender a feição do início das políticas de preservação estabelecemos em que contexto local se processavam.

O que Oeiras viveu entre 1937-1945? Buscamos os relatórios anuais dos Interventores federais naquele recorte. Com destaque para os anos de 1940 – 1942 onde o Interventor Federal Leônidas de Castro Melo comunica ao Presidente Vargas (1937 – 1945) o desempenho de sua administração. A análise do documento requer um trato no trabalho historiográfico específico levando em consideração: como foi produzido? Quem produziu e sobre quais interesses?<sup>17</sup> Assim, se nos reportarmos a natureza dos relatórios do Interventor Federal nos deparamos com uma comunicação institucional que cumpre uma função diferente das práticas de registros burocráticos da rotina dos setores, que são produzidas pela necessidade da rotina e não necessariamente esperam a leitura de agentes externos. Dessa forma, o relatório foi produzido para criar uma imagem positivada do Estado e, principalmente do seu gestor, assume o papel de prestador de contas da gestão e, por isso possui clara intenção de um efeito de verdade e convencimento da eficácia das práticas administrativas. Neste sentido, nos levam a problematizar como se deu o discurso de progresso da época? Quais as ações governamentais em Oeiras no dito período de prosperidade foram efetivadas? O que se omitiu em tais relatos?

No mesmo sentido, de procurar os registros oficiais do período, tivemos acesso ao conjunto de fontes da prefeitura de Oeiras compreendida entre 1937-1945. A cidade não dispõe de uma política de arquivos e a documentação se encontra em precário estado de

---

<sup>15</sup> SANTOS, Agnelo Pereira Dos. Ecos da Modernidade em Oeiras (PI): O Passeio Dr. Leônidas Melo e Seu Conjunto Arquitetônico (1937-1945).138f. *Dissertação* (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, 2011.

<sup>16</sup> ROCHA, Zulene de Holanda. Modernização e resignificação: as contradições na formação do espaço urbano oeirense. (1900- 1945). 145f. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

<sup>17</sup>BACELLAR, Carlos. Fonte Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.p.66.

conservação e, por isso, com trechos ilegíveis se revelou um desafio: Contamos com o Livro de correspondências, telegramas e relatórios de dados e estatísticas, receitas e despesas, os registros dos usos do Cineteatro. Mesmo a documentação fragmentada nos possibilita vestígios da rotina burocrática na qual podemos identificar o emprego de investimentos nas obras e as receitas oriundas da extração de cera de carnaúba, principal fonte da época, e a vida social que se forjava com aquelas mudanças, como exemplo, a vida cultural proporcionada pelo recém-inaugurado Cineteatro. Diferente do relatório do Interventor, são registros da rotina burocrática, e assim, espera-se um tom performativo mais leve.

Outro acervo que lançamos mão sobre o período foram as fotografias da Fundação Nogueira Tapety<sup>18</sup> que registram diferentes espaços da cidade em seu processo de transformação urbanística e as fotografias identificadas no *site* do IPHAN que remontam à época da visita de Barreto ao Piauí. Tratadas enquanto coleções, possuem distintas funções em seu processo de produção e circulação e, assim, “precisam ser compreendidos de modo que a fotografia não seja deslocada de seus contextos de produção, circulação, consumo, descarte e institucionalização.”<sup>19</sup> Deste modo, as fotografias serão analisadas como pertencentes a campo de forças onde indivíduos e grupos se posicionam a partir desse lugar e apropriam-se da fotografia como marcador social e, assim, atuam na construção de identidades, em lógicas excludentes, desejos e status.<sup>20</sup>

Ainda no período identificamos os discursos dos intelectuais locais Possidônio Queiroz e Raimundo Costa Machado. Possidônio Nunes Queiroz nasceu em 17 de maio de 1904, na cidade de Oeiras, onde viveu por (93) noventa e três anos. Filho de agricultores, de origem humilde, um homem preto em uma cidade de acentuado preconceito racial, o autodidata tornou-se músico, funcionário público, professor, historiador e advogado de rábula.<sup>21</sup> É autor de notas e partituras de 11 valsas, (2) dois hinos e uma letra de música. Foi sócio fundador do Jornal “O cometa” e do Instituto Histórico de Oeiras. Como músico, formou a orquestra “Renascença”, que se apresentou na inauguração do Cine Teatro de Oeiras, em 1940. Além da

---

<sup>18</sup> Fundação em homenagem ao poeta Nogueira Tapety promotora de eventos culturais e guarda de documentos sobre a História e o patrimônio Cultural de Oeiras.

<sup>19</sup> LIMA, S. L. de; CARVALHO, V. C. de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; De Luca, Tania Regina. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p.35

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006.

<sup>21</sup> Rábula ou Provisionado, no Brasil, era o advogado que, não possuindo formação acadêmica em Direito (bacharelado), obtinha a autorização da entidade de classe (primeiro do Instituto dos Advogados; a partir da década de 30 da OAB) para exercer, em primeira instância, a postulação em juízo.

contribuição para a preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade, o músico foi um dos mediadores da Coluna Prestes<sup>22</sup> em Oeiras, estreitando relações com Luís Carlos Prestes.

Raimundo da Costa Machado, natural do Estado do Maranhão, desde 1905 passou a morar em Oeiras. Residia às margens do Riacho Mocha. De 1921 a 1930, a serviço da Repartição Geral de Telégrafos esteve na Bahia e recebeu seu diploma de Cirurgião Dentista onde exerceu a profissão até 1968. Como jornalista, colaborou em diversos periódicos e foi um dos fundadores do Jornal “Cometa”. Por (3) três vezes exerceu a função de Procurador-Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Oeiras (11-10-1930 a 26-06-1933; 10-05-1946 a 11-02-1947 e entre 21-04-1948 a 31-10-1949) e presidiu a União Artística Operária Oeirense. Foi promotor de ações voltadas à preservação do patrimônio local. E participou da criação do Instituto Histórico de Oeiras, fundado em 6 de janeiro de 1972 do qual foi o primeiro Presidente.

Selecionamos as falas desses intelectuais apoiados pela discussão em torno da ideia de região e do discurso regionalista<sup>23</sup>. Seus discursos se apresentavam como autorizados pelos lugares sociais que ocupavam, produziam um efeito de verdade e legitimavam uma narrativa oficial do período, assentada na ideia de superação da decadência e “renascimento” da história de Oeiras.

Um hiato de quase quarenta anos separa os primeiros tombamentos isolados de um planejamento mais consistente de salvaguarda do sítio histórico. Em 1976 foi elaborado o Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras, dentro do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste – PCH-NE, no âmbito da Secretaria do Planejamento da Presidência da República. Este trabalho tinha por objetivo principal traçar um planejamento municipal integrado, com ênfase na preservação do tecido urbano histórico, criando condições para a sua exploração econômica.<sup>24</sup>

Conforme apontado acima, das ações de preservação em 1938 a retomada se deu só a partir da década de 1970. Assim, alcançamos um segundo momento das experiências de patrimonialização em Oeiras 1970 – 1980 que se apresenta com uma rica diversidade e volume de fontes.

---

<sup>22</sup> Um movimento revoltoso organizado por tenentistas que percorreu o Brasil entre 1925 e 1927 combatendo as tropas do governo federal de Artur Bernardes e Washington Luís durante a Primeira República. Ao longo de sua trajetória, os membros da Coluna percorreram mais de 25 mil quilômetros em protesto contra os governos vigentes. CASTRO, Chico. A Coluna Prestes no Piauí: a república do vintém. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

<sup>23</sup> BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.107-132.

<sup>24</sup> IPHAN. Dossiê de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras. Processo: 1602-T. Teresina, 2009.

Quando se trata da ação dos intelectuais já citamos a problemática do “renascimento” defendido por Possidônio Queiroz e Costa Machado no período das mudanças processadas entre as décadas de 1930 a 1940. Por meio da identificação de fontes durante o período do Estado Novo só alcançamos as falas de Possidônio Queiroz e Costa Machado enquanto portadores do discurso de promoção regional. A partir da década de 1970 temos o debate ricamente reforçado e fortalecido através de um grupo que se organiza institucionalmente. O Jornal “O Cometa” que circulou entre os anos de 1971 – 1976 e a Revista do IHO (1976- 1989) são um conjunto de fontes produzidas por bacharéis e intelectuais locais, que militavam pelo reconhecimento da singularidade da História e do Patrimônio da cidade, nos permite entender como se constituíram agentes de destaque na luta política pela defesa e divulgação da preservação do Patrimônio local.

Os intelectuais locais, foram pessoas influentes no mundo do bacharelismo e da política: jornalistas, médicos e advogados, que produziam crônicas, romances, textos históricos, críticas etc., com os quais, através de uma escrita militante<sup>25</sup>, se ocupavam em manter *status quo* de suas famílias e redes de relacionamentos e, por isso, produzem através da história da Cidade e do patrimônio os elogios ao grupo como recurso de autocelebração. Que por muitas vezes carregam concepções essencialistas, referenciais que fabrica o que Bourdieu<sup>26</sup> chamou de *ilusão biográfica*, narrativas que constrói uma razão em si diante da finitude.

Pensando no exercício de conceituar aqueles que levaram adiante a proposição do IHO tomamos enquanto referência o debate empreendido por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen na obra “Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais e Ação Política” e, assim, neste trabalho nomearemos de *intelectuais mediadores*<sup>27</sup>, entendendo o papel de mediação como primordial para a compreensão dos debates e ações políticas mobilizadas pelo grupo.

O Jornal “O Cometa” foi criado por Raimundo Costa Machado, Possidônio Queiroz e José Expedito Rêgo, o último era criança quando assistiu as transformações iniciadas da década de 1930. Se tratava de um jornal mensal que divulgava a vida cultural da cidade e defendia a necessidade de uma organização em favor da cultura e tradição local. O jornal possuía

---

<sup>25</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In.: CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 85-102. GRIJÓ, Luiz Alberto. A Elite do Partido Republicano se apropria da Revolução. In: *História Unisinos*. Jan./abril, 2010.

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 183-191.

<sup>27</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

dificuldades de financiamento e, assim, saiu de circulação. A criação do Instituto Histórico de Oeiras retoma o lugar de promoção da cultura e, por meio da Revista do Instituto Histórico de Oeiras se constitui um veículo que expressa o perfil, (res) sentimentos e pautas dos intelectuais locais.

Objetivamos analisar de que maneira os intelectuais locais forjam uma experiência no presente a partir da apropriação do passado. O conjunto de fonte e as possibilidades de análise histórica são inúmeras quando se aprecia as publicações da revista no IHO, que começam no ano de 1976 e se estende até aos dias atuais. Atendendo nosso recorte de pesquisa analisamos até o ano de 1989 totalizando (11) onze exemplares. Sabemos que a constatação do conteúdo da fonte não é novidade para análise histórica. É de nosso conhecimento as intenções, funções e facetas das criações dos institutos históricos e academias, a exemplo dos moldes de criação do próprio Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB/1838 que se fez para construir a História do Estado -Nação e legitimar, por meio da invenção de heróis nacionais para servirem de exemplo, a ideia de um Brasil coeso.<sup>28</sup>

A linha editorial da revista ao falar dos (res) sentimentos recorria aos heróis e aos tempos áureos como forma de justificar a grandeza da localidade no presente. Por isso, a questão que desejamos abordar reside nas escolhas particulares da Revista do IHO ao narrar a história do lugar e de seus patrimônios. Como recurso de delimitação de nossa abordagem, escolhemos: I -Linha editorial: Apresentar a revista: como se estruturou? quem idealizou? como era organizada? que temas eram recorrentes? II. Como a revista constrói uma narrativa de legitimação e continuidade dos grupos através do patrimônio?

O outro *corpus* documental se refere a atuação da Fundação Estadual de Cultura - Fundac – PI, em meados da década de 70 foi criada no Piauí com a prerrogativa de atuar na preservação do patrimônio cultural do Estado. Assim, identificamos: A Lei nº 3.742 de 02 de julho de 1980 que trata do processo de tombamento em âmbito estadual; O Dossiê de bens tombados do Piauí na esfera estadual, que é composto de fotografias e informações acerca da natureza, histórico, localização, características e estado de conservação; O projeto de tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Oeiras produzidos pelos técnicos da Fundac – PI e exemplares da *Revista Presença*<sup>29</sup>, que publicam artigos acerca dos bens culturais

<sup>28</sup> GUIMARÃES, M.S. “Nação e Civilização nos Trópicos”. In: *Estudos Históricos*, nº.1, 1988.

<sup>29</sup>Com a intenção de divulgar a cultura local mobilizada pela ação do poder estadual, surge no Piauí, por volta de 1974, a revista *Presença*, uma publicação organizada pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Piauí, com a finalidade de servir como um espaço da difusão das manifestações culturais piauienses.



e ações de preservação em Oeiras na década de 1980. Esse conjunto foi produzido por agentes vinculados ao Estado, com diferentes interesses, seja para documentar e cumprir a demanda operacional do órgão ou mesmo divulgar as ações de preservação, nos permitirá entender a inserção da esfera estadual nas políticas de salvaguarda, a forma pela qual se fazia e se deixava ver a tutela do patrimônio.

Temos ainda o *Inventário Piauí – Oeiras* do acervo do Arquivo Nacional do IPHAN – sede Rio de Janeiro, o conjunto de documentos reúne uma diversidade de informações: Dossiê do Programa Pró- Memória e do Programa Nacional de Reconstrução da Cidades Históricas do Nordeste – PCH- NE em Oeiras que realizou a restauração da Igreja Nossa Senhora da Vitória, compõem entrevista com o responsável pela obra; reúne (3) três volumes de documentação sobre o Plano de Preservação Ambiental de Oeiras iniciado em 1975 que consta uma série de diagnósticos, plantas, mapas e planejamento de ações de preservação e um anexo com (42) quarenta e duas fotografias do sítio histórico e, por fim um dossiê de (48) quarenta e oito páginas com recortes de jornais sobre a repercussão das ações de preservação em Oeiras e o título de Monumento Nacional adquirido por Oeiras, a coleção de fontes nos possibilita conhecer todo intenso repertório patrimonial ativados entre 1970 e 1980 bem como os agentes envolvidos.

Apenas recentemente, com a implantação da 19ª Superintendência Regional do IPHAN em 2005, sediada em Teresina, é que foram criadas as condições para se iniciarem os processos de tombamento das cidades históricas piauienses, sendo o Conjunto Histórico e Arquitetônico de Parnaíba o primeiro a ter regulamentada a sua proteção, na reunião do Conselho Consultivo do IPHAN em setembro de 2008. A tutela federal é necessária para frear o grave processo de descaracterização arquitetônica e urbanística, pelo qual estes sítios urbanos históricos têm passado nos últimos anos, com o risco de desaparecimento deste valioso patrimônio cultural, impregnado de referenciais, memórias e celebrações das tradições do povo brasileiro.<sup>30</sup>

A partir do cenário apontado acima pelo IPHAN, chegamos em outro momento dos processos de patrimonialização (2005 -2012). Quando a 19ª Superintendência Regional do IPHAN empreende os processos de tombamento dos conjuntos urbanos, e, que em 2012, tem o parecer de aprovação do sítio de Oeiras. Nesse período temos a atuação do Programa

---

<sup>30</sup> IPHAN. *Dossiê* de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras. Processo: 1602-T. Teresina, 2009.

Monumenta e o Plano Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI, que incentivava ações de promoção do patrimônio imaterial em Oeiras; a iniciativa da Prefeitura Municipal na construção do pórtico na entrada da cidade “Capital da Fé” e a submissão do processo de tombamento por parte dos técnicos locais do IPHAN. As fontes para o período se referem aos conjuntos: O dossiê de tombamento do Conjunto Histórico Paisagístico de Oeiras [processo nº1.602- T- 10] processo digitalizado e acessado junto a 19ª Superintendência Regional no Piauí; Relatório do Programa Monumenta em Oeiras; a Cultura Visual da cidade colhidas pelo registro de imagens museais e os acervos fotográficos particulares que permitirá entender a legitimação dos repertórios patrimoniais no município.

Em suma, procuramos as experiências de patrimonialização acontecidas na cidade. Consideramos os (3) três momentos apresentados acima: *O primeiro 1937-1945*, em decorrência da implementação das ações de tombamento de bens edificados na recente experiência do SPHAN. Oeiras é incluída na política federal e informa o contexto e os conceitos de patrimônio e patrimonialização da época; *O Segundo de 1970-1980* momento da emergência de novas ações federais e o início de intervenções estaduais, bem como atuação de agentes culturais locais que contribuíram para as ações de preservação. E, *o terceiro, os anos de 2005 - 2012*, com o incremento das políticas de Estado e a ampliação do conceito de patrimônio para noção integradora de conjunto e paisagem se opera o tombamento do Conjunto Histórico Paisagístico de Oeiras.

No extenso recorte temporal optamos por entendê-los enquanto “momentos de patrimonialização” delimitado a partir do que as fontes apresentam, um conjunto de ações e agentes localizáveis nestes intervalos que fomentaram a construção da “Capital da Fé”. Os bens culturais se mostram como suporte no trabalho de enquadramento da memória.<sup>31</sup>

A forma que temos organizado os processos de patrimonialização em Oeiras, ao tomá-los enquanto “momentos de patrimonialização” referem-se a um recorte temporal que volta-se para a uma análise acerca da política pública cultural brasileira. Conforme Calabre<sup>32</sup> existe um consenso entre os pesquisadores da política cultural brasileira que assinalam para os principais momentos em que houve a elaboração e implantação de políticas culturais efetivas no Brasil. O governo Vargas, principalmente na condução do ministro Gustavo Capanema de

<sup>31</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. Fundação Getúlio Vargas.

<sup>32</sup> CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p.137-156, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58.p.137-156>.

1934 a 1945, e durante a Ditadura Civil- Militar, mas especialmente na década de 1970 e o terceiro período de 2003- 2010 a chamada Era Lula com o fortalecimento do Ministério da Cultura e implementação de políticas culturais diversas.<sup>33</sup> Apesar dos três momentos, nos reportamos à duas ditaduras e um período democrático e apesar do fosso que separam as experiências democráticas aos arroubos autoritários, aproximam-se quando enxergaram na cultura e no patrimônio pautas identitárias a serem respaldadas para a condução de seus projetos políticos.

As chaves de leitura centrais para a construção da tese, portanto, se refere às noções de patrimônio, patrimonialização ou ativações patrimoniais e as demais conceituações estarão diretamente relacionadas e complementares.

Conforme Llorenç Prats, o patrimônio é uma construção social, pois não existe na natureza, não é algo dado, não é fenômeno social universal, não existe em todas as sociedades e não é identificado em todos os períodos da história. Posto dessa forma, é algo idealizado, por alguém, por processos coletivos circunscritos em lugar e tempo para determinados fins e que podem mudar a partir de novos interesses, geralmente são processos inconscientes e impessoais de legitimação, mas que dão testemunhos dos poderes instituídos.<sup>34</sup>

Discutir sobre patrimônio pressupõe entender os princípios básicos da sua construção social, ou seja, assumi-lo como produto dos significados e valores atribuídos por um grupo. Assim, vem a ser considerado patrimonial pelas qualidades que lhes são concedidas. O conjunto de significados são suportes de memórias, laços de pertencimentos e conflitos, ou seja, versões de identidades que geralmente são regionais, locais ou nacional.<sup>35</sup>

Para Llorenç Prats a patrimonialização seria a “de la puesta en valor o activación”. Marca-se, assim, a diferença entre ambos os conceitos: o primeiro termo advindo do ato de valorar que uma sociedade exerce sobre determinado bem cultural e o segundo, oriundo da dependência que os processos de patrimonialização têm ao poder político e à sociedade de ativá-los, quanto à negociação pela qual se confere valor patrimonial a determinado bem. Para Prats, essa “activación” tem a ver com os discursos que se embasam na seleção e na ordenação dos elementos integrantes da sua construção e na sua interpretação. Neste processo, os poderes sempre estão ali, definindo o terreno e as regras de jogo. Assim, os discursos

---

<sup>33</sup> CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio Janeiro: FGV, 2009.

<sup>34</sup> PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A, 1997, p.19-20

<sup>35</sup> Ibidem, p.31

caracterizam-se como a coluna vertebral das ativações patrimoniais na medida em que cumprem o objetivo de alcançar o maior consenso possível diante da sociedade.<sup>36</sup>

Deste modo, os repertórios patrimonializáveis, ou seja, bens culturais que podem tornar-se patrimônios necessitam ser “ativados”. Assim, torná-los patrimônio se relacionam ao exercício de poderes simbólicos que diferentes agentes políticos do Estado e da sociedade com determinados interesses realizam as ativações patrimoniais, ou seja, patrimonializam.

Para Canclini<sup>37</sup> é necessário pensar como os patrimônios reproduzem desigualdades e imaginam a nação. O patrimônio seria espaço de partilha e laços de solidariedade, no entanto, representam “lugares de cumplicidade” ao mascarar divisões étnicas, classes e grupos ao produzir visões harmônicas. Ao contrário, os “diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural”.<sup>38</sup> Neste sentido, olhando para experiência brasileira, podemos identificar como o caso de Oeiras se constituiu excludente e contribuiu para o projeto nacional.

Canclini propõe que o patrimônio não deve ser representado:

[...] como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, mas sim como processo social que, com o outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual”<sup>39</sup>.

Tal perspectiva é primordial se transportada para o caso de Oeiras, que em meio ao discurso cristizador da cultura fomenta espaços de exclusões. De forma a identificar os agentes mobilizadores, Canclini<sup>40</sup> sugere (3) três tipologias que explicariam o espaço de disputa econômica, política e simbólica dos usos do patrimônio.

O *setor privado* construiria uma relação ambivalente de mercantilização onde adapta e preserva para valorização comercial dos imóveis ou desejam e motivam sua degradação em nome do “progresso” para novas construções; O *Estado* também estabeleceria uma relação ambivalente ao promover e financiar ações de salvaguarda mas se utiliza politicamente ao forjar uma homogeneidade da identidade nacional diluindo as particularidades e conflitos e, por último, os *Movimentos Sociais* que tardiamente teriam incluído como pauta de

<sup>36</sup> PRATS, Llorenç. *Op. cit.*, p. 21

<sup>37</sup> CANCLINI, Néstor García. Patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n, 23, 94-115.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p 96.

<sup>39</sup> CANCLINI, Néstor García. *Op.cit.* p.97

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 100.

reivindicação os usos sociais do patrimônio como forma de defender o patrimônio ambiental, natural e urbano; acreditam que o patrimônio não deveria ser apenas preocupação do Estado, mas também apropriado de forma coletiva e democrática através de mobilização social.<sup>41</sup>

Canclini afirma ainda que existiria paradigmas políticos que orientam os objetivos de preservação de tais agentes, sendo eles: o tradicionalismo substancialista; mercantilista; conservacionista monumentalista e participacionista. No *tradicionalismo substancialista* o foco estaria nos objetos excepcionais orientados por uma visão metafísica e a-histórica de “salvar as essências”, “ser nacional” seu único sentido é salvaguardar essências, modelos estéticos e simbólicos cuja preservação inalterada servirá precisamente para testemunhar que as substâncias desse passado glorioso transcendem as mudanças sociais.<sup>42</sup> O *mercantilista* entende que o patrimônio favorece ou retarda o avanço material, portanto, o interesse mercantil que direciona a forma como se ver aquele bem. “Os que veem no patrimônio uma ocasião para valorizar economicamente o espaço social ou um simples obstáculo ao progresso econômico”.<sup>43</sup> O *conservacionista e monumentalista* seria política de conservação voltada para “resgatar” bens e monumentos que exaltem a nacionalidade documento - monumento da nação. Assim, explora a capacidade simbólica de legitimação que o patrimônio exerce sobre conceituação do Estado nacional. E por último, a *participacionista* considera que “a seleção do que se preserva e a maneira de fazê-lo devem ser decididas através de um processo democrático em que os interessados intervenham, trazendo para o debate seus hábitos e opiniões”<sup>44</sup>

Neste sentido podemos identificar nos diferentes momentos reportados nesta pesquisa a atuação dos agentes, seus paradigmas políticos e seus interesses a fim de se apropriar do patrimônio em Oeiras, como exemplo o fomento ao turismo pela iniciativa privada e por parte do Estado e as concepções do tradicionalismo substancialista que parecem predominar.

A abordagem que toma os processos de patrimonialização como objeto de estudo da História ainda não se ocupou do Sítio Histórico de Oeiras. Assim, o que nos cabe aqui delimitar a revisão de literatura em produções que contemplem a análise e trajetórias dos processos de patrimonialização na experiência brasileira e discussões conceituais importantes para o campo de pesquisa.

---

<sup>41</sup> CANCLINI, Néstor García. *Op.cit.* p.100

<sup>42</sup> *Ibidem*, p.103

<sup>43</sup> CANCLINI, Néstor García. *Op.cit.*,p.104

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 105

“Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (1930 – 1940).”<sup>45</sup> constitui referência obrigatória para pensarmos a nossa problemática de pesquisa por se ocupar do momento de estruturação das políticas federais de salvaguarda do Patrimônio Cultural brasileiro. À preocupação da autora foi analisar a estruturação da política federal e ao destacar a dimensão cultural do patrimônio na estratégia de construção da noção do Estado brasileiro, revela como o poder simbólico é constituído e exercido a partir de grupos e de ideias relativas à invenção da tradição no campo patrimonial. Ao analisar as estratégias de construção da ideia de nação no Brasil e a relação entre a formulação do Estado e o patrimônio cultural se desdobra na relação entre os intelectuais e o Estado brasileiro nas décadas de 1930 e 1940; enfatiza o papel de um certo grupo, uma rede de interesses na preferência de pontos e princípios que irão constituir o núcleo central, a base discursiva e operacional para a prática patrimonial no País.<sup>46</sup>

Em “Patrimônio em Processo: Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil”<sup>47</sup> também se ocupa da trajetória política federal de preservação no Brasil. A autora discute as noções de patrimônio e a trajetória do conceito ao longo da história ocidental, além de reconstituir o percurso pelo qual a denominação passou ao longo do tempo e como alterou-se durante o século XX. Discute o processo de criação do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional - SPHAN e as formas como o órgão trabalhou dividindo-se em (2) dois momentos, a “Fase Heroica” e “Moderna”, para então discutir as práticas de tombamento entre os anos de 1970 e 1990.

Na “Fase Heroica” a autora destaca a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ressalta o pioneirismo de um certo grupo de intelectuais Modernistas em elaborar a partir de suas próprias concepções de arte, história, tradição e nação, o conceito de patrimônio adotado pelo Estado através do SPHAN. O texto argumenta como o passado da nação foi inventado, ao fazer um minucioso detalhamento da institucionalização da preservação do patrimônio a partir da criação do SPHAN analisando o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade e o decreto-lei nº 25, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade que instituiu o SPHAN. “A Fase

---

<sup>45</sup> CHUVA, Márcia Regina. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (1930 – 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>46</sup> CHUVA, Márcia Regina. *Op.cit.*, 2009.

<sup>47</sup> FONSENCA, Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

Moderna” a partir dos anos de 1970, com a gestão de Aloísio Magalhães, teria causado grandes transformações nas ações do SPHAN. O relato do contexto cultural que favoreceu às transformações na postura do órgão mostra como diversas questões emergentes naquele momento começaram a entrar em conflito com as práticas até então adotadas de valorização dos monumentos vinculados à cultura do colonizador e a problemática dos bens imateriais. A autora ainda trabalha com o conceito de bem cultural de Aloísio Magalhães, mostrando como esse conceito e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural alterou as práticas do SPHAN. A contribuição da autora apesar de já relativizada e criticada compõe uma narrativa da instituição e seus gestores importante para compreensão do universo que conduziu a política de memória.

Neste sentido, as abordagens aqui apresentadas descortinam possibilidades de leituras de nosso objeto ao transportarmos os exemplos da trajetória nacional à experiência de Oeiras que se impõe no mesmo recorte temporal e, é em grande medida, resultado das formulações nacionais. Em 1940, Oeiras tem bens culturais tombados como consequência dessas políticas nacionais problematizadas por Márcia Chuva (2009). Já em 2009 Oeiras sofre ações do Plano Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI através do financiamento do Programa Monumenta relacionadas à salvaguarda do patrimônio imaterial, conceituação historicizada por Fonseca (2017). A ideia de construção do patrimônio a partir da História da nação operacionalizada por Márcia Chuva também pode ser localizada e problematizada no sítio Histórico de Oeiras onde verificamos discursos produzidos a partir do Instituto Histórico de Oeiras - IHO e a construção de um campo patrimonial síntese da História local.

Ambos os trabalhos despertam o interesse para pesquisas que dediquem ação e trabalho dos órgãos de proteção, bem como, o prosseguimento de discussões que explorem de igual medida a produção do sistema simbólico formada no campo patrimonial entre agentes oficiais e seus expedientes, assim como, a diversidade de grupos sociais incluídos e excluídos desses processos. De tal modo, pontuamos que nossa pesquisa intenciona realizar esforço analítico que conjugue essa variedade de sujeitos.

Enquanto objeto de políticas públicas e para o estabelecimento dos direitos culturais, os patrimônios perpassam tensões que devem ser avaliadas e continuamente repensadas no sentido de torná-los direitos efetivos e não somente previstos. Os princípios que derivam as políticas de salvaguarda do Estado brasileiro estão condensados no Artigo 216 da Constituição Federal, o qual define como patrimônio cultural brasileiro “Os bens de natureza material e

imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]:" texto constitucional contemplou as diversas naturezas do patrimônio cultural brasileiro. Ao conferir conceito amplo à questão faz-se com que a diversidade cultural do Brasil possa ser preservada conforme as peculiaridades de cada região.

O Decreto nº 3.551/2000<sup>48</sup> instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” e o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. A abertura desse campo político-institucional está em consonância com as discussões internacionais promovidas pela UNESCO<sup>49</sup> para a salvaguarda da cultura tradicional e popular e do patrimônio imaterial cujas ações de inventariamento e registro foram implantadas em várias partes do Brasil.

Na definição de Patrimônio Cultural Imaterial presente na Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006<sup>50</sup> que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o conceito de bem cultural de natureza imaterial é concebido como “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”; e “toma-se tradição no seu sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado.” De forma complementar a noção de bem cultural têm-se a de “referências culturais”, as quais podem ser definidas como “as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade”<sup>51</sup>

Ocorreram transformações significativas sobre o entendimento do que é patrimônio cultural. Essas mudanças têm possibilitado uma ampliação conceitual e o aprofundamento de debates, pois as transformações em curso estão associadas à mudança de vertente nos que diz respeito ao movimento de “empoderamento” por parte dos agentes sociais e no maior uso das referências culturais para reclamar pertencimentos Etno-raciais. Construindo assim, uma

<sup>48</sup> BRASIL. Decreto Presidencial n.º 3551, agosto de 2000.

<sup>49</sup> UNESCO. CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por)>. Acesso em: 10.06.2017.

<sup>50</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RESOLUÇÃO n° 001, de 03 de agosto de 2006.

<sup>51</sup> FONSECA, Cecília Londres. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais, Manual de Aplicação. Brasília: DID, 2000.



forma de compreensão a respeito do patrimônio e explicitando a presença de diversos agentes, notadamente novos sujeitos coletivos como comunidades indígenas e quilombolas dentre outros segmentos sociais, que passaram a reivindicar a gerência na formulação e aplicações de ações de salvaguarda.<sup>52</sup>

Neste contexto, tomamos como referência o debate formulado por Chuva que discute o conceito de patrimônio a partir de uma perspectiva integradora. A autora aduz que:

1º [...] os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidades relacionados a ele. 2º [...] os sujeitos produtores de sentidos são vários, diferenciados e deveriam ser confrontados em fóruns de discussão.<sup>53</sup>

Chuva compreende que a noção de referência cultural e de paisagem cultural foram fundamentais para construção de uma noção mais integradora de patrimônio cultural, a primeira por considerar a inclusão dos sujeitos sociais e a segunda pela superação da dicotomia entre patrimônio material e imaterial e por enfatizar a relação entre o homem e o meio.

Deste modo, a construção teórica para a problematização de nosso objeto de estudo pensa o patrimônio não apenas como um artefato do passado, onde são imprescindíveis não só a contextualização histórica e os principais aspectos culturais da cidade, mas também, o seu entrelaçamento com a história contemporânea, os sentimentos de pertença da população associados às ações do Estado brasileiro e outros agentes que permitam a continuidade de culturas em seus espaços a partir de uma perspectiva integradora.

O percurso de pesquisa privilegia questões ligadas às experiências históricas e as trocas simbólicas que sustentam as relações entre os bens culturais, populações, agentes institucionais, sociedade civil e a produção de sentidos nos espaços patrimoniais. Considerando a existência de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o subjetivo que não pode ser traduzido por uma única ferramenta. Caracteriza-se, portanto, pela utilização de um conjunto de diferentes abordagens que permitem a interpretação dos fenômenos, a atribuição de

---

<sup>52</sup> ANDRADE Alenuska; LIMA, Ariane. Relatório Preliminar do Inventário Nacional de Referência Cultural do Planalto Piauí. 2013. As atividades de pesquisa e inventariamento demonstraram a reivindicação e exigência das comunidades quilombolas de uma metodologia participativa.

<sup>53</sup>CHUVA, Márcia Regina. Por uma história da noção de patrimônio cultural do Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, p.163, 2012.

significados e que possibilitam descrever e decodificar os componentes que dão sentido ao objeto estudado a partir das fontes. O emprego de uma lógica empírica, definição e dimensionamento do campo de trabalho objetivam evidenciar os elementos simbólicos e expressões que o configuram a laços de pertencimento que permitem a constituição de nosso problema de pesquisa.

Para a definição do campo de trabalho considera-se importante contextualizar o objeto em sua dinâmica histórico-social definindo a rede de relações que foram estabelecidas pela interação dos diversos sujeitos sociais dentro, sobre e em torno do objeto estudado, o que será permitido pela articulação do conjunto de fontes e as escolhas teórico-metodológicas.

A pesquisa documental e imagética constitui recursos fundamentais para pesquisa. Assim, a metodologia se dará em (2) dois focos: na historicização dos projetos de patrimonialização e na identificação da memória construída sobre a cidade no processo de enquadramento da memória<sup>54</sup>, que informam as experiências dos indivíduos e as relações sociais referentes ao sítio histórico de Oeiras.

Assim, podemos questionar como as identidades formuladas na cidade de Oeiras adquirem sentido de acordo com toda a linguagem expressa nos e sobre os bens culturais?

Candau aponta para o imenso desejo de memória da sociedade francesa ao inventariar, salvaguardar, conservar e valorizar os “indícios do passado”. Para o autor, o patrimônio constitui um aparelho ideológico da memória por construir uma ilusão de continuidade à medida em que a memória acionada pelo patrimônio atende o sentido de identidade buscado no passado. Desse modo, os desejos dos grupos ao narrar a si próprios se fazem como exercícios de procurar no patrimônio solo firme por conta da ruptura com suas “origens”.<sup>55</sup>

A compreensão da salvaguarda do patrimônio passa pela ideia de que os traços materiais e imateriais dos grupos ao perderem estes arquivos, é perder a si próprio e, assim, a ausência de um suporte da sua identidade. Dessa forma, os grupos sociais ganham legitimidade à medida que se instituem no tempo.<sup>56</sup> Assim, a necessidade de identidade se materializa na memória acionada pelo patrimônio.

---

<sup>54</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. vol. 5, nº 10, 1992. p.204; POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1989.p.15

<sup>55</sup> CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.p.158-159.

<sup>56</sup> CANDAU, Joel. *Op.cit.* p.160.

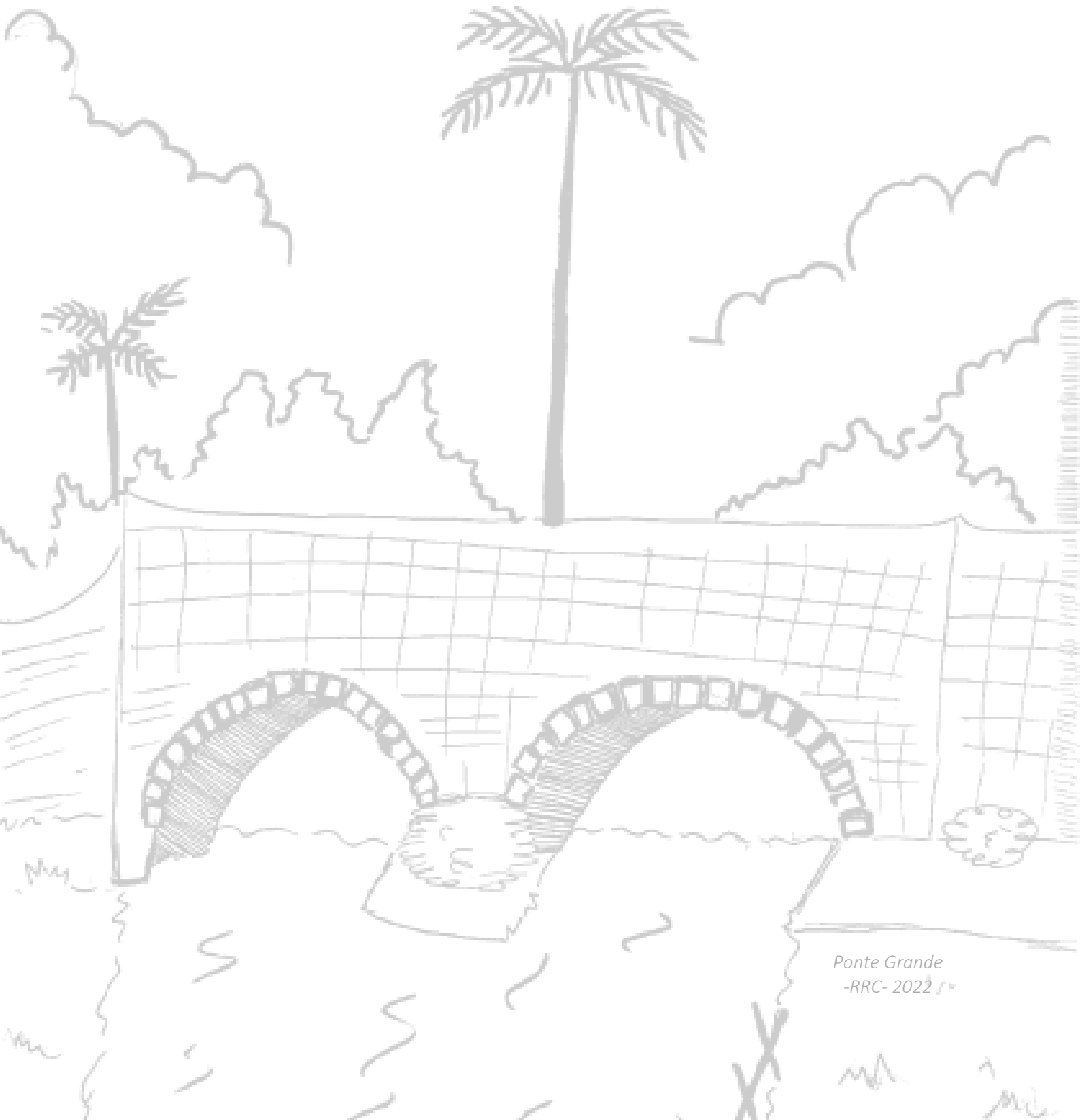
Nesta conjuntura, a partir do problema de pesquisa, da noção de ativações patrimoniais, dos agentes, de paradigmas preservacionistas e das considerações metodológicas, formulamos a seguinte narrativa para pensarmos o caso de Oeiras – PI.

O trabalho está organizado em torno da introdução e possui (3) três partes, sendo elas: Parte I - “Patrimonialização entre 1937-1945” com o Capítulo 2 - “OEIRAS A ÉPOCA DA INCLUSÃO NA POLÍTICA FEDERAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL” analisa o contexto e ações do início da Política Federal da Proteção ao Patrimônio Nacional no Piauí, que inclui os direcionamentos teórico-práticos operacionalizados pelo Estado brasileiro e o momento político, bem como a nível local como se vivia Oeiras na época.

Parte II - “Por uma política de Memória: patrimonialização nas décadas 1970-1980” divide-se em (2) dois capítulos: Capítulo 3 - GESTORES DO PASSADO: UMA POLÍTICA DO PATRIMÔNIO EM OEIRAS que procura entender como entre a década de 1970 e 1980 se processou a retomada das ações de proteção paralisadas desde a oficialização dos tombamentos em 1940, bem como, a organização a nível estadual da salvaguarda do Patrimônio; o reconhecimento de Oeiras enquanto Monumento Nacional e o Programa das Cidades Históricas que visava fomentar o turismo. Capítulo 4 - RETÓRICA DA TRADIÇÃO: INTELLECTUAIS MEDIADORES, A REVISTA DO IHO E O PATRIMÔNIO que analisa a militância de intelectuais engajados na escrita e divulgação de uma certa memória da História e dos bens culturais de Oeiras.

Parte III: Patrimonialização em conjunto (2005-2012) possui o capítulo 5 - A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CONJUNTO HISTÓRICO PAISAGÍSTICO DE OEIRAS, tem como foco analisar as mudanças processadas no âmbito das políticas de salvaguarda e ampliação do conceito de patrimônio que resultaram em 2012 no tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras que viabilizou uma interpretação da cidade por meio da diversidade dos bens culturais.

PARTE I  
PATRIMONIALIZAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1937-1945



Ponte Grande  
-RRC- 2022

## CAPÍTULO 2

### OEIRAS: A ÉPOCA DA INCLUSÃO NA POLÍTICA FEDERAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL



*Figura 02: Vista do Largo da Vitória 194? Fonte: Fundação Nogueira Tapety*

A cidade de Oeiras foi o primeiro núcleo urbano e a primeira capital do Piauí da colonização até 1852. A sua paisagem urbana demonstra, assim como em suas manifestações culturais, sobretudo religiosas, as marcas do período colonial e imperial. A partir do período político do Estado Novo (1940- 1945), o cenário político e econômico brasileiro muda e Oeiras recebe um conjunto de intervenções redesenhando o seu aspecto urbano, a figura 02 registra um momento de transição das feições rurais ao espaço urbanizado pretendido. No mesmo contexto histórico, Oeiras é incluída na política federal de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro empreendida pelo Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional- SPHAN e tem exemplares da arquitetura tombados.

Objetivamos apropriarmos historicamente das intervenções sofridas pela paisagem e vida urbana da cidade de Oeiras no período que medeia entre o final de 1930 e a década de 1940. Analisar tal período pressupõe entender o contexto histórico e político onde os bens culturais foram patrimonializados e, como o momento constituiu um marco na construção de uma certa memória da cidade e de seus bens patrimonializados.

As ações do Estado e do setor privado<sup>1</sup> dizem respeito especialmente nas construções, obras públicas e particulares que pretendiam modernizar a paisagem urbana; na chegada de alguns aparatos modernos como energia elétrica, cinema e aviação e as ações do SPHAN no tombamento de bens arquitetônicos.

A História da cidade de Oeiras se confunde com a História do Estado do Piauí por ter sido o primeiro núcleo de povoação. Na prática escriturística<sup>2</sup> as imagens construídas sobre Oeiras centraram-se em (4) quatro temáticas principais, são elas: o processo de colonização, a adesão ao processo de independência, a perda do status de sede administrativa e as narrativas sobre os bens culturais.

Primeiro núcleo populacional da Capitania de São José do Piauí, Oeiras foi referenciada enquanto berço da cultura vaqueira, com a expansão da pecuária extensiva se fez a dita “Civilização do couro” cunhada por Capistrano de Abreu<sup>3</sup> e, que segundo Tapety em suas análises sobre as décadas de 1960 aos anos 2000<sup>4</sup>, no sertão piauiense permanecem práticas e representações de uma cultura vaqueira e vínculos de pertencimento. Assim, consideramos que à referência desse passado colonial é contributo para o acolhimento de uma herança identitária sertaneja que se converte em *télos* da cidade e se estende ao Estado.

Em meados do século XIX, Oeiras enquanto sede administrativa, constituía a única no nordeste instalada no interior, o que segundo a gestão de Conselheiro Saraiva, o presidente da Província, dificultaria seu desenvolvimento. Como solução a transferência se deu em 1852 para Teresina, região próxima ao importante entreposto econômico, a cidade de Caxias no Maranhão.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> As construções do setor privado como a construção do Prédio da Associação Comercial de Oeiras receberam auxílio financeiro do governo estadual e seguiu o estilo Art'déco conforma o padrão da época.

<sup>2</sup> Ao usar o termo destaco o conjunto de escritas para além da escrita acadêmica, registros de letrados preocupados em traduzir o mundo que viviam. As ideias de Certeau nos levam a discussão sobre a importância do advento da economia escriturística, que se destaca uma modernidade pela necessidade de inscrever a lei nos corpos a partir da escritura, conduzindo à reprodução de uma prática social efetiva, de “um fazer” do sujeito que não mais interpreta os mistérios do mundo, mas que é produtor de textos e do saber. Significa o rompimento com operações do “mundo mágico das vozes e tradição”, assim descrito por Certeau quanto ao Antigo Regime. Cf. CERTEAU, M. de. A Economia Escriturística. In: CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 4. ed. rd. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.p.224.

<sup>3</sup>O historiador Capistrano de Abreu usou o termo "Civilização do Couro" para descrever a importância da pecuária no interior nordestino e para o Piauí representaria sua formação sócio-histórica. Cf. ABREU. Capistrano. *Capítulos de História Colonial*: 1500 – 1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado, 1998.

<sup>4</sup> TAPETY, Audrey Freitas. O vaqueiro no Piauí: Representações e práticas socioculturais (1960 – 2000). 116p. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado). Universidade Federal do Piauí, 2007.

<sup>5</sup>CHAVES, Joaquim. Mudanças da Capital. In: *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013, p. 25

Consideramos que os transcurso da transferência da Capital foram importantes para construção de uma memória sobre a cidade, por suscitar um sentimento duplo que oscila entre a orfandade e lamento ao enaltecimento da singularidade da cultura local. As vozes dos “filhos de Oeiras” são eloquentes a ponto de defenderem a legitimidade de suas falas como atestou o escritor oeirense José Expedito Rêgo, [...] não se trata de bairrismo vulgar, mas uma tomada de consciência por seus filhos, da importância histórica, política e social da terra-berço na formação da comunidade piauiense”.<sup>6</sup> A imagem da “terra-berço” é recorrente na fala de tantos outros conterrâneos.

Nas primeiras décadas do século XX, a capital Teresina, já possuía os primeiros sinais de uma pretensa modernidade, dentre eles: o cinema, iluminação elétrica e uma arquitetura acompanhando as tendências da época. E Oeiras? A antiga capital do Piauí desde que perdeu o status de capital entre 1852 e 1930 teria sofrido poucas alterações, a historiografia piauiense aponta para um longo período de decadência ou estagnação.<sup>7</sup>

A partir da década de 1930 o espaço urbano começou a sofrer intervenções, o poder político nas esferas municipais e estaduais se empenharam na inserção da cidade em um contexto que parecia está consolidado em diversas partes da comunidade internacional e, já estava em curso no território nacional, o desejo de um aparelho urbanístico necessário ao fenômeno que se denomina de modernidade.

Assim, dentro do discurso modernizante aconteceu na prática a expansão do tecido urbano e suas representações construídas nesses espaços por sujeitos que compartilhavam diferentes desejos. O processo de modernização sofrido por Oeiras reúne a área universalizante e progressista própria do ideário modernizante somada aos contornos locais que ornaram a memória e a história do período.

Para construirmos nossa narrativa lançamos mão de diferentes tipos de fontes que devem ser consideradas em sua natureza para o trato da discussão que pretendemos levantar. O discurso de autoridades políticas e intelectuais na ocasião de eventos; os processos de identificação e tombamentos do SPHAN; os relatórios institucionais da prefeitura de Oeiras e

---

<sup>6</sup>REGO, Expedito *apud* RUBENS, Carlos. *O Tesouro Provincial*. Disponível em: < <https://maioeiras.com.br/noticias/o-tesouro-provincial-por-carlos-rubem/>>. Acesso em 10.06.2018.

<sup>7</sup>QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Imagens de Oeiras*. In: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Do Singular ao Plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006.p.55-63.; ROCHA, Gutemberg C. *Joga o Barro na Parede: uma canção de amor e paz*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.; SILVA, F.S.A; LIMA, R.M.Q. *Possidônio Queiroz: um homem a ser escutado*. Oeiras: Instituto Barros de Ensino, 2010.

estado do Piauí e o acervo de fotografias que registram as mudanças na paisagem e os bens culturais a serem inseridos na recente política de preservação do patrimônio nacional.

Todo registro seja ele escrito ou visual é carregado de intenções e ao tentar produzir efeito de verdade produzem versões sobre o período e nos dão indícios dos desejos e valores daqueles que os fabricaram. Ao longo de nossa narrativa estaremos atentos em apontar a partir do conjunto de fontes os meios de legitimação dos poderes local, estadual e nacional frente as mudanças alcançadas pela onda modernizadora através das obras públicas e da política de preservação do patrimônio cultural. Ao tempo que entendemos como os cidadãos reelaboram seus (res) sentimentos que será importante nos enquadramentos da memória e nas ativações patrimoniais a partir de então.

## 2.1 “O DESPERTAR DO LONGO SONO”: OEIRAS ENTRE 1937-1945

E a velha urbe, destronada da posição de princesa destes sertões, viu ruas inteiras transformarem-se em escombros e um desânimo desmedido apoderar-se dos seus filhos. E anos e anos decorreram sem que as coisas mudassem. Oeiras vivia somente das glórias do passado, das suas grandes tradições. Mas, um dia, a gloriosa terra, como que a bela adormecida no bosque, despertou do longo sono, distendeu os membros entorpecidos, sacudiu a poeira do tempo e resolveu encetar nova jornada, readquirir o antigo prestígio.<sup>8</sup>

O despertar do “longo sono” se refere as mudanças concretizadas na cidade de Oeiras do período pós-revolução de 1930 e, principalmente, durante o Estado Novo. As transformações que vivia o Brasil na esfera política deveriam se expressar também no cenário econômico e, para a construção de uma sociedade industrial e moderna era necessário intervenções urbanas por todo território nacional.<sup>9</sup>

Oeiras se encontrava à margem dessa sociedade e muito distante do feitio urbano que povoava os sonhos de um Brasil moderno como vislumbrava o estadonovista. Na ausência do industrialismo como propaganda da modernidade, aos moldes europeus, a fórmula para o alcance do moderno se volta para um ideal urbanístico e, não foi diferente, as especificidades de Oeiras.

---

<sup>8</sup> Texto originalmente publicado no Almanaque do Cariri em 1955. Cf. QUEIROZ, Possidônio Nunes de. Oeiras, seu passado, pleno de glórias: o presente cheio de realizações úteis. In: *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 16. 1999, p.155.

<sup>9</sup>PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.



A história da economia da cidade perpassa uma longa tradição nas atividades agropastoris tendo destaque para criação extensiva de gado das épocas coloniais até sua crise em meados do século XIX<sup>10</sup>. O extrativismo sempre figurou a economia local, na primeira década do século XX viveu a exploração da borracha de maniçoba<sup>11</sup> e, ao lado de outras cidades produtoras, sustentou a economia piauiense. No período em estudo, as mudanças foram financiadas pelo incremento do extrativismo da cera de carnaúba<sup>12</sup> que aqueceu a economia local aliada ao discurso modernizador que vivia o país.

O poder municipal assume um discurso rumo ao progresso. Tal orientação podemos identificar na escrita de Possidônio Queiroz que constrói uma síntese da História de Oeiras, na década de 1950.

Oeiras: seu passado, pleno de glórias - o presente cheio de realizações úteis  
Um passado a ser lembrado e um presente de progressos  
A história de Oeiras pode dividir-se, atualmente, em (4) quatro períodos:  
I – O que vem do devassamento do solo até a sua elevação à categoria de capital da Capitania;  
II- O que decorre de sua elevação à categoria de capital até a mudança da sede do governo para Teresina;  
III- O que transcorre da mudança da capital até outubro de 1930, época da decadência;  
IV- O período que decorre de 1930 para cá – época da renovação.<sup>13</sup>

Através do título já podemos vislumbrar o que pretende destacar Possidônio Queiroz. Ele possuía legitimidade por ocupar cargos no Executivo Municipal, Câmara dos Vereadores e por participar dos movimentos culturais como importante ativista<sup>14</sup>. O discurso apresentado no ano de 1955 revela um relato de continuidade, o progresso se reinicia na década de 1930 e se mantinha no presente em que vivia. Essa compreensão passa a ser repetida e citada em várias produções locais. Assim, a História da Cidade passa a ser relatada com um divisor de

<sup>10</sup>NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. v. I. Teresina: FUNADEPI: Fund. Mons. Chaves, 2007.

<sup>11</sup> QUEIROZ, Teresinha. *A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí: 1900 – 1920*. Teresina: UFPI /APL, 1994.

<sup>12</sup>QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

<sup>13</sup>QUEIROZ, Possidônio Nunes de. *Op.cit.*, 1999, p.156.

<sup>14</sup> Cabe destacar que também se fez personagem atípico para sociedade oeirense com forte hierarquia social e racial. Negro e de origem pobre não teve educação formal, ascendeu por ser autodidata em suas várias atividades. Foi advogado (rábula), professor, conferencista, jornalista, historiador, filósofo, crítico literário, músico, compositor, cronista, poeta e orador, esteve à frente de diversos eventos políticos, religiosos, históricos e/ou culturais de Oeiras. Um dos fundadores do Jornal “Cometa” e do Instituto Histórico de Oeiras”.

águas, as décadas anteriores enquanto fase de decadência e o presente, a partir de 1930, como exemplo de progresso.

A ideia era apagar o tempo transcorrido entre 1852-1930. O discurso de exaltação de todas as conquistas do presente era a promessa que Oeiras reviveria a época de ouro, de capital administrativa do Estado do Piauí. Assim, Possidônio Queiroz, integrante dos grupos políticos e culturais daquele contexto, fazia parte e se sentia agente contribuinte daquelas mudanças, a sua fala de exaltação do período pode ser entendida como autolegitimadora e um recurso de manutenção dos interesses e dos grupos de poder.

O cenário local do discurso do progresso se remetia ao quadro mais amplo do Estado do Piauí tendo como referência primeira o Estado brasileiro na figura de Getúlio Vargas. O então Interventor Federal no Piauí, Leônidas de Castro Melo, a partir do relatório das atividades da administração do Estado do Piauí relativo a 1940 – 1942 destaca tal concepção:

Verá V. Ex.<sup>a</sup>, as linhas a seguir, que até hoje não sofres interrupção de qualquer natureza a era da prosperidade crescente aqui iniciada no Governo do Major Ladri Sales Gonçalves, primeiro delegado da confiança de V. Excia, após a Revolução de 1930, e aqui realizador de imperecível obra administrativa.

Um ambiente de Paz e ordem, todos trabalham tranquilamente, e conjugando esforços, governo e povo conduzem o Estado a situação verdadeiramente auspiciosa. [...] É, pois, Sr. Presidente, positivamente lisonjeira e bonançosa a hora que vive o Piauí. E, si não fora a terrível perspectiva que a guerra mundial apresenta, **nenhuma sombra anuviará a esperança do povo piauiense conquistar, em breve tempo, a posição de destacado relevo no cenário nacional.**<sup>15</sup> (Grifos nossos)

O contexto político após a Revolução de 1930 e, mais especificamente do Estado Novo, nos leva a entender o papel do estado na construção do perfil modernizante. O movimento revolucionário de 1930 e os grupos intelectuais vinculados ao Estado Novo viam no modelo político e cultural da “República Velha” limitações ao avanço para as vanguardas econômicas, políticas e culturais assistidas na Europa.<sup>16</sup> Durante a Primeira República o poder político sustentava-se nas elites agrárias e alcançava todas as instâncias da administração pública. As oligarquias e a acentuada ação do coronelismo, se revelava nas dimensões sociais, políticas e

<sup>15</sup> PIAUÍ. Relatório de governo apresentado a Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1941, p. 03. (Grifos nossos)

<sup>16</sup> FONSENCA, Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2017, p.87.

familiares. O movimento de 30 pretendia-se substitutos do passado oligárquico.<sup>17</sup> É ingênuo acreditar na propaganda formulada de maneira a positivar o golpe de Estado, pois não houve ruptura na estrutura social, política e econômica do Brasil, mas apenas uma substituição das velhas oligarquias, havendo, dessa maneira, tão somente uma acomodação de novas forças no poder.

No entanto, a “Revolução de 1930” teve papel decisivo na reestruturação do Estado Nacional iniciado no advento da Independência.<sup>18</sup> A ideia de Nação era inacabada e o sentimento de pertença precisava ser forjado e o Estado Novo foi um agente modelador da nação. As características do contexto político confluíam para a construção da nação, formação do cidadão brasileiro, a formação da nacionalidade ancorada na política conduzida por ações específicas do Estado centralizador e autoritário. O apelo ideológico em torno da nação desempenhou a função de agente modernizador e ao mesmo tempo conciliador e amalgamador dos diferentes interesses em jogo, fortalecendo a figura de um líder carismático. Por outro lado, esse mesmo Estado agiu eliminando opositores, tais como, os revoltosos da Revolução Constitucionalista em São Paulo, os militantes de esquerda na ocasião da Intentona Comunista e os membros da extrema direita<sup>19</sup>.

Em termos econômicos o governo Vargas passou a desempenhar um papel ativo na economia, avançando na política de substituição das importações, impulsionando dessa forma a industrialização e os investimentos em infraestrutura urbana. O estadonovista marcado pelo autoritarismo e associado ao nacionalismo buscava a supressão do atraso econômico do Brasil o que levava a forte intervenção na economia, acelerando a industrialização, e em consequência, a urbanização.

O sentido de modernidade, conforme Guiddens<sup>20</sup>, “refere-se a estilo, costume de vida e organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Assim, as estruturantes transformações econômicas e socioculturais em virtude da revolução industrial consolidam o modo de produção capitalista que se destaca pela celeridade das mudanças e a sua universalização, cujas

---

<sup>17</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

<sup>18</sup> GUIMARÃES, M.S. “Nação e Civilização nos Trópicos”. In: *Estudos Históricos*, nº.1, 1988.

<sup>19</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

<sup>20</sup> GIDDENS, Anthony. *As Consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.p.11.

consequências culminaram com a transformação de todos os tipos tradicionais de ordem social.<sup>21</sup>

Neste sentido, o movimento de alcance ao perfil modernizante tem como suporte o golpe de Estado e, uma elite intelectual a qual entendia que a mudança que se processava no país representaria a tentativa de quebra dos vínculos tradicionais exigidos na lógica modernista que a Proclamação da República no Brasil teria rejeitado.

Os reflexos desse período se fizeram presentes no Estado do Piauí, a infraestrutura das cidades recebeu fortes investimentos, modificando, precipuamente, a paisagem das cidades piauienses. Após o “movimento revolucionário”, assume o comando do Estado o interventor federal Landri Sales, militar cearense que governou o Piauí de 1931 a 1935 e com ele, algumas ações foram executadas e outras propagandeadas no sentido de mudar a realidade piauiense, inserindo nesse contexto o sentimento do novo, dos atributos da modernidade, dos ideais de progresso emanados das esferas do poder central, incentivando, inclusive, a universalização da educação.

A gestão do governo de Leônidas Melo<sup>22</sup>, seu sucessor, que governaria até 1945, acompanha o Estado Novo no Piauí e com ele, continua a atuação ideológica dos administradores em construir uma imagem do chefe da nação e do Estado Novo, envolvidos nas concepções da modernidade. A gestão de Leônidas Melo assistiu ao alto desempenho da economia piauiense, marcada pelo extrativismo, no qual se destacou a cera de carnaúba, proporcionando recursos financeiros para investimentos na infraestrutura do Piauí.

E, agora com o advento o Estado Novo, em que a ação do poder central melhor se pode fazer sentir sobre os municípios, onde fatalmente o tempo irá consumindo as antigas divergências e ódios de facções, não tenho dúvida que mais se acentuará essa fase de realizações que nos vai, a cada dia, impulsionando para um futuro promissor.<sup>23</sup>

Como este processo reverbera em Oeiras- Piauí? Os líderes políticos tiveram respectivamente, nos níveis federal (Getúlio Vargas), estadual (Leônidas de Castro Melo) e municipal (Orlando de Carvalho) seus nomes associados ao momento de mudanças e, assim,

---

<sup>21</sup> GIDDENS, Anthony. *As Consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.p.11.

<sup>22</sup> Foi governador do Piauí 1935-1937; Interventor do Piauí 1937-1945; dep. federal PI 1951-1955; senador PI 1955-1963.

<sup>23</sup> *PIAUI*. Relatório de governo apresentado a Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1941.

as ações da administração pública tiveram papel efetivo na legitimação e manutenção dos arranjos políticos.

As cidades passaram a constituir-se locus privilegiado da manifestação da modernidade trazendo consigo os espaços inovadores de sociabilidades, mas sobretudo, a imposição de novos valores, ideias e costumes que levaram a novas percepções de mundo, modos de pensar e viver. Assim, o processo de modernização ocorrido em Oeiras pode ser identificado quando letrados e políticos apontam para o progresso em seus discursos; nas obras públicas e particulares como os prédios da Associação Comercial, Mercado Municipal, Cineteatro, Café Oeiras e o Passeio Leônidas Melo (praça ajardinada) e signos modernos da época como energia elétrica, cinema e o serviço de aviação; espaços que serão apresentados em imagens a serem analisadas a seguir.

A chegada da energia elétrica, inaugurada em 7 de setembro de 1937 significou um importante artefato do moderno e, para o porte da cidade de Oeiras, custou alto investimento na infraestrutura de instalação da Usina. Segundo Rocha<sup>24</sup>, inicialmente não foi instalada em residências. Posteriormente, as famílias abastardas solicitavam à Prefeitura o fornecimento deste serviço.

Para a inauguração da energia elétrica ocorreram festas celebradas por membros da população e pelo poder público local. Os eventos foram registrados em fotografias que nos revelam a importância dos acontecimentos no cotidiano da cidade. A programação iniciou no dia 06 com um baile, segundo Rocha<sup>25</sup> oferecido por um morador de Oeiras pertencente a elite local.

---

<sup>24</sup>ROCHA, Zulene de Holanda. Modernização e ressignificação: as contradições na formação do espaço urbano oeirense. (1900- 1945). 145f. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, 2015.p.74.

<sup>25</sup> ROCHA, Zulene de Holanda. *Op.cit.* 2015. p.75



*Figura 03: Baile em comemoração à chegada de Energia Elétrica em 1937  
Fonte: Fundação Nogueira Tapety*

A fig. 03 representa aqueles que participaram da festa particular. Percebe-se a encenação para o enquadramento fotográfico com as disposições de homens e mulheres, os trajés demonstram a classe social a qual pertenciam e a distinção social que se fazia ao participar do evento e eternizá-lo em fotografia.

O registro pertencente ao acervo da Fundação Nogueira Tapety<sup>26</sup> não possui identificação dos presentes ou outras informações que acrescente a análise do documento. O acervo e sua preservação, que possui outras fotografias do período, por sua vez, revela importância que a memória sobre o período assumiu para a população da cidade, a recorrência de seus usos para lembrar uma fase que teria sido o “renascimento” da cidade ressentida com a perda da condição de capital.

Apesar de um símbolo de modernidade e urbanidade, a fotografia foi absorvida por sociedades tradicionais, que as transformaram em instrumento de atualização “moderna” de antigos valores, normas e costumes.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Fundação em homenagem ao poeta Nogueira Tapety, promotora de eventos culturais e guarda de documentos sobre a História e o patrimônio Cultural de Oeiras. Dever-se destacar que a família Tapety compõe o jogo político local e alterna-se no poder com a família B. Sá sua opositora.

<sup>27</sup> LIMA, S. L de; CARVALHO, V. C. de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; De Luca, Tania Regina. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p.31.

Assim, a fotografia que perfaz a coleção sobre o período de “renascimento” da cidade ,faz uma construção de uma narrativa que produz referências simbólicas sobre a Oeiras desejada em meio os sentimentos de decadência , a autorrepresentação é uma construção bem sucedida de sentidos, o exemplo dessa eficácia diz respeito as esferas de circulação que na atualidade ainda pertence, depositadas seus originais na fundação, com cópias digitais indistintamente circulando entre a população, mas que ainda parecem ser apropriadas como um ícone do período áureo. A iconização preserva os registros enquanto instrumentos do passado das elites e seus feitos.

Como de costume local, em dias de festas cívicas e religiosas, as celebrações do dia (7) sete começavam na alvorada com músicas e foguetório; a celebração de missa para autoridades e apresentação artística do Grupo Escolar, discursos oficiais na sede da prefeitura e a benção da Usina pelo Bispo diocesano.



*Figura 04: Largo da Matriz Festa de Inauguração da Usina Elétrica  
Fonte: Fundação Nogueira Tapety*

A fig.04 retrata a apresentação do Grupo Escolar Costa Alvarenga nas festividades. O enquadramento alcança uma visão parcial do Largo da Matriz feita do alto de um casarão, que tenta captar todo o quadrante, que ainda é um espaço sem urbanização. O adro da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, em segundo plano à esquerda, reúne boa parte dos presentes. À direita, as ruínas da antiga Cadeia pública, que em alguns anos, cederá espaço para construção

do Cineteatro e a Associação Comercial. São as ruínas e o Largo da Matriz sem pavimentação que testemunham a decadência e estagnação da qual se referiu Possidônio anteriormente?



*Figura 05: Grupo Escolar Costa Alvarenga nas festividades de Independência e inauguração da Usina Elétrica  
Fonte: Fundação Nogueira Tapety*

A fig.05 tem enquadramento oposto ao registrado na fig. 04 e foi realizado a partir do adro da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias. Do qual nos permite visualizar o momento da apresentação cívica dos escolares, os expectadores e, em segundo plano, à direita, o casario de (2) dois pavimentos que deu suporte ao enquadramento da figura anterior. É interessante notarmos as marcas do tempo nas paredes. A necessidade de reparos na pintura seria também testemunhos do período de decadência?

Se os sentimentos de decadência eram compartilhados por toda população não sabemos dizer, mas é correto afirmar que, as tradicionais festividades promovidas na época do Estado Novo na data da Independência ganharam, naquele ano, significado diferente por fabricar um sentimento de novo: novidade em superação a retórica da capital perdida; e de prosperidade em contraste ao retrato de decadência e atraso os discursos de Possidônio conforme discursos de Queiroz e, que podem ser identificados seus vestígios nas figuras 04 e 05 ao vislumbrar o principal espaço público da cidade com ruínas e sem urbanização.

Entre os discursos da solenidade, podemos destacar o do cirurgião dentista e escritor Raimundo Costa Machado:



[...] Foi o desdobramento desse espaço, foi a purificação desse instinto que, formando o espírito de solidariedade direi melhor, de fraternidade, conduziu vitoriosamente o homem da pedra lascada para o século do rádio [...]. Para isso, de diferentes estados para aqui convergiram tantos patrícios, indiferente ao sacrifício da jornada, alheio ao tempo e ao espaço, seduzidos pelo desejo de ver a terra querida experimentar este agigantado passo no caminho do progresso [...]. Capital do Estado até 1852, que depois teve sua Idade Média como estacionamento de longos anos, Oeiras está aqui [...]. Aqui estamos para dizer bem alto que iluminando Oeiras queremos pagar uma dívida ao passado [...].<sup>28</sup>

O discurso de Costa Machado, assim como o de Possidônio Queiroz, citado anteriormente, se apresentam enquanto falas autorizadas<sup>29</sup> que se consolidaram no futuro em detentores legítimos da memória da cidade e, estarão vinculados a criação do Jornal “ O Cometa” e do Instituto Histórico de Oeiras que nas décadas de 1970 e 1980 foram importantes veículos que rememoram e divulgam suas interpretações do período de 1930-1945.<sup>30</sup> Forjam toda uma memória da cidade situando, em sua maioria, os bens culturais como personagens centrais.



Figura 06: Aglomeração de populares na Inauguração da Energia Elétrica em Oeiras, 1937  
Fonte: Fundação Nogueira Tapety

<sup>28</sup> MACHADO, Raimundo Costa *apud* ROCHA, Zulene de Holanda. *Op.cit*, 2015.p.80

<sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: As condições sociais da Eficácia do Discurso Oficial. In: \_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.p.85-96.

<sup>30</sup> O jornal *O Cometa* e o Instituto Histórico de Oeiras serão discutidos no capítulo 3.

Conforme a figura 06 a aglomeração da população de Oeiras, na inauguração do serviço de Energia Elétrica<sup>31</sup>, é representativa do poder simbólico<sup>32</sup> que o evento movimentou. Observa-se que apesar da presença feminina, o espaço público é dominado pelos homens, a formalidade das vestimentas usadas em aparições públicas, que sustentavam uma distinção com uso de ternos e chapéus, na fotografia, usados curiosamente em um dos meses causticantes, o setembro no sertão do Piauí. É flagrante também a disputa pelo melhor ângulo, o desejo daqueles em serem testemunhas oculares do progresso simbolizado pela energia elétrica. O uso político vem desde a data escolhida, o 07 de setembro, que se vincula ao segmento de exaltação do slogan modernista pós-revolução de 1930, o progresso e exaltação da Nação.

Segundo Rocha<sup>33</sup>, a noite foi marcada por (3) três tipos de festas que demarcavam socialmente a cidade. Baile para elite no salão nobre da prefeitura, do Círculo Operário que estranhamente possuía comerciantes entre seus sócios e não operários e a permissão de um “batuque” para divertimento da população suburbana, no período o Código de Posturas da cidade estipulava a necessidade de autorização prévia para realização de festas com uso de tambores durante a noite<sup>34</sup>. O que revelava a permanência da discriminação e controle da cultura e expressões das populações negras.

Após a chegada da energia elétrica as construções se sucedem e aos poucos a cidade ganha um feitiço urbanizado aos moldes da época. Sobre a conclusão da sede da Prefeitura Municipal, Possidônio Queiroz, tesoureiro da Prefeitura, lembra no ano 1984 à época: [...] Município rendia uma quantia de uns quarenta contos de réis por ano [...]. Mesmo assim, na

---

<sup>31</sup> A Usina Elétrica funcionava a gerador e inicialmente apresentava poucas condições financeira de ter fornecimento em residência.

<sup>32</sup> O termo poder simbólico visa expressar e denunciar os mecanismos de poder e dominação que se disseminam de modo invisível na dimensão simbólica da vida, por meio dos discursos e da comunicação de modo geral. O poder das palavras enquanto potência no âmbito da vida de criar performances. O poder simbólico seria, portanto, esse poder praticamente invisível que se transmite por meio da comunicação, dos discursos, e que também funciona como um instrumento político de manutenção das desigualdades sociais, do status quo. O poder simbólico atua nas estruturas sociais de modo a construir – por meio da repetição – realidades e o sentido imediato do mundo por meio dos símbolos, que são os instrumentos de coesão social. C.f. BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder. Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

<sup>33</sup> ROCHA, Zulene de Holanda. *Op.cit.*, 2015.p.81-82.

<sup>34</sup> No período o Código de Posturas da cidade estipulava a autorização prévia para realização de festas com uso de tambores durante a noite. C.f. OEIRAS. Código de Postura do Município de Oeiras 1941.

sua gestão, pôde o prefeito limpar a cidade; construiu o prédio da Prefeitura, tendo mandado buscar madeira no Pará para assoalhá-la”.<sup>35</sup>

A nova sede da prefeitura foi uma obra marcante considerada de arquitetura renovada porque destoava das casas e sobrados que representavam a colônia e o Império. A obra apresentou-se como ponto de partida para a pretensa era de progresso sendo comumente nominada como início da modernização da cidade.<sup>36</sup> Ao que se deve ao estilo arquitetônico *Art Déco* que se faz testemunho de uma escolha estética e simbólica pela capacidade da materialidade e efeito perene que esse estilo de arquitetura autoproclama, um suporte do progresso e da modernidade.



Figura 07: Sede da Prefeitura na década de 1930 Fonte: Fundação Nogueira Tapety

O estilo arquitetônico *Art Déco* significou uma transição para a arquitetura moderna. Novas tendências, estilos, materiais e técnicas foram incorporadas a este movimento que se pretendia inovador, a promessa era romper com os velhos paradigmas, com o passado e, assim, para externar o espírito da nova época surge, então, trazendo nas suas concepções arquitetônicas estilos onde predominam as linhas retas ou circulares estilizadas, as formas geométricas e o design abstrato. As fachadas com rigor geométrico e ritmo linear, buscando

---

<sup>35</sup> Suas falas em palestras e eventos eram redigidas e lidas durante o evento. Posteriormente guardadas, assim como as cartas. Trata-se de um fragmento de sua fala em um programa de Rádio em 1984. QUEIROZ *apud* Zulene de Holanda.Op.cit., 2015.p.69.

<sup>36</sup> Holanda.Op.cit, 2015.p.69

causar a impressão de monumentalidade, o estilo buscou nas civilizações antigas inspiração para suas formas. Caracterizada também pelo uso em larga escala do concreto armado.<sup>37</sup>

Os investimentos públicos seguem nos relatos do interventor federal como uma onda de progresso que vivia o Piauí e, em Oeiras:

Concluiu o prédio do **Mercado de Carne**, com o qual dispensou a Prefeitura cerca de Cr\$ 130.000, 00. Prosseguiu a construção do **prédio denominado “Café Oeiras”**. Fez a perfuração de poços tubulares para abastecimento público. Restaurou a ponte sobre o rio “Salinas” na estrada de rodagem Oeiras – Floriano. **Construiu a praça denominada da “Bandeira” e o passeio “Dr. Leônidas Melo”** todo pavimentado com ladrilho hidráulico adquirido e instalado no mesmo uma fonte luminosa. Contribuiu com um auxílio de Cr\$ 35.000,00 para **a construção do prédio da Associação de Comércio e Indústria Oeirense**, e de Cr\$ 20.000,00 para Legião Brasileira de Assistência e Cruz Vermelha. Adquiriu 50 contadores e outros materiais para Usina Elétrica.<sup>38</sup>

Construiu o **Campo de Aviação** e um **Cineteatro**, adquiriu um terreno e parte do material necessário a **construção de um Mercado**, prolongou a rede da iluminação da cidade e adquiriu mais trinta contadores, reparou as estradas carroçáveis e pontes e fez aquisição de móveis e de um relógio para a Prefeitura.<sup>39</sup> (Grifos nossos)

O intervalo de 1940-1942 foi próspero para a cidade de Oeiras com crescimento das exportações da cera de carnaúba, o Estado do Piauí fechava sua contabilidade em *superávit*. As obras citadas pelo interventor federal acima materializaram as ideias do discurso de Possidônio em reerguer a “terra-berço” e acordar do “longo sono” ou ainda sair da “Idade Média” conforme mencionava Costa Machado.

---

<sup>37</sup> CORTES, M. D. F. Valorização e Identificação de padronagens de Ladrilhos Hidráulicos de 1920 a 1940, Período da Art Déco Brasileiro, Presentes em prédios e casas do Centro Histórico Santa Maria \ RS. 153f. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. SALVADOR, Sabrina Carmin. As edificações Art Déco na paisagem urbana: um estudo de caso em Criciúma-SC. 2012. 138f. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

<sup>38</sup> *PIAUI*. Relatório de governo apresentado a Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1941, p.128.

<sup>39</sup> *PIAUI*. Relatório de governo apresentado a Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1941, p.128.



Figura 08: Mercado Público - Construído entre 1941-1944  
Fonte: Nogueira Tapety



Figura 09: Mercados de Carnes - Fonte: Nogueira Tapety

O Mercado de Carnes e Mercado Público representados nas figuras 08 e 09 diz respeito ao constante tema dos relatórios institucionais da prefeitura de Oeiras e do interventor do Estado, a preocupação com a higiene pública, em que era necessário implementar as disposições da política médico-higienista, onde o trato com a saúde pública passava pelo regramento e condições de higiene do comércio de alimentos notadamente de carnes e, no saneamento.<sup>40</sup> A discussão iniciada ainda no final do século XIX, ante a relação entre saúde pública e saneamento, ainda era um desafio no enfrentamento dos costumes locais de um universo rural e no custeio de construções de obras de saneamento e higienização. Além da construção de espaços adequados, a disciplinarização se deu pelo código de posturas<sup>41</sup> do município que tentava afastar do perímetro urbano a criação de animais, o escoamento de águas para as ruas e construções que obstruíssem o contorno urbano definido pelo poder municipal.

O prédio do Cineteatro, construído sobre o efeito de monumentalidade pretendido pelo modelo arquitetônico *Art' Déco*, representou um espaço de distinção social raramente frequentado pela população suburbana<sup>42</sup>, a elite local, enfim, sentia-se incluída na era moderna por possuir espaço adequado para desfrute de um ícone moderno, o cinema.

<sup>40</sup> Abreu Junior, Laerthe de Moraes e Carvalho, Eliane Vianey deO discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2012, v. 10, n. 3 [Acessado 22 Maio 2021], pp. 427-451. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462012000300005>>. Epub 09 Nov 2012. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462012000300005>.

<sup>41</sup> OEIRAS. Código de Postura do Município de Oeiras 1941.

<sup>42</sup> ROCHA, Zulene de Holanda. *Op.cit*, 2015, p.96.



*Figura 10: Cineteatro à esquerda e à direita, sede da Associação Comercial ainda em construção  
Fonte: Fundação Nogueira Tapety*

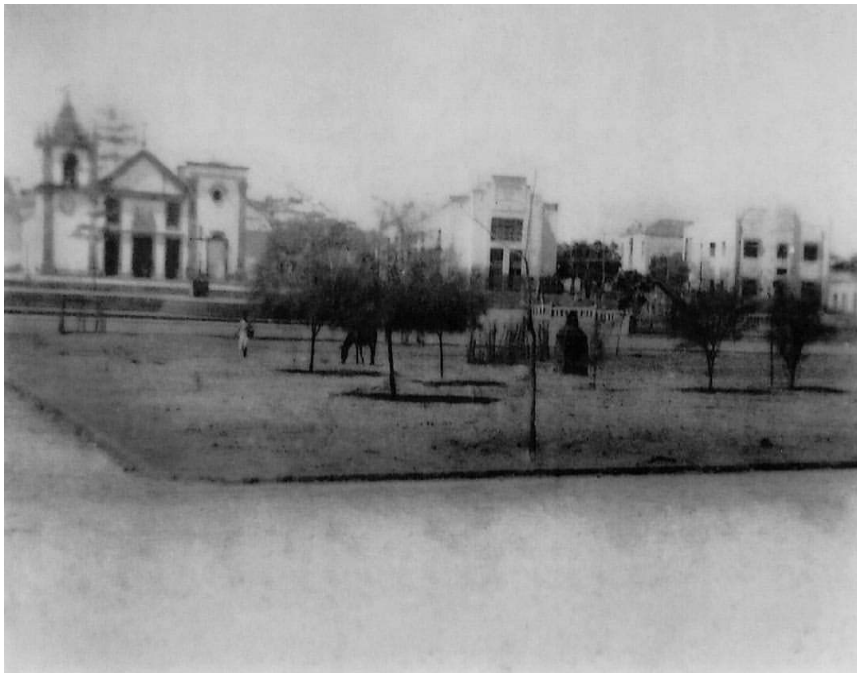
Assim, como vimos anteriormente nas celebrações do 7 de setembro e nas festividades da chegada da energia elétrica, o Largo da Matriz não possuía, em 1937, urbanização e, ainda havia ruínas. Aos poucos, o espaço se transforma e ganha nova feição. Ao lado da Igreja Matriz são construídos o Cineteatro e Associação Comercial (fig. 10).

A figura 10 registra, assim como em outras imagens em acervo, o momento de transição, os novos prédios em construção encenam o urbano acompanhado da urbanização de praças. Bem como, as figuras 11, 12 e 13 representam um registro da execução e finalização das obras que dão ao espaço central da cidade uma nova feição. É, nesse sentido, que as fotografias tendem a registrar um feito, portanto, digno de ser lembrado, memorável. O ato de se registrar é documental, não se pretende o belo de uma paisagem, mas um instrumento de eternizar momentos e, assim, dotar a posteridade de memórias vividas por tabela<sup>43</sup>. Nesse sentido, que se forja e produz uma narrativa sobre o período que além do suporte da fotografia lançam a mão de relatos memorialísticos, palestras, discursos e publicações que presentificam o período e suas transformações.

<sup>43</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.p.02



*Figura 11: largo da matriz na terraplanagem  
fonte: Fundação Nogueira Tapety*



*Figura 12: Vista da Praça após a urbanização, a Catedral N.S da Vitória, Cineteatro e Associação Comercial Fonte: Fundação Nogueira Tapety*

O Café Oeiras, como necessidade da vida noturna que se forja com a iluminação elétrica, e as demais construções, como o Cineteatro e as praças ajardinadas, todos perfazem o espaço central da cidade que se torna ambientes de sociabilidades da vida noturna e moderna.



*Figura 13: Café Oeiras, Passeio Leônidas Melo Praça Ajardinada aos Fundos do Cineteatro e Associação Comercial  
Fonte Fundação: Nogueira Tapety*

Através da sequência de figuras de 07 a 13 é possível perceber as transformações na paisagem do espaço central da cidade. As fotografias intencionalmente não desejam captar os usos cotidianos e a população, mas capturar a existência de cada elemento novo no quadro. O conjunto de imagens perpassa desde a Igreja N.S da Vitória, isolada na paisagem enquanto monumento intocável, ao lado das ruínas da antiga cadeia pública [fig.04] e o evento que se encena em honra ao 07 de setembro, dando prosseguimento com a construção do Cineteatro, Associação Comercial e, por fim, com a praça ajardinada, comungam assim, de um espaço urbanizado e moderno para desfrute da população.



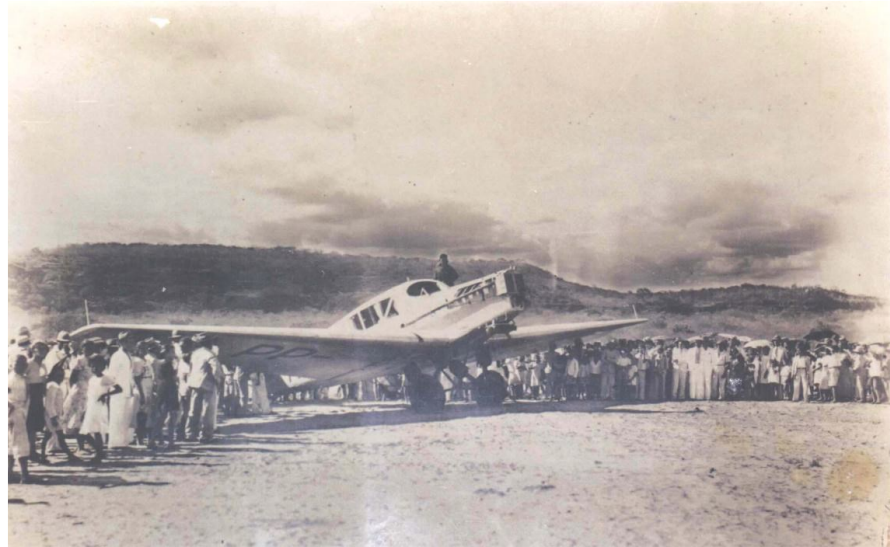


Figura 14: Chegada do Serviço de Aviação Fonte: Fundação Nogueira Tapety

O investimento nas estradas de rodagens foi essencial para a melhoria de acesso ao importante centro de abastecimento de Oeiras, a vizinha cidade de Floriano. No entanto, segundo os relatórios da prefeitura<sup>44</sup>, não era suficiente para solucionar o isolacionismo de Oeiras e como solução considerada mais barata e rápida se deu a construção do campo de Aviação para chegada de voos semanais, na maioria com suprimentos e outros com passageiros. A fig. 14 registra o evento que se transformou com a chegada dos voos, adultos e crianças ausentaram-se de seu cotidiano para apreciar o novo.

As fotografias devem ser analisadas enquanto documentos históricos e pensadas a partir da seleção, no sentido do que se quer eternizar, da encenação proposta pelo enquadramento e o efeito cristalizador que produziu. Não foram registradas e / ou conservadas fotografias dos lugares periféricos da cidade, a população suburbana e seus espaços não é retratada. Essa ausência é interessante para ser ressaltada, pois implica em (2) duas assertivas. Primeiro, que a representação construída de Oeiras é uma narrativa pela e sobre as elites; segundo, a exclusão no suporte fotográfico, denuncia também, a forma excludente que se processou as transformações no período concentrando-se nas áreas centrais.

Para Bourdieu a fotografia "provê os meios para eternizar e solenizar estes momentos intensos da vida social, em que o grupo reafirma a sua unidade"<sup>45</sup>. Acreditamos que a coleção

<sup>44</sup>LIVRO DE REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (1933-1942). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

<sup>45</sup> BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006. p.32

de fotografias de Oeiras funciona como um elemento de manutenção das representações e dos papéis sociais e, por isso, são artefatos que ainda circulam, ícone do que foram e do que suas descendências representam. Construções de identidades de grupos na cidade, tais como, as narrativas das famílias tradicionais, dos grupos políticos que se rivalizam. Neste sentido, pensando nos circuitos que ainda percorrem, na atualidade, tais registros são celebrados em postagens nas redes sociais, mostras fotográficas, livros de memórias e, em instituições de guarda como a Fundação Nogueira Tapety, museus e o Instituto Histórico de Oeiras como forma de narrar as próprias vidas.

Segundo dados das atas do Diretório de Geografia e Estatísticas da Prefeitura Municipal e o livro de Registro de Correspondência dos anos 1933 a 1942<sup>46</sup>, apesar da força proporcionada pela cera de carnaúba, a economia ainda era frágil e composta por uma população empobrecida e rural. A arrecadação do município estava voltada para financiar o embelezamento da cidade para forjar um espaço urbano renovado. A população suburbana e rural é excluída das principais obras sendo beneficiada somente com melhorias das estradas carroçais e recursos destinados a incipiente saúde pública.

Com a modernização não se faz transformações sociais pois o lócus privilegiado da mudança é direcionado ao espaço urbano central e, ainda assim, com acentuados limites. Podíamos esperar um segmento contrário dada a presença de Oeiras na economia internacional, afinal, o produto exportado naquele momento era de grande valor ao industrialismo?

A cadeia produtiva da cera de carnaúba não favorecia, dando ao oeirense a menor “fatia do bolo” ao fornecer cera sem valor agregado, produto primário e reféns de atravessadores que negociavam o produto no mercado internacional. Assim, se pensarmos pela lógica do desencanto da modernidade não poderíamos esperar um sentido diferente da vinculação da economia de Oeiras ao mercado internacional, que reproduz desigualdades na comunidade internacional, as ditas periferias.<sup>47</sup> A concentração de recursos apesar do extrativismo da cera de carnaúba permanece e, ainda, impõe um espaço de exclusão para maioria da população oeirense. O caráter excludente pode ser identificado ao constatar que os recursos que circularam nas mãos do poder municipal são aplicados quase que

---

<sup>46</sup> ATA DO DIRETÓRIO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (1938-1939). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

<sup>47</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2012 [1992]. ‘

exclusivamente na região do centro histórico da cidade e ao ideal urbanístico consumido pelas elites para embelezamento.

## 2.2 O OLHAR DA ÉPOCA: A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL E OS TOMBAMENTOS DOS BENS ISOLADOS

Para Françoise Choay<sup>48</sup> a palavra patrimônio é ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. A conceituação não está associada somente à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família, mas também à noção do sagrado, pois foram os atos religiosos que levaram primeiramente os homens a tornarem certos objetos de culto significativos.<sup>49</sup>

Na trajetória cambiante a afeição por alguns objetos ganhou relevância e, assim, a necessidade de pensar conceitos, códigos e normas levou a institucionalização do patrimônio. Foi na formação dos Estados nacionais, a partir da Revolução Francesa, que as profundas transformações políticas e sociais, as noções de patrimônio e de salvaguarda saíram da dimensão dos antiquários e colecionadores para se tornarem objeto de políticas públicas. Assim, é com o fim do *Ancient Régime* que se formam as ciências e os profissionais especializados a guardar, proteger e justificar uma política pública de defesa do Patrimônio Histórico Nacional.<sup>50</sup>

A noção de patrimônio<sup>51</sup> passa a ser vista como conjunto de bens de valor cultural de propriedade de toda a nação. Neste sentido se torna um reforço da cidadania, uma vez que os bens são propriedades de todos os cidadãos; objetiva tornar visível e real, essa entidade ideal

---

<sup>48</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.p.11.

<sup>49</sup> A palavra patrimônio foi requalificada nos últimos séculos, sobretudo ao longo do século XX por diversos adjetivos (genético, natural, histórico etc.) que fizeram dela um conceito nômade. Ela segue hoje uma trajetória: designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade “constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos”. Cf. CHOAY, Françoise.*Op.Cit.*, 2001.p.11.

<sup>50</sup> CHOAY, Françoise.*Op.Cit.*, 2001.p.11.

<sup>51</sup> Se no final do século XVIII, o conceito de patrimônio passou a ser visto como um bem nacional, articulado no sentido de proporcionar o fortalecimento do Estado moderno. Contudo, naquele momento, nem tudo era considerado patrimônio, mas apenas o que era estimado como belo ou como parte da arte e que, principalmente, representasse a ideia nacionalista. A ideia de preservação do Patrimônio Histórico era de fundamental importância para o estabelecimento do sentimento de pertença à Nação. CHUVA, Márcia Regina. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (1930 – 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.p.30.

que é a nação; reforçar a coesão nacional; fonte (documento) da prova material das versões oficiais da história da nação, legitimando sua origem, ocupação do território e o poder que a comanda e a instrução dos cidadãos.<sup>52</sup>

Passa a ser vinculada a um “projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados Nações modernos.”<sup>53</sup> O empenho pela preservação do patrimônio nacional passou a ser envolvido por um interesse político e uma justificativa ideológica. Os bens remanescentes do passado, da memória da nação, são simbolicamente utilizados como suportes para a construção de uma identidade coletiva, nacional. Neste sentido, o próprio Estado nacional ocupa-se com a identificação dos bens que os representam. Pois os bens escolhidos precisam evocar um passado, presente e futuro; a possibilidade de garantir a continuidade da nação no tempo e de estar ligado à arte da memória.<sup>54</sup> A apropriação do passado, promovida na construção dos Estados-nacionais, história e memória passam a ser evidenciadas.

Michael Pollak observa a memória como:

[...] um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de coerência de uma pessoa ou em um grupo em sua necessidade de reconstrução de si.<sup>55</sup>

A atitude de se construir discursivamente a nação, a identidade e a memória, objetiva criar unidade, coerência e continuidade, sendo que a liga capaz de unir é o passado. Consoante

Michael Pollak:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso dos Estados), eis as duas funções da memória comum.<sup>56</sup>

---

<sup>52</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.p.59.

<sup>53</sup> IBID.id

<sup>54</sup> Conforme demonstra Gonçalves em “A retórica da perda. C.f. GONÇALVES, J.R.S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

<sup>55</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. vol. 5, nº 10, 1992. p.204.

<sup>56</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1989.p.15.

A apropriação do patrimônio se torna um relevante componente para a permanência do tecido social. Para Gonçalves o contexto dos discursos relativos ao patrimônio, a apropriação é necessária para conter a fragmentação e a transitoriedade dos objetos e valores. “Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna -se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio”.<sup>57</sup>

No Brasil, as primeiras discussões acerca da necessidade de proteção de uma pretensa herança cultural que deveria ser protegida para as gerações futuras, começaram em meados da década de 1920. Seguiram o contexto político de mudança com a implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas protagonizados por alguns intelectuais vinculados ao movimento que tem sua maior referência a semana de arte moderna de 1922.<sup>58</sup>

[...] o contato com as vanguardas europeias que os modernistas perceberam que a modernização da expressão artísticas, entendida como rompimento radical do passado, só tinha sentido em países onde havia uma tradição nacional internalizada. Em países de formação mais recente, como o Brasil, cuja tradição ainda estava por construir, a adesão imediata ao novo descaracterizaria a produção artística no que ela tem de particular – seu caráter nacional-, perdendo assim o seu valor universal.<sup>59</sup>

O Brasil passou a se preocupar na formulação de uma política na década de 1930, atrelada também como o caso francês pela ideia de fortalecimento da nação. A Constituição Federal de 1934 foi o passo decisivo na proteção dos bens culturais no Brasil. Em 1936, inicia-se os trabalhos para a criação de uma instituição específica para proteger o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>60</sup>. A criação do SPHAN em 1936, foi iniciativa significativa do Estado brasileiro para a preservação do patrimônio cultural.

A criação do SPHAN foi resultado de (2) dois momentos pelos quais passava o Estado brasileiro. O movimento modernista e o contexto de mudança política na década de 1930. A efervescência cultural dos anos 20 de certa forma se materializou ainda em 1922, através de um grupo de artistas e letrados, inspirados nas mudanças gerais por qual passava a sociedade brasileira, organizou uma semana de exposições e apresentações que visava romper com a

<sup>57</sup> GONÇALVES, J.R.S. *Op.cit.*,1996. p.24.

<sup>58</sup>CHUVA, Márcia Regina. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (1930 – 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.p.84.

<sup>59</sup> Ibid.p,90

<sup>60</sup> CHUVA, Márcia Regina. *Op.cit.*,2009. p.160.

influência hegemônica cultural europeia, a Semana de Arte Moderna, pretendia-se um artifício inovador e de vanguarda.

A ideia era associar as tendências artísticas mundiais junto da herança cultural e os impulsos da modernização com as particularidades nacionais, numa redescoberta dos valores culturais brasileiros. A preocupação em identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica estava sintonizada com o momento de mudanças políticas e sociais pelo qual passava o Brasil.

Assim, em 1930, o país assume um projeto de modernização política, social e cultural, proposto por um grupo heterogêneo, liderado por Getúlio Vargas, que passa a governar o país sob a ótica nacionalista, autoritária e modernizadora<sup>61</sup>. Tal plano estava associado à produção de uma imagem singularizada do Brasil enquanto cultura e como parte da moderna civilização ocidental. A valorização do patrimônio cultural brasileiro, dentro deste projeto, tinha o propósito fundamental de construção de uma memória e de uma identidade nacional.

Um grupo de intelectuais modernistas<sup>62</sup> vinculados ao Estado Novo assumiram a questão do patrimônio cultural através do SPHAN e associaram às narrativas vinculadas a situação histórica daquele período, ao “desaparecimento de valores culturais nacionais.”<sup>63</sup> Discurso presente na fala de Rodrigo Melo de Andrade, a nação, é exibida em um contexto de perda da memória e da conseqüente perda da identidade.

A reforma política da qual passa o Brasil a partir da década de 1930 formula, como em qualquer outro espaço de mudança, variadas frentes de atuação, e as políticas culturais vão assumir o importante papel de definir e afirmar a identidade da nação brasileira, o que significou selecionar “autênticos” valores nacionais, simbolizados, notadamente, pelo patrimônio histórico e artístico e construir uma rede de proteção. O Patrimônio teve sua criação ligada aos desdobramentos do Movimento Modernista, que pretendia ser movimento de reflexão, revisão de conceitos de cultura e tomada de posição frente aos problemas culturais do país.<sup>64</sup>

Para Fonseca, os intelectuais modernistas contratados pelo Estado:

---

<sup>61</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves; GRZYNSZPAN, Mário. *Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

<sup>62</sup> Cabe destacar conforme demonstrou Chuva, os intelectuais modernistas compunham um grupo heterogêneo e havia vários modernismos. A memória produzida durante o Estado - Novo tentou esconder essa diversidade e falar de um modernismo. CHUVA, Márcia Regina. *Op.cit*, 2009.p.87

<sup>63</sup> Foi diretor no SPHAN desde a criação em 1937 e durante 30 anos liderou as ações de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

<sup>64</sup> MOTTA, Lia. *O SPHAN e Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 22. p.108-122, 1987.p.108.

[...] elaboraram a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa ideia na forma de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através do SPHAN. Pois foram esses intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país.<sup>65</sup>

Mário de Andrade, em 1936, a pedido de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, é convidado a preparar um anteprojeto para a criação de uma formação da identidade brasileira no contexto histórico nacionalista. Em 13 de janeiro do ano seguinte é promulgada a Lei nº 378, que versa sobre a nova organização do Ministério da Educação e da Saúde Pública e oficializa o SPHAN e o seu Conselho Consultivo tendo à frente Rodrigo Melo Franco de Andrade. A partir de então, a instituição passou a integrar oficialmente a estrutura do Ministério dirigido por Capanema. A política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.

O SPHAN se organiza técnica e administrativamente ao lado de intelectuais e eruditos de diversas áreas, marcadamente arquitetos, como demonstra Chuva<sup>66</sup>. Para Fonseca<sup>67</sup> a particularidade do órgão se deu sobre sua relativa liberdade sobretudo no período do Estado Novo, em relação ao controle exercido sobre os demais órgãos e instituições pelo Estado autoritário. No entanto, Chuva, aponta que esta interpretação pode mascarar afinidade dos intelectuais do SPHAN ao projeto autoritário de Vargas.<sup>68</sup>

Mário de Andrade, foi bastante firme com a posição do Estado na direção de desenvolver políticas culturais como parte da construção de uma identidade e memória nacional. No entanto, para viabilizar a proteção legal do patrimônio, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o nome à frente do SPHAN com experiência jurídica, assume uma estratégia cautelosa e restritiva e se empenha na elaboração de um projeto que equacionasse a questão, sufocando as propostas amplas e audaciosas de Mário de Andrade.

A promulgação do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 organizou a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituindo o tombamento com o objetivo de

---

<sup>65</sup>CHUVA, Márcia Regina. *Op.cit.*, 2009.p.86.

<sup>66</sup> CHUVA, Márcia Regina. *Op.cit.*, 2009.p.203.

<sup>67</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op.cit.*, 1997.

<sup>68</sup> CHUVA, Márcia Regina. *Op.cit.*, 2009.

normatizar a ação do SPHAN. Desde então, o tombamento se incorporou ao cenário jurídico brasileiro sendo o instrumento básico de proteção dos bens culturais do país. Ao instituir o tombamento pelo decreto se equacionava juridicamente a questão do direito individual à propriedade concomitante à preservação do bem cultural.

O conceito de patrimônio no Decreto 25/37:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.<sup>69</sup>

O conceito de patrimônio definido no decreto demonstra uma amplitude que deveria ser observada na identificação e preservação do patrimônio nacional. Aqui buscamos sua implementação na cidade de Oeiras - Piauí.

Dos profissionais imbuídos na “missão” de desbravar o território nacional para identificação do patrimônio artístico e histórico, foi enviado ao Piauí o engenheiro e técnico do SPHAN Paulo Thedim Barreto.

Em 1937, os intelectuais modernistas, baseados em concepções de arte, história, tradição e nação, criaram o conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil. Os arquitetos foram a maioria dos profissionais envolvidos com a preservação e nos quadros iniciais do SPHAN constavam Lucio Costa, Alcides Rocha Miranda, Renato Soeiro, **Paulo Thedim Barreto**, Carlos Leão, Ayrton Carvalho, Edgard Jacintho, José de Souza Reis, Lucas Meyerhofer, Sílvio de Vasconcelos e Luiz Saia. Tal constituição profissional marcou as práticas seletivas da instituição: eram os objetos do mundo edificado, notadamente do período colonial, elegidos pelos arquitetos modernistas, como os que representariam o passado brasileiro e o articulariam ao presente, ao Estado Novo.<sup>70</sup> (Grifos nossos)

Segundo Lauro Cavalcanti<sup>71</sup>, entre os colaboradores do SPHAN à época de sua formação, apenas Paulo Thedim Barreto não pertencia ao grupo de modernistas. Teria

---

<sup>69</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 10.05.2017.

<sup>70</sup>NASCIMENTO, Flavia Brito do. Arquitetos Modernistas. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

<sup>71</sup>CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem a arquitetura, 1930-60*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.109.



acessado ao quadro de servidor do SPHAN em reconhecimento ao trabalho realizado no Mosteiro São Bento, Barreto teria sido assim, recomendado a Rodrigo de Melo e Franco.

Segundo Augusto Carlos da Silva Telles<sup>72</sup>,

A impressão que os documentos dão também é de que havia, não sei se briga, disputa, não sei qual o termo adequado, entre Lucio Costa e Paulo Thedim Barreto\* – talvez isso seja anterior a sua entrada no IPHAN. Quando havia a opinião de um e a do outro, prevalecia a do Lucio. Nas leituras, por exemplo, sobre Ouro Preto\*, eu sempre achei as opiniões do Paulo Thedim Barreto muito interessantes, muito mais de vanguarda em termos de pensar que a cidade é um elemento vivo, que se transforma.<sup>73</sup>

Apesar de não pertencer ao movimento modernista, sua atuação na patrimonialização do sítio histórico de Oeiras esteve conectada às concepções defendidas pelo departamento ao qual pertencia na burocracia estatal. Neste sentido, a partir do contexto institucional e seu lugar de fala, o intelectual funcionário, Paulo Thedim Barreto, percorreu de norte ao sudeste do Estado, faltando apenas, o sudoeste piauiense. Alguns dados observados e considerações acerca das cidades, clima, formação sócio-histórica e a natureza dos bens culturais arquitetônicos foram documentados e comunicados na Revista do SPHAN com o título “O Piauí e sua Arquitetura”<sup>74</sup>.

Seu texto destaca um estado formado por cidades recentes e planejadas, com uma arquitetura eclética e adaptada ao clima quente. Com o subtítulo “Um pouco de História”, Barreto inicia o texto citando os “descobridores” das terras piauienses e nomeia o primeiro explorador das margens do rio Parnaíba, o bandeirante Domingos Jorge Velho, e sugere livros para um maior conhecimento do povoamento e ocupação do território do Estado. Logo após, faz uma breve introdução sobre as primeiras cidades, deixando claro o planejamento das

---

<sup>72</sup> Arquiteto e professor, atuou no campo do Patrimônio Cultural Brasileiro carreira. Professor adjunto da FAU/UFRJ entre 1952 e 1982, Silva Telles ocupou importantes cargos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do qual foi diretor de Conservação e Restauração (entre 1957 e 1988), Secretário e participante do Conselho Consultivo, além de presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, entre 1988 e 89. Representou o Brasil no Comitê Patrimônio Mundial da UNESCO entre 1982 e 1989, além de ter presidido seu Comitê Executivo nos dois últimos.

<sup>73</sup> Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles [org. Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat\\_memoriaspatrimonio\\_entrevistasilv atelles\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat_memoriaspatrimonio_entrevistasilv atelles_m.pdf). Acesso: 02.02.2020.

<sup>74</sup> O artigo publicado na edição de número 2 da Revista do Patrimônio Histórico e Nacional. O mesmo artigo, sem alterações, foi republicado (2) dois anos depois pela edição número 1, do 5º ano, da revista *Arquitetura e Urbanismo*, sob responsabilidade do Instituto de Arquitetos do Brasil, em 1940. Em 1975, foi republicado pela segunda vez, sem alterações, no livro *Arquitetura Civil I* (1975). Esse artigo talvez seja o estudo sistemático sobre arquitetura piauiense com maior repercussão, tendo como base sua publicação e dupla republicação em periódicos e livro de circulação nacional. Cf. BARRETO, P. Thedim. *O Piauí e sua arquitetura*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 2, Rio de Janeiro, 1938.

mesmas e a preocupação com a produção de uma arquitetura adaptada ao clima “causticante.”<sup>75</sup> “Essas vilas não foram crescendo ao bel prazer: logo de início, obedeceram a um plano.”<sup>76</sup> Se refere a Carta Régia de 19 de junho de 1761 que definia a criação das Cidades e Vilas e sua organização; que suas características de urbanização acompanhassem a longo prazo o crescimento da população:

Não é preciso salientar o valor desse documento, do ponto de vista arquitetônico, urbanístico e moral. Assim é que, as cidades do Piauí, surpreenderam pelo número de praças, unidade arquitetônica, pela largura de suas ruas e pelo bom traçado. Essas cidades que desde então, vêm realmente crescendo, se nos apresentam como se fossem delineadas hoje, e em observância aos bons princípios.<sup>77</sup>

Segue citando exemplos de como as normas da Carta Régia continuaram e descreve a arquitetura das fazendas nacionais “O que desejamos destacar, é que nas construções rurais, bem como nas urbanas, a lição do passado jamais foi esquecida. Até mesmo Teresina, que data de 1852, obedece a carta régia.”<sup>78</sup>

Outra impressão de alto interesse presente na Carta Régia: “impondo-lhes os nomes das Vilas mais notáveis deste reino, conservando as referidas freguesias, no caso que não seja bárbaro. **Não terá essa preocupação de uniformidade na toponímia contribuído para a unidade brasileira?**” (Grifos Nossos)<sup>79</sup>

O destaque realizado na citação acima, sugere a ideia instalada nos propósitos de Paulo Thedim Barreto, correspondente a buscar uma unidade nacional. Forçosamente ver no documento régio uma contribuição a unidade nacional. Ele enxerga no passado colonial o começo de sua tarefa atual, o de forjar por meio do SPHAN e do patrimônio uma nação.

Os elogios dados às construções e a qualidade da urbanização das cidades piauienses é um elogio das origens, direcionado ao legado português. O tom do texto dado a este aspecto é claro e recorrente em apontar o valor da origem portuguesa a partir da organização urbanística do Piauí que se deu graças a “valorosa” carta régia.

<sup>75</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938.

<sup>76</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938.

<sup>77</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938.

<sup>78</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938, p.193.

<sup>79</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938. (grifo nossos)

Para a história da arquitetura do Piauí, talvez a maior contribuição do artigo se refira a terceira parte, que apresenta “A Casa Piauiense”, onde se chega à conclusão de que a planta das residências piauienses tem heranças visivelmente marcadas, sistematizada conforme: “é a morada-inteira do Maranhão, adaptada às exigências e recursos do Piauí [...]. A arquitetura é de pura expressão popular”<sup>80</sup>.



Figura 15: Tipologias de Morada vista da Fachada Fonte: Elaboração da autora com dados Paulo Thedim Barreto

“Paulo Thedim Barreto ocupou-se pioneiramente do estudo deste padrão tipicamente urbano [...]”<sup>81</sup>Barreto define algumas características tradicionais da arquitetura piauiense, “o problema da ventilação é ali a preocupação máxima”, o que acaba por definir a amplitude dos ambientes, suas esquadrias e até o forro das construções; “o madeiramento é de tronco de carnaúba”, “o Piauí não conhece a tesoura”, “a telha canal é a única aplicada”, “as paredes quase sempre são de taipa, formada com troncos de carnaúba”, assinalando também a existência de construções de pedra, mas que não são tão comuns.<sup>82</sup>

<sup>80</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938, p.195.

<sup>81</sup> LUCCAS, Luís Henrique Haas. Estâncias e fazendas: uma contribuição ao estudo da arquitetura tradicional riograndense. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 071.05, Vitruvius, abr. 2006 Disponível em :<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.071/363>>. Acesso em 04.10.2020.

<sup>82</sup> Ibidem, p.198 -199.

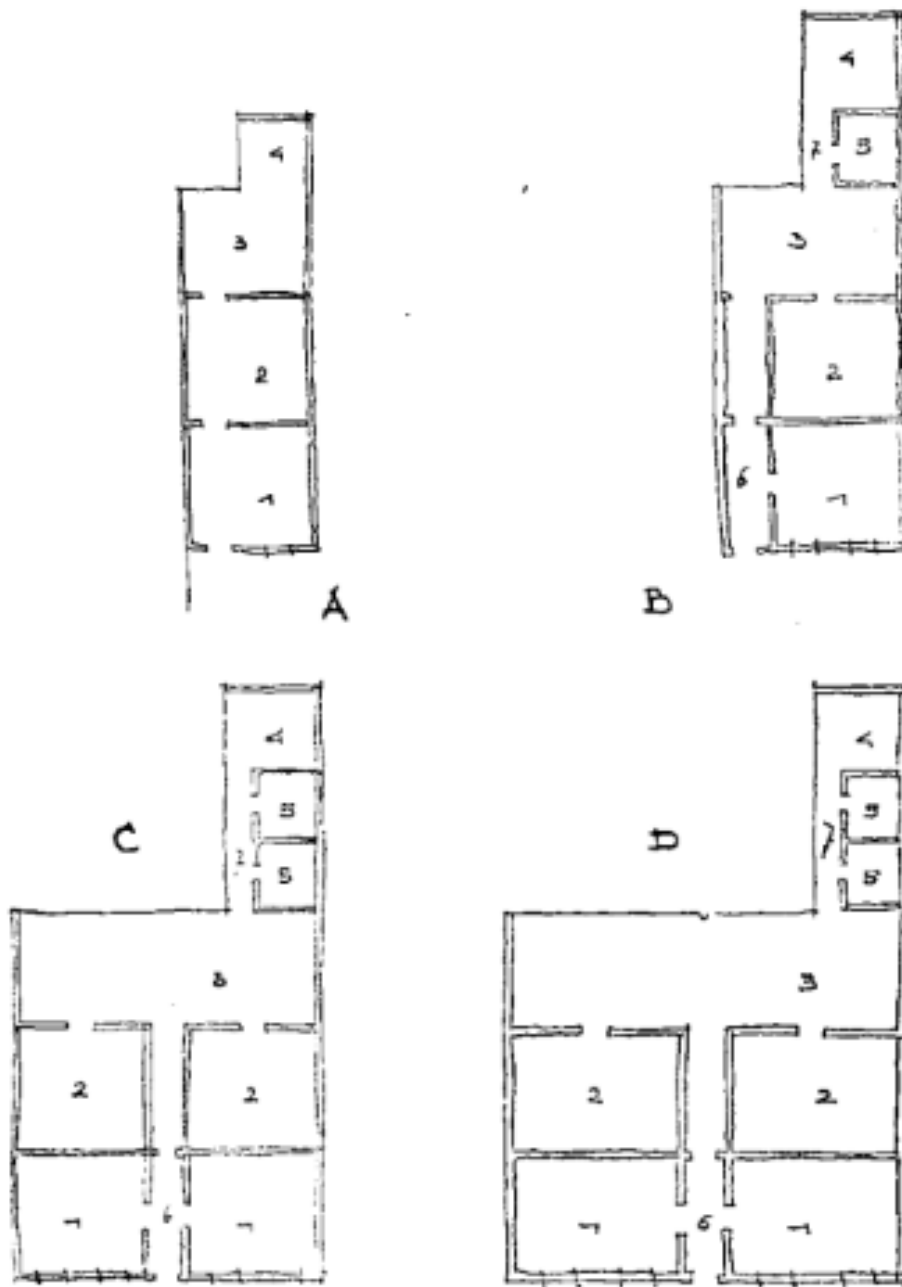


FIG. 1

A — Porta e janela  
 B — meia-morada  
 C — morada inteira  
 D — Casa do Piani

1 — Sala  
 2 — Quarto  
 3 — Varanda  
 4 — Cozinha  
 5 — Dependencia  
 6 — Corredor  
 7 — Correc

Além de discutir e analisar as plantas e as coberturas das residências do Piauí, Barreto fala sobre o mobiliário das casas e fazendas: os bancos e cadeiras de madeira com assento em couro, as mesas de grandes placas de laje de rio apoiadas em troncos de carnaúba, as malas de couro cru, as bilheiras e potes; a cama pouco utilizada, dava lugar a rede – “na rede é onde se dorme bem”<sup>83</sup>



Figura 17: Sertanejo vestido com Gibão de Couro Fonte: Barreto, T., 1938



Figura 18: Mobiliário da Casa Sertaneja Piauiense Fonte: Barreto, T., 1938



Figura 19: Mobiliário em Madeira e couro da Casa Sertaneja Fonte: Barreto, T., 1938

<sup>83</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit*, 1938, p.212

Quando se refere as características tradicionais da arquitetura piauiense, os mobiliários e, elementos de referência etnográfica, como exemplo, os ligados a civilização do couro” sinaliza para riqueza dos modos de vida e da vida material, no entanto, a política de patrimonialização da época não enxergava ali meios de preservação. Preservar as expressões populares ainda não era pauta.



Figura 20: Casa Sertaneja, Zona rural Fonte: Barreto, T., 1938

Na quarta parte do texto, quando trata da arquitetura religiosa, destaca, mais uma vez, a semelhança com o Maranhão e ausência de influência jesuítica. <sup>84</sup>“No Piauí, os jesuítas foram muito mais admiradores de fazendas e criadores de gado do que padres. Não há vestígios de Igrejas Jesuíticas”<sup>85</sup>.

Anteriormente, destaca-se que as disposições da carta régia teriam beneficiado as cidades piauienses ao instruir as dimensões de espaços públicos, assim como também orientava as proporções das igrejas. “Tudo se fez de acordo com a ordem régia, menos as Igrejas.”<sup>86</sup>:

Nem todas as cidades têm Igreja na acepção completa do termo. São capelas de inexpressivas, sem valor artístico e acanhadas. As povoações cresceram e as cidades ainda são grandes. Só as capelas ficaram pequena. Abrimos em parte, exceção para as matrizes de N.S. das Vitórias, em Oeiras de 1733 e a de N. S do Carmo, em Piracuruca, de 1743. A primeira apareceu (17)

<sup>84</sup> Se refere as Fazendas administradas por Jesuítas na região de Oeiras. Mafrense um colonizador do Piauí deixou em testamento as fazendas para o Convento Jesuíta na Bahia com a condição que todos os dias fossem rezadas missas em intenção de sua alma. C.f. LIMA, Solimar Oliveira. *Op. Cit.*, 2005.

<sup>85</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938, p.221

<sup>86</sup> Ibidem. 221

dezessete anos depois da Carta Régia e a segunda, (20) vinte anos após. As igrejas de Piracuruca e Oeiras são exemplares esporádicos, trazidos de fora, inclusive pelo sistema construtivo, correspondem ao programa geral das nossas igrejas modestas. São amplas e pobres. Já sofreram modificações e acréscimos fáceis de serem corrigidos. São igrejas encomendadas, não concebidas pelo povo.<sup>87</sup>

Cabe aqui, alguns destaques encontrados na escrita de Barreto. As (2) duas igrejas citadas foram tombadas como resultado da identificação do técnico do SPHAN, fica claro o conceito de excepcionalidade vigente à época presente na concepção de patrimônio do SPHAN. E ainda, na percepção de preservação. “Já sofreram modificações e acréscimos fáceis de serem corrigidos” nos leva ao entendimento de salvaguardar essências e começos sem levar em consideração as alterações sofridas ao longo do tempo que também são suportes de identidades e testemunham épocas. Canclini chamou de *tradicionalismo substancialista*, o foco nos objetos excepcionais orientados por uma visão metafísica e a-histórica de “salvar as essências”, “ser nacional” seu único sentido é salvaguardar essências, modelos estéticos e simbólicos cuja preservação inalterada servirá precisamente para testemunhar que as substâncias desse passado glorioso transcendem as mudanças sociais.<sup>88</sup> O projeto de Rodrigo Mello de Andrade, que encontrava-se à frente do SPHAN, tem essa característica. Acreditava em uma “essência” da identidade nacional brasileira, constituída durante o período colonial, que estava em risco de perda.

Na quinta e última parte, referente à Arquitetura Funerária, Barreto desconsidera a produção piauiense quando fala sobre o cemitério da cidade de Parnaíba: “não tem nenhum interesse, só contém as comuns sepulturazinhas de mármore”<sup>89</sup>

Encontramos algumas dessas sepulturas cobertas por pequeninos ranchos; (4) quatro esteios suportando a cobertura em (2) duas águas de palha ou telha, como existe no cemitério do Batalhão, onde estão enterrados os bravos que morreram na Batalha do Jenipapo pela Independência do Brasil.<sup>90</sup>

De tal modo, como resultado de suas observações, na cidade de Campo Maior, lugar de memória da Batalha ocorrida em 1832 no contexto das lutas pela independência, Barreto

<sup>87</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938.

<sup>88</sup>CANCLINI, Néstor García. Patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n, 23, p.103.

<sup>89</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938, p.223.

<sup>90</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit.*, 1938, p.223

indicou e conseguiu aprovação do tombamento do Cemitério do Batalhão representado pela figura 21.



*Figura 21: Cemitério do Batalhão do Jenipapo em Campo Maior Tombado em 1938*

*Fonte: Barreto, T., 1938*

A escolha não atendia aos padrões estéticos procurados na arte cimiterial da época, no entanto, atendia uma política de conservação, nomeada por Canclini, conservacionista e monumentalista, que estaria voltada para “resgatar” bens e monumentos que exaltem a nacionalidade, o patrimônio é documento - monumento da Nação. Assim, explora a capacidade simbólica de legitimação que o patrimônio exerce sobre a conceituação do Estado nacional. A memória que o cemitério aciona é a própria memória da gênese da Nação e, assim se remitia a missão de exaltação da História Nacional, pois ali estavam enterrados, “brasileiros” e “heróis” que morreram, em nome da unidade territorial, nas lutas da independência no Piauí.<sup>91</sup>

Assim, nas atividades de prospecção no Piauí, Paulo Thedim Barreto, em 1938, escolheu bens a serem tombados em (4) quatro cidades: Teresina, Piracuruca, Campo Maior e Oeiras.

Em Teresina, na categoria religiosa, foram tombadas as portas da Igreja São Benedito, no livro de Tombo Belas Artes/ Histórico. Questão inusitada a proteção somente das portas. Explicada pela autoria dos entalhes de tais portas. Devido ao talento, em 1868, Sebastião Mendes recebeu da província do Piauí uma bolsa anual para estudar numa Faculdade de Belas Artes por (4) quatro anos. Formou-se na Academia Imperial de Belas Artes, no Estado do Rio

---

<sup>91</sup> A participação do Piauí no Processo de Independência do Brasil e sua relação com os usos do patrimônio será discutida no capítulo 3.



de Janeiro, e, ao retornar a Teresina, foi convidado pelo presidente da província, Raimundo de Castro e Silva, para cinzelar as (7) sete portas da Igreja de São Benedito. Assim, a escolha do bem, remete ao testemunho do passado da técnica nobre imperial.

As primeiras providências acerca da preservação renderam mal-estar entre o Bispo do Piauí e a direção do SPHAN. Dom Severino recebeu a notificação de tombamento e assinou a anuência sem contestação e reconheceu a importância de tal processo, no entanto, questionou as atitudes do técnico do SPHAN que na sua ausência teria mandado pintar as portas da Igreja “em cor inadequada ao templo religioso”. No inventário de comunicação entre Rodrigo de Melo e Franco e Dom Severino não identificamos resposta por parte do órgão ao reclamante. O mal-estar, no entanto, revela o aspecto autoritário que se julgava o papel desses agentes à serviço do estado.



*Figura 22: Porta Principal da Igreja São Benedito em Teresina  
Fonte: Arquivo Central do IPHAN- RJ*

Como já antecipamos, em Piracuruca, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo foi escolhida por sua excepcionalidade, no mesmo processo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória de Oeiras.



*Figura 23: Igreja Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca- PI, tombada em 1940  
Fonte: Arquivo Central do IPHAN- RJ*

Paulo Thedim Barreto, em Oeiras, seleciona para o tombamento (3) três exemplares da arquitetura. A Ponte sobre o Rio Mocha, denominada também Ponte Zacarias de Góis e Vasconcellos ou Ponte Grande<sup>92</sup> foi tombada por sua importância cultural. É a ponte mais



*Figura 24: Ponte Sobre o Rio Mocha 1938 Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ*

<sup>92</sup> Foi tombada pelo processo de número 186-T-1938 e inscrita no Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 116, de 14/01/1939 e Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 234, de 14/01/1939, segundo o IPHAN,

antiga do Piauí, construída em 1846 sobre o rio Mocha, pelo Governador da Província do Piauí, Dr. Zacarias de Gois e Vasconcelos.



Figure 25: Vista da extensão da Ponte Grande Sobre o Rio Mocha  
Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ

A construção em cantaria<sup>93</sup>, recebeu revestimento em reboco como parte das intervenções instruídas para sua preservação pelo técnico do SPHAN em 1938:

V. Ponte sobre o Rio Mocha. mandada construir pelo conselheiro Zacarias de Gois de Vasconcelos. Construção feita de laje de (demais) e de \_\_\_ perfeita \_\_\_. está \_\_\_ completa \_\_\_. Já caiu todo o reboco e \_\_\_ as pedras \_\_\_ sempre estão se deteriorando principalmente as \_\_\_ dos vincos que são elementos vitais da estrutura. Depois de toda a ponte esboçada e \_\_\_ \_\_\_ ser caiada de branco. \_\_\_ cerca de 600 m2 (seiscentos metros quadrados) o que corresponde a (6) seis contos de réis. A prefeitura executará o serviço segundo a orientação do S.P.H.A.N conforme ficou combinado com o prefeito de Oeiras.<sup>94</sup>

O serviço de conservação da Ponte Sobre o rio Mocha gerou nas gerações posteriores dúvidas sobre aparência da construção. Aqueles que viveram na época anterior à restauração, onde a cantaria era visível, como pode ser verificada nas figuras 24 e 25, guardaram essa memória. Nos anos 1980 a aparência da ponte apareceu como preocupação de um jovem

<sup>93</sup> Cantaria é técnica construtiva de Alvenaria em pedra. As pedras são aplicadas em seu estado natural e a alvenaria erguida sem a utilização de argamassa: as pedras assentadas umas sobre as outras, intercalam-se em pedras menores para melhor acomodação e estabilidade da construção. Geralmente constitui muros divisórios de grande espessura e não muitos altos. In: *IPHAN. Manual de Conservação de Cantarias*. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads v/publicação/Man\\_ConservacaoCantarias\\_2edicao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/v/publicação/Man_ConservacaoCantarias_2edicao_m.pdf). Acesso em 05.07.2019.

<sup>94</sup> BARRETO, Paulo T. Ponte sobre o Rio Mocha. In: *INVENTÁRIO OEIRAS*. Programa Pró-Memória e Monumento Nacional. Julho / agosto de 1983. Acervo digitalizado do Arquivo Nacional do IPHAN no Rio de Janeiro. Trata-se de um documento manuscrito e com trechos ilegíveis. ( \_ trechos ilegíveis )

historiador local<sup>95</sup>, apenas solucionada quando se tem acesso às fotografias de Paulo Thedim Barreto de 1938 no acervo Central do IPHAN.

Em diferentes situações é comum os usos de fotografias, telas e desenhos dos bens culturais da cidade, quando a Ponte Grande é representada, apresenta-se sua aparência anterior à restauração de 1938, acreditamos que os cidadãos detentores do bem elaboraram um sentimento de pertença por sua representação anterior à restauração.

Pelo vínculo identitário e de memória, o bem representado nas imagens 24 e 25 por seu evidente valor estético despertava maior admiração aos expectadores, a cantaria aparente. A patrimonialização da Ponte Grande gera efeitos contraditórios. Se por um lado, desperta na cidade sua importância histórica e dever de conservação e pertença, a identificação se faz pela representação, a memória afetiva herdada sobre a ponte será anterior à patrimonialização e não por seu suporte material atual e acessível.



Figura 26: Ponte após os reparos Fonte: Arquivo Central do IPHAN- RJ



Figura 27: Representação da Ponte Fonte: CARVALHO JR, D.

O que se deu muito provavelmente por ter sido um processo autoritário, que partiu das orientações deixadas por Paulo Thedim Barreto para a prefeitura executar, sem que pensasse as preferências e alternativas que alinhassem a conservação e valor que o bem representava para a população.

A patrimonialização naquele momento primava em construir vínculos entre os bens e a nação, em exaltar o legado português que vai aparecer nas ações do SPHAN em Oeiras, o bem escolhido para ser tombado, a Ponte Grande, é um testemunho do legado da colonização. Cabe

<sup>95</sup> Notas do historiador Local Dagoberto de Carvalho em relatório do Plano de Preservação de Oeiras. Jr. Cf. *PLANO de preservação ambiental e urbana de Oeiras*. Rio de Janeiro: Companhia Latino-Americana de Planejamento (CLAP); Teresina: Secretaria da Cultura, Fundação Cultural do Piauí (Fundac), 1976.

destacar que a construção data de 1845 e, portanto, já se vivia a época imperial, a escolha se deu pela técnica construtiva, a cantaria, de origem portuguesa.

O Paço Episcopal ou o Sobrado à Praça das Vitórias<sup>96</sup> considerado um exemplo da arquitetura civil do século XIX. Foi residência do Capitão-mor João Nepomuceno de Castelo Branco, seu construtor. De 1909 a 1919, foi residência do Coronel Alano Beleza, intendente de Oeiras. O prédio foi vendido anos mais tarde para o Governo local. Enquanto pertenceu à prefeitura, funcionou a Câmara e o Tribunal do Júri. Em 1929, foi instalada no andar superior, o Grupo Escolar Costa Alvarenga. Quando Oeiras passou a ser sede da diocese, em 1941, através de doação da prefeitura à Diocese, o prédio passou a ser Palácio Episcopal.

Segundo manuscritos encontrados no acervo do IPHAN, o imóvel apresentava “uma curiosa influência de elementos clássicos aportunados e uma composição ritmada de sua fachada em contraste com a fachada posterior, de expressão mais popular com o seu grande avarandado.”<sup>97</sup> Consoante o mesmo documento, o revestimento do piso do primeiro pavimento era em “laje de pedra” e o forro era formado pelo piso do segundo pavimento, com o “barroteamento aparente”. O seu uso atual é o Museu de Arte Sacra - MAS. Sobre o processo de identificação para o tombamento, podemos destacar as considerações do técnico responsável, Barreto:

Os poucos prédios azulejados e os poucos sobrados que se encontram no Piauí são exemplares trazidos de longe: do sul. Ambientados não oferecem maior interesse para o estudo que estamos fazendo. **Alguns deles, porém, são notáveis, tais como o do Grupo Escolar Costa Alvarenga** e a antiga residência do Conselheiro Zacarias, ambos em Oeiras, prédios da primeira metade do século passado.<sup>98</sup> (Grifos nossos)

---

<sup>96</sup> Está inscrito no Livro de Belas Artes Inscrição:235.Data:14-1-1939 e Livro Histórico e Inscrição:117Data:14-1-1939. Nº Processo:0186-T-38

<sup>97</sup> *INVENTÁRIO OEIRAS*. Programa Pró-Memória e Monumento Nacional. Julho / agosto de 1983. Acervo digitalizado do Arquivo Nacional do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>98</sup> BARRETO, P. Thedim. *Op. Cit*, 1938, p.212



*Figura 28: Palácio João Nepomuceno em 1938 na ocasião de identificação  
Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ*



*Figura 29: Palácio João Nepomuceno s/d Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ*

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória<sup>99</sup>, em Oeiras-PI, foi construída em 1733 e, constitui a mais antiga de todo o Estado. Erigida no local da primeira ermida, que foi inaugurada em 1697, (1) um ano após a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, por Dom Francisco de Lima, Bispo pernambucano.

---

<sup>99</sup> Número do Processo: 224-T-1940 Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 141, de 15/08/1940; livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 287, de 15/08/194



*Figura 30: Igreja Nossa Senhora da Vitória na ocasião da identificação*  
*Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ*

A torre, à direita de quem olha, foi feita posteriormente, apresentando linguagem diferente do resto da Igreja. As ombreiras e o óculo têm função puramente estética. O relógio da outra torre veio da Inglaterra, no ano de 1816, e foi colocado (7) sete anos depois.<sup>100</sup>



*Figura 31: Vista Lateral Igreja Nossa Senhora da Vitória* Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ

Assim, pensando no caso de Oeiras e na implantação do projeto nacional brasileiro, seus bens naquele momento, teriam sido escolhidos como testemunha de uma parcela da História

---

<sup>100</sup> Em 1978, foi iniciada a sua restauração pelo Programa de Cidades Históricas e Coloniais do Nordeste, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

da Nação, o momento da interiorização da colonização. A ideia que a narrativa da política de preservação construiu sobre o patrimônio no Piauí se consolida ao longo do tempo e, que nos anos 2000 no processo de patrimonialização do Conjunto Paisagístico e Histórico de Oeiras, tal enquadramento aparece no título do dossiê: “Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras: dossiê de tombamento”

Assim, o testemunho material da expansão dos espaços coloniais foram os objetos das “andanças” de Paulo Thedim Barreto pelo Piauí. Os mesmos olhos o fizeram observar vários outros exemplares dos bens culturais piauienses, mas as lentes daquele momento só alcançaram os testemunhos da colonização. A Ponte sobre o Rio Mocha, mesmo não sendo equipamento urbano da colônia, data de 1845 e é escolhida pela técnica construtiva de origem portuguesa. As Igrejas escolhidas no Piauí, nas palavras de Barreto, “não era obra do povo, elemento exterior”, mas eram parte da narrativa coesa que se pretendia forjar e o que o olhar da época permitia ver.

### 2.3 INTERSEÇÕES: OEIRAS *INVICTA* E *RESSENTIDA* E OS USOS DO PATRIMÔNIO

O Decreto-Lei nº 3.559 de 06 de setembro de 1941, do governo de Getúlio Vargas, proibia que mais de uma cidade brasileira possuísse o mesmo nome. Um problema aparentemente simples a ser resolvido entre as homônimas, apenas acrescer ao nome original o Estado a que pertenciam para diferenciá-las. Mas em Oeiras a possibilidade de mudança reverbera como um agravo e reascende (res) sentimentos latentes.

Na década de 1940 Oeiras vive *outra batalha* “[...] existia ainda uma localizada no Estado do Pará e o governo exigia que seus representantes mudassem o nome desses municípios mais uma vez o amor à terra mãe potencializava-se e os cidadãos de Oeiras piauiense não admitiram que o nome da cidade fosse mudada pois já tinha perdido o título de capital”. Assim, os oeirenses uniram-se e foram à luta para preservar sua identidade e acima de tudo a de Oeiras.<sup>101</sup>

Formaram uma comissão composta pelos oeirenses Augusto Rocha Neto, José Nogueira Tapety, Raimundo da Costa Machado e Possidônio Queiroz eles foram responsáveis pela busca

---

<sup>101</sup> SILVA, F.S.A.; LIMA, R.M.Q. *Possidônio Queiroz: um homem a ser escutado*. Oeiras: Instituto Barros de Ensino.2014.



de argumentos que impediriam a mudança. E “[...] venceram, Oeiras permaneceu com o seu nome secular e a outra Oeiras só restou a solução de adaptar o nome da cidade acrescentando o termo do Pará”.<sup>102</sup>

Assim descreve Possidônio Queiroz na edição nº 4 no jornal *Cometa*:

A história desse período de vida gloriosa da cidade, que ora se inicia, será contada para o conhecimento dos nossos jovens escolares, os quais no futuro quando no comando dos destinos da terra em que nascemos narrando as seus filhos e discípulos dirão: os oeirenses lutaram, sofreram tiveram momentos de inquietude noite indormidas, cheias de preocupação, mas venceu a velha terra o Piauí triunfo por isso Oeiras sempre Oeiras.<sup>103</sup>

Até mesmo o Hino de Oeiras, em seu refrão “Oeiras Invicta /Tu Sempre Serás /Ó Terra Bendita de Amor e de Paz”, destaca a relevância que o assunto assumiu, o drama se tornou símbolo de vitória coletiva. O que queremos destacar aqui com o episódio que cunhou a “Oeiras Invicta” é a base de ressentimento que atravessa a História de Oeiras que podemos também atestar nos discursos a épocas das obras entre 1930 e 1945. A dor de perder o *status* de capital é transformado na motivação em criar um renascimento da cidade pautado em reafirmar sua importância histórica tendo a materialidade atestada pelo momento de transformação.

O trato com seus ressentimentos e formulação de tais narrativas em Oeiras estão diretamente associados a noção de região que se vincula a representações mentais “percepção e apreciação” e representações objetais “emblemas e insígnias”. Seus usos desenvolve o jogo pelo poder de atribuir uma visão de mundo através do princípio de divisão que ao se impor cria o efeito de consenso e unidade de um grupo. A região e suas fronteiras não passam de um vestígio apagado de um ato de autoridade que consiste circunscrever a região em impor a definição legítima.<sup>104</sup>

Este ato de direito consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei e no reconhecimento produz a existência daquilo que enuncia. Bourdieu<sup>105</sup> aponta que o discurso regionalista é um discurso performativo que tem o objetivo de impor como legítima uma nova definição de fronteiras e de oferecer o conhecimento e fazer reconhecer a região assim delimitada. O poder sobre o grupo, quando se trata de dar existência ao próprio grupo,

<sup>102</sup> SILVA, F.S.A; LIMA, R.M.Q. *Op. cit.* 2014, p.00.

<sup>103</sup> O COMETA, Oeiras n. 04, p. 10 de jan. 1974. p. 00.

<sup>104</sup> BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.107-132.

<sup>105</sup> IBID: id

reside na capacidade de impor sobre o grupo uma visão e divisão comuns, uma visão idêntica de sua unidade. O ato de enunciar tem poder de objetivar e oficializar o fato que enuncia num espaço público e, a objetivação concretiza-se na realização da manifestação.<sup>106</sup>

Além de entender a ideia de região na problemática de Oeiras, consideramos a categoria “enquadramento de memória”, proposta por Michel Pollak<sup>107</sup>, bastante elucidativa para percebermos como diferentes processos e atores intervêm na formalização da informação que serviu de fonte para a elaboração de uma “memória oficial”. Contrariando análises que destacam apenas as funções positivas desempenhadas pela memória comum, em que inúmeros pontos de referência, como “as paisagens, datas, personagens históricos são tratados como indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo (...) que ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais”<sup>108</sup> aponta para a carga de violência simbólica despendida nesses procedimentos de “enquadramento de memória”.

A partir da análise dos excluídos, o autor ressalta a existência de tantas memórias subterrâneas opostas à memória oficial, sublinhando “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”<sup>109</sup> muitas vezes estratégica para a consolidação de projetos de patrimonialização, como podemos observar na trajetória de preservação em Oeiras.

A título de possibilidade, acentuamos que os silêncios e esquecimentos levados à tona para que o consenso e a coesão tenham lugar no encaminhamento dos rituais institucionais não se tornam inquestionáveis e imutáveis. As significações são mutáveis, há brechas e momentos em que vozes dissonantes e silenciadas entram em disputa com as normas e discursos unilateralmente estabelecidos, desconstruindo versões oficiais, combatendo opressões e imposições. O que podemos ver nas condições e transformações que tomou o direcionamento no Brasil nos anos 2000 com a implantação do Plano Nacional de Preservação do Patrimônio Imaterial – PNPI e permite que vozes silenciadas, espaço, resultado de um longo processo de disputas e emergências antes subterrâneas.

---

<sup>106</sup> O fortalecimento do discurso regionalista entre as Décadas de 1970 e 1980.

<sup>107</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. Fundação Getúlio Vargas.

<sup>108</sup> POLLAK, Michael. *Op.cit*, 1992.

<sup>109</sup> Idem

No recorte que abordamos aqui, a concepção de História e Patrimônio estavam diretamente associadas a concepção modernista que pregava o Estado brasileiro e os intelectuais vinculados institucionalmente. O entendimento da necessidade de construção da História da Nação via no patrimônio histórico o suporte a priori para testemunhar as gerações futuras às “grandezas da nação” em construção, o Brasil.

Tal narrativa atendia os interesses do momento político no qual passava o Estado Brasileiro e, por meio das demandas desses intelectuais, pouco a pouco se estruturou uma política de Estado que visava tomar as rédeas para a proteção dos testemunhos da história da nação. O controle do Estado refere-se a um importante mecanismo para caracterização do Estado moderno. A instância estatal tomando as rédeas dos mais diversos aspectos da vida cotidiana implicam suporte do alcance do Estado Moderno. Os destinos do que se lembra e do que celebra pelo testemunho histórico é tomado enquanto política pública que impõe um novo suporte de disciplinarização estatal, a memória nacional.

Conforme afirma Giddenes, acerca das dimensões institucionais da modernidade e as dimensões de globalização podemos identificar o controle do Estado e o sistema Estado – Nação. A sociedade não prefigura a união de indivíduos, mas um todo coletivo que se efetiva na imagem da nação. A modernização que aconteceu em Oeiras não visou à sistemática destruição do “velho” com a completa descaracterização do centro Histórico como podemos observar em outras experiências de modernização. Isso se deu por alguns motivos, dentre eles: Foram mudanças que ocorriam lentamente, dadas as condições econômicas do município e não houve um plano sistematizado para a modernização da cidade; Apesar de ser uma povoação colonial já existia um traçado urbano e espaçamentos adequados à época; O efeito simbólico para a população e, principalmente para os intelectuais em preservar os signos do passado enquanto capital e sua época de ouro.

E, ressalta-se ainda, que a ideia de patrimonialização foi um evento da modernidade ao elencar o que seria referência identitária do Estado- Nação e, por conseguinte é elemento legitimador do Estado brasileiro e, assim, faz todo sentido a preservação da memória das “gêneses da nação brasileira” que Oeiras representava.

Na lógica do lembrar-esquecer, alicerce das políticas de preservação, coloca-se à luz determinados aspectos da história, privilegiando-os enquanto outros são deixados na obscuridade. Assim, são os valores eleitos pelo grupo que decidem o que conservar – ou seja, que bens culturais representarão determinada comunidade e o seu passado. Em tal processo,

também decide - se como esses bens serão conservados e que tipo de intervenção sofrerão para chegar às gerações futuras.

Assim, operou o conceito de história e patrimônio no momento da implementação da política do Estado brasileiro, escolhe como ferramenta de salvaguarda um mecanismo, diferente, inclusive, do que defendia um dos principais agitadores do campo Mário de Andrade, o *tombamento*, pressupõe uma concepção de História e de Patrimônio elitista e excludente, ao dignar para posteridade majoritariamente os bens de “pedra e cal”, ou seja, os casarios e igrejas testemunhos da colonização portuguesa no Brasil. O primeiro dispositivo jurídico de proteção do patrimônio presente no Decreto – Lei de nº 25 de 30 de novembro de 1937 do estado brasileiro, reproduz um evento moderno do Estado- Nação e a falsa coesão de nossas heranças culturais ao eleger, principalmente os bens edificados ou a eles vinculados o dever de se preservar.

Os agentes do SPHAN - assim como os de outras instituições que trabalham com a preservação do patrimônio podem ser considerados, no dizer de Michael Pollak, os “atores profissionais”<sup>110</sup> responsáveis pelo “enquadramento da memória”. Durante as primeiras décadas da criação do SPHAN, esse “enquadramento” foi responsabilidade dos arquitetos, principais mentores na fixação de prioridades da política preservacionista. E o material selecionado pelos arquitetos para serem representativos da nação brasileira e do seu passado e, conseqüentemente preservados, foram os monumentos arquitetônicos, históricos e religiosos, notadamente os de caráter erudito, barroco e católico. Neste contexto vale destacar que a preservação ainda prestigiava os bens situados dentro da “filosofia” modernista, excluindo desse processo o estilo eclético e a arte popular, bem como o patrimônio arqueológico e paisagístico.

De modo a exemplificar, podemos olhar para o caso de Oeiras que teve elegido os bens, isoladamente a Ponte Grande, o Sobrado João Nepomuceno e a Igreja Catedral Nossa Senhora da Vitória que representava o período colonial e a herança portuguesa e, não testemunhava, por exemplo, as contribuições das expressões populares de cultura e, que mesmo no suporte arquitetônico, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é um exemplo. A Igreja dos Pretos só entrará na política de preservação a partir da década de 1980 com os novos direcionamentos que viveu o trato com o patrimônio a partir de então.

---

<sup>110</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1989.

Acreditamos que o olhar para o patrimônio por parte dos intelectuais de Oeiras foi gestado neste período de 1937-1945, quando do processo de tombamento a partir do SPHAN. Conforme vimos, suas falas apontam para tradição histórica, falam do renascimento sem pautar uma cultura material e/ou bens culturais propriamente. Só encontramos tais discursos a partir das publicações do “O Cometa” e da Revista do IHO” onde um grupo de intelectuais mediadores se organizam em torno do patrimônio.

Neste sentido, no próximo capítulo discutiremos os percursos, os agentes que ativam o repertório patrimonial entre a década de 1970-1980.

PARTE II  
A PATRIMONIALIZAÇÃO EM OEIRAS NAS DÉCADAS 1970-1980



Igreja N.S Rosário  
- RRC- 2022

## CAPÍTULO 03

### GESTORES DO PASSADO: POR UMA POLÍTICA DO PATRIMÔNIO EM OEIRAS



Figura 32: Igreja Nossa Senhora do Rosário, 1985\86

Fonte: Acervo FUNDAC - PI

O alto da colina do Rosário em uma cena cotidiana. A Igreja Nossa Senhora do Rosário isolada na paisagem da zona mais alta da cidade de Oeiras no Piauí; crianças ou adolescentes aproveitam a sombra de uma árvore e um animal pasta no entorno, ilustrando o cenário rural e tranquilo do bairro. Um dia corriqueiro eternizado no enquadramento da fotografia. No entanto, a trivialidade do cenário retratado é apenas aparente, é um documento-monumento<sup>1</sup>, o objetivo de sua feitura e seu arquivamento o torna uma relevante fonte e nos diz muito além dos elementos enquadrados pelo registro fotográfico.

A escolha da *fig.32* não é despretensiosa para iniciar a narrativa do capítulo. Foi registrada em meados de 1985-1986 e fez parte do momento fundador da atuação estadual nas políticas de preservação do patrimônio no Piauí, os processos de tombamento de bens de interesse estadual, a exemplo à Igreja Nossa Senhora do Rosário em Oeiras. A legenda da *fig.32*

<sup>1</sup> Para Le Goff todo documento é monumento, pois todo documento é fruto de escolhas e intenções de quem o elabora, sendo assim um ponto de vista parcial. Para ele, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p.545.

no documento original<sup>2</sup> informa: “Vista da igreja e seu entorno. A edificação encontra-se isolada na paisagem.”<sup>3</sup> A descrição indica a função técnica da feitura da proposta de tombamento, que ao indicar a ausência de influências negativas na paisagem que integram o entorno, destacam o potencial do bem a ser preservado. A fotografia encontra-se no acervo da instituição que, dentre outras prerrogativas, foi criada para salvaguarda do patrimônio no Piauí, a Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC - PI.<sup>4</sup>

Com a intenção de descentralizar a salvaguarda do Patrimônio Nacional nos anos de 1970 os Estados foram incentivados à preservação de seus patrimônios, até então protagonizadas pelo ente federal através do SPHAN. Neste sentido, o capítulo objetiva entender a atuação de agentes e suas ativações patrimoniais em Oeiras entre as décadas de 1970 e 1980. São eles os direcionadores das políticas públicas da ação Federal a partir da SPHAN/ Pró-Memória em especial através do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH- NE; em nível estadual a atuação da FUNDAC– PI e o seu departamento de Preservação e conservação do Patrimônio, por uma terceira via, a atuação local da sociedade civil através dos membros do Instituto Histórico de Oeiras – IHO. Assim, com os direcionamentos das políticas para o patrimônio empreendidas em âmbito nacional, estadual e o local buscamos as implicações na patrimonialização em Oeiras através da contribuição do momento para consolidação do repertório patrimonial da cidade.

### 3.1 POLÍTICAS PARA O PATRIMÔNIO OU O PATRIMÔNIO À SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

A política de preservação do patrimônio cultural brasileiro empreendida pelo SPHAN passou a ser objeto de questionamentos e, entre as décadas de 1970 e 1980, foi posta em debate para formulação de alternativas.<sup>5</sup> Para os setores críticos as normativas de proteção centradas no tombamento, criadas na década de 1930, representava limitações físicas e

---

<sup>2</sup>FUNDAC-PI. Igreja do Rosário: Proposta de Tombamento. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.files.wordpress.com/2012/08/processo-de-tombamento-igreja-do-rosario-oeiras.pdf>.

<sup>3</sup>IBIB, p.17.

<sup>4</sup>PIAÚÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, nº 33, p.05, 25 de fevereiro de 1975. PIAÚÍ. Diário Oficial do Estado. Teresina, nº 59, p. 02, 04 de abril de 1975

<sup>5</sup> FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil*. 4ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p.150-153.



conceituais na conduta de preservação e, o ideal de Brasil e o *modus operadi* dessa política cultural que remontava ao Estado Novo, não bastava para o Brasil de então.

O momento de tais reconfigurações ou mesmo de questionamento de condutas consolidadas no trato da cultura passava por cenários de intensas transformações políticas da História do Brasil, o da Ditadura Civil – Militar, composta por diferentes governos com políticas culturais<sup>6</sup> próprias e, se estende até o processo de redemocratização, caracterizado por efervescentes lutas em torno dos ideais de democracia e cidadania marcadamente acionados pela via dos movimentos sociais.<sup>7</sup>

Nestes contextos da História Política brasileira aconteceram importantes eventos que dinamizaram e repensaram a política de preservação. Entender esses momentos de conduta da política nacional implica também apreender como tais direcionamentos alcançaram os processos de patrimonialização no Piauí e, em Oeiras.

O modelo rotinizado<sup>8</sup> de política de preservação no Brasil iniciado na década de 1930 passou, a partir da década de 1960, a ser pautado por setores críticos que sinalizavam para uma política tradicional e elitista por focar no patrimônio chamado de “pedra e cal”, ou seja, os bens imóveis vinculados às feições do barroco brasileiro.<sup>9</sup>

A reconfiguração do trato do patrimônio não foi uma demanda exclusivamente interna, fazia parte de um debate internacional, órgãos de destaque na matéria como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e Organização dos Estados Americanos - OEA. Nesse contexto internacional podemos destacar a Norma de Quito<sup>10</sup>, criada em 1967 na cidade de Quito no Equador, perfilharam o patrimônio cultural a um valor econômico a ser explorado e que contribuiria com o progresso do sul global. Essa concepção creditou à exploração turística a prerrogativa de conservar o patrimônio cultural e ao mesmo

---

<sup>6</sup> A partir do recorte temporal do capítulo podemos destacar os programas de política cultural no Brasil de 1975 e de 1981. Cf. MEC. Política Nacional de Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF, 1975.; MEC. Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural. Brasília, DF, 1981.

<sup>7</sup> REIS FLHO, A. D; RIDENITT, M.; MOTTA, R. P. S. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>8</sup> CHUVA, Márcia Regina. *Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (1930 – 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>9</sup> Fonseca, Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

<sup>10</sup>OEA. Norma de Quito. Quito: 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em: 28.07.2020.

tempo estimular o desenvolvimento econômico, uma alternativa para as populações empobrecidas da América Latina.

No Brasil, as preocupações de Quito se mostraram no I Encontro dos Governadores em 1970, sediado em Brasília e que resultou no “Compromisso de Brasília”.<sup>11</sup> O documento “reconhecia inadiável a necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” e que “aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica do IPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional”, aconselhando a criação de órgãos estaduais e municipais apropriados à proteção em parceria ao órgão federal de preservação.<sup>12</sup> Cabe destacar que o encontro não contou com a participação do Estado do Piauí e, não identificamos as razões da ausência da representatividade piauiense. Muito provavelmente pela falta de organização do próprio Estado em relação ao aparato administrativo da cultura. Na época contava com o Conselho Estadual de Cultura<sup>13</sup> com limitada capilaridade. O cenário se modificou em 1971 quando na gestão do governador Alberto Silva foi criado o Departamento de Assuntos Culturais.

Em continuidade, no ano de 1971 o II Encontro de Governadores<sup>14</sup> para a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural no Brasil, produziu o “Compromisso de Salvador”<sup>15</sup> que ratificava às questões debatidas em Brasília e, as ampliam, ao inserir o desenvolvimento do turismo como alternativa. O encontro contou com a participação do

---

<sup>11</sup>COMPROMISSO DE BRASÍLIA (1970) - 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. In: IPHAN – Caderno de Documentos nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

<sup>12</sup>IBID

<sup>13</sup> O Conselho Estadual de Cultura foi criado pelo Decreto nº 631, de 12 de outubro de 1965; sobre a história do Conselho Estadual de Cultura. Cf. MOURA. Francisco Miguel de. Pequena História de um Grande Conselho. In: Revista Presença. Órgão do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Estadual de Cultura e do Desporto, Ano XIII –26, Teresina, 1999.

<sup>14</sup>Anais II Encontro de Governadores. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais\\_II\\_Encontro\\_Governadores%201971.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais_II_Encontro_Governadores%201971.pdf)>. Acesso em 07.07.2020.

<sup>15</sup>COMPROMISSO DE SALVADOR (1971) – II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Brasil - Ministério da Educação e Cultural – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: IPHAN – Caderno de Documentos nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

governador do Piauí, Alberto Tavares Silva<sup>16</sup> e Noé Mendes de Oliveira<sup>17</sup> personagens interessados respectivamente nas pautas desenvolvimentistas e na promoção da cultura local.<sup>18</sup>

Em suma, os encontros assinalavam para o incremento de uma política de preservação que passaria pela descentralização das ações de salvaguarda através principalmente do incentivo à criação de órgãos regionais na ação protetora. Bem como se alinhava ao perfil de progresso da época, através do incremento do turismo e os usos do patrimônio cultural, ambicionava a geração de renda, melhoria de infraestrutura das cidades e a conservação dos bens culturais.

Em 1973 foi criado o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste – PCH- NE em alusão ao pactuado nos “Compromissos de Brasília e Salvador”, preconizava a preservação e a restauração dos bens patrimoniais em termos econômicos e sociais. Assim, através do PCH- NE, o ente federal dava respostas às críticas de abandono dos centros históricos com o financiamento de planos diretores de preservação urbana e obras de restauração.

O programa atendeu à dimensão ideológica dos governos militares ao agregar a lógica desenvolvimentista no empreendimento implantado primeiramente no Nordeste, o que revelou as intenções de promover crescimento econômico na região de maior vulnerabilidade no país. Assim, para o Nordeste empobrecido, o projeto de futuro na ótica desenvolvimentista da época, passava pela aposta no incremento da infraestrutura urbana e o turismo cultural. O contexto se remete ao que Carlos Fico chamou de “Reinvenção do Otimismo”. Que tratou-se de avaliar a persistência, na época da Ditadura Civil-Militar (1964- 1985), da construção de uma ideia de futuro promissor para o Brasil, a mentalidade de um “Brasil Grande” ou do “país do

---

<sup>16</sup> Governou o Piauí por duas vezes (1971-1975 e 1987-1991), nome de projeção na política piauiense, conhecido por relacionar sua atuação política à profissão de engenheiro e por isso conhecido por “tocador de obras”. Durante período conhecido como “Milagre Econômico” conduziu as ligações do Piauí por estrada asfaltada; A eletrificação do Estado com energia produzida pela hidrelétrica de Boa Esperança; Os novos e imponentes prédios públicos por projetos arquitetônicos nas tendências do concreto armado de obras monumentalistas. Cf. FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 54.

<sup>17</sup> Professor, político e folclorista. Licenciado em filosofia e em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Formou-se em Direito, e fez mestrado em Antropologia Cultural. Foi vereador de Teresina - PI, presidente da Fundação Cultural Monsenhor Chaves e da Casa Anísio Brito (Arquivo Público). Professor da Universidade Federal do Piauí.

<sup>18</sup> Cf. NEGREIROS, Valério Rosa de. Por uma Cultura Integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. 217.f DISSERTAÇÃO (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2016.

futuro.<sup>19</sup>A imagem de progresso que agia nas mais diversas frentes para construção de um imaginário social agia de modo a legitimar o projeto de poder em curso.

De 1973 a 1979 foram investidos 17,3 milhões de dólares, realizando-se 143 obras em monumentos (85% dos investimentos); 8 cursos de qualificação de mão de obra nos três níveis (superior, intermediário e operário); 7 planos urbanísticos; 6 obras em espaços públicos (urbanos); e 10 ações de tipos diversos.<sup>20</sup>

Tendo em vista os dados acima, o PCH- NE, se mostrou eficaz e necessário dada à disposição orçamentária que dispôs, materializada em inúmeras obras de restauração dentre outras intervenções, no entanto, o programa ainda se limitou à preservação do patrimônio edificado. E assim, ainda como parte desse cenário de reconfiguração das políticas de memória, em 1975, outras instituições e agentes se apresentaram enquanto alternativa ao trato da cultura a fim de atender às lacunas.

O Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, com a liderança de Aloísio de Magalhães,<sup>21</sup> apostou em uma visão antropológica que valorizava técnicas e modos de fazer do artesanato e da cultura popular. Atribuía valor econômico a fim de pensar o artesanato e as formas de cultura popular como meio de emancipação econômica das populações, o “produto brasileiro”, o artesanato. Articularam um conceito abrangente de bem cultural, que até então se referia aos bens protegidos e, portanto, muito próximo da conceituação de patrimônio à luz das concepções fundantes do Sphan de 1937 que elegiam patrimônio edificado e as obras de artes. Assim, o movimento de reelaboração do trato do patrimônio na década de 1970 se deu também a partir das propostas apresentadas pelo CNRC, que contribuiu para a construção de

---

<sup>19</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

<sup>20</sup> CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/WzrrzCqrwcG3X5BgR8MbVFb/?lang=pt>. Acesso em: 21.06.2020.

<sup>21</sup> LAVINAS, Laís Villela. Um animal político na cultura brasileira: Aloísio de Magalhães e o campo do Patrimônio Cultural no Brasil (Anos 1966-1982).223f.2014. *Dissertação* (Mestrado em História) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

metodologias e para a efetivação da política pública instituída pelo decreto nº 3551/2000<sup>22</sup> de registro e proteção dos bens imateriais nos anos 2000.<sup>23</sup>

Através de uma terceira via no cenário e distinta dos caminhos construídos pelo CNRC, tivemos a atuação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) criada em 1958.<sup>24</sup> Em uma perspectiva folclorista, a cultura popular, que ficava à margem da política de cultura consolidada pelo SPHAN, privilegiavam uma concepção de cultura integrada aos moldes já pensados por Mário de Andrade<sup>25</sup>, a CDFB foi importante promotora do dito “patrimônio folclórico”<sup>26</sup>. A partir da concepção de uma cultura integrada, a CDFB e os intelectuais a ela ligados forjaram uma identidade para o Brasil a partir das expressões populares.

Nas décadas de 1970 e 1980 em um momento de institucionalização publicavam em rede e promoviam bens da dita “cultura popular” de diversos Estados brasileiros, bem como participavam de missões de pesquisas e inquéritos culturais, algumas vezes em parceria com projetos oficiais como foi o caso do Projeto Rondon.<sup>27</sup>

---

<sup>22</sup> BRASIL, Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências... Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3551-4-agosto-2000-359378-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21.06.2020;

<sup>23</sup>GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. Acesso: 21.06.2020; e projeto institucional. In: IPHAN. Ideólogos do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 1991.

<sup>24</sup>Cf. NEGREIROS, Valério Rosa. “Varar o Território de Ponta a Ponta”: Atlas Folclórico do Brasil, Projeto Rondon e as Políticas de Integração Cultural. 275f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói -RJ, 2020.

<sup>25</sup> A concepção de cultura e patrimônio de Mario de Andrade não via a separação entre patrimônio material e imaterial, para ele a cultura é integrada O anteprojeto elaborado por Mário de Andrade foi apenas parcialmente aproveitado no decreto-lei que determina a criação do Sphan. Seus aspectos radicalmente democráticos não foram acolhidos pelo legislador. ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: ANDRADE, Mário de. Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945 Lélia Coelho Frota (Ed.). Brasília: MEC-Sphan, 1981b, p. 39-54. Republicado em: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 30 – “Mário de Andrade”. Marta Rossetti Batista (Org.). Iphan: Rio de Janeiro, 2002, p. 271-287. Fragelli, Pedro. Tradição e revolução: Mário de Andrade e o patrimônio histórico e artístico nacional. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online]. 2020, n. 75 [Acessado 28 Maio 2022], pp. 144-161. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i75p144-161>>. Epub 15 Maio 2020. ISSN 2316-901X. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i75p144-161>.

<sup>26</sup>Patrimônio Folclórico seria o equivalente que identificamos como bens de natureza imaterial do Patrimônio Cultural brasileiro. À época não contemplados pela política do IPHAN e teve a salvaguarda assegurada nos anos 2000. Cf. BRASIL, Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências... Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3551-4-agosto-2000-359378-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21.06.2020;

<sup>27</sup> O Projeto Rondon foi criado pelo Decreto n.º 62.927, de 28 de junho de 1968, que estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT), subordinado ao Ministério do Interior. Posteriormente, em 1970, esse GT foi transformado em

Em termos de formação de acervos audiovisuais, fontes escritas e bibliográficas, a Comissão Nacional de Folclore e seus colaboradores regionais, produziram um inestimável volume documental acerca dos bens culturais. Os folcloristas foram alvo de duras críticas, principalmente advindas do discurso acadêmico, apontados enquanto portadores de uma visão romantizada da cultura popular, por uma ausência de cientificidade e de um olhar limitante da elite sobre o “povo” resultou na pouca legitimidade desses intelectuais nos espaços acadêmicos. No entanto, ocuparam uma importante lacuna deixada pela política institucional priorizada no Iphan, ao documentar bens culturais negligenciados e, que sua maioria são atualmente bens de memória, não vigentes, possuem seus registros em acervos da Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB de diversas parte do território brasileiro.

É importante ressaltar que a natureza da cultura mobilizada pelos folcloristas não contempladas pelo IPHAN, foram incluídas na política nacional de Cultura do Estado Brasileiro que podemos atestar através dos planos de cultura do ano de 1975<sup>28</sup> e 1981<sup>29</sup>, a Fundação Nacional de Artes – Funarte<sup>30</sup> teve entre outras prerrogativas, a função de promover o artesanato e as manifestações folclóricas, ali assumidas como um produto brasileiro, com dupla significação, o de suporte de uma pretensa identidade nacional e de um valor econômico para comercialização e exploração turística.

Neste breve panorama, podemos identificar que diferentes atores tentaram dar respostas a uma demanda do Estado, o de vincular o patrimônio a uma questão econômica, o PCH pela via do turismo e infraestrutura urbana; o CNRC ao criar um “produto brasileiro”

---

Órgão Autônomo da Administração Direta pelo Decreto nº 67.505, de 6 de novembro de 1970, e em 1975, pela Lei Nº 6.310 de 15 de dezembro, foi instituída a Fundação Projeto Rondon. O Projeto Rondon promovido pelo Ministério da Defesa e com o envolvimento de outros ministérios, conheceram a realidade amazônica no então território federal de Rondônia. Em 1989, o Projeto Rondon foi extinto. Cf. NEGREIROS, Valério Rosa. “Varar o Território de Ponta a Ponta”: Atlas Folclórico do Brasil, Projeto Rondon e as Políticas de Integração Cultural. 275f. *Tese* (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói -RJ, 2020.

<sup>28</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura, Brasília: MEC, 1975.

<sup>29</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural de MEC. Brasília, 1981.

<sup>30</sup> “Em seu início, em 1975, a Funarte englobava apenas música – popular e erudita – e artes plásticas e visuais. Convivia com a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen), o Instituto Nacional de Folclore (INF) e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), todas ligadas ao Ministério da Educação e Cultura, posteriormente ao Ministério da Cultura. A Funarte foi instituída pela Lei Nº 6.312 de 1975, que estabelece sua missão. Em março de 1990, o Governo Federal extinguiu todas as instituições culturais. Em dezembro daquele ano, foi criado o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC) – ligado diretamente à Secretaria de Cultura da Presidência da República (que depois voltou a ser novamente Ministério). O Instituto englobava a Funarte, a Fundacen, e a FCB. Em 1994, a sigla Funarte substituiu a sigla IBAC, a partir da Medida Provisória nº 752/1994, Art. 6º – confirmada pela Lei nº 9.649/1998 – art. 64. Em 2019, após a extinção do Ministério da Cultura, a Funarte foi vinculada ao Ministério da Cidadania e posteriormente ao Ministério do Turismo”. Disponível em: <https://www.funarte.gov.br/a-funarte>. Acesso em 21.09.2021;

através do artesanato e a CDFB via discurso de identidade para o Brasil através dos inventários da cultura popular. É nesse sentido, que com a crise econômica brasileira, reflexo da crise do capitalismo, os direcionamentos assumidos pela Ditadura Civil- Militar a partir de 1975 podemos identificar ações como os projetos do Governo Geisel que na busca de alternativas passaram a subsidiar projetos culturais, a exemplo, aqueles voltados para o artesanato brasileiro.<sup>31</sup>

Desse cenário múltiplo, em um movimento de conformação das políticas de memória, assume -se nova feição com a fusão das instituições o SPHAN, CNCR e o programa PCH. As duas instituições e programa reuniam a autoridade e o saber técnico do SPHAN, a proposição considerada por Fonseca<sup>32</sup> arrojada do CNRC e os recursos financeiros do PCH e, assim, surgiu a estrutura composta por um órgão normativo – a Secretaria do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e um órgão executivo – a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) com a sigla “SPHAN/ Pró-Memória”.

Cabe destacar que a transformação se fez muito mais em dimensão ideológica, um exercício de remodelamento conceitual do que propriamente refletiu-se nas políticas de preservação conduzidas pelo ente federal SPHAN / Pró-memória”, que através do PCH continuou salvaguardando os bens arquitetônicos, em sua maioria já patrimonializados, dando respostas às críticas de abandono dos centros históricos e fomento do desenvolvimentismo, através do turismo cultural. No entanto, não contemplava ações protetivas aos bens de natureza imaterial, em sua grande maioria advindo de grupos étnicos, minorias sociais, populações tradicionais etc. O que nos leva a uma questão de dominação hegemônica do Estado.<sup>33</sup> O controle das políticas passava pela estruturação/reestruturação por parte do Estado sem autonomia da população/ detentores dos bens, a tomada de decisão restrita aos grupos dirigentes, conseqüentemente sem muito efeito prático para o conjunto maior dos detentores /executores dos bens culturais no Brasil.

---

<sup>31</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura, Brasília: MEC, 1975.

<sup>32</sup> FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil*. 4ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017

<sup>33</sup> BOURDIEU. Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

### 3.2 ENTRE O PASSADO E O PORVIR: DO PLANO DE PRESERVAÇÃO URBANA ÀS RESTAURAÇÕES DO PCH EM OEIRAS



Figura 33: Igreja Nossa Senhora da Vitória – janeiro/ agosto 1976. Fonte: Acervo Central do IPHAN

A *figura 33* registra em primeiro plano moradores de Oeiras subindo a escadaria da Catedral de Nossa Senhora da Vitória. Mulheres, homens e crianças, em sua maioria, pretos e pardos o que remete aos quadros da formação sócio-histórica da cidade colonial. Foram fotografados em direção ao templo que é retratado com fachada completa em segundo plano. Para qual evento a população se dirige? Quais as intenções do registro?

A imagem foi forjada no contexto de pesquisa para implementação do PCH em Oeiras, através do convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN/PR, Governo do Estado do Piauí e o SPHAN/Pró-memória, responsáveis respectivamente pela destinação orçamentária, execução da obra e fiscalização/ apoio técnico.

Os primeiros estudos para subsidiar o PCH iniciaram-se em 1975 e cinco cidades integravam o projeto no Piauí: Teresina, Oeiras, Amarante, Parnaíba e Piracuruca. Para o Estado do Piauí acessar os recursos do programa Federal foi necessário conceber o Programa Estadual de Restauração e Preservação e, assim, obter os recursos do PCH. O Programa Estadual de Restauração e Preservação previa a restauração de monumentos e conjuntos de valor artístico e a preservação de *expressões culturais* ditas significativas, tendo por objetivo a criação de condições adequadas ao desenvolvimento de atividades turísticas nas áreas históricas do



Estado.<sup>34</sup> Assim, os princípios norteadores do plano estadual exigidos pelo PCH se alinhavam em âmbito internacional ao preconizado na Norma de Quito (1967) e, nacionalmente, aos compromissos de “Brasília”(1970) e “Salvador” (1971) assumidos nos Encontros dos Governadores.

As mobilizações para implantação do PCH no Piauí efetivam o processo de descentralização das políticas de preservação da esfera federal para atuações em âmbito regional, tendo em vista a condução do processo pelo governo estadual e envolvimento direto dos poderes municipais, já que o Plano Diretor de Preservação Urbana seria gerido em âmbito local. O programa não atuou em todas as cidades com demandas de preservação, elegeu áreas históricas de maior interesse, todavia mobilizou o tema para além do alcance das obras. Pautou o papel de gestores e fez reverberar o debate acerca da necessidade de planejamento e formulação de alternativas para o trato do patrimônio, aqueceu às mobilizações da sociedade civil já existentes, levantou a “bandeira” do patrimônio, naquele momento, pela via do turismo e do desenvolvimento local.

Para o planejamento e execução do PCH várias entidades participaram, a saber: Governo do Estado do Piauí – Dirceu Mendes Arcoverde, A Secretaria de Cultura e a Fundação na gestão de Luiz Gonzaga Pires, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Secretaria de Planejamento da Presidência SEPLAN – PR. Em 1975 foi contratada a empresa, Companhia Latino-Americana de Planejamento – CLAP com prerrogativa de realizar estudos nas “Edificações Significativas” das cidades de Teresina, Oeiras, Amarante, Parnaíba e Piracuruca. As cidades de Teresina<sup>35</sup>, Oeiras e Piracuruca já possuíam bens tombados pelo SPHAN no final da década de 1930; por outro lado, Amarante e Parnaíba teriam bens ditos de valor regional e sem proteção legal à época. Assim, analisamos que as cidades escolhidas revelam um equilíbrio em contemplar bens de “valor nacional” e de “valor regional”. Foram escolhidas por representarem os maiores conjuntos urbanos históricos e com potencial para o turismo cultural, carro chefe da política para o patrimônio à época.

A CLAP, empresa com sede no Rio de Janeiro, possuía filiais em cidades beneficiadas com PCH: Teresina, São Luís, Fortaleza e Salvador. O que pode indicar uma movimentação em explorar o nicho de mercado que ascendeu com a execução do Programa voltado para o

---

<sup>34</sup> PEDRAZANI, Viviane. Patrimônio Cultural de Teresina: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. 138f. *Dissertação* (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, 2005.p.59

<sup>35</sup> A cidade de Teresina apesar de ter sido incluída na realização do Projeto de Restaurações das Edificações Significativas não foi contemplada nas restaurações mobilizadas no âmbito do PCH.

Nordeste, seja pela pouca oferta de mão de obra especializada nas cidades interioranas beneficiadas e, ainda pelo atrativo expresso no montante de recursos movimentados nos contratos firmados que de “[...] 1973 a 1979 foram investidos 17, 3 milhões de dólares” em todo o Nordeste”<sup>36</sup>

De modo a explicar o motivo das condições de preservação e infraestrutura do sítio histórico de Oeiras, em 1975/1976, a CLAP justifica:

Em tendo sido Oeiras a primeira capital do Piauí, dado o seu incipiente crescimento, tanto econômico quanto físico, depois de haver perdido a sua condição de capital, o seu contexto urbano mais antigo resistiu a salvo de pressões renovações imobiliárias, chegando aos tempos atuais, início do último quartel do século XX, **com sua fisionomia pouco diferente do século passado e um acervo de exemplares de arquitetura do século XIX com feições do XVIII e dos primórdios do século XX ainda sob a influência do precedente**<sup>37</sup>

A perda da condição de capital é tema recorrente no imaginário da população e, em relação ao estado de preservação do patrimônio edificado, a transferência influência de forma decisiva a permanência do feitiço urbano. O Centro histórico preservava as funções de abrigar prédios públicos, espaços de lazer e cultura, comércio e residências, usos que não são possíveis nos centros urbanos das populosas capitais. Como é o caso de Teresina, atual capital do Piauí, planejada e construída a partir de 1852 tem atualmente seu centro histórico com acelerado processo de descaracterização, imóveis abandonados pelos proprietários, especulação imobiliária e demolição de casas para construção de estacionamentos. Oeiras, tendo permanecido capital, dificilmente teria um sítio histórico avaliado pela equipe CLAP como “homogêneo”, como se observa nas fotografias reunidas no volume III do Plano de Preservação da CLAP<sup>38</sup>, bem como preservados seus usos sociais.

Um aspecto relevante foi a peculiar condição que se avalia as técnicas e estilos construtivos que permitem que Oeiras, em épocas diferentes, construísse exemplares da arquitetura com características do século anterior. Paulo Thedim Barreto, servidor do SPHAN

---

<sup>36</sup> CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/WzrrzCqrwcG3X5BgR8MbVFb/?lang=pt>.

<sup>37</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vo.1 (*grifos nossos*)

<sup>38</sup>CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.3 – Registro fotográficos.

e responsável pelas primeiras patrimonializações no Piauí<sup>39</sup> identificou em 1938 que a “morada inteira” é o tipo de construção comum em Oeiras, o estudo de campo, em 1976, destaca que nos bairros mais recentes da cidade como o “Nova Oeiras” continuam adotando esse padrão para moradias.<sup>40</sup> Os técnicos da CLAP não chegam a fechar uma leitura de tal comportamento e indagam: “[...] trata - se de um meio admirável de adaptação ao clima do local, falta de criatividade, respeito à tradição ou estagnação?”<sup>41</sup> Certamente a permanência da “morada inteira” se deu por questões multifatoriais, na qual podemos reunir no conceito de cultura, que envolve em graus diferentes, a influência do perfil climático, a manutenção de tradições, modos de vidas e as condições socioeconômicas que passam pelo acesso facilitado aos materiais extraídos da região e o domínio das técnicas construtivas tradicionais.

[...] As paredes internas são de taipa com troncos de carnaúba amarrados com relho de couro de boi. As paredes exteriores são de pedra e tijolo. As divisórias internas são mais baixas para facilitar a ventilação.

[...] Os pisos das casas de Oeiras originalmente levavam tijolos de barro cozido em todos os cômodos e as cozinhas eram revestidas de pedra plena assim como ocasionalmente o corredor da puxada.

[...] Atualmente vê-se, também em pedra, muito ladrilho hidráulico e piso de cimento em Oeiras.

A personalidade e decoração da casa piauiense está na sua cobertura. O madeiramento é de tronco de carnaúba ao natural; o ripamento também de carnaúba e a telha é canal, não levando forro.<sup>42</sup>

Deve-se destacar a importância do domínio popular das técnicas construtivas e o uso de matéria-prima disponíveis na localidade, a exemplo do uso da técnica de *taipa de mão* que se utiliza de madeira nativa não aparelhada e o barro. As casas possuem meia-parede na parte interna o que faz o ar circular por todos os cômodos da casa o que resulta em ventilação cruzada que associada às paredes de barro proporciona maior conforto térmico. As casas de arquitetura vernacular, em sua maioria, utilizam da *taipa de mão*, *taipa de pilão*, *adobe*, *tijolo maciço*<sup>43</sup>, todos com materiais construtivos que se adequam ao clima quente da região, ao

<sup>39</sup> BARRETO, P. Thedim. *O Piauí e sua arquitetura*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 2, Rio de Janeiro, 1938.

<sup>40</sup>CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.25.

<sup>41</sup>CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.25

<sup>42</sup>CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.25

<sup>43</sup>A *taipa de mão*, ou pau-a-pique tem como princípio básico o uso de terra crua associada a uma estrutura em madeira nativa para a formar as paredes; *Adobe* é um tijolo de dimensões maiores que os comumente utilizados,

proporcionar maior conforto térmico além de ser técnica de autoconstrução com pouco uso de mão de obra especializada, menor impacto ambiental na produção de resíduos e emissão de carbono durante a cadeia de produção e descarte. No entanto, foram substituídos pela popularização do uso do cimento e do tijolo cerâmico. Os métodos construtivos tradicionais passaram a ser associado à pobreza e são afastados do espaço urbano nas novas construções, mas ainda utilizados na zona rural de todo o Estado do Piauí.

Neste contexto, foi elaborado o Plano de Preservação Ambiental e Urbana e o Plano Micro Urbanístico de Preservação da Praça da Vitória. A equipe que atuou em Oeiras era composta por profissionais exógenos, com a exceção dos piauienses contratados, Odilon Nunes<sup>44</sup> e Dagoberto Carvalho<sup>45</sup>, que atuaram na pesquisa e redação do Histórico. A equipe em sua maioria composta de arquitetos, se destaca a ausência de engenheiros, tinha ainda a participação de desenhistas, historiadores, sociólogo; dos quais integravam as diferentes frentes de trabalhos, a saber: Preservação Ambiental Urbana; Restauração; Pesquisa social; Turística e histórica. Além do integrante da equipe o oeirense Dagoberto Carvalho já mencionado, notou-se o estabelecimento de vínculos entre a equipe de trabalho e os agentes locais como o músico Possidônio Queiroz e a Professora Rita de Cássia Campos, ambos oeirenses com atuação na política, educação e cultura local, tiveram seus nomes citados na sessão de agradecimento no Plano de Preservação.

Ao voltarmos a *figura 33*, com a qual iniciamos a seção, a fim de entender o contexto de sua produção, identificamos que o seu registro ocorreu durante a ação de pesquisa, entre os meses de janeiro e agosto de 1976, para composição do Plano de Preservação Ambiental e Urbana em Oeiras, uma prerrogativa para implantação do PCH e para concepção do Plano Estadual de Salvaguarda do Piauí. A fotografia faz parte do volume III (três) do Plano de Preservação, com 42 (quarenta e duas) fotografias que registram as “edificações significativas”, das vistas das colinas ao vale da cidade, as influências negativas e positivas da área de interesse.

---

seco ou cozido ao sol, às vezes acrescido de palha, capim secos ou manipueira (é um líquido leitoso de coloração amarelo-claro proveniente da mandioca quando é ralada e prensada) aditivos para torná-lo mais resistente. *Tijolo maciço* é fabricado com argila, conformado por extrusão ou prensagem ou queimado. *A taipa de pilão* consiste em comprimir a terra em fôrmas de madeira, denominada de taipais, onde o barro é compacto horizontalmente disposto em camadas de aproximadamente quinze centímetros de altura até atingir a densidade ideal, criando assim uma estrutura resistente e durável. Ver. LEGEN, Johan van. *Manual do arquiteto descalço*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

<sup>44</sup> Natural da cidade de Amarante - P. (1899-1989), foi professor e historiador. Sua contribuição à historiografia e a identificação de fontes acerca da História da formação do Piauí que vão da colonização ao século XX.

<sup>45</sup> Natural de Oeiras – PI (1948) descendente das famílias tradicionais da cidade. Médico, historiador, autor de livros e artigos sobre a História de Oeiras e sócio – fundador do Instituto Histórico do Oeiras.

Assim, o que já podemos conjecturar que as intenções do instante eternizado na *figura 33* foi o de registrar a Igreja, o Monumento. Mas havia algo a mais acontecendo.

A legenda da fotografia no Plano de Preservação apenas informa “A Igreja Nossa Senhora das Vitórias”, que era o foco de análise, com grau de prioridade 1(um) para as ações de salvaguarda. Quando da catalogação da fotografia no acervo histórico também não é indicada o evento ou data, o verso da fotografia informa a cidade de Oeiras enquanto local retratado e o intervalo de janeiro – agosto de 1976 como período de sua feitura (*figura 34*), informações ainda mais limitadas para identificar o bem retratado, pois não se menciona o nome da Igreja. Tais condições de arquivamento e catalogação do registro limitam as estratégias de leitura. A fonte foi acessada através do serviço de atendimento remoto do Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro (Centro de Documentação do Patrimônio e Departamento de Cooperação e Fomento) no fundo Inventário Piauí que inclui documentação de autores e períodos diferentes.

MINISTÉRIO DE CULTURA		
SEC/SPHAN DE ACERVO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO		
Estado:	PIAUI	
Município:	OEIRAS	
Localidade:	CIDADE	
Monumento:	GERAL	
Foto n.º	97.066 a 97.107	reg. n.º
Dia:	Mes: jan./agosto	Ano: 1976

*Figura 34: Ficha de Catalogação no verso da figura 33, 1976*  
 Fonte: CLAP Acervo Central do IPHAN

A precisão da catalogação poderia enriquecer a leitura do documento; a indicação do evento, data e local retratados são informações que fora do enquadramento da fotografia auxilia análise do leitor. No caso da *figura 33*, apenas com a data poder-se-ia identificar para qual celebração do calendário religioso de Oeiras dirigiam-se o conjunto de pessoas retratadas em frente ao templo religioso.

Quando se volta a documentação histórica sobre Oeiras se revela a fragilidade dos acervos quanto às suas formas de arquivamento, conservação e acesso, guarda particular de

documentos históricos que deveriam ser de domínio público. Tal conjuntura acaba por restringir o acesso às informações relevantes para à formação da consciência histórica necessária à cidadania plena. O cenário se repete nos mais diversos acervos públicos e particulares no Piauí. A esse respeito é necessário que se pense a patrimonialização dos acervos de documentação históricas e bibliotecas; leis de proteção e as linhas de fomento poderiam assegurar as condições de guarda e conservação como também proteger de ataques ideológicos a depender dos grupos políticos no poder quando agem no apagamento de certas memórias. Assim, se mostra necessário, priorizar os acervos documentais em políticas públicas como suportes de memórias de igual importância às demais tipologias comumente contempladas.

Por parte da equipe de pesquisa CLAP, não houve preocupação em conhecer e documentar os usos sociais daquele bem, o que remete a concepção de política preservacionista que ficou conhecida como “pedra e cal”, olhares fixos na salvaguarda do bem edificado. Mas a partir de uma observação atenta a um detalhe, mesmo que distante do foco da fotografia, revela-se a presença de uma imagem sacra em meio à multidão. O evento ignorado pela equipe que pesquisava os bens culturais em Oeiras tratava-se do último acontecimento do calendário da Semana Santa, iniciado na semana anterior com a “Semana de Passos” e que se encerra com a Procissão do Senhor Ressuscitado conforme destacada na figura 35.

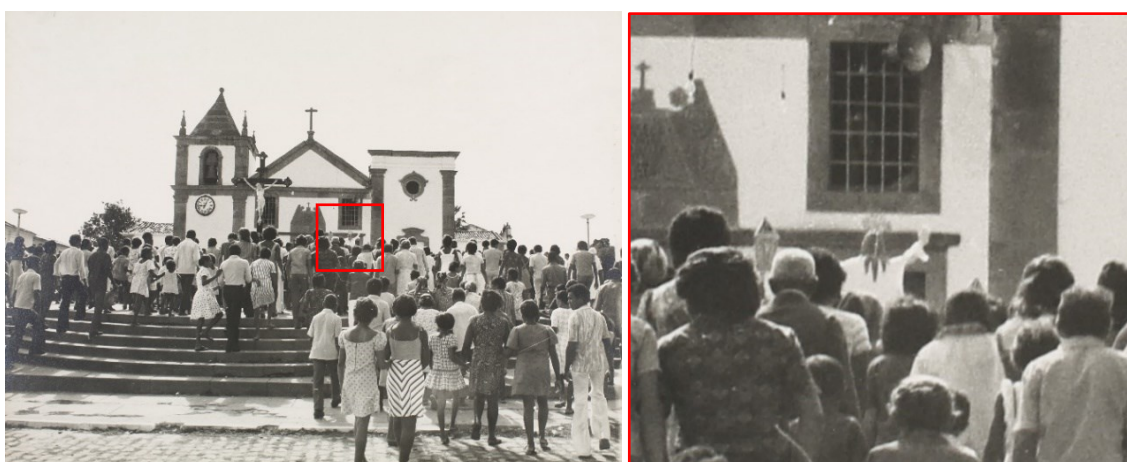


Figura 35: Pormenor da figura 33 que indica a imagem do “Senhor Ressuscitado” Fonte: CLAP, 1976, Arquivo Central do IPHAN - RJ

A equipe de pesquisa e registro fotográfico esteve na cidade de Oeiras durante a Semana Santa e a ausência de documentação fotográfica, acerca dos eventos, é flagrante da

irrelevância dos bens culturais imateriais para se forjar o plano de preservação. Mesmo que à época a categoria ainda não fizesse parte das políticas de proteção do SPHAN/PRÓ MEMÓRIA, a equipe de fotografia documentou em imagens as edificações e vias urbanas de interesse para o plano de preservação, mas ignoraram os usos dos espaços no momento de maior circulação, das celebrações religiosas da Semana Santa. Não teriam melhor noção das prioridades dos bens arquitetônicos se cientes dos usos sociais? Por que não registrar na identificação das fotografias o evento em curso?

Neste sentido, ao ignorar os usos sociais e culturais do sítio histórico a ser preservado, além da oportunidade de documentá-lo, demonstra que o conceito de patrimônio operado pela equipe contratada estava demasiadamente dissociado dos usos e sujeitos detentores / executores, o que empobrece o bem, tornando-o uma matéria inerte e sem vida. O que demonstra que a equipe ignorou ao que o governo estadual solicitava como objeto do plano: a “restauração de monumentos e conjuntos de valor artístico e a preservação de *expressões culturais* ditas significativas.”<sup>46</sup> Diferente da esfera federal, “Expressões Culturais” no regramento do Piauí incluía o que hoje denominamos o conjunto de bens culturais de natureza imaterial à época o “Patrimônio Folclórico”, por quais razões não se dá maior atenção em Oeiras? A leitura da amplitude do significado de “expressões culturais” se faz baseada no momento que se viveu entre os anos de 1971 a 1978 e pautou à proteção estadual no Piauí do patrimônio edificado e do patrimônio folclórico que incluía danças, lendas e manifestações religiosas católicas e umbandistas.

Não havia uma política federal de proteção às expressões culturais, no entanto, Estados e Municípios, incluíram nas suas agendas culturais formas de registro das manifestações, como por exemplo em 1977 “O Folclore Brasileiro: Piauí de Noé Mendes de Oliveira”, parte de uma série publicada pela CDFB/FUNARTE/MEC que envolveu 14 (quatorze) estados brasileiros no “registro” das manifestações populares. Segundo Negreiros a despeito de não haver uma política federal de patrimonialização dessas expressões, os folcloristas as catalogaram em suas publicações.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> PEDRAZANI, Viviane. Patrimônio Cultural de Teresina: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. 138f. *Dissertação* (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, 2005.p.59 (grifos nossos)

<sup>47</sup> NEGREIROS, Valério Rosa de. Nas Redes Intelectuais e Políticas Culturais do Folclore ou de Como Nóe se tornou Folclorista. In: NEGREIROS, Valério Rosa de. Por uma Cultura Integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. 217.f. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2016.p.66- 111.

O Plano de Preservação na sessão “Histórico Suscito”<sup>48</sup> a cidade de Oeiras é apresentada desde o período da ocupação a colonização do território, a fase de apogeu da economia pecuária, da transferência da capital, do extrativismo até o histórico das “edificações significativas” já sugestionando as edificações a serem contempladas pelo plano.

Resiste do tempo sua arquitetura caracterizada pelo uso da carnaúba, na sua forma rústica, na cobertura e nas paredes amarradas com relho de boi, por seus beirais de beira e bica, ou beira, sobreira e bica, e por suas moradas inteiras com pátios e varandas compondo seus espaços interiores.<sup>49</sup>

O que se nota na construção da trajetória histórica da cidade é uma estratégia narrativa de se destacar os elementos típicos da cultura local e os ciclos econômicos do extrativismo<sup>50</sup> com “uso da carnaúba”, e da economia pecuária com “relho de boi” e sob eles estabelecer o encontro entre história, espaço, os métodos e características construtivas a fim de destacar a singularidade do conjunto a ser preservado. A construção se estabelece sobre a cultura sertaneja que funda a povoação com os primeiros currais e permanece como elemento construtivo e nas demais expressões culturais. É interessante lembrar que a pesquisa histórica foi realizada pelos piauienses mencionados anteriormente, com destaque para Dagoberto de Carvalho Jr., também sócio fundador do Instituto Histórico de Oeiras – IHO, portanto, o para o Histórico construiu-se uma narrativa legitimada no interior dos grupos dirigentes da cidade.

O Plano de Preservação objetivava:

1. Conhecer os aspectos urbanos e arquitetônicos das edificações;
2. Classificar as edificações segundo os aspectos arquitetônicos e os aspectos urbanos;
3. Definir os limites das áreas de controle rigoroso, do controle relativo e de controle ambiental;
4. Definir as áreas “no aedificardi” **as áreas a demolir, áreas a sanear, áreas a recuperar, as áreas a valorizar e áreas a conservar.**
5. Propor regulamentação por área e por edificação, segundo os casos;
- 6. Propor usos turísticos das edificações de maior interesse.**
7. Dotar a autoridade competente de um instrumento de controle e de conservação ambiental ativa e integrada.<sup>51</sup>

<sup>48</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.06

<sup>49</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.12.

<sup>50</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Economia Piauiense: Da pecuária ao extrativismo*. 3ª edição. Teresina: Edufpi, 2006.

<sup>51</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.04.(*Grifos Nossos*)



A partir do Plano de Preservação podemos identificar os alcances da ação dos profissionais que atuavam no planejamento / execução das políticas de salvaguarda. A institucionalização da ação protetiva dos bens culturais dotou o saber técnico a prerrogativa de definir o que devia permanecer ou desaparecer na paisagem, o que se reveste em moldar memórias, vivências, laços identitários e arranjos de poder, portanto, matéria sensível de manipulação. Os profissionais dotados de seus saberes técnicos não viviam na cidade, com aquele conjunto populacional e, assim, não conheciam os detentores/executores dos bens culturais, seus modos de vida e usos do repertório patrimonial. Como planejar sem conhecer o público a qual se destina? Para a natureza e dimensão da tarefa em questão, era necessário a metodologia de trabalho que contemple uma prospecção sociocultural capaz de mitigar as distâncias entre profissionais/saberes técnicos e o universo de detentores/ saberes tradicionais.

As intervenções nas paisagens patrimoniais, os processos de patrimonializações em diferentes contextos são processos de apagamento, de eleição, de valoração de um em detrimento a outros, são refundações de memórias, de identidades e novos espaços de poder ou ainda manutenção de grupos constituídos. Conforme Llorenç Prats<sup>52</sup> o patrimônio é uma construção social, sendo idealizado por processos circunscritos em lugar e tempo para determinados fins e que se modificam a partir de novos interesses, geralmente são processos inconscientes e impessoais de legitimação, mas que dão testemunhos dos poderes instituídos.<sup>53</sup>

Assim, a partir das considerações de Llorenç Prats podemos analisar os efeitos da ação de patrimonialização em Oeiras, inicialmente, por meio das proposições da CLAP, o relatório que produziram, uma narrativa carregada de significados e valores atribuídos por uma visão de mundo, circunscrita e capaz de valorizar grupos e interesses.<sup>54</sup>

Para Llorenç Prats<sup>55</sup> o ato de valorar que uma sociedade exerce sobre determinado bem cultural se expressa na dependência que os processos de patrimonialização têm ao poder político e a sociedade de ativá-los e lhes conferir valor patrimonial. Dessa forma, quem ativa e segundo quais interesses operam esses processos em Oeiras?

---

<sup>52</sup> PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A, 1997, p.19-20

<sup>53</sup> *Ibid*, p.19-20

<sup>54</sup> *Ibidem*, p.31

<sup>55</sup> PRATS, Llorenç. *Op.cit.*, 1997, p.19-20

Uma das ações prioritárias da equipe da CLAP na elaboração do Plano foi de eleger as “Edificações Significativas”, o poder decisório concedido à equipe da CLAP seria cancelado pelas instâncias do poder executivo estadual e do SPHAN\ Pró Memória e advinha de um *modus operadi* consagrado no interior da burocracia estatal e do trato das políticas de memória do Estado brasileiro desde a criação do SPHAN, que a partir de conceitos rígidos de patrimônio e cultura nacional, com a autoridade dos saberes técnicos - com destaque à figura do arquiteto - com o comando das instituições e sem a participação efetiva dos sujeitos detentores dos bens culturais. Assim, os processos revelaram-se em grande medida autoritários e excludentes dos atores locais, ou circunscrito a grupos instituídos que agiam pela manutenção de seus *status quo*.

Tal característica, longe de ser exceção à época, era rotina e foram duramente criticados nas décadas posteriores, em grande medida pelas reivindicações de grupos detentores de saberes e fazeres, à exemplo as comunidades remanescentes quilombolas e povos originários que passaram a exigir protagonismo nas instâncias decisórias, da concepção à execução de políticas culturais destinadas a seus territórios. A conservação do patrimônio no Brasil nasceu como ferramenta de preservação dos bens da e para as elites, sua democratização, apesar dos avanços, ainda é um projeto.

Nesse quesito, o Plano de Preservação Urbana elaborado pela CLAP, revela uma fragilidade metodológica. Um pesquisador no trabalho de campo é um estrangeiro, não possui laços com a localidade e para tanto dependem de ferramentas de pesquisa eficazes para conhecimento, mesmo que panorâmico do tecido cultural que se encobre a comunidade estudada.

A pesquisa de opinião, deu-se por preenchimento de um questionário previamente elaborado com opções de assinalar e outras a redigir. Podemos identificar dois vícios na metodologia de formulação e aplicação o que compromete a natureza das informações colhidas e as distanciam de um quadro aproximado do real perfil sociocultural, o que limita as vias de democratização do acesso ao patrimônio.

A definição da amostragem se fez em um perfil demasiadamente limitado, foram 31 (trinta e um) entrevistados em sua maioria profissionais liberais com ensino superior o que não se refere a uma amostragem real da população da cidade, mas pode revelar para quem se destina os patrimônios à época. Segundo os pesquisadores foram selecionados um grupo “representativo da opinião pública.” Conforme o quadro abaixo:

	Freq.	%
AGROPECUARISTA	1	3.2
FUN. PÚBLICO	7	22.6
MÉDICO\ DENTISTA\ ADVOGADO	6	19.4
PROFESSOR	6	19.4
COMERCIANTE	8	25.8
BANCÁRIO	1	3.2
OUTRAS (músico e proprietária de Hotel)	2	6.5
TOTAL	31	100%

Quadro 1: PROFISSÃO DOS ENTREVISTADOS Fonte: CLAP, 1976 adaptado pela autora

Segundo o censo de 1970 a população urbana de Oeiras era de 9.620 habitantes. No que se refere ao grau de escolaridade e nível socioeconômico apresentava um perfil muito distante aos entrevistados.<sup>56</sup> Mesmo não sendo manifestado na apresentação da pesquisa de opinião, nas entrelinhas fica evidente que as escolhas dos pesquisadores operam uma ideia de patrimônio para elite, o que seria e como deveria ser preservado não interessava àqueles à margem do Centro Histórico, aqueles que não tiveram acesso à educação e cultura não foram chamados à opinar e estavam à margem do que chamaram de “grupo representativo da opinião pública”.

O relatório da pesquisa indica que 87% dos entrevistados já tinham conhecimento da existência de um projeto de restauração dos bens edificados da cidade. Informação, que não fosse o vício da amostragem, apontaria para uma população atenta ao que acontece aos seus bens culturais. Entretanto, revela que o grupo circunscrito de moradores entrevistados fazia parte do grupo seletivo de profissionais liberais e funcionários públicos pertencente às classes dirigentes e próximas aos debates de patrimonialização que se operava no Estado e nos circuitos políticos da cidade.

A pesquisa de opinião nomeou 4 (quatro) bens arquitetônicos e indicavam possíveis ações de tombamento, restauração e novos usos etc. Uma estratégia promissora e democrática a escuta da população. Neste sentido, a pesquisa de opinião serviria como um termômetro de

<sup>56</sup> IBGE, Censo Demográfico 1970. (PDF). Rio de Janeiro. Consultado em 8 de novembro de 2020.

como os moradores acolheriam às mudanças, bem como abria espaço para ampliar horizontes para surgimento de novas frentes de atuação no plano de preservação a partir do olhar dos moradores de Oeiras. No entanto, se tratando de um grupo de entrevistados homogêneo no que se refere ao perfil sociocultural, as intervenções sugeridas foram acatadas e pouco questionadas pelos entrevistados e para os elaboradores do plano, na relatoria das intervenções, a pesquisa de opinião serviu de chancela para as escolhas já definidas, mas que após a pesquisa de opinião passa a ter a legitimidade do “grupo representativo da opinião pública”.<sup>57</sup>

O Plano de Preservação ao apresentar a disposição espacial da cidade pontua a importância da Carta Régia de 1761 para boa concepção urbanística de Oeiras, condição já destacada por Paulo Thedim Barreto em sua visita à Oeiras em 1938 à época das primeiras patrimonializações no Piauí<sup>58</sup>. O plano de Preservação Urbana defende que a área de interesse seria delimitada com respeito aos valores históricos, culturais e estéticos e seria uma ferramenta para além de sua preservação física, mas uma finalidade econômica.

A proposição dos usos para fins turísticos será uma preocupação central no documento.<sup>59</sup> Manifestam-se claramente que o objetivo dos rearranjos deva culminar em uma melhor infraestrutura urbana e nas formulações de atrativos para o desenvolvimento do Turismo. Comumente apontamos para o Estado enquanto agente ativador dos patrimônios, o contexto em especial através da política pública implementada em Oeiras tem como agente ativador o Estado, mas com o protagonismo do turismo. Falamos do contexto de desenvolvimento da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - EMBRATUR que alcançam até o final da década de 1970 a meta de todos os estados da federação possuir sua Empresa de Turismo<sup>60</sup>. A organização da atividade pública do turismo no Estado do Piauí tem início no ano de 1971 com a criação da Empresa de Turismo do Piauí S/A – PIEMTUR.<sup>61</sup>

---

<sup>57</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.05

<sup>58</sup> BARRETO, P. Thedim. *O Piauí e sua arquitetura*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 2, Rio de Janeiro, 1938.

<sup>59</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.05

<sup>60</sup> BIANCHI, Leila. Estado, Turismo, Cultura e Desenvolvimento: Organização Empresarial E A Construção Do Consenso Sobre A Importância Do Turismo Para O Brasil (1966-1988). Disponível em <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-LEILA.pdf>. Acesso em 25.05.2022.

<sup>61</sup> Piauí. Histórico PIEMTUR. Disponível: <https://turismo.pi.gov.br/sobre-a-setur>. Acesso em 24.05.2020.

Sobre os equipamentos urbanos avaliados pela CLAP, apresentaram a infraestrutura disponível para atividades religiosas, educacionais, saúde, lazer e comércio. E destaca um aspecto em potencial que vai de encontro ao objetivo do plano, o de indicar espaços e soluções para fomentar o turismo.

A feira de fim de semana desenvolve-se nas imediações do mercado, em condições precaríssimas de higiene e conforto. Constitui, entretanto, além de atrativo para os moradores do Município, que se deslocam até Oeiras para o abastecimento economicamente mais acessível à população pobre (comprando diretamente dos produtores) e uma oportunidade de acesso direto do produtor ao consumidor, suprimindo em parte o intermediário.<sup>62</sup>

Sobre as condições da feira, de modo semelhante, eram precárias a higiene e infraestrutura no matadouro público, pavimentação pública deterioradas no período chuvoso e ausência de rede de esgotos ainda com uso de fossas.<sup>63</sup> Quando se avalia a feira como um recurso e uso da população pobre se esvazia o significado do costume local existente, o de consumir produtos frescos e, em espaço de sociabilidades comunitária. O centro histórico ainda era organismo vivo, que reunia moradias, comércios e serviços, um espaço também de abastecimento dos moradores da zona rural, que nos dias de feiras aglomeravam-se por entre compras, soluções de pendências bancárias, serviço de correios, farmácia e reencontros.

Bem como se ignora a realidade das cidades do interior do Piauí ainda não possuem supermercados e os gêneros comercializados em sua maioria eram itens apenas encontrados na feira. A lógica de consumo tradicional, e dos espaços de sociabilidades ainda não tinham sido afetadas pelos efeitos que as redes de supermercados desempenham na contemporaneidade ou nos grandes centros urbanos que surgem a partir da década de 1950 no Brasil.

Ainda sobre a feira, destacam:

A cidade carece de um local apropriado para abrigar os inúmeros animais de carga que servem de transporte aos comerciantes da região. Nos dias de funcionamento da feira semanal, os animais se misturam às mercadorias, compradores e vendedores, criando um aspecto desagradável e pouco higiênico.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p. 18 e 19

<sup>63</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p. 18 e 19

<sup>64</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.31

O diagnóstico das precárias condições e a proposição de intervenções é de grande relevância para organização do espaço urbano e bem-estar daqueles que frequentam, todavia, não se pensa como um bem a ser melhorado para seus detentores. Não se pergunta aos feirantes o que precisavam, nenhuma fotografia foi incluída do inventário de imagens. O aparecimento da feira no relato se aproxima de um exercício de higienização do espaço para torná-lo apazível ao turismo, solução de embelezamento, o centro histórico entendido como um produto a ser “consumido” deveria ser agradável, limpo para usufruto dos turistas.



*Figura 36: Feira Livre no Centro Histórico de Oeiras na década de 1970 Fonte: Blog História Condensada, 2020.*

A figura 36 retrata um registro da feira na década de 1970, um quadro possível do presenciado pelos pesquisadores. Nota-se as características tradicionais das feiras livres no interior do Piauí, a comercialização dos mais diversos gêneros alimentícios e utensílios destinados à população urbana, rural e de cidades vizinhas. Pertence ainda ao cenário feirantes que ocupam as calçadas com mercadorias ao chão e sem proteção à incidência solar, que a depender da época do ano, causticante, característica da região pertencente ao sertão do Piauí.

Neste sentido, na pesquisa de opinião é solicitado soluções e possibilidades de melhoria para a feira. Os entrevistados sugerem “[...] maior limpeza, mudança de local, melhor organização das barracas, proibir a circulação de animais etc.” Para aqueles que redigiram o plano a execução significaria a “[...] criação de mais um ponto de atração turística com a subsequente contribuição à dinamização do incipiente terciário da modesta e estagnada

economia oeirense.”<sup>65</sup> A preocupação leva à tona a feição da política de cultura da época, o desenvolvimentismo expresso nos usos do patrimônio para o turismo, assim a preocupação em dotar a priori o lugar de meios para exploração econômica e, não propriamente, fortalecer os laços culturais estabelecidos pelos moradores, a feira não foi assim entendida como bem cultural a ser salvaguardado, diante de inúmeros outros registros fotográficos nenhum foi destinado ao registro da feira e seus usos. Sobre as condições da feira, permaneceu em sua dinâmica e só terá “resolução” na primeira década os anos 2000.<sup>66</sup>

Ao pensar na evolução urbana da cidade, apresentaram a Planta de Oeiras de 1809, *figura 37* a seguir, enquanto fonte importante para vislumbrar às transformações ocorridas no traçado urbano. À exemplo, destacaram que no ano de pesquisa da CLAP, 1976, as Capelas de Passos, não estariam nos lugares “originais” indicados na planta de 1809.<sup>67</sup> As Capelas são bens edificados importantes para a Celebração da Procissão do Bom Jesus dos Passos. Anualmente na semana que antecede a Semana Santa do calendário católico celebra-se a memória da Paixão de Cristo com a devoção à imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos. São reatualizados elementos do catolicismo; a celebração e a ritualística têm caráter emotivo e penitencial. Nos (2) dois dias, nos quais a Celebração acontece, os últimos momentos de Jesus Cristo rumo ao calvário são teatralizados em uma via sacra em estilo português. A imagem segue em procissão pelas ruas da cidade, atraindo penitentes, devotos, romeiros de localidades vizinhas.<sup>68</sup>

A informação sobre a mudança na localização desses bens edificados, as Capelas de Passos, implicaria em transformações não somente no Patrimônio edificado, mas também de maneira integrada ao bem de natureza imaterial - a celebração em louvor a Bom Jesus dos Passos. A partir do rito da festa à família cuja moradia se localiza próxima a capela é anualmente responsável em prepará-la para a procissão, ornar com imagens sacras, alecrim e flores de passo<sup>69</sup>, bem como, controlar o acesso dos romeiros na disputada distribuição dessas flores que carregam um valor místico. Em meio à multidão disputam o espaço para conquistar a flor que, segundo suas crenças, protege contra as noites de trovões, tempestades e trará proteção

---

<sup>65</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.05

<sup>66</sup> Ver Capítulo 4.

<sup>67</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.16.

<sup>68</sup> Cf. LIMA, Ariane dos Santos. Por entre rezas e procissões: Celebração em louvor ao Bom Jesus dos Passos.174f. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2013.

<sup>69</sup> Flor artificial feita artesanalmente com uso de talo de buriti, cera de abelha e papéis de seda e laminado. São fabricadas durante a quaresma por senhoras idosas reconhecidas na cidade por pelo ofício.

aos seus lares. Assim, as famílias cuidadoras das (5) cinco capelas se projetam diante das demais, afirmam laços de parentela, status sociais e a manutenção dos arranjos tradicionais de ordenamento social e religioso e até mesmo de conduta moral.





- A: Igreja Nossa Senhora do Rosário
- 1: Capela de Passos 1
- 2: Capela de Passos 2
- 3: Capela de Passos 3
- 4: Capela de Passos 4
- 5: Capela de Passos 5
- B: Igreja Nossa Senhora da Vitória

Figura 37: Planta da Cidade de Oeiras 1809 Fonte: Arquivo Central do IPHAN, adaptada pela autora.



Figura 38: Capela de Passos 1 do Bairro Rosário 1975/6 Fonte: Arquivo Central do IPHAN - RJ



Figuras 39,40, 41: Pormenor da Planta da Cidade de Oeiras de 1809 com destaque para Capela de Passos 1, 2 e 3 respectivamente



Figuras 42 e 43: Pormenor da Planta da Cidade de Oeiras de 1809 com destaque para Capela de Passos 4 e 5 respectivamente

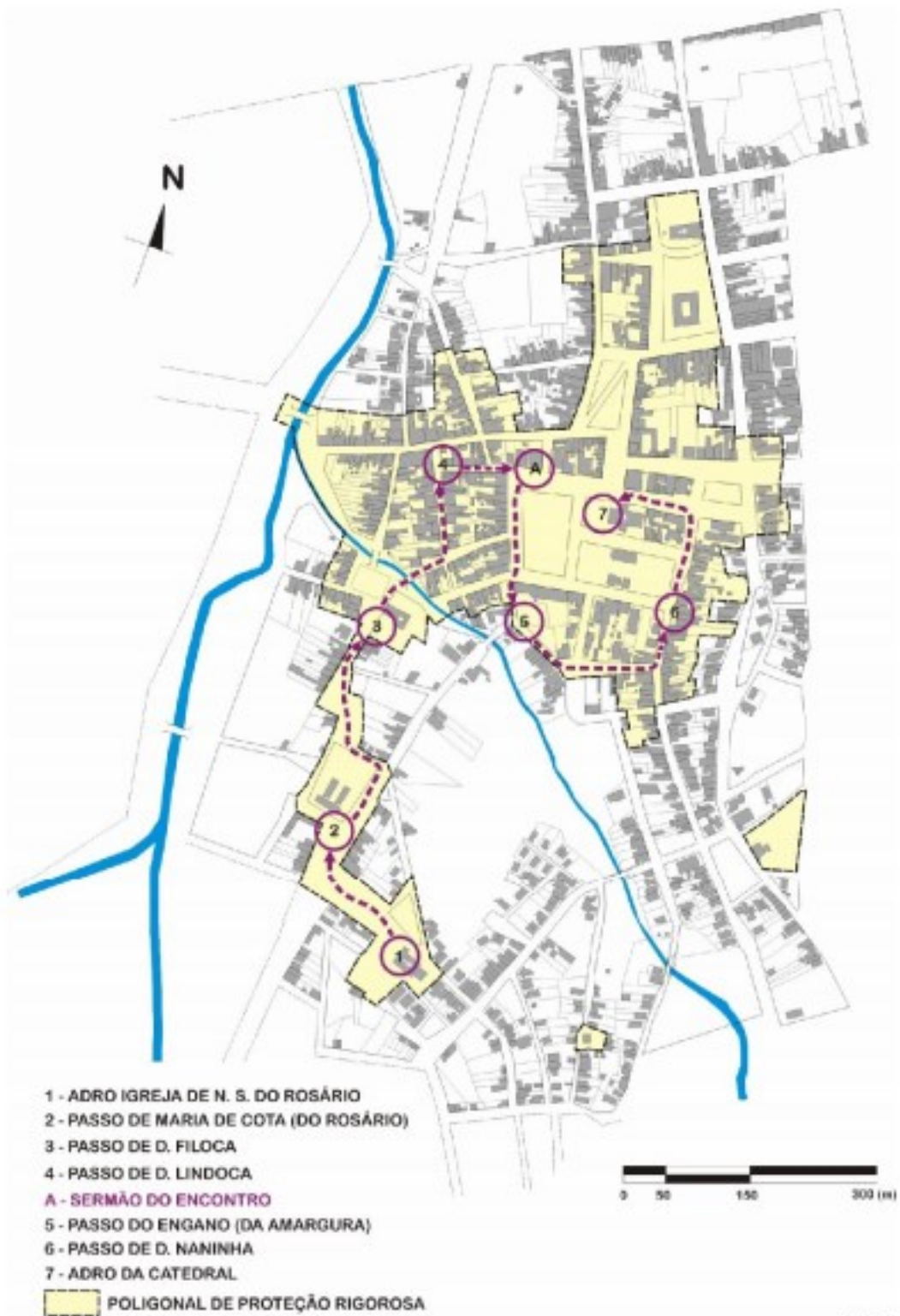


Figura 44: Percurso da Procissão dos Passos Fonte: IPHAN, 2008

Nesse sentido, a dinâmica do espaço urbano do Centro Histórico de Oeiras que se observa a partir das Capelas de Passos, foram mínimas ao que se pense que de 1809 a 1976 não eram protegidos por dispositivos legais que impedissem as mudanças. Observe os pontos A e B da *figura 37* e os pontos 1 e 7 da *figura 44* ; neles, temos: a Igreja Nossa Senhora do Rosário, que onde se inicia a Procissão dos Passos e a Igreja Nossa Senhora da Vitória onde se encerra. As alterações a que se refere a equipe da Clap são sutis e provavelmente as mudanças de localização das capelas não resultou em um reordenamento, o percurso da procissão pouco se alterou no espaço do centro histórico. Os pontos A e B na *figura 37* e os pontos 1 e 7 da *figura 44* se referem à Igreja Nossa Senhora do Rosário e Igreja Nossa Senhora da Vitória respectivamente, tomando como referência esses pontos fixos atestamos as sutilezas das transformações de percurso da Procissão dos Passos e do traçado urbano de Oeiras.

As famílias cuidadoras, residentes do centro histórico, através de seus laços de parentesco e solidariedade entre os vizinhos se mantiveram tradicionalmente como organizadoras. O que implica destacar a capacidade que os patrimônios possuem, em se adaptar segundo novas realidades e interesses, ou melhor, transformações agenciadas por aqueles que os detêm.

Para fins de diagnósticos do sítio histórico de Oeiras, foram discriminados os pontos de referência dentro da área de controle paisagístico:

ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO	
PONTOS DE REFERÊNCIA OU PROEMINÊNCIA AFASTADAS POSITIVAS	A torre da Igreja Nossa Senhora das Vitórias; A torre da igreja do Rosário; O frontão da Igreja Nossa Senhora da Conceição
PONTOS DE REFERÊNCIA OU PROEMINÊNCIA AFASTADAS NEGATIVA	Edifício Mafrense; Duas caixas d'água; O teatro de Oeiras; Associação dos Comerciários; Café Oeiras; Sede da E. B de Correios e Telégrafos; Anexo do Palácio Episcopal (João Nepumuceno)
PONTOS DE REFERÊNCIA OU PROEMINÊNCIA PRÓXIMAS DE VALORES ESTÉTICOS	Os cinco Passos; A fachada da Igreja da Vitória; A fachada do Palácio Episcopal (João Nepumuceno); A fachada da Casa de Passos; A fachada do Sobrado dos Ferraz
PONTOS DE REFERÊNCIA OU PROEMINÊNCIA PRÓXIMAS DE VALORES NEGATIVOS	Anúncio de acrílico na Praça Orlando Carvalho; Anúncio de acrílico na Praça do Visconde da Parnaíba; Anúncio de acrílico do laboratório fotográfico no Palácio Episcopal (João Nepumuceno); Anúncio de acrílico da E. B de Correios e Telégrafos

Quadro 2: Pontos de Referências do controle Paisagístico Fonte: Própria autora com dados CLAP, 1976

As referências negativas, apontadas na paisagem, notabilizam que as edificações, em sua maioria, construídas nos idos da década de 1940 e de influência na *Art déco* são descredenciadas para a composição e ignoradas nos planejamentos de preservação paisagística, a exemplo à avaliação de umas dessas edificações:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBTC) tem a sua sede na Praça da Vitória, em edifício de extremo mau gosto, esteticamente poluidor do gracioso contexto colonial em que se constitui a Praça.”<sup>70</sup>

A avaliação dos exemplares de *Art déco* se deve a ideia de paisagem operada naquele momento, restritiva e homogênea, que se referia às noções consolidadas no interior das políticas do SPHAN e defendidas por Lúcio Costa, que acreditava em uma linha evolutiva da arquitetura brasileira e a função do órgão do qual pertencia era de eleição da “boa arquitetura”. A *Art déco*<sup>71</sup>, dessa forma, seria expressão de um momento de degeneração da boa arquitetura.

No entanto, as indicações de demolição só se dão aos reservatórios d’água [figura 45], onde sugeriu-se o traslado para uma localização fora do limite de controle paisagístico. [...] “ferem a paisagem local devido à sua forma, altura e localização dentro da zona de interesse urbano ambiental de Oeiras”<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.20 e 21.

<sup>71</sup> CAVALCANTI, Lauro Pereira. Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura 1930- 1960. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2006.

<sup>72</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.31.



Figura 45: Caixa d'água, referência Negativa do controle Paisagístico Fonte: CLAP, 1976 Arquivo Central do IPHAN



Figura 46: Leito do Riacho Mocha Fonte: CLAP, 1976, Arquivo Central do IPHAN

Do ponto de vista ambiental o maior problema destacado foi a necessidade da “[...] regularização do curso do Riacho Mocha para a atenuação dos transbordamentos e enchentes que sofre ocasionalmente, a dragagem e limpeza do seu leito, além de um estudo de arborização e aproveitamento das margens.”<sup>73</sup> [figura 46] Medidas de preservação do Riacho Mocha figuraria uma intervenção não somente na construção visual da paisagem, de ordenamento urbanístico e de embelezamento para fins turísticos, mas atuava também em fins do simbólico, pois o riacho Mocha figura a memória e as narrativas de origens de Oeiras e seus vínculos enquanto “berço” do povoamento do Piauí.



Figura 47: Capela de Passos em 1976 Fonte: CLAP, 1976 Arquivo Central do IPHAN



Figura 48: Casa de Passos CLAP, 1976 Arquivo Central do IPHAN

<sup>73</sup>CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.46.

As figuras 47 e 48, do ângulo que foram registradas, objetivam destacar as fachadas, as condições de conservações e as técnicas e materiais construtivos para fins de diagnósticos e plano de restauro. A capela de Passo retratada na figura 47, assim como as demais capelas, foram indicadas no Plano de Restauro conforme Quadro 03 abaixo. A restauração das (5) cinco Capelas de Passos eram significativas não somente a preservação do bem edificado, mas também em um investimento na continuidade do bem imaterial da “Procissão dos Passos”, os laços de tradição familiar, do trânsito de romeiros e suas relações com o sagrado, bem como, turismo regional.

A Casa do Passos (fig. 48) diferente da maioria dos bens, era uma residência particular e foi avaliada como bem de interesse de restauração para “que se tenha um exemplo arquitetônico de morada inteira em prístino estado e uso.”<sup>74</sup> A justificativa se refere ao modelo arquitetônico descrito de forma pioneira por Paulo Thedim Barreto à época das primeiras patrimonializações ao avaliar as características da arquitetura piauiense.<sup>75</sup>

Prioridades para Restaurações e Conservação	
1º	Igreja Nossa Senhora das Vitórias; Palácio Episcopal; Sobrado Major Selemérico; Casa do Cônego Casa da Praça; Casa do Visconde da Parnaíba.
2º	Casa da Rua das Flores (fechada); Igrejas do Rosário e ruínas do Seminário Jesuíta; Casa do Passo; Igreja Nossa Senhora da Conceição; Casa do Patronato; Casa do Largo do Canela; Capelas de Passos; Casa da rua Luís Rego; Casa da Receita Federal.
3º	Casa da Rua Tibério Burlamaqui; Casa da Praça Orlando Carvalho; Ruínas da Praça da Bandeira; Ruínas da Rua Tibério Burlamaqui.

Quadro 3: Sugestões de Prioridades para Restaurações e Conservação  
Fonte: Autora a partir dos dados da Clap

O relatório da equipe Clap<sup>76</sup> faz referência à “Norma de Quito” enquanto parâmetro ao prescrito à preservação do sítio de Oeiras. Que determina:

<sup>74</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.48

<sup>75</sup> BARRETO, P. Thedim. *O Piauí e sua arquitetura*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 2, Rio de Janeiro, 1938.

<sup>76</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.34

Para efeitos de legislação de proteção, o espaço urbano que ocupam os núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental deve limitar-se da seguinte forma:

- a) A zona de proteção rigorosa, que corresponderá a de maior densidade monumental de ambiente;
- b) Zona de proteção ou respeito, com maior tolerância;
- c) Zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante.<sup>77</sup>

A zona de proteção rigorosa compreendia o centro histórico tendo como referência a Igreja N.S da Vitória. O plano indicava ainda as normas relativas ao tráfego de veículos, preceitos gerais sobre a preservação da área de controle paisagístico, restrições de intervenções nas edificações e as zonas de proteção a serem delimitadas. A respeito de outras áreas de proteção fora da área do controle rigoroso da praça da Vitória, incluía o entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário, o entorno da Casa da Pólvora, o entorno da Casa do Largo do Canela, todos bens não patrimonializados e, que posteriormente foram acautelados como bens de interesse estadual pela FUNDAC-PI.

O plano contou com sugestões para os usos das “Edificações Significativas” em Oeiras. Para o Palácio Episcopal sugeriu-se a instalação do Museu de Arte Sacra e um Escritório da Empresa de Turismo do Piauí - PIEMTUR. O uso indicava a ambiência que se deseja forjar em Oeiras, a vocação para o Turismo. Assim, com a saída do bispado do Palácio Episcopal, sugeriu-se a adaptação da casa Visconde da Parnaíba para nova residência episcopal. O Sobrado Major Selemérico ainda não patrimonializado foi indicado para abrigar um Museu Histórico, a sede do IHO e área livre do pátio para eventos desportivos e sociais. A destinação do Sobrado para tal fim traceja a força política e organização institucional do IHO, mas também forja uma Oeiras dotada de aparelhos de cultura que acenam ao turismo cultural.

Neste sentido, planejava-se a permanência do Círculo Operário no Sobrado dos Ferraz e criação de oficinas de artesanatos que com apoio técnico da Fundac - PI, na fase de implantação, incorporaria na cidade o fabrico de peças destinadas ao consumo dos turistas. Conforme mencionado na pesquisa de opinião, foi realizado o levantamento de gêneros do artesanato local potencialmente vendáveis. Ainda com finalidade de fomento ao turismo e de buscar a infraestrutura que o viabilizasse, a Casa do Cônego, localizada na área de controle

---

<sup>77</sup>OEA. Norma de Quito. Quito: 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em: 28.07.2020.



rigoroso, foi recomendada sua adaptação à pousada e, em apoio a casa da rua das flores ao lado à restaurante.

Ainda sobre as recomendações produzidas no relatório Clap, como forma de exemplificar a típica arquitetura da região, a Casa de Passo deveria ser preservada como exemplar de “morada inteira” tal qual descrita por Paulo Thedim Barreto. Para consolidação de uma rede hoteleira local, a Pensão dos Portelas desativada, recomendou-se a reabertura aumentando assim a oferta de leitos.

Sobre a Casa do Patronato, orientou-se a sede do Clube Juvenil e a preservação da Casa do Largo do Canela como exemplar típico da casa de fazenda e a instalação do Museu dos Costumes Rurais para destaque ao ciclo do couro no Piauí. Recomendou-se a recuperação das Capelas de Passos e das edificações particulares acreditando que sua revitalização, do ponto de vista do patrimônio, significaria valorização do espaço onde se localizam, ou seja, o conjunto.

O Plano de Preservação de Oeiras, apesar de algumas fragilidades aqui apresentadas, significou um avanço na política de preservação do Estado Brasileiro, porque pensava em uma preservação de forma integrada, política inédita, pois antes se pautava na eleição e tombamento de bens isolados, as obras de restauração e revitalização eram pontuais e muito mais emergenciais em patrimônios em risco. Salvo exceções, ainda não se patrimonializava em conjunto, o PCH através do financiamento do plano de preservação urbana, inaugura essa preocupação, materializa essa ação por parte do estado, que já era pensada do ponto de vista teórico, mas ainda não posto em prática.

A movimentação de recursos para financiar os planos de preservação urbana é sem dúvida a maior novidade operada no PCH, o seu impacto nos sítios históricos assume valor superior as restaurações isoladas. Pois o plano orientava e limitava as condutas de preservação ignoradas pelos gestores municipais. Indicava usos sociais das edificações, aqui voltados para fomento do Turismo, nesse quesito é via de mão dupla, as edificações precisam de função social na comunidade o que oportuniza a longevidade do bem, no entanto os perigos residem nos processos de requalificação de bens em centros históricos, quando os novos usos afastam a população e operam uma higienização social.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> O tema será retomado no capítulo 5.

Na intenção de avaliar esse momento da trajetória de patrimonialização na cidade de Oeiras, na ocasião do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras ano 2006, o dossiê destaca:

Lamentavelmente o plano não teve aplicação em decorrência da extinção do contrato com a equipe técnica responsável e pela inexistência de uma estrutura administrativa adequada na Prefeitura Municipal de Oeiras capaz de desenvolver os instrumentos de gestão e controle urbanísticos, mesmo com os esforços empreendidos por políticas públicas federais de descentralização e estímulo ao municipalismo. De efeito prático, houve apenas as restaurações dos principais monumentos no início da década de 1980, financiadas pelo Governo Federal.<sup>79</sup>

É notório o sentimento de frustração por não se ter realizado o preconizado no plano de preservação, porque se reconhece o efeito positivo que seria alcançado na ação protetiva, todavia ao associar ou creditar o fracasso da não implementação do plano à incapacidade da gerência do municipalismo é minimizar o impacto gerado pela extinção do contrato, sem financiamento, nem mesmo o melhor gestor do patrimônio lograria êxito. Assim, entendemos mais como uma narrativa institucional que busca valorar os esforços movimentados pela instituição, mas que de fato a questão revela a dependência que os sítios históricos têm do financiamento da união.

Assim, no ano de 1980 o plano de preservação não foi posto em prática em sua integridade, das prioridades apontadas, algumas “Edificações Significativas” foram restauradas,



Figura 49: Sobrado Major Selemérico, 1976 Fonte: CLAP Arquivo Central do IPHAN

---

<sup>79</sup>IPHAN, Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras: dossiê de tombamento. Teresina, dez.2006, p.11 e 12

a saber: o Sobrado Major Selemérico (tombamento estadual em 1981), o Palácio João Nepomuceno (tombamento federal em 1939), Casa Cônego (tombamento em 1981) e a Igreja Nossa Senhora da Vitória (tombamento federal em 1940). Observa-se que se contemplou uma equidade em bens de interesse federal e estadual.

O Sobrado Major Selemérico foi construído no ano de 1845, em Oeiras, pelo então governador Zacarias de Góis e Vasconcelos para sede do seu governo. Quando assumiu o governo, Zacarias de Góis encontrou a sede de governo em casa alugada e teria resolvido conceder a Oeiras um “palácio à altura de capital”. Segundo a historiografia tradicional piauiense<sup>80</sup> de 1845 a 1847, Zacarias de Góis, teria protagonizado uma fecunda administração do Piauí, é nesse sentido que a imagem do bem cultural se aproxima da memória construída sobre o gestor, que materializa a existência do Sobrado Major Selemérico como um dos melhoramentos urbanos que realizou em Oeiras. Com a mudança da sede da capital logo em 1852, passou à propriedade particular e posteriormente, volta ao poder do Estado.



*Figura 50: Major Selemérico 1983 Fonte: Secult/CRC*

---

<sup>80</sup> NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Vol. I. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007



Figura 51 e 52: Condições de Conservação anterior a restauração, 1983

Fonte: Site Secult/CRC

Durante os diagnósticos para o plano de preservação foi indicada como “Edificação Significativa” sujeita ao processo de tombamento e restauro. Nesse sentido, foi restaurada em 1983 e legada a sediar o Instituto Histórico e Geográfico de Oeiras e o Centro Cultural da cidade.



Figura 53: Palácio João Nepomuceno 1976 Fonte: Arquivo Central do IPHAN- RJ

O Palácio João Nepomuceno foi considerado um exemplo singular da arquitetura civil do século XIX. Foi residência do Capitão-mor João Nepomuceno de Castelo Branco, seu construtor. De 1909 a 1919, foi residência do Coronel Alano Beleza, intendente de Oeiras. O

prédio foi vendido anos mais tarde para o Governo. Enquanto pertenceu à prefeitura, ali funcionou a Câmara e o Tribunal do Júri. Em 1929, foi instalado no andar superior o Grupo Escolar Costa Alvarenga e foi tombado em 1937. Quando em 1940, Oeiras passou a ser sede do Bispado, e em 1941, através de doação do Estado do Piauí à Diocese, o prédio passou a ser Palácio Episcopal. Na década de 50 foi restaurado. O imóvel:

[...] apresenta influência de elementos clássicos aportuguesados e uma composição ritmada de sua fachada em contraste com a fachada posterior, de expressão mais popular com o seu grande avarandado, o revestimento do piso do primeiro pavimento era em "laje de pedra" e o forro era formado pelo piso do segundo pavimento, com o barroteamento aparente.<sup>81</sup>



Figura 54 e 55: Inauguração do Museu de Arte Sacra de Oeiras 1983

Fonte: Site Secult\CRC

O imóvel possui dois pavimentos que foge dos padrões clássicos, com a fachada principal voltada para o Oeste de frente à Praça Visconde da Parnaíba e sofreu uma modernização em todo o prédio com o intuito de melhorar suas instalações para um melhor aproveitamento do lugar. Não se sabe precisar quais transformações, mas se deram em adaptação aos diferentes usos que foi dado na sua trajetória. Mesmo sendo um imóvel acautelado a documentação e controle são obscuras.

O Palácio em conformidade ao indicado no Plano de Preservação Urbana, foi restaurado e instalado o Museu de Arte Sacra. Na *figura 54* retrata o então governador do Piauí Hugo Napoleão na solenidade de inauguração em 1983. O Museu de Arte Sacra de Oeiras passou à responsabilidade da Paróquia de N. S. das Vitórias de Oeiras. Quase todo o acervo é oriundo de

<sup>81</sup>CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976.

(3) três igrejas: N. S. das Vitórias (matriz), N. S. do Rosário e N. S. da Conceição. Uma pequena parcela advém de doação de colecionadores. O acervo é composto por imagens de madeira policromada do século XVIII, XIX e XX [varas do pátio, lanternas, crucifixos, castiçais, resplendores e coroas]. Uma das dependências foi ambientada como capela e nela se encontram várias peças, como bancos, confessionários, genuflexórios, cátedra, algumas imagens policromadas do século XVIII, imagens em gesso e um altar que pertenceu à Igreja de N. S. do Rosário. Em uma das salas, encontram-se paramentos e outros objetos dos bispos que passaram pela diocese. O MAS (Museu de Arte Sacra) conta com acervo de destacado valor simbólico para comunidade Oeiras, o maior quantitativo do acervo, são itens utilizados nas diferentes solenidades do calendário católico. A inauguração do MAS foi uma resposta ao projeto de dotar a cidade de aparelhos de cultura sintonizados à vocação da cidade, o turismo cultural, ali expresso pela religiosidade.



*Figura 56: Casa do Cônego S\d*

*Fonte: Site Secult\CRC*

A Casa do Cônego, construção da praça da matriz de Nossa Senhora das Vitórias, data da primeira metade do século XIX. Foi construída sobre as fundações de uma edificação setecentista em 1836, pelo Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, para o filho que voltava padre e seria cura da Igreja Nossa Senhora da Vitória, futuro cônego João de Sousa Martins, depois vigário geral do Piauí ligado aos Bispos do Maranhão. Trata-se de edificação de planta em “U” e grande parte construída em taipa.



Figura 57: Fachada Pousada Conego

Fonte: [lpatrimonio.org](http://lpatrimonio.org)

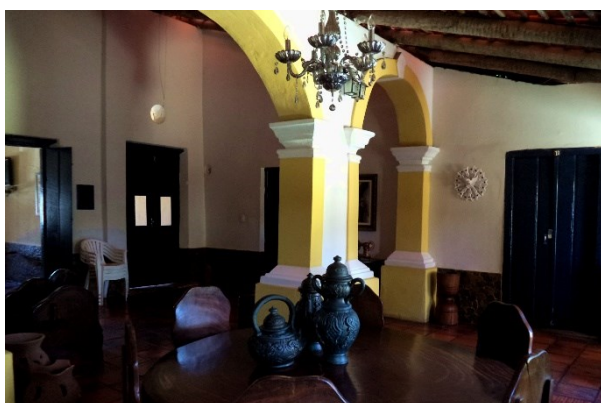


Figura 58 e 59: Interior da Pousada Conego



Fonte: [lpatrimonio.org](http://lpatrimonio.org)

Conforme o plano de preservação, o imóvel foi restaurado e transformado em pousada e, assim, cumpria o objetivo de oferecer hospedagem em localização estratégica, na praça das Vitórias, as instalações se destacavam pelas características de arquitetura tradicional, o madeiramento com troncos de carnaúba e mobiliários rústicos.



Figura 60: Igreja Nossa Senhora da Vitória durante restauração pelo PCH Fonte: Arquivo Central do IPHAN- RJ



Figura 61: Interior da Igreja Nossa Senhora da Vitória durante a restauração Fonte: Arquivo Central do IPHAN- RJ

A *figura 60* retrata a fachada da Igreja Nossa Senhora da Vitória durante o processo de restauração. Nota-se, à esquerda, em segundo plano ao lado do cruzeiro, a placa indicativa da



obra financiada pelo PCH. Como as fotografias não foram catalogadas com identificação, só podemos considerar a presença de Possidônio Queiroz, homem negro de menor estatura entre os demais, retratados na fotografia. Observa-se também na *figura 61*, Possidônio Queiroz de costas a percorrer o interior da Igreja, ainda em processo de restauro. A presença do músico que parece acompanhar o desenvolvimento da obra se deve muito provavelmente à sua vida pública e trajetória de promoção da história e do patrimônio local.<sup>82</sup>

O estado de conservação da Igreja Nossa Senhora da Vitória foi avaliado pelo arquiteto responsável em entrevista concedida a um servidor do IPHAN, anos posteriores à execução da obra, João Alberto relata:

Bem, a Igreja estava como qualquer outra dessas igrejas que a gente encontra antes de restaurar. Numa cidade pobre, de estrutura precária, muita goteira, o forro completamente danificado, o madeiramento, muito cupim, o piso todo hidráulico em mosaico que acabou tendo que se tirar todinho, também fofo embaixo desse mosaico quando a gente começou a mexer encontrou-se ossada<sup>83</sup> algumas lápides que estavam perdidas debaixo do piso elas foram fotografadas inclusive essas lápides depois nós tiramos do chão e colocamos nas paredes tem algumas até que a gente tinha muita marca de desgaste pelo piso pelo pé das pessoas.<sup>84</sup>

Ao se referir ao estado geral da preservação “[...] muita goteira, o forro completamente danificado, o madeiramento, muito cupim [...] atribui a uma condição comum às pequenas cidades incapazes de autofinanciar a preservação de seus bens. E o que expõe também os limites do tombamento como ferramenta de preservação. A Igreja da Vitória era acautelada desde a década de 1940, o ato executivo de tombamento não era acompanhado de uma política contínua de preservação do bem, na prática foi um impeditivo à demolição e descaracterização, todavia a deterioração pela ação do tempo se dava até a próxima ação paliativa ou de emergência. Assim no Sítio de Oeiras não temos documentadas, no período, ações coordenadas de conservação preventiva, ou seja, intervenções necessárias para

<sup>82</sup> Tema será retomado no cap. 4

<sup>83</sup> Nos séculos XVIII e XIX a Igreja Nossa Senhora abrigava pelos menos (3) três agremiações religiosas. A Irmandade em Louvor a Bom Jesus dos Passos, Irmandade do Santíssimo Sacramento e Irmandade Nossa Senhora da Vitória. As práticas de sepultamento eram agenciadas por essas associações leigas e garante o enterramento, o rito descrito em Compromisso público, a seus membros. Acreditava-se que “Boa Morte” cristã se dava com conjunto de ritos e o sepultamento em solo sagrado, o das Igrejas, quanto maior relevo social mais próximo do altar o corpo era enterrado. Apenas nos fins do século XIX e início do século XX com processo de secularização e o discurso médico- higienista essa prática foi substituída pelo espaço dos cemitérios. Cf. LIMA, Ariane dos Santos. Por entre rezas e procissões: Celebração em louvor ao Bom Jesus dos Passos.174f. *DISSERTAÇÃO* [Mestrado em História do Brasil] Universidade Federal do Piauí, 2013.

<sup>84</sup> *INVENTÁRIO PIAUÍ*. Entrevista sobre a Restauração da Igreja N.S. Vitória. In: Programa Pró-Memória e Monumento Nacional. Julho / agosto de 1983. Acervo digitalizado do Arquivo Nacional do IPHAN no Rio de Janeiro.

desacelerar ou minimizar o processo de degradação dos bens, sendo, portanto, uma ação fundamental a ser desenvolvida.

O relato de João Alberto traz as camadas de tempos encobertas, a prospecção da equipe chegou à conclusão de que a igreja teria passado por reformas em 1938, 1950 e 1978. Há de se destacar que informações à disposição, em sua maioria, eram relatos orais, raras documentações escritas, e assim, também se basearam na avaliação técnica dos materiais construtivos e seus arranjos para datar as intervenções.

O restauro, em uma perspectiva leiga seria tornar o bem novo ou mesmo reestabelecer ao original, em que o restaurador seria o portador de uma máquina do tempo capaz de retornar ao passado. No entanto restauração de bens culturais perfaz um amplo conhecimento técnico que comunga de um debate teórico e, é um campo científico que possui historicidade construções técnicas e conceituais. Desse modo ao nos referirmos à restauração de um bem cultural, devemos nos reportar a este conjunto específico de ideias, conceitos e procedimentos técnicos.

Neste sentido, a Carta de Veneza<sup>85</sup> ao defender que a “unidade de estilo” não é o objetivo do processo de restauro, prioriza-se o respeito e valorização das contribuições das diferentes épocas. Assim afasta em definitivo a percepção de que o restauro se deva pleitear o chamado “resgate do original”. A carta baliza ainda que o restauro é uma operação de caráter excepcional e tem por finalidade conservar e revelar os valores estéticos e históricos. Baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e documentos “autênticos” que precedia estudo arqueológico e historiográfico.

O que nós mexemos aqui na igreja foi o seguinte: na parte que você não vê dessa nave lateral, isso aqui já estava fechado e fechado ficou. Inclusive era necessário atualmente que ficasse, em função de segurança, em função da modificação do uso da igreja, pelo tempo. Não tem mais sentido, eu fazer uma varanda lateral [ilegível] que ficaria ladeando a capela-mor, essa sim, essa foi bastante alterada. A capela -mor foi ampliada para trás e foram abertos arcos laterais.<sup>86</sup>

O processo de restauração da Igreja Nossa Senhora da Vitória foi complexo e permeado por disputas. O primeiro ponto em debate foi que a equipe contratada para executar o projeto construído pela equipe CLAP foi considerado inapto, o plano de restauro foi considerado

---

<sup>85</sup> COMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964.

<sup>86</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976

inexequível, impossibilitado de atender as necessidades de uso, e das condições às quais se encontrava o bem, digo as condições técnicas.

Outro campo em disputa foi o estabelecido entre o acompanhamento e fiscalização técnica do SPHAN/ Pró- memória através do servidor Augusto Silva Telles<sup>87</sup> e o bispo de Oeiras Dom Frei Edilberto Dinkelborg<sup>88</sup> que julgava as decisões e escolhas do arquiteto contrárias aos interesses da Diocese.

Silva Telles queria que o altar viesse para cá. Que esses dois vãos fossem entaipados. Na verdade, que todos esses vãos fossem entaipados, e a capela ficasse com um acesso por fora. O arcebispo achou um absurdo isso. Primeiro, porque restringia muito a capacidade da igreja. Já era uma igreja pequena para a cidade de Oeiras. Considerando que essa utilização é extremamente necessária para isso continuar sendo igreja, chegou-se a um meio termo.<sup>89</sup>

Aparentemente a prioridade do arquiteto era uma comunhão estética e um exercício de imaginação de como era ou deveria ter sido a capela “primitiva”, que ele julgava ter havido dentro da estrutura física da Igreja da Vitória. Como não existia documentação apenas hipóteses dadas aos vestígios do processo de prospecção, a opinião do servidor do IPHAN, como se primasse forçosamente a um retorno ao um passado ou a um equilíbrio a ambiência barroca representada principalmente pela fachada imponente.

---

<sup>87</sup> Arquiteto e professor, carreira acadêmica e profissional, reconhecida internacionalmente. Professor adjunto da FAU/UFRJ entre 1952 e 1982, Silva Telles ocupou importantes cargos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do qual foi diretor de Conservação e Restauração (entre 1957 e 1988), Secretário e participante do Conselho Consultivo, além de presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, entre 1988 e 89. Publicou o Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil” (FENAME, 1975), “Guia dos Bens Tombados da cidade do Rio de Janeiro” (Expressão e Cultura, 2001), e “Vassouras – Estudo da Construção Residencial Urbana” (a partir de sua Tese, publicada em 1961), entre outras obras e artigos importantes. Também foi componente e presidente do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro e participante de espaços como o Conselho Consultivo do Instituto Moreira Salles, o International Council of Monuments and Sites (Icomos, do qual foi vice-presidente e membro de honra, além de fundador e presidente do Comitê Brasileiro). Representou o Brasil no Comitê Patrimônio Mundial da UNESCO entre 1982 e 1989, além de ter presidido seu Comitê Executivo nos dois últimos anos do período. C.f. Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles [org. Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat\\_memoriaspatrimonio\\_entrevistasilvatelles\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat_memoriaspatrimonio_entrevistasilvatelles_m.pdf). Acesso: 02.02.2020.

<sup>88</sup> Terceiro bispo da Diocese de Oeiras, Dom Edilberto Dinkelborg ofm, tinha como lema: In finem Dilixit 1959 – 1991 Sua administração foi abrangente de projeto social pioneiro e amplo que realizou e do qual é resultado maior a cidade, hoje, Paróquia de Santa Rosa; foi presidente do regional nordeste IV; Criou o Centro comunitário Frei Jordão, com a irmã Caldas, superiora das Irmãs de Santa Teresa e o Centro Educacional São Francisco de Assis – CEFAS. Faleceu em 31 de dezembro em Salvador, Bahia, foi o primeiro bispo de Oeiras sepultado na Catedral de Nossa Senhora da Vitória Fonte: Livro Tombo – diocese de Oeiras e História Episcopal do Piauí – Dagoberto de Carvalho Júnior

<sup>89</sup> *INVENTÁRIO PIAUÍ*. Entrevista sobre a Restauração da Igreja N.S. Vitória. In: Programa Pró-Memória e Monumento Nacional. Julho / agosto de 1983. Acervo digitalizado do Arquivo Nacional do IPHAN no Rio de Janeiro.p.17.

Mas tais interesses, segundo opinião do bispado limitava o uso da igreja atual, tornando espaço para comportar fies menor. O posicionamento era apoiado pela equipe responsável pelo restauro, ou seja, o arquiteto João Alberto concordava com a proposição do bispo que a prioridade era atender às demandas na época e daqueles que faziam uso do espaço. No entanto, a força da opinião técnica do SPHAN/ Pró- memória na condução de restauro prevaleceu, cuja expertise é concedida pelo ente federal. O contrato firmado levava a equipe de restauro obediência ao disposto pelo SPHAN/ Pró- memória.

Em entrevista João Alberto afirma que se chegou em um meio termo e foi colocado em prática no processo de restauro. No entanto as concepções do SPHAN/ Pró- memória não teria sido bem aceitas pelo bispo e que em momento posterior ao restauro, o próprio bispado teria feitos as alterações sem autorização SPHAN/ Pró- memória conforme preza a legislação de bens patrimonializados.

Neste sentido, como forma de avaliar a trajetória de patrimonialização de Oeiras no dossiê de tombamento em 2006 se destaca:

[...] o trabalho realizado pelo PCH-NE, no Estado do Piauí, teve como desdobramento o despertar do poder público e da sociedade para uma ação preservacionista, mesmo que ainda muito tímida, com a criação das primeiras estruturas burocráticas do campo do patrimônio histórico, artístico e cultural. No âmbito federal, foi criado em 1984 o Escritório Técnico em Teresina da Fundação Nacional Pró-Memória, vinculado à Coordenação Regional do Maranhão, sediada em São Luís. [...] Já no âmbito estadual, em 1981 foi criado o departamento de gestão do patrimônio, vinculado à Fundação Cultural do Estado, assim como foi editada a primeira lei estadual de proteção ao patrimônio cultural, regulamentando o tombamento estadual de imediato de três edificações em Oeiras: o Sobrado dos Ferraz, o Sobrado Major Selemérico e a Casa do Cônego.<sup>90</sup>

Nesse sentido, o que se avalia da memória de patrimonialização pela própria narrativa institucional do IPHAN é que o PCH atuou de modo positivo, época para fortalecimento da ação protetiva na cidade de Oeiras. De fato, foi um momento singular e reverberou no futuro na consolidação da cidade-patrimônio, no entanto, o protagonismo não se deu somente com a atuação do IPHAN, mas foi compartilhado com outros atores<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> IPHAN. *Dossiê* de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras. Dossiê. p.12.

<sup>91</sup> Assunto retomado no capítulo 4.

### 3.3 A PROTEÇÃO EM NÍVEL ESTADUAL: DA CRIAÇÃO DA FUNDAC AO TOMBAMENTO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM OEIRAS

A patrimonialização de bens culturais no Piauí teve início em 1937 nas primeiras experiências do SPHAN e até a década de 1970 tínhamos em algumas cidade do Piauí a proteção da Igreja Nossa Senhora das Vitória, o Palácio João Nepomuceno, a Ponte Grande sobre o Rio Mocha em Oeiras; o Cemitério do Batalhão do Jenipapo em Campo Maior, a Igreja Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca e as portas da Igreja São Benedito em Teresina todos referenciados enquanto patrimônio de valor nacional, os mesmos da época da patrimonialização conduzida por Paulo Thedim Barreto no fim da década de 1930.

Como vimos, os debates em nível internacional e as reuniões de Governadores no Brasil, apontavam para necessidade de órgãos de proteção em nível estadual que atuassem de forma suplementar à proteção federal e acolhessem também aqueles bens que não se adequassem ao “valor nacional”, e que assim, concretizasse a descentralização e eleição de bens de “valor regional”.

Em meados de 1970, com a ausência de um órgão específico de salvaguarda do patrimônio local no Piauí, o Conselho Estadual de Cultura<sup>92</sup> exercia as atribuições de eleição e defesa do patrimônio cultural do Piauí e que mantinha Relações com o projeto de identidade nacional da Ditadura Militar. Contudo, passa a ser demanda da Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC-PI criada em 04 de abril de 1975 onde sua estrutura organizacional<sup>93</sup> previa a existência do Departamento de Defesa do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural, com a competência de coordenar, supervisionar e executar as atividades referentes à proteção do patrimônio no Estado. Sobre o início da atuação da FUNDAC- PI na salvaguarda dos bens culturais no Piauí Pedrazzani destaca:

Mas isso seria um processo pausado e levaria ainda alguns anos para se efetivar. Mesmo em presença das dificuldades iniciais, a criação da Fundação Cultural do Piauí atendeu a proposta por parte do governo federal de envolvimento dos governos estaduais na política de preservação.<sup>94</sup>

Assim, como destaca Pedrazzani, mesmo com a morosidade e fragilidade da atuação da Fundac em relação à efetivação da patrimonialização e salvaguarda, sua criação dava respostas

<sup>92</sup> PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, nº 33, p.05, 25 de fevereiro de 1975.

<sup>93</sup> PIAUÍ. DIÁRIO Oficial do Estado do Piauí, nº118, p.02, 07/07/1975,

<sup>94</sup> PEDRAZANI, Viviane. Patrimônio Cultural de Teresina: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. 138f. *Dissertação* (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, 2005.

às cobranças, no contexto dos Encontros de Governadores de 1970 e 1971, para os Estados tomar para si responsabilidades, que resultaria na descentralização das políticas de patrimônio.

Em 1978 o governador Dirceu Mendes Arcoverde funda o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico do Piauí - IPHAPI<sup>95</sup>, presidido pelo Deputado Estadual Joaquim de Alencar Bezerra, que acumulava os cargos de Secretário de Cultura e presidente da Fundação Cultural do Piauí, político filiado ao partido Arena o que o vincula aos projetos de cultura assumidos durante a ditadura civil-militar. O Instituto reunia as atribuições do Departamento de Defesa do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural, da Fundação Cultural do Piauí. Ao IPHAPI competia:

[...] atribuição de promover a proteção e vigilância especial ao Poder Público Estadual às obras, edifícios, monumentos, objetos, monumentos públicos naturais, as paisagens, os locais de particular beleza, bem como as jazidas arqueológicas existentes no Estado.<sup>96</sup>

O decreto de criação do instituto previa ainda que “O Estado exercitará proteção e vigilância a que se refere este artigo, através da secretaria de Cultura, pela Fundação Cultural, ouvindo quando necessário, o Conselho Estadual de Cultura”<sup>97</sup>. Revela assim percursos das instâncias decisórias que partia dos órgãos executivos aos consultivos quando se inclui o Conselho de Cultura.

Por meio do decreto constituía Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico do Piauí:

[...] os bens móveis e imóveis, as obras de arte, as bibliotecas, os documentos, os monumentos públicos, os conjuntos urbanísticos, os monumentos naturais, as jazidas arqueológicas, cuja preservação seja do interesse público, quer por seu excepcional valor artístico, etnográfico, **folclórico** ou turístico assim considerados [...] <sup>98</sup>

Devemos destacar que a conceituação de Patrimônio presente no decreto-lei 2.967-A/78 ao indicar o termo “folclórico” levanta um debate. A legislação piauiense reconhecia um valor folclórico atribuído ao patrimônio, o que equivale à luz do decreto nº 3.551/2000, patrimônio imaterial.

Art. 1o Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1o Esse registro se fará em um dos seguintes livros: I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e **modos de fazer** enraizados no

<sup>95</sup> PIAUÍ. Decreto 2.967-A de 29 de julho de 1978.

<sup>96</sup> PIAUÍ. Artigo 2ºdo In: Piauí. Decreto 2.967-A de 29 de julho de 1978.

<sup>97</sup> PIAUÍ. Artigo 2ºdo In: Piauí. Decreto 2.967-A de 29 de julho de 1978.

<sup>98</sup> PIAUÍ. Decreto 2.967-A de 29 de julho de 1978. (Grifos nossos)

cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos **rituais e festas** que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das **Formas de Expressão**, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos **mercados, feiras, santuários, praças** e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2o A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.<sup>99</sup>

O que indica uma diferenciação de (2) duas ordens no cenário estudado. Primeiro: é uma definição diferente da vigente na esfera federal, onde patrimônio de natureza imaterial ainda não são acautelados; e segundo, o campo do folclore e do patrimônio, seguiam caminhos distintos e se constituíam como campos diferentes no trato da cultura. Enquanto a política de memória liderada pelo IPHAN atuava nos tombamentos dos bens edificados testemunhos da História nacional; os folcloristas vinculados a Comissão Nacional de Folclore passavam por um processo de institucionalização e através da Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro atuaram no registro de bens culturais hoje denominados de “imateriais”, como foi o caso do folclorista piauiense Noé Mendes de Oliveira.<sup>100</sup>

Posto dessa forma, a sofisticação conceitual referente à definição de patrimônio no decreto-Lei 2.967-A/78 consiste em contemplar a o que hoje nomeamos de cultura imaterial do Piauí, àquela época ignorado pela legislação federal; e, ao definir o folclore enquanto patrimônio, que à época configuram campos separados, no Piauí aparecem lado a lado. A união do patrimônio ao folclore na legislação de proteção piauiense e no expediente dos folcloristas piauienses com o uso do termo “patrimônio folclórico” se deve, provavelmente, ao trânsito e articulação institucional dos membros da Comissão Piauiense de Folclore refundada em 1975 e conduzida no Piauí por Noé Mendes de Oliveira até sua morte em 1990.<sup>101</sup> Ao estudar a trajetória intelectual de Noé Mendes, Negreiros, destaca as tentativas de se forjar uma identidade piauiense notadamente pela via da cultura popular. Conclui que Noé Mendes:

<sup>99</sup> DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm). Acesso em 13.09.2020;

<sup>100</sup> NEGREIROS, Valério Rosa de. Por uma Cultura Integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. 217.f *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2016.

<sup>101</sup> Para aprofundamento do debate ver: NEGREIROS, Valério Rosa de. Por uma Cultura Integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. 217.f *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2016.

Utilizou a estratégia de associar a cultura popular piauiense ao patrimônio Cultural do Brasil, como forma de respaldar a imagem de seu Estado. O que identificamos uma forma de identificar na cultura popular um sistema simbólico.<sup>102</sup>

As referências de cultura mobilizadas por Noé Mendes estavam inseridas em um contexto das décadas de 1970 e 1980, onde a imagem pública do estado do Piauí era associada à pobreza e ao atraso<sup>103</sup>, a construção de uma imagem positiva pela via da cultura se alinha à atuação do governador, o engenheiro Alberto Tavares Silva, que defendia o discurso desenvolvimentista da Ditadura Civil – Militar e anunciava um Piauí moderno pelas obras financiadas pelo “Milagre Econômico” e os projetos culturais publicados respectivamente em 1975 e 1981, a saber:

[...] a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico e artísticos e ainda dos elementos tradicionais geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares, características de nossa personalidade cultural, expressando o próprio sentimento de nacionalidade.<sup>104</sup>

[...] estimular e apoiar a criação de produção, pesquisa e difusão da música, das artes cênicas, das artes plásticas, da arquitetura, da literatura, da fotografia, do cinema e das manifestações folclóricas, assim como de outras formas de criação/produção que configuram o contexto cultural brasileiro, em todas as suas expressões e na sua interrelação.<sup>105</sup>

Ainda sobre a Lei decreto 2.967-A/78 e o IPHAPI, o tombamento é o dispositivo de proteção dos bens do Estado, tal qual previsto na legislação federal, e poderia por intermédio do Secretário de Cultura, manter parcerias com autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas, com instituições científicas, históricas e artísticas e com pessoas físicas ou jurídicas, visando obter cooperação em benefício do patrimônio cultural do Estado. A previsão de parcerias se faz necessária, a ação suplementar do IPHAN já era prevista nos primeiros debates de descentralização da tutela do patrimônio. Há de se destacar a ausência de representação do IPHAN no Piauí que só terá a instalação de um modesto escritório no ano de

---

<sup>102</sup> NEGREIROS, Valério Rosa de. Por uma Cultura Integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. 217.f DISSERTAÇÃO (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2016. (2016, p.203)

<sup>103</sup> MONTE, Regianny Lima. *Vidas incertas: o processo de modernização e segregação urbana em Teresina na década de 1970*. Teresina: Instituto Federal do Piauí-Campus Teresina Zona Sul, 2017.

<sup>104</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura Departamento de Documentação e Divulgação. MEC. Brasília, DF, 1975, p.24.

<sup>105</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural de MEC. Brasília, 1981.p.09.



1984 com limitada atuação dado ao quadro reduzido de recursos humanos que se resumia em uma única servidora que se reportava à chefia da unidade em São Luís no Maranhão.

IPHAPI possuía todas as prerrogativas para condução da política de preservação, no entanto, conforme afirma Pedrazzini “tem vida curta” e “O IPHAPI, em que revelam os registros, não tombou nenhum bem, apesar ter recebido ampla competência para fazê-lo pela lei que o instituiu.<sup>106</sup>

O IPHAPI foi criado em 1978 em substituição a tímida atuação da FUNDAC. No entanto, a grandeza do Instituto fica apenas em sua concepção e, assim a atribuição de salvaguardar o patrimônio volta à FUNDAC por meio de um departamento específico de Patrimônio. A extinção do IPHAPI se deu por meio da Lei nº 3.742 de 02 de julho de 1980 formulada pela nova gestão do Governador Lucídio Portela, também vinculado ao Arena, e o Secretário de Cultura Wilson Brandão e trazia novas disposições sobre o trato do patrimônio no Estado.

Segundo a Lei nº 3.742/1980 os bens que compõem o patrimônio do Estado:

Constituem o patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Piauí, a partir do respectivo tombamento, na forma indicada nesta Lei os bens móveis e imóveis atuais e futuros, existentes nos limites do seu território, cuja preservação seja de interesse público, desde que compreendidos em um dos seguintes itens:

I – Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinado estilo ou época.

II – Prédios, monumentos e documentos intimamente vinculados a fatos memoráveis da história estadual ou a pessoa de excepcional notoriedade no campo das artes, das letras e das ciências.

III – Monumentos naturais, logradouros, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de “habitat” os espécimes interessantes da flora e da fauna regionais.

IV – Sítios arqueológicos.

V – Bibliotecas e arquivos de acentuado valor histórico.

Parágrafo único: os bens mencionados no inciso I, bem assim os monumentos naturais, logradouros, sítios e paisagens agenciados pela indústria humana, **só serão passíveis de tombamento quando contarem com pelo menos (20) vinte anos de existência.**<sup>107</sup>

Em poucos anos, apenas com mudança de gestão a definição de bens a ser protegidos se altera, mostrando-se mais conservadora se comparada à anterior. Destaca-se a previsão, na legislação, de um tempo mínimo para que o bem se configurasse um patrimônio a ser

<sup>106</sup> PEDRAZANI, Viviane. Patrimônio Cultural de Teresina: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. 138f. *Dissertação* (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, 2005.

<sup>107</sup> PIAUÍ. Lei nº 3.742 de 02 de julho de 1980 DIÁRIO Oficial do Estado do Piauí, nº 128, p.01, 09/07/1980) (Grifos nossos)

salvaguardado. A limitação não era prevista em mesmo na legislação federal, de onde podemos exemplificar o tombamento do prédio projetado para sediar o Ministério de Educação e Saúde, o edifício foi construído de 1937 a 1943 e inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas, é atualmente conhecido como Palácio Gustavo Capanema, em referência ao ministro da Educação da época. O bem, tombado pelo Iphan em 1948, representa o marco da arquitetura moderna do país.

Assim, o que cancelava o bem cultural para o conselho consultivo do SPHAN ao tombamento do prédio do MES, era a representatividade do bem dentro do conceito de patrimônio acolhido na época e não em sua antiguidade. Para eles, a arquitetura moderna expressa nesse bem tombado, fazia parte da “boa arquitetura” brasileira assim veementemente defendida por Lúcio Costa. Há de se indagar se o caso do Palácio Capanema foi na época um autoelogio aos modernistas ou um desapego ao critério de antiguidade para patrimonialização?

Para a legislação estadual, os bens passíveis de tombamento deveriam ter idade mínima de 20 anos e, assim muito provavelmente, ao limitar um tempo mínimo entendiam o valor de antiguidade<sup>108</sup> como sendo indispensável ao patrimônio. Como se buscassem um distanciamento mínimo para que se despertasse um olhar de época, o desejo de memória dos tempos de outrora.

A partir de tal legislação podemos avaliar o processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Elaborada durante os meses de dezembro de 1985 e janeiro de 1986 pela equipe que formava o Departamento Histórico, Artístico e Natural do Estado do Piauí, vinculado à Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo e Fundação Cultural do Piauí. Com a proposta de tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário a equipe esperava “atingir com tal proposta a sensibilidade das pessoas envolvidas em tal decisão, para que colaborem na preservação dos monumentos históricos piauiense.”<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> Ver RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

<sup>109</sup> PIAUÍ. Processo de Tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário. 1986. Disponível: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/08/08/proposta-de-tombamento-da-igreja-do-rosario-oeiras/>



Figura 62: Capa da Proposta de Tombamento, 1985/1986 Fonte: Fundac - PI

A Igreja Nossa Senhora do Rosário foi edificada pelos padres Jesuítas, em épocas posteriores a 1711 e anterior a matriz, a igreja de Nossa Senhora da Vitória, no local da antiga capelinha que pertencia ao conjunto arquitetônico da Morada de Domingos Afonso Mafrense, e um Largo que veio a ser chamado de Largo do Rosário.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário, inspiradora da Matriz da Vitória, apesar de pequena e simples, possibilita, através do estudo de sua concepção, construção e uso, um maior conhecimento acerca da nossa história, na qual contribuíram padres, jesuítas, índios e negros.<sup>110</sup>

A narrativa da equipe que formulou a proposta de tombamento se apoiava na importância histórica do templo e atribui um relevo maior que a Matriz Nossa Senhora da Vitória, por sua antiguidade e seus vínculos com os mitos de origens do sertanista Domingos Afonso Mafrense.<sup>111</sup> Delineiam os aspectos e contornos simples da Igreja do Rosário, no entanto recorrem-se a uma romântica síntese, onde a relação harmônica de “padres, jesuítas, índios e negros” tornou possível a existência do Bem Cultural. Todavia, destaca-se que a construção social e material dos bens culturais não se dão fora de ordenamentos de subordinação, resistências e negociações. A versão que o bem foi produzido em contexto de

<sup>110</sup> <sup>110</sup>PIAUI. Processo de Tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário.1986. Disponível: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/08/08/proposta-de-tombamento-da-igreja-do-rosario-oeiras/>

<sup>111</sup> Domingos Afonso Mafrense sesmeiros conhecidos como Domingos Sertão, fundou 30 fazendas de gado, tornando-se o maior colonizador do Piauí. Após sua morte, as fazendas foram deixadas em testamento aos padres jesuítas da Companhia de Jesus sob a condição de se realizar missas em intenção de sua alma "ad perpetuam". Desenvolveram a pecuária piauiense, que atingiu seu auge em meados do século XVIII. Nessa época, os rebanhos foram responsáveis por abastecer todo o Nordeste e as províncias do Sul. Com a expulsão dos jesuítas, as fazendas do capitão foram incorporadas à Coroa e entraram em declínio.

relações harmônicas silencia as violências sofridas pelos grupos étnicos indígenas, que dada à violência do processo de colonização no Piauí foram considerados dizimados.<sup>112</sup> E, a relação à população escravizada teve seus descendentes herdeiros dos estigmas vinculados à negritude e as desigualdades sociais vivida pela população negra concentrada no bairro do Rosário.

Para a construção do histórico da Igreja Nossa Senhora do Rosário, a proposta de tombamento se valeu das informações do historiador local Dagoberto Carvalho, o mesmo que, em 1976, construiu com a equipe da empresa CLAP, o histórico da cidade de Oeiras nos relatórios do Plano Diretor e de Preservação e Restauração da Cidade de Oeiras no contexto do PCH - NE. Assim, ambos os documentos possuem a mesma argumentação histórica construída pelos intelectuais locais. Uma História Colonial pautada na harmonia das três raças vinculadas ao mito da democracia racial difundido no Brasil por alguns intelectuais regionalistas com destaque ao sociólogo Gilberto Freyre com a publicação de *casa grande e Senzala*.<sup>113</sup>

Assim, o desejo de memória pretendido por aqueles que construíram um discurso histórico em torno da cidade de Oeiras, são discursos oriundos das elites pertencentes as principais famílias detentoras de poder político, portanto, que tentam estabelecer o controle do capital cultural diante dos discursos contrários, oposições e disputas de poder, do lugar e assim, reproduzem nos estudos e diagnósticos tudo aquilo que contribui para reverberar essa versão de história local. As dificuldades de se romper e enxergar para além, residem na ausência de trabalhos de aprofundamento de pesquisa e, também em virtude da precariedade de acesso às fontes, pela sua degradação ou guarda particular.

---

<sup>112</sup>DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. In: NASCIMENTO, Francisco A. do; VAINFAS, R. História e Historiografia. Recife: Bagaço, p. 71-95, 2006

<sup>113</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003.



Figura 63: Igreja Nossa Senhora do Rosário Fonte: Acervo Arquivo Central do IPHAN - RJ

As transformações que a igreja sofreu não se tem notícia se foram processos de restauro conscientes. “A igreja possui 356 m<sup>2</sup> teve relevantes modificações na estrutura que se tem no ano de 1937. Em data posterior não se identificou informações, nesse sentido:

A primeira e mais significativa transformação sofrida pela igreja foi em 1937. Assim dar-se-á início à reconstrução de uma nova igreja que aproveitará a nave principal tendo-se a ampliação da capela mor e do arco do Cruzeiro. Foi construída, também nessa época, uma nova sacristia. Das velhas - pois eram duas situadas lateralmente à capela-mor ainda existem os alicerces.

A torre, primeiro elemento a ser edificado na nova construção, é apêndice já da época da alvenaria. Conserva -se os altares laterais ao lado do arco do Cruzeiro em diagonal; púlpito de madeira talhada sobre o cálice de pedra trabalhada; o coro; e uma balaustrada de jacarandá que divide a nave da capela-mor acompanhando, uma diferença em nível no piso, que teve suas tijoleiras substituída por ladrilho hidráulico em 1964.<sup>114</sup>

O templo do Rosário abrigava as festas de São Gonçalo, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e São Sebastião. Santos de devoção com festas tradicionais no devocionismo popular e vinculados em especial a devoção negra que durante os séculos XVIII e XIX organizaram-se

<sup>114</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976

em irmandades negras. Destacamos a Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário que tiveram seus compromissos voltados para a organização da congada “Congos de Oeiras”, expressão cultural que une dança e teatralidade para festar os santos de devoção negra. Teve sua vigência interrompida na década de 1940 e sua reinvenção na década de 1980 motivada pelo *boom* de cultura que a cidade viveu através das obras de restauração, incremento do turismo, pela Igreja Católica e as Cebs e pela atuação do IHO.<sup>115</sup>

Durante o trâmite para o tombamento baseado em estudos e indicações da FUNDAC por meio do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural e acompanhado pelo Conselho Estadual de Cultura, ressaltou-se:

É de se lamentar inicialmente, que tal iniciativa, indispensável à preservação do Monumento histórico desse porte ocorra, até certo ponto, tardiamente. Entretanto, mesmo que parcialmente mutilada se constitui um marco da história da nossa terra merecendo.<sup>116</sup>

De acordo com o capítulo (1) um artigo (1º) primeiro da lei número 3.742 do dia 2/07/1980 a Igreja Nossa Senhora do Rosário está inserida no segundo item:

[...] uma construção e obra de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativa de um determinado estilo ou época, como foi visto anteriormente, a igreja do Rosário é um exemplar ainda vivo da arquitetura jesuítica produzida no Piauí pelos padres da companhia de Jesus que naquela época eu escolhi os pontos mais altos da cidade para dar início à catequização da população onde empregavam as regras maneiristas de influência das igrejas renascentistas italianas somadas às técnicas em materiais construtivos locais utilizando para isso mão de obra indígena, tal exemplar é de valor inestimável para nossa história e para arquitetura em alguns poucos exemplares da arquitetura religiosa jesuíticas tão marcadamente durante os séculos XVII e XVIII nas cidades brasileiras, por esse motivo o patrimônio histórico artístico e natural do Estado do Piauí propõe tombamento do imóvel a fim de que o mesmo possa ser preservado evitando assim alterações na sua volumetria de tratamento de superfície, deste modo a igreja do Rosário com suas características marcantes não só possui valor arquitetônico como também histórico, nos diz muito a respeito da nossa sociedade, sendo por isso necessário sua conservação a fim de que

---

<sup>115</sup> Esse debate será retomado no capítulo 3.

<sup>116</sup>PIAÚÍ. Processo de Tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário.1986. Disponível: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/08/08/proposta-de-tombamento-da-igreja-do-rosario-oeiras/>. Acesso: 06.05.2018.

se possa evitar possíveis intervenções na sua forma maneirista pela proteção legal.<sup>117</sup>

Neste termos, a Igreja N.S do Rosário foi patrimonializada pelo ente estadual e desprende-se um entendimento de patrimônio enquanto alegoria das “origens” do estado, dando-lhe, ao processo, uma feição tradicionalista.



*Figura 64: Conjunto que incluía a Igreja e o Hospital da Caridade  
Fonte: Passeio à Oeiras*

Ao lado da Igreja do Rosário tem-se a representação de bens de memória expressos nas narrativas do lugar e representado em desenhos e telas. São eles o Hospital de caridade e Palacete que se destinava à moradia do sertanista, atualmente identifica-se apenas as ruínas das fundações em pedra das construções.

### 3.4 OEIRAS UM MONUMENTO HISTÓRICO NACIONAL

As iniciativas de proteção legal ao patrimônio nacional remontam ao início do século XX. Nas décadas de 20 e 30, daquele século foram fecundos os projetos que pensavam a preservação de monumentos históricos no Brasil. Intelectuais e políticos reclamavam à integridade de edificações ameaçadas pelas transformações urbanas desejadas para modernidade. As primeiras preocupações em torno da necessidade de dispositivos de proteção do Patrimônio Nacional surgiram na década de 1920. A inquietação, dentre outros segmentos,

---

<sup>117</sup>PIAUÍ. Processo de Tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário.1986. Disponível: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/08/08/proposta-de-tombamento-da-igreja-do-rosario-oeiras/>. Acesso: 06.05.2018.

era vinculada ao Museu Nacional, que requeriam a prerrogativa de proteger os bens de valor cultural no Brasil.<sup>118</sup>

Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico Nacional, escreveu ao Ministro da Educação:

Devo insistir na necessidade, que reconheço presente, de regular o Governo a defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do País. Enquanto não tivermos uma organização administrativa acuteladora daquele patrimônio, e em harmonia com uma legislação adequada, meios de prevenção contra os assaltos que constantemente sofrem os monumentos históricos do Brasil, mal protegidos pelos poderes locais dos Estados e municípios, continuaremos assistir devastação da nossa riqueza tradicional.<sup>119</sup>

Em resposta ao cenário descrito por Barroso e com um projeto de afirmação da identidade nacional, em 12 de julho de 1933, o Decreto Federal nº 22.928<sup>120</sup> revelou-se uma oportunidade de mobilizar os bens representativos de uma pretensa cultura brasileira ao projeto político vigente. O decreto foi a primeira norma federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, ao eleger a cidade de Ouro Preto “Monumento Histórico Nacional”, o ideal de patrimônio a ser preservado no Brasil vinculou-se à colonização portuguesa, ao barroco brasileiro tornando-se referência na patrimonialização no Brasil.

Em um movimento de institucionalização da ação protetiva iniciada em Ouro Preto, foi criada a Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN) pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934<sup>121</sup> – assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires –, que aprovou o novo regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN).

Tinha as funções de inspeção das edificações de valor histórico e artístico e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades, a atribuição de construir um catálogo dos edifícios dotados de “valor e interesse artístico-histórico existentes no país” para propor ao

---

<sup>118</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspecao-de-monumentos-nacionais-1934-1937>.

<sup>119</sup> BARROSO, Gustavo. Relatório sobre as atividades do Museu Histórico Nacional, emitido para o Ministro da Educação e Saúde, 1933, p. 2. In: BRASIL, Museu Histórico Nacional, Setor de Apoio Administrativo. Catálogo Geral, AS/DG.

<sup>120</sup> BRASIL. Decreto Federal nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso: 21.09.2010.

<sup>121</sup> BRASIL, Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 24.05.2021.



governo federal aqueles que deveriam ser declarados Monumentos Históricos Nacionais, não podendo ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do MHN. A IMN não tinha autonomia para determinar quais edificações deveriam ser consideradas monumentos nacionais. Estava previsto apenas um levantamento a título de sugestão ao governo federal para que este então atribuísse o título de monumento.<sup>122</sup>

A IMN também ficaria encarregada de entrar em entendimento com os governos dos Estados para uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, bem como a guarda e fiscalização dos objetos histórico-artísticos. Desta forma, cada Estado se responsabilizaria pelos encargos dessa atividade em seus territórios, a exemplo do que já vinha sendo feito na Bahia com a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, criada em 1927, e em Pernambuco com instituição congênere fundada em 1928, sendo que, a partir de então, seriam orquestradas e supervisionadas pelo órgão sediado no MHN.<sup>123</sup>

O Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934<sup>124</sup> determina o regime jurídico dos Monumentos Nacionais brasileiros:

Art. 72. Os imóveis classificados como monumentos nacionais não poderão ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Histórico Nacional.  
Parágrafo único. Independem de licença e fiscalização os trabalhos de conservação e concertos urgentes que não impliquem modificação essencial do prédio.

O Decreto reservava ao Museu Histórico Nacional o papel de “exercer a inspeção dos Monumentos Nacionais e do comércio de objeto artísticos históricos”<sup>125</sup>, e o preparo de “um catálogo dos edifícios assinalando valor e interesse artístico - histórico existentes no País, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionais”<sup>126</sup>.

Os efeitos jurídicos decorrentes da declaração de “Monumento Histórico Nacional” são análogos ao do tombamento, não se podendo alterar a estrutura dos bens protegidos sem

<sup>122</sup> BRASIL, Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 24.05.2021.

<sup>123</sup> Ibid: id

<sup>124</sup> BRASIL, Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 24.05.2021.

<sup>125</sup> LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso 10.10.2020.

<sup>126</sup> LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso 10.10.2020.

autorização do IPHAN. Do ponto de vista criminal, lesões aos bens declarados Monumentos Nacionais se valem das sanções penais previstas nos artigos 62 ou 63 da Lei 9.605/98.

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

**Art. 62.** Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - Bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

**Parágrafo único.** Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

...

**Art. 63.** Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.<sup>127</sup>

Assim, a lei ou decreto que institui cada Monumento Nacional debelam o bem a especial regime de proteção, como objeto material tipificados nos artigos 62 e 63 mencionados.<sup>128</sup> O dispositivo legal constitui um ato protetivo com objetivo de construção imaginária do sentido de nação que usufrui da oportunidade de fazer-se perpétua. Nesta configuração, o primeiro instrumento idealizado para a proteção ao patrimônio cultural foi a instituição de Monumentos Nacionais, anterior ao tombamento regulamentado pelo DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.<sup>129</sup>

Conforme podemos visualizar no quadro O4 a seguir, mesmo após a política institucionalizada em 1937 coexistiram à prática de eleição dos Monumentos Nacionais pelo legislativo e inserem-se no conceito das “outras formas de acautelamento e preservação” a que se refere o art. 216, § 1º. da CF/88.

<sup>127</sup> LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso 10.10.2020.

<sup>128</sup> LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso 10.10.2020.

<sup>129</sup> BRASIL. DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.1937

Monumentos Nacionais			
Nº	DECRETO/ LEI	DATA	MONUMENTO
1	Decreto 22.928/ 1933	12.07.1933	Erige a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional
2	Decreto 7.713/ 1945	06.07.1945	Erige em Monumental Nacional da Cidade de Mariana.
3	Decreto 25.175/1948	03.07.1948	Converte em Monumento Nacional o Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres, Montes dos Guararapes, Pernambuco.
4	Decreto 26.077-A/ 1948	22.12.1948	Erige em Monumento Nacional a Cidade de Alcântara, Maranhão.
5	Lei 2.035 /1953	19.10.1953	Erige em Monumento Nacional o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Igarassu, Pernambuco.
6	Lei 3.645/ 1959	15.10.1959	Incorpora ao Patrimônio das Forças Armadas, sob a direção administração do Ministério de Guerra, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.
7	Decreto 58.077/ 1966	24.03.1966	Converte em Monumento Nacional o Município Fluminense de Parati.
8	Decreto 68.045/1971	13.01.1971	Converte em Monumento Nacional a cidade Cachoeira – BA.
9	Decreto 72.107/1973	18.04.1973	Converte em Monumento Nacional o Município de Porto Seguro / Bahia.
10	Decreto 6.863/1980	26.11.1980	Erige em Monumento Nacional a cidade de Olinda – MA
11	Decreto 7.489/ 1986	11.06.1986	Erige em Monumento Nacional a Cidade de São Cristóvão – SE
12	Decreto 95.855/1988	21.03.1988	Declara Monumento Nacional da Serra da Barriga, União dos Palmares – AL
13	<b>Decreto 7.745/1989</b>	<b>30.03.1989</b>	<b>Eleva a Cidade de Oeiras – PI, a condição de Monumento Nacional.</b>
14	Decreto 99.058/1990	07.03.1990	Declara Monumento Nacional o Cemitério do Batalhão, Campo Maior – PI
15	PROJETO DE LEI N.º 7.243-B, DE 2006	Parecer da Comissão de Educação e Cultura, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa aprovada em 10 .12.2019	Erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo;

Quadro 4: Monumentos Nacionais Brasileiros Fonte: Própria Autora com dados site da Câmara dos Deputados

Em relação ao nosso objeto, a cidade de Oeiras, através do Decreto 7.745/1989 é elevada a condição de Monumento Nacional. Em 1983 o deputado Federal José Nogueira

Tapety Júnior<sup>130</sup>, oeirense, apresenta o projeto de lei que elevava a cidade de Oeiras a Monumento Nacional, o projeto tramitou entre os anos de 1983 tendo sido aprovado em 1989.

Teve aprovação unânime do parecer do relator, Dep. Francisco Benjamim, que reconheceu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa a proposição, entendeu a que função de eleger e proteger o patrimônio compete ao Estado. Interessa-nos saber quando do parecer do relator na Comissão de Educação e Cultura, dep. Wall Ferraz, piauiense, professor com formação em Direito, Geografia e História e com passagens pelo Conselho de Cultura e Secretaria de Educação e Cultura:

Os fatos e pessoas citadas na justificativa do ilustre Deputado Tapety Júnior são verdadeiros.

Ressalte-se que a história de Oeiras é riquíssima em eventos e personagens que eles asseguram posição ímpar no contexto histórico piauiense.

Entretanto, em meu entender, a elevação de uma cidade a monumento nacional exige mais do que um passado histórico brilhante.

Em sendo um monumento nacional e a palavra monumento indica algo concreto, existente, palpável, deve se caracterizar-se pelo que tem de concreto – ruas, igrejas, casas, praças, locais históricos - monumentos cristalizados do passado, elementos materializadores da história e que se preserva do vivido.

São estes os monumentos os registros indelévels do passado, remoto ou recente, testemunhos eloquentes dos feitos d’antanho, que justificam o título de cidade monumento.

Dir-se-ia que elementos de tal natureza são a crônica da cidade, escrita com pedra e barro.

E Oeiras tem monumentos em grande número e da maior importância.

Referir-me-ei a uns poucos, pois falar de todos ultrapassaria os limites desse despretensioso parecer [...].<sup>131</sup>

A relatoria do professor Wall Ferraz preenche a lacuna deixada na proposição do conterrâneo Tapety Júnior. O oeirense redige o pedido com os fatos históricos relativos àquela cidade, que acompanhou da listagem dos homens dos “mais notáveis filhos de Oeiras” e os serviços relevantes prestados. No entanto, esqueceu de apresentar os monumentos que a cidade dispunha.

Desprende-se assim, a noção de Monumento operada por Wall Ferraz que entende que a historicidade e a memória precisam de suporte material. Os lugares de memórias surgem da pretensão de fixar determinadas memórias em espaço associadas a grupos sociais e políticos

<sup>130</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Biografia do deputado Tapety Júnior. Consultado em 07 de junho de 2021.

<sup>131</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Raimundo Wall Ferraz [Relatoria] In: TAPEY JR, José Nogueira. Projeto de Lei nº 1322/1983. Lote: 58 C: 46, p.26.

para servirem de elementos que lhes garantam certa continuidade. Os vínculos de lembrar conecta-se aos artefatos ou conjuntos de artefatos fruto da produção humana e que guardam uma função coletiva identificatória. Para Riegl, que produziu o pioneiro “Projet de législation des monuments historiques”, a trajetória de constituições dos Monumentos Nacionais são formas de anamnese um lugar de memória.<sup>132</sup>

A construção de monumentos também se deu por iniciativa do poder municipal. Como resultado do momento que se vivia na cidade Oeiras, é inaugurada em 1985, com 15 metros de altura, a estátua de Nossa Senhora da Vitória, erguida no Morro do Leme, levou cerca de (3) três anos para ser construída. O trabalho de construção da imagem da padroeira envolveu um engenheiro, um artesão e um mestre de obras que comandaram uma equipe de sete operários.



*Figura 65: Construção da Imagem da Padroeira Fonte: Acervo Júnior Vianna*

A ação protetiva pioneira no Brasil, a eleição dos Monumentos Nacionais, continua vigente e mesmo com a promulgação do DECRETO-LEI Nº 25 \ 37 e organização institucional

---

<sup>132</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28

do SPHAN, o tombamento e eleição dos monumentos nacionais coexistem e possuem prerrogativas de proteção similares. [ver quadro 04].

Neste sentido, no Brasil a patrimonialização é a priori é um ato do executivo conduzida pelos órgãos específicos de política de memória na esfera federal, estadual e municipal que têm a figura institucional consolidada do IPHAN como referência. No entanto, a possibilidade da patrimonialização a partir do legislativo se revela, em sua maioria, com uso político do patrimônio de forma deliberada, o dispositivo “Monumento Nacional” é acionado para agradar e ampliar as bases eleitorais, para valorizar economicamente a região via exploração do turismo vinculado a demanda eleitoreira. A não revogação do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, permite ao legislativo a continuidade de tal prerrogativa de elegê-los.

A patrimonialização por parte do legislativo pode levar a usos e abusos, a vulgarização dos processos de patrimonialização principalmente em esfera estaduais e municipais, onde atos de vereadores e deputados que concedem títulos de “Patrimônio Municipal” e “Patrimônio Estadual” que se revelam apenas como títulos honoríficos sem nenhum efeito protetivo.

## CAPÍTULO 4

### A RETÓRICA DA TRADIÇÃO : REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E O PATRIMÔNIO

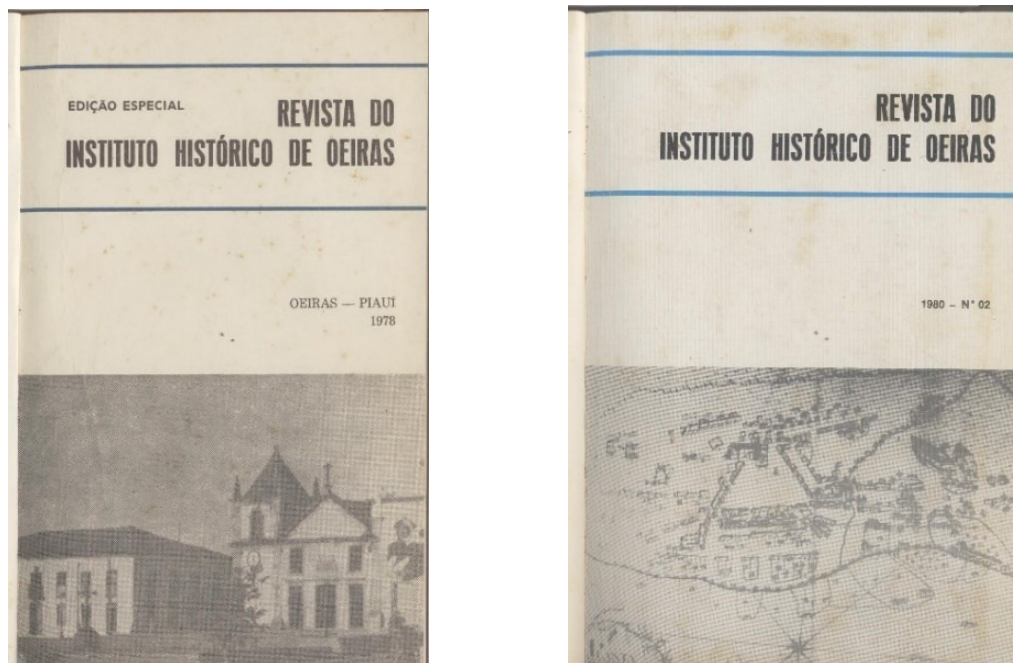


Figura 66 E 67: À direita primeira edição especial [1978] e à esquerda a segunda edição [1980] da Revista do Instituto Histórico de Oeiras

O Instituto Histórico de Oeiras - IHO perfaz 45 anos e não caberia nos limites e, sobretudo, nos propósitos deste capítulo abordá-lo em sua integridade. Não objetivamos traduzir seus contornos e, nem mesmo buscar suas origens, pois como escreveu Bloch “[...] a maioria das realidades históricas, a própria noção desse ponto inicial permanece singularmente fugaz”<sup>1</sup>. Teria o IHO nascido somente pelo ato solene oficial de fundação? Ou seus propósitos e sentimentos são anteriores? Aqui nos interessa entender de que modo a atuação do IHO se conecta às problemáticas dos processos de patrimonialização na cidade de Oeiras nas décadas de 1970 a 1980.

Quando se aprecia o conjunto das revistas do IHO, enquanto fonte, são inúmeras suas possibilidades de análise histórica, publicadas de 1978 e permanecem até aos dias atuais. Atendendo o recorte temporal da tese e os propósitos do capítulo, analisamos os números publicados entre os anos de 1978 a 1989 totalizando 11 (onze) exemplares.

Intencionamos entender como um grupo específico da sociedade civil contribuiu para conformação de uma memória sobre a cidade e contribuíram na construção dos processos de

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar. 2001. p.56

patrimonialização. A revista do IHO será a principal fonte para feitura do capítulo e como recurso de leitura e crítica documental delimitamos uma análise centrada: I. Linha editorial: Apresentar a revista: como se estruturou, da idealização aos temas recorrentes II. Como a revista constrói uma apropriação do passado; III. As investidas na promoção e patrimonialização dos bens culturais.

#### 4.1 TEMPO DE OEIRAS: A REVISTA DO IHO E OS INTELLECTUAIS MEDIADORES

Como nomear os sujeitos cuja ações e trajetórias de vida influenciaram as formas de ocupar os espaços públicos, culturais e políticos através da escrita sobre a cidade de Oeiras? Seriam esses sujeitos denominados intelectuais? Eram exclusivamente dedicados a tal ofício?

A noção de intelectuais, apesar de problemática, vem sendo compreendida de forma ampla e não restrita. Sirinelli<sup>2</sup> busca definir este conceito a partir de duas acepções, “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”. A primeira acepção os jornalistas, os escritores, os professores, os receptores da cultura abrangidos como criadores ou mediadores em potencial. Na segunda, o autor entende os indivíduos a partir da noção de engajamento, aqueles que agem na sociedade e intervêm nos debates da cidade, colocando-se, assim, em serviço de uma causa que defende.

Sirinelli<sup>3</sup> considera que o debate entre as duas definições não é um problema, pois o historiador pode partir de uma definição ampla e, quando necessário, “fechar a lente, no sentido fotográfico do termo”. Neste sentido, não é imperativo excluir uma definição em detrimento de outra, pois ambas podem ser utilizadas a partir da necessidade de leitura do *corpus* documental.

Ângela Gomes e Patrícia Hansen<sup>4</sup> também compreendem os intelectuais a partir de uma concepção ampliada. Consideram os intelectuais como “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político social”.

---

<sup>2</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>3</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Op.cit.*, 2003, p.243.

<sup>4</sup>GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10



[...] um mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; pode ser só “criador” ou só “mediador”; ou pode ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga.<sup>5</sup>

Nesse sentido, as autoras não estabelecem hierarquia ou divisão para defini-los, compreendem os intelectuais como um todo sem diferença entre os produtores de conhecimento, os que comunicam estas ideias, chamados de mediadores culturais, e os que intervêm politicamente e socialmente nas questões da sociedade.

Gomes e Hansen definem que os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos especializados, quanto os intelectuais que se dirigem a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Assim, os intelectuais mediadores podem ser aqueles que se dirigem a um público específico, como os sócios ou membros de uma determinada instituição; ou se dedicam a um público ampliado e heterogêneo, como um periódico de grande circulação.<sup>6</sup> Assim, podemos assinalar que os intelectuais de Oeiras se inserem na noção de Intelectuais mediadores, que agem pela produção e fomento da circulação de ideias, mas que também tinham implicações políticas e sociais<sup>7</sup>.

Sérgio Miceli analisa as transformações pelas quais passaram os escritores oriundos das famílias oligárquicas, que em processo de decadência, ameaçados pela perda de *status* social e a necessidade de buscar uma certa profissionalização no contexto de urbanização e crescimento do mercado de bens culturais entre 1920 - 1945.<sup>8</sup> A esse respeito Miceli aponta que no contexto brasileiro a profissionalização não se deu como desejado e os escritores se renderam aos empregos públicos e a dependência do Estado. O que resultou na pouca autonomia no pensamento dos intelectuais que terão posicionamentos político-ideológicos atrelados à autopreservação das classes dirigentes a qual pertenciam e aos projetos de governos vigentes<sup>9</sup>.

Em Oeiras, nas décadas de 1970 e 1980, os meios de subsistência foram condicionados às questões semelhantes as apontadas por Miceli sobre os anos 1940. A leitura do autor é

---

<sup>5</sup> GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Op.cit*, 2016, p. 22

<sup>6</sup> IBID,2016

<sup>7</sup>GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Op.cit*, 2016, p. 10.

<sup>8</sup> MICELI, Sergio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”. São Paulo: Difel,1979.

<sup>9</sup>MICELI, Sergio. *Op.cit*. 1979.p 167.

circunscrita aos grandes centros urbanos brasileiros, e salvo as devidas proporções, irá se aproximar da experiência vivida em Oeiras na dimensão temática quando a escrita desses intelectuais se volta para uma retórica da tradição diante do contexto de decadência de seus modos de vida e *status* sociais. Eram homens e pretensos intelectuais, mas sem vias de promover-se junto ao mercado que permanecia inexistente não somente em Oeiras, mas por todo o Estado do Piauí. E assim, Oeiras, situada no interior do nordeste brasileiro, aborta os movimentos de profissionalização pelos limites da urbanização e crescimento econômico que não permitiram a constituição de um mercado consumidor dos bens culturais capaz de autofinanciar-se.

As publicações periódicas se davam com grande fragilidade de financiamento e se valiam de recursos próprios, articulações políticas e a dependência de subsídios governamentais e, assim, iniciativas de publicações já nasciam destinadas à descontinuação. A esse respeito, Possidônio Queiroz fez um levantamento das iniciativas de publicações de periódicos em Oeiras, apontou para a variedade de jornais e para uma efervescência cultural da “VelhaCap” expressão costumeira em seus escritos. Destacou ainda as “vidas curtas” de cada projeto de publicação e atribuiu às limitadas condições materiais da cidade.<sup>10</sup> Avaliamos que o artigo de Possidônio publicado no recente jornal “O Cometa” elabora o passado de tal modo a construir um argumento de apelo para que o novo projeto não sucumbisse tal qual às publicações de outrora.

No cenário estadual, segundo Iara Moura, nas décadas de 1970 e 1980 os governos do Piauí empreenderam uma política de incentivo às publicações e relacionamentos institucionais entre o Conselho Estadual de Cultura, Secretaria Estadual de Cultura, Academia Piauiense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Ações que objetivavam a promoção do Estado no cenário nacional por meio da escrita histórica, divulgação cultural e construção de uma feição positiva do Piauí o que levou também à dependência ao Estado e ao aparelhamento entre posicionamentos oficiais e a escrita desses intelectuais.<sup>11</sup>

Os intelectuais do IHO mantinham estreita comunicação com os membros dessas instituições sediadas em Teresina e tiveram ações conjuntas, como a redação de pareceres históricos para reivindicações que nomeavam de reestabelecimento da “verdade histórica”,

---

<sup>10</sup> QUEIROZ, Possidônio. Aparece um Jornal em Oeiras. *Jornal “O Cometa”*. Março de 1971.

<sup>11</sup> MOURA, Iara Guerra Miranda. *Historiografia Piauiense: Relações entre escrita histórica e instituições político-culturais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.p.173 -251.

nas publicações de artigos na Revista do IHO e nas publicações de autores de Oeiras em periódicos de Teresina, como foi o caso da Revista *Presença*.<sup>12</sup> A manutenção do capital cultural e político desses intelectuais se devia a rede de relacionamentos estabelecidas com agentes públicos, que por sua vez, se vinculavam aos laços de parentesco, naturalidade e à vinculação partidária [ à época com o apoio ao partido ARENA base de sustentação da Ditadura Civil-Militar ]. Neste sentido, a mediação na produção de cultura no Piauí e, em Oeiras, passou pelo estabelecimento dessa teia de relacionamentos, bem como, ao empenho dos governadores do Piauí, em especial, Alberto Tavares Silva [1971-1975 \ 1987-1991], em executar os projetos assumidos pela Ditadura Civil – Militar e forjar-se como vitrine do projeto desenvolvimentista.<sup>13</sup>

Os intelectuais mediadores de Oeiras são oriundos do universo do bacharelismo: médicos, dentistas, advogados e servidores públicos um grupo que se assemelhavam por pautas comuns, em sua maioria, vinculadas às afirmações identitárias e a manutenção do *status quo* das classes dirigentes locais. Assim, produziam e mediavam as formas de acessar o passado e os bens culturais da cidade. Ao traçar uma linha de atuação e mobilização do grupo preocupados com os bens culturais em Oeiras, identificamos (3) três momentos fundadores que tiveram uma linha de continuidade nas gerações que viveram os processos de patrimonialização em Oeiras: 1º “Movimento Oeiras Invicta”<sup>14</sup> em 1943, 2º A publicação do jornal “O Cometa” em 1971 e o 3º a Criação da Revista do IHO 1976. E, para construir um breve perfil biográfico desses intelectuais mediadores, elegemos (3) três personagens que estiveram envolvidos nos marcos apontados acima e foram representativos para o grupo, são eles: José Expedito de Carvalho Rêgo, Possidônio Queiroz e Raimundo Costa Machado.

---

<sup>12</sup> É uma revista editada pelo governo do Estado do Piauí através do Conselho Estadual de Cultura do Piauí e a Secretaria de Cultura do Estado do Piauí. Cf. CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto Ferreira de. Patrimônio: A Catedral de Oeiras (1679 – 1989) Sinopse Histórica. In: *Revista Presença*, Teresina - Piauí, nº 6, p. 40-42, 1983.

<sup>13</sup>Cf. MOURA, Iara Guerra Miranda. *Historiografia Piauiense: Relações entre escrita histórica e instituições políticos-culturais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.p.173 -251. Ver também: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 54.

<sup>14</sup> Apresentado no capítulo 1.



Figura 68: José Expedito de Carvalho Rego 1928 - 2000 Fonte: IHO

José Expedito de Carvalho Rêgo, médico e escritor, nasceu em Oeiras em 1928. Escreveu o romance “Né de Souza”, em segunda edição “Vaqueiro e o Visconde”, uma biografia romaneada do Visconde da Parnaíba, Manoel de Souza Martins<sup>15</sup> e publicou ainda Malhadinha considerada pela crítica literária sua obra-prima. Ambos os romances históricos trazem personagens do processo de adesão à independência brasileira. Vinculado a sua profissão de médico sua obra foi conhecida por utilizar-se de termos médicos, casos clínicos vivenciados em sua carreira profissional.<sup>16</sup>

Expedito Rêgo foi diretor e colunista do Jornal “O Cometa” 1971 - 1976 e publicou ainda *Vidas em contraste* em 1992; a série de contos “*Estórias do tempo antigo*” em 1995, publicada originalmente no Jornal “O Cometa” na década de 1970, *Os caminhos da loucura* em 1996, *Horas sem tempo* em 1999 e *Crônicas esquecidas* (obra póstuma) 2009. No ano de 2019 foi inaugurada no Centro Histórico de Oeiras a “Biblioteca Municipal Escritor José Expedito Rego”. Em umas de suas paredes foi impressa a imagem de uma máquina de escrever e a mensagem:

<sup>15</sup> Manuel de Sousa Martins, Visconde da Parnaíba, é um personagem da história colonial e imperial do Piauí que esteve associado ao processo de adesão do Piauí à Independência do Brasil em 1823 e ocupou o cargo de presidente da província por 20 anos. Durante seu governo combateu movimento popular no Piauí que se aderiu à Balaiada, iniciada no Maranhão, os “balaios” reivindicavam contra à ineficiência do governo central em garantir justiça social. Na ocasião, Manuel de Sousa Martins, foi reconhecido um habilidoso negociador e D. Pedro II destacou seu papel de apoio a Duque de Caxias no combate ao movimento, sendo reconhecido como garantidor da “ordem imperial”. Descendente de Valério Coelho, um dos primeiros colonizadores do interior do Brasil, acessou os espaços de poder, o que manteve sua descendência nas classes dirigentes no Piauí. NUNES, Odilon. Pesquisa para a História do Piauí. 3 v. Teresina: FUNDAPI, 2007; CASTELHO BRANCO, Pedro Vilarinho. O Visconde da Parnaíba e a Construção da Ordem Imperial na Província do Piauí. In: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 38, p. 205-230, Jul-Dez, 2020.

<sup>16</sup> BARROS, Elimar de. Mimesis em Malhadinha, de José Expedito do Rêgo: representação irônica de um sistema social em decadência. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Piauí

[...] foi um médico e escritor piauiense, ocupante da cadeira nº 2 da Academia Piauiense de Letras. É reconhecido pelos seus romances e crônicas publicadas em jornais de Oeiras e Floriano, bem como pela sua produção poética e pelos seus **feitos em prol da preservação do patrimônio de Oeiras**, sendo membro fundador do Instituto Histórico de Oeiras. Tanto em seus romances, como poemas contos e crônicas, José Expedito Rêgo **expressa um grande amor por sua terra natal, Oeiras, bem como por sua cultura, tradições e história.**<sup>17</sup>

Analisamos que a biblioteca, por ser um empreendimento público municipal e um espaço formativo, recorre à Expedito Rego no emprego de uma busca memorial em que desejava reverberar por entre as novas gerações um “modelo” a partir de um discurso oficial,



Figura 69: Possidônio Queiroz Fonte: IHO

de um cidadão Oierense, que para eles, contribuiu para a preservação do patrimônio e a exaltação da história local, assim se recorre à memória com função pedagógica.

---

<sup>17</sup> Inauguração da Biblioteca de Oeiras. Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/02/08/2019/prefeitura-de-oeiras-inaugura-biblioteca-municipal-escritor-jose-expedito-rego/> Texto exposto na Biblioteca Municipal que recebe o nome de Expedito Rego. Acesso em 06. 12. 2020. (grifos nossos)

Possidônio Queiroz nascido em Oeiras em 1904. Foi um personagem atípico para sociedade oeirense, marcada pela forte hierarquia social e racial e ares provincianos. Um homem preto e filho de agricultores, mas que tiveram recursos para financiar a educação primária dos filhos. Sua formação se deu em escolas de Oeiras e assim não seguiu o tradicional destino dos filhos das famílias de maiores recursos financeiros, que buscavam os centros urbanos como a cidade de Recife para a formação bacharelesca. O homem preto que transitava entre às elites era dotado de um variado conhecimento, diversos ofícios e profissões. As memórias construídas sobre Possidônio<sup>18</sup> costumam apontar sua singularidade ao destacar a dedicação pessoal, erudição e autodidatismo. São inegáveis as habilidades de escrita e oratória de “Possi”, no entanto, seriam as adjetivações elogiosas e a genialidade proclamada construída para justificar o lugar que ocupava?

A situação financeira familiar permitiu acesso à educação primária, Possidônio teve uma trajetória de vida marcada por várias profissões que atendiam suas necessidades materiais de provimento da família e suas paixões relacionadas à cultura.

Para o sustento da família, Possidônio começou a trabalhar como pedreiro, mas como de praxe, nas horas vagas, dedicava-se aos estudos. Com o tempo viu que estava em uma profissão que não lhe agradava, logo tratou de aprender a fabricar joias. Depois conseguiu erguer um pequeno comércio no Mercado Municipal, que com o tempo se transformou em uma livraria. Segundo seu filho Francisco, na livraria ele era muito procurado para sanar dúvidas dos populares, foi por isso também que se tornou professor.<sup>19</sup>

Possidônio foi servidor público, vereador, advogado (rábula), professor, conferencista, jornalista, historiador, filósofo, crítico literário, músico e compositor (destacou-se na composição de valsas), cronista, poeta e orador. Esteve à frente de eventos políticos, religiosos, históricos e/ou culturais de Oeiras entre os quais podemos destacar a fundação em 1939, da escola primária Domingos Afonso Mafrense, participação no movimento “*Oeiras Invicta*” 1943<sup>20</sup>, a criação da Diocese de Oeiras em 1944, inauguração do Cine Teatro com a regência da Orquestra Sinfônica Renascença década de 1940, editoração do Jornal “Cometa” em 1971, e a criação do Instituto Histórico de Oeiras em 1972 e acompanhou as obras de restauração dos bens edificados pelo PCH-NE na década de 1980.

---

<sup>18</sup> Memórias construídas por sua produção escrita, discursos, colunas e cartas e os relatos orais de seus contemporâneos. Cf. Lima, Rodrigo Marley de Queiroz. “Do alforje da memória”: Possidônio Queiroz, Oeiras e as narrativas de si. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

<sup>19</sup> SOARES, Valéria. Memória UESPI: Possidônio Queiroz, o amante das artes. 17 setembro de 2017. Disponível em: <https://www.uespi.br/site/?p=105403>. Acesso: 04.10.2020.

<sup>20</sup> Ver capítulo 1

Rodrigo Lima<sup>21</sup>, historiador e bisneto de Possidônio, ao analisar os arquivos pessoais avaliou as “escritas de si” construídas de forma organizada enquanto um projeto de arquivar a própria vida.<sup>22</sup>

Em nenhum momento encontramos qualquer anotação, documento ou carta que descrevesse a condição de Possidônio, enquanto homem negro, convivendo em meio a uma sociedade elitista e que se considerava branca. Não encontramos nenhuma informação construída de próprio punho que fizesse essa distinção. Nem ao menos uma nota biográfica do seu pai ou da sua mãe, embora tantas notas biográficas tenham sido escritas sobre “vultos oeirenses” e não oeirenses.<sup>23</sup>

Lima<sup>24</sup> analisa o silêncio de Queiroz a respeito das relações raciais e de seu pertencimento, a partir da noção de “cordialidade racial” de Ronaldo Sales Júnior<sup>25</sup> que pensa os acordos de tolerância no contexto do Estado Novo, onde o poder das oligarquias foi questionado e retirou-lhes o controle racial, no entanto, criou-se uma sociedade “ morena” que não significou a supressão das hierarquias raciais e sociais, mas somente tentou reduzir as tensões em forma de silêncio, o não-dito racista, assim, a cordialidade empregada no sentido buarquiano<sup>26</sup> para Lima, se insere ainda no universo expresso na obra de Gilberto Freyre com Casa Grande e Senzala<sup>27</sup> e o debate da miscigenação. A “cordialidade racial” é um fator proporcionado mais pela obra de Gilberto Freyre que propriamente por Sérgio Buarque de Holanda. Pois é com Freyre que o debate da miscigenação salta da ideia de raça e passa para cultura nos anos 30.

A esse respeito, Fanon defende que a inferiorização racial entre o negro e o branco começa quando este questiona a humanidade daquele. O negro é desumanizado, então tenta se igualar ao branco para ter sua humanidade readquirida, criando um complexo de dependência promovido por uma sociedade que depende da manutenção de tais relações. Nesse sentido, é criado um sentimento de despertencimento ao próprio corpo negro em razão da crise existencial de saber que ao estar perto de brancos, haverá uma série de discriminação

<sup>21</sup> Lima, Rodrigo Marley de Queiroz. “Do alforje da memória”: Possidônio Queiroz, Oeiras e as narrativas de si. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2017, p. 119.

<sup>22</sup> ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998. pp. 9-34.

<sup>23</sup> Lima, Rodrigo Marley de Queiroz. “Do alforje da memória”: Possidônio Queiroz, Oeiras e as narrativas de si. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

<sup>24</sup> Lima, Rodrigo Marley de Queiroz. *Op.cit.* Piauí, 2017, p.119.

<sup>25</sup> SALES JR, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. São Paulo, novembro, 2006, 229-258

<sup>26</sup> Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (1936) - 27a edição; São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>27</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 4 São Paulo: Atual, 2002.

em torno de julgarem-no como “Inferior”, “não civilizado”, “feio”, “marginal” e outros adjetivos pejorativos entendendo-se destoante aos padrões da “branquitude”.<sup>28</sup>

Assim, acreditamos que ser um homem preto, à época de Possidônio Queiroz (1904 – 1996), era carregar os estigmas impostos pela branquitude. Pensamos o trânsito de Possidônio Queiroz em duas perspectivas: sua inserção por entre às elites de Oeiras foi possível porque possuía um léxico cultural que grande maioria não dispunha, o seu variado universo de ações e conteúdo fazia dele “menos preto” aos olhos de um tempo marcado pela segregação; ou por seus escritos e ações políticas não reivindicaram um espaço enquanto preto e descendente de escravizados, o lugar que buscou era o de intelectual e erudito, lugar socialmente aceito e estimado entre os demais.



Figura 70: Raimundo Costa Machado Fonte: IHO

Raimundo da Costa Machado nascido no Maranhão, mas fixou residência no Piauí na cidade de Oeiras. Em 1976 recebeu da prefeitura de Oeiras o título de “cidadão oeirense”:

[...] Este gesto da edilidade oeirense, traduz uma justa e merecida homenagem ao varão ilustre que aqui chegou, o menino em companhia dos pais, aqui se fez homem, e aqui tem desenvolvido suas profícuas e benéficas atividades, durante mais de quatro décadas, dando o melhor do seu espírito à vetusta ou Oeiras, **em todas as grandes campanhas que aqui se suscitaram em prol do engrandecimento da ex-metropole do Piauí.**<sup>29</sup>

O universo de relações, em torno da cultura e da História de Oeiras, era um empreendimento dos “filhos de Oeiras”, neste sentido o título foi a concessão da legitimidade

<sup>28</sup> FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

<sup>29</sup> OEIRAS. LEI nº 1.034 de 12 de março de 1976. Confere ao Dr. Raimundo Costa Machado o título de cidadão oeirense. Disponível em: <https://www.oeiras.pi.leg.br/leis/lei-municipal/lei-1-034-de-12-03-1976.pdf>. Acesso em: 05. 12. 2010. (Grifos nossos)



à trajetória de Costa Machado tal qual um “filho da terra”, porque esteve nas querelas identitárias da “ex-metropole”. Conhecido como entusiasta da cultura oeirense atuou como jornalista, orador, conferencista, poeta, historiador, ensaísta, cronista, advogado de rábula e sociólogo.<sup>30</sup> Por formação acadêmica foi cirurgião-dentista por mais de (3) três décadas, assumiu ainda o cargo de procurador-tesoureiro da Prefeitura Municipal de Oeiras até 1949 e presidiu a União Artística Operária Oeirense. Raimundo Costa Machado esteve na organização do movimento “Oeiras Invicta” em 1943 e foi o primeiro presidente do IHO em 1972.

Foi interlocutor de Possidônio Queiroz e por meio de muitas correspondências compartilhavam visões de mundo, leituras e os projetos do universo cultural da cidade.<sup>31</sup> A memória construída pôde ser identificada em dois momentos de homenagem dirigidas à trajetória de Costa Machado:

O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Oeiras recebeu em 2017 o nome do cirurgião-dentista, Raimundo da Costa Machado.<sup>32</sup> Durante a solenidade Vianna Jr. Professor de História, historiador local e membro do IHO se dirigiu ao público:

[...]um grande promotor de **ações voltadas à preservação do patrimônio local**. Figurou como uma peça importante na criação do Instituto Histórico de Oeiras, fundado em 6 de janeiro de 1972, sendo seu primeiro Presidente. Ao seu lado somavam forças duas outras personalidades ilustres de Oeiras, Possidônio Queiroz e José Expedito Rêgo.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Centro odontológico de Oeiras recebe nome do cirurgião-dentista Costa Machado. Disponível em: Maisoeiras.com.br. Acesso em: 01.11.2020.

<sup>31</sup> Lima, Rodrigo Marley de Queiroz. *Op.cit.* p.2017.

<sup>32</sup> Lei 1819 de 22 de março de 2017. Dispõe sobre a denominação de prédio público e dá outras providências.

<sup>33</sup> VIANA JR. Francisco. Centro odontológico de Oeiras recebe nome do cirurgião-dentista Costa Machado. Disponível em: Centro odontológico de Oeiras recebe nome do cirurgião-dentista Costa Machado - Mais Oeiras. Acesso em: 1.11.2020. (grifos nossos)

A Exposição “Costa Machado: reminiscências de ofício e afeto”, organizada no ano de 2017 pelo IHO, durante a programação da Semana Santa, momento de maior circulação de oeirenses residentes em outras cidades e visitantes para o turismo religioso.



Figura 71: Exposição homenageando Costa Machado Fonte: IHO, 2017

[...] a exposição busca resgatar a importância cultural e social do cirurgião. Ela contribuiu significativamente para a cidade por meio de seu ofício e afeto. Após a sua morte, em 1986, poucas foram as manifestações em torno do seu nome. Realizar esse evento é uma forma de reparar essa injustiça cometida ao longo desses anos”, defende o historiador.<sup>34</sup>

Ambas as homenagens apresentam a intenção memorialista de tomar a trajetória dos sujeitos “eleitos” de modo exemplar. Requerem uma presentificação das pautas do passado a partir da homenagem de personagens que representam um continuísmo desejado por instituições como o IHO e a prefeitura de Oeiras, os usos do passado no presente e a reatualização da vitrine que expõe as singularidades locais.

Segundo Carvalho Junior<sup>35</sup> o IHO teria seus começos no nomeado “Movimento Oeirense de Renovação Cultural”, idealizado por oeirenses influentes no mundo do bacharelismo: jornalistas, médicos e advogados os quais demonstravam um interesse em construir uma memória sobre a cidade ao criar o instituto e uma prática escriturística através da Revista do IHO. Dagoberto Carvalho Júnior, oeirense, um dos sócios fundadores do IHO, destaca que enquanto estudante de medicina, na Faculdade do Recife em Pernambuco, no início da década de 1970, viu na publicação de um jornal “O Cometa” as intenções de uma luta política para preservação do patrimônio e da História da cidade. Carvalho Jr. acreditava que “O Cometa”

<sup>34</sup> VIANNA Jr. Francisco. Exposição Costa Machado: Reminiscências de Afeto e Ofício.2017

<sup>35</sup> CARALHO JR. D. Tempo de Oeiras. In: Revista do IHO, nº 02. 1980, p.9.

funcionou como “[...] catalisador dessa alquimia espiritual, que nascida da experiência de uns, do ardor de outros e da maturidade sábia de Expedito Rêgo, definiu e marcou uma época.”<sup>36</sup>

Ademais, para alçarmos o contexto de criação do IHO, teremos, primeiro, que nos deter aos significados impressos no Jornal “O Cometa”. José Expedito Rêgo foi o diretor e Possidônio Queiroz e Costa Machado os redatores. O jornal assume um perfil conservador compartilhado por seus idealizadores com destaque para escrita de Possidônio Queiroz que assinava a maioria dos conteúdos e refletia a sociedade a quem se referia, com padrões morais e religiosos rígidos. O declarado “Órgão de divulgação de Cultura” se estabeleceu com formato provinciano e de afirmação identitária explícita.

A coluna assinada por Possidônio Queiroz, “História de Oeiras” no Jornal “O Cometa”<sup>37</sup>, é reveladora da “causa” que se pretendia fortalecer. Destinada a abordar os aspectos da História de Oeiras abriu grande espaço para retomar o episódio “Oeiras Invicta de 1943” e a História da Colonização, com destaque para a figura do sertanista Domingos Afonso Mafrense dentre outros temas.<sup>38</sup> A coluna era concluída com a frase impositiva “Oeiras Sempre Serás Oeiras”, uma referência ao “Oeiras *Invicta*” que foi descrito minuciosamente cada decisão e ação que o evento requereu. De modo a explorar ainda mais a pauta e confirmar a relevância do episódio, passou-se ainda a reproduzir as mensagens fruto das manifestações de apoio e a repercussão da “causa”. Tal conteúdo no Jornal “Cometa” foi responsável por introduzir um debate sobre a preservação na cidade, o episódio da “luta” pela permanência do nome da cidade é transposto para o presente como combustível daqueles que militavam para continuidade da feição da “VelhaCap”. O que ainda pode ser identificado na atualidade, o acesso ao jornal e a memória do “Oeiras Invicta”, ainda é presente e parte da população<sup>39</sup> ao acessar o jornal acolhe uma memória catalizadora, onde assume uma ideia de “luta” permanente para continuar “Invicta”.

---

<sup>36</sup> CARALHO JR. D. Tempo de Oeiras. In: Revista do IHO, nº 02.1980, p.9

<sup>37</sup> QUEIROZ, Possidônio. História de Oeiras. Oeiras/PI: O Cometa, ano 1, n. 1 mar. 1971.

<sup>38</sup> No século XVII, Domingos Afonso Mafrense ou Domingo Afonso Sertão ocupou com cartas de sesmarias da capitania de Pernambuco, algumas terras na margem do rio Gurgueia, visando expandir sua pecuária que alcançou as terras do atual Piauí. O sertanista ocupa o mito das origens da cidade de Oeiras que vinculava o nome às nomeações, como “Terra de Mafrense”, “Escritas Mafresinas”.

<sup>39</sup> Membros do IHO, universitários, professores em sua maioria.

A “Coluna do Esculápio”<sup>40</sup> era assinada por Expedito Rêgo, o diretor do jornal, por sua atuação profissional escrevia sobre temas médicos que ora esbarrava em opiniões conservadoras e ora flertava com abordagens mais progressistas. À exemplo, quando se publica o artigo “Hippies e a histeria Coletiva”, o título e o desenvolvimento do texto levam ao leitor a esperar uma conclusão que desaprovasse o modo de vida desses jovens a tal ponto de associá-la a uma doença psíquica. E neste sentido, os argumentos não enxergam na cultura hippie um modo de vida, cultura juvenil ou ato político de resistência e desaprova-os, no entanto, avalia como uma “histeria” de jovens vítimas de uma sociedade doente, para ele, comportamentos sintomáticos de uma sociedade em decadência. Crítica comum a intelectuais conservadores que veem no presente a destruição de valores de outros tempos, entre a retórica da tradição e decadência. Em uma visão mais progressista e desvinculada das questões morais, a coluna aborda um tema de interesse das condutas médicas e a partir da divulgação de pesquisas recentes, Expedito Rego, discorre sobre a importância da dieta alimentar e o aumento da expectativa de vida da população. Mas em outros, retomava os ares conservadores quando recorria a temas onde as restrições morais e religiosas se sobressaem em detrimento ao relato médico, foi o caso quando abordou o uso das pílulas anticoncepcionais.<sup>41</sup>

A escrita de Expedito Rêgo é um desafio ao leitor e não se pode enquadrar em uma perspectiva unívoca, à exemplo, os seus romances e contos requerem um estudo de recepção, em muitos trechos depende daquele que ler e entender como denúncia, ironia, sarcasmo, críticas e retórica da tradição às questões comuns à sociedade tradicional vivenciada por ele e exploradas em sua produção literária.

O jornal publicava anúncios dos estabelecimentos de comércio local de modo a financiar as tiragens que eram criteriosamente enviadas por Possidônio Queiroz para órgãos públicos, políticos e oeirenses residentes em outras cidades do Piauí ou ainda outros Estados. A função social reconhecida pelos redatores do jornal estava associada ao efeito comunicativo de manter a comunidade na manutenção dos laços e no continuísmo do “ser oeirense” e do valorar a Oeiras por eles desenhada, a memória reivindicada é pauta identitária. A este

---

<sup>40</sup> Esculápio é a derivação em latim do nome do deus grego Asclépio. Filho do deus Apolo com a mortal Corônis. A lenda conta que ele foi criado pelo Centauro Quíron, que o educou na arte das ervas medicinais e das cirurgias. Tornou-se, portanto, o deus mais apropriado no panteão para os doentes e desesperados e a expressão passou a significar médico. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centro Cultural do Ministério da Saúde Esculápio, o deus da Medicina. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/noticias/esculapio-o-deus-da-medicina>. Acesso: 04.12.2020.

<sup>41</sup> Rêgo, José Expedito. Pílulas Anticoncepcionais. Oeiras/PI: *O Cometa*, ano 2, n. 2 mar. 1971.

respeito, ao receber os envios de “O Cometa” se respondia por telegramas ou cartas em agradecimento ou mesmo comentando algum tema abordado naquela tiragem.

Outra sessão do jornal era “Páginas das Musas,” destinado às publicações de poesia, em sua maioria de autoria de oeirenses ou traduções de Expedito Rêgo de poemas em língua estrangeira, é nessa sessão onde encontramos maior presença do redator Costa Machado na publicação de poemas escritos ao longo de sua trajetória. A exemplo, dentro de sua série de poemas Labaredas, temos o poema “Luz” escrito em 1935 e publicado no jornal “O Cometa” na década de 1970.

Labaredas  
Luz  
(Hino da campanha pró- luz)  
Ao Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos

Nossa Igreja Matriz tornou-se erário  
de fé honra e civismo... Quem não sente em seu todo, a vibrar, de modo vário  
a ternura e o fervor de nossa gente?

Iluminado tenhamos  
Sítios de ideias tão sãs,  
e tradições imortais:  
-- Onde agora ajoelhamos  
e reza nossas irmãs  
casaram-se nossos pais.

Pelos nossos maiores erigida,  
ela, há duzentos anos acompanha,  
fase por fase. toda a nossa vida,  
-- ora, triste demais: ora risonha

Foram aqui concebidos, ou apoiados  
os marcos capitais de nossa história,  
e de nossos avoengos despachados  
pela Pátria, na guerra, para glória!  
Quantos desses varões -- cuja bravura,  
na luta e, após, na paz, motivo eterno  
de orgulho, nos legara --- a sepultura  
tiveram, enfim no seu seio materno!

Nada mais eloquente e venerado  
do que a nossa matriz! E os nossos pais,  
--- gratos, probos fiéis -- assim pensando,  
Dotaram- na de prata ouro e cristais!

No século da Luz será esse exemplo  
--- pendão de tanto bem! a nós herdado --  
Seguindo! E seja sempre o templo de  
civismo e de crença iluminado

Costa Machado, Oeiras 29/03/1935<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup>MACHADO, Raimundo Costa. Labaredas. Oeiras/PI: *O Cometa*, ano 1, n. 1 mar. 1971.

Dedicado à pessoa de Cônego Cardoso, responsável pela instalação do bispado de Oeiras e pelas obras de restauração da Matriz na década de 1930, o poema personifica à Matriz da Vitória como testemunha do “viver” e do “morrer” em Oeiras, as palavras de Costa Machado patrimonializam o templo naquilo que se é mais caro aos bens culturais, os laços geracionais e vínculos de memória e identidade que se estabelece entre o bem e seus detentores.

A sessão “Crônica Social” parabenizava os aniversariantes, relatava sobre os eventos sociais acontecidos em muitos casos no Oeiras Clube. Os ares provincianos que o jornal assume se revela também na publicação de uma listagem de nomes de moças e rapazes as “Dez mais elegantes da cidade” ou as “Dez Maiores Paqueras”. A lista era acompanhada de lisonjeiros adjetivos e avisos como quando publicada a listagem masculina: “Mas cuidado! Moças casadoiras, alguns destes já são comprometidos e a ZEFA RÊGO, por exemplo, não é de brincadeira!<sup>43</sup> A esse respeito, o tom jocoso não esconde que os relacionamentos e casamentos eram elementos para manutenção do *status quo* das famílias, o peso dos sobrenomes e origem familiar ainda se davam pela ótica do patrimonialismo e as questões morais e religiosas típicas das famílias oligárquicas, ainda permaneciam nos comportamentos sociais.

Assim, Carvalho Jr. acreditava que, a partir dos idealizadores de “O Cometa” e das palavras combativas do referido jornal, a necessidade urgente de se apropriar o passado por uma política institucionalizada que passaria pela criação de um Instituto Histórico “forte” e que, naquele momento fundante, teria vez as pautas por eles consideradas prioritárias, à exemplo “A Verdade histórica sobre o 24 de janeiro”<sup>44</sup> dentre outras pautas que se agregariam à medida que o grupo se organizou.<sup>45</sup> Portanto, com a liderança de Carvalho Jr., teve início o Movimento de Renovação Cultural de Oeiras que idealizou uma História para Oeiras e, que se materializou na criação da Revista do IHO e de uma “luta” política pela preservação dos patrimônios da cidade e História Oficial. É interessante compreender que a fundação do IHO e sua produção escrita deve ser medida entre os intercursos do pensado e o realizado, entre pretensões e construções imaginárias. Em 1972, o desejo inspirado pelo jornal “O Cometa” se torna uma realidade. O Instituto Histórico de Oeiras- IHO é criado e tem como patrono Manuel de Sousa

---

<sup>43</sup>QUEIROZ, Possidônio. Crônica Social. Oeiras/PI: *O Cometa*, ano 1, n. 1 mar. 1971. p..04

<sup>44</sup> Data de Adesão de Oeiras -PI à Independência do Brasil, tema será retomado;

<sup>45</sup> CARVALHO JR, D. O tempo de Oeiras. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 02, 1979. p.9-10.

Martins o “Visconde da Parnaíba” e, entre seus sócios fundadores, dentre outros, destacavam-se, Dagoberto Ferreira de Carvalho Junior e os fundadores do jornal “O Cometa”, Possidônio Queiroz, José Expedito Rego e Costa Machado que revelam os usos do passado expresso no gozo pelas figuras ilustres

#### 4.2 GESTÃO DA MEMÓRIA: IHO E APROPRIAÇÃO MILITANTE DO PASSADO

No ano de 1978 o Instituto Histórico de Oeiras - IHO publica a primeira edição de sua revista, em caráter especial, a Comemoração ao Centenário de nascimento de um “filho de Oeiras”, Dagoberto Ferreira de Carvalho. Depois de percorrida as páginas dos editoriais da Revista do IHO, o que se destaca é o fio condutor das narrativas ali apresentadas, processavam-se em um lugar circunscrito: Oeiras seria o berço do Piauí e viveu um passado glorioso interrompido por um período de decadência, mas que se reergueu e, o presente, exigia uma “luta” para manutenção desse renascimento.

Conforme apresentamos no capítulo (1) um, as temporalidades sínteses do que defendia o grupo do IHO, referem-se à transformação de um sentimento de perda e decadência a partir da transferência da sede da capital em 1852, para o sentimento de renovação e prosperidade vividos nas décadas de 1930-1940. Não objetivamos retomar tais conjunturas, mas analisar de que maneira os intelectuais mediadores de Oeiras, vinculados aos grupos dirigentes da cidade, forjaram uma experiência no presente a partir da apropriação do passado.

O IHO foi fundado no ano de 1972, teve Raimundo Costa Machado como primeiro presidente. Em 20 de janeiro de 1979, com o discurso de posse intitulado “Tempo de Oeiras”, o novo presidente, Dagoberto de Carvalho Jr., anuncia as metas de fundação do IHO e de sua gestão:

Continuaremos a obra que nos precederam. Espiritual e materialmente. Lutaremos pela Revista do Instituto, estabeleceremos **o Dia de Oeiras**, esclareceremos **a verdade histórica do 24 de janeiro**, erigiremos **com a estátua do inolvidável Cônego Cardoso**, um monumento aos que cremos na vida intelectual desta terra, aos que continuamos levando altaneira à bandeira de Mafrense. Esta, a nossa meta.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> CARVALHO JR, D. O tempo de Oeiras. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 02, 1979. p.9.

O lançamento da revista aconteceu em 1978, a primeira edição, como já dito, em homenagem ao centenário de Dagoberto Ferreira de Carvalho, pai do sócio fundador Dagoberto Ferreira de Carvalho Jr. O exemplar tratou da transcrição das atas e discursos das sessões solenes realizadas pela diretoria do IHO em homenagem ao centenário no ano de 1976 e, portanto, ainda não apresentava o formato que a revista assumiria posteriormente.

A segunda edição, publicada no ano de 1980, apresenta o formato que se repetirá nas demais edições: A imagem de capa em sua maioria ilustrativa do patrimônio arquitetônico, personalidades históricas e religiosas; A folha de rosto com o retrato do patrono Manoel de Sousa Martins; a sessão “Notícias” que de forma resumida registrava as solenidades acontecidas em Oeiras e geralmente associadas à ação do IHO e suas metas de fundação; o segmento de publicação de artigos dos sócios e correspondentes que, em sua maioria, escreviam sobre a História de Oeiras; biografias de personagens locais; correspondências entre os sócios e leitores e entre os sócios-correspondentes e a última sessão, via de regra, a transcrição de documento histórico.

Os (11) onze títulos da revista analisados, possuem temáticas que se repetem na maioria das edições, são elas: o processo de Independência do Brasil e adesão do Piauí, Visconde da Parnaíba, Colonização do Piauí e Domingos Afonso Mafrense, episódios da História de Oeiras, personagens “ilustres” e os bens culturais da cidade. A estratégia editorial construiu uma mensagem clara e combativa: era necessário alimentar os sentidos das existências, memórias e as singularidades históricas do lugar, por meio da escrita e atuação política. Os textos, em sua maioria, recorrem aos tons nostálgicos e pedagógicos ou ainda, elogiosos e militantes.

Os discursos, em grande medida, extrapolam os limites das edições e se transformam em ofícios e requerimentos solicitando reparações históricas e físicas do patrimônio e da História local, devidamente transcritos na revista, com tom de prestação de conta da atuação da gestão e da contínua perseguição aos objetivos do IHO.

A linha editorial da Revista do IHO, a partir da existência de ressentimentos dos oeirenses, recorreu aos heróis e aos tempos áureos como forma de enaltecer a cidade. O grupo de intelectuais mediadores, entendia os momentos da história da cidade enquanto divisores de água, e, segundo tais perspectivas, as pautas da Revista do IHO se voltaram, em especial, para legitimação de narrativas e a construção de uma memória elogiosa que unia passado-presente na pretensão de tecer linhas de continuidades, laços de permanências e parentescos.



É de nosso conhecimento as intenções, funções e facetas das criações dos Institutos Históricos e Academias. Um exemplo foi a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB em 1838, que procurou construir a História do Estado - Nação e legitimar a ideia de um Brasil coeso ao forjar heróis e narrativas nacionais para servirem de exemplo.<sup>47</sup> São instituições que visam à gestão da memória, é nesse sentido que o IHO atuará por uma História da Oeiras.

O Instituto se apegou aos símbolos para presentificar um passado para eles digno de memória. E com isso adota o “velho brasão do Sobrado João Nepomuceno”, edifício patrimonializado em 1940, o que foi segundo IHO uma forma de homenagear à “heráldica da terra”, no mesmo sentido a escolha do patrono “Manoel de Sousa Martins”, que representa a narrativa oficial da história local.

Ainda sobre a eleição de símbolos e as metas de criação, os membros do IHO, empreenderam organizada e aguerrida jornada para alcançá-las. Na edição nº 02 já são noticiadas as primeiras providências do que consideravam uma luta política pela “verdade” e valorização da cidade. A escrita militante, além de lamentar o status perdido da condição de capital, também reivindica a “verdade histórica do 24 de janeiro” acolhendo “o palco do levante” liderado pelo “herói” Manoel de Sousa Martins enquanto lugar de celebração do dia do Piauí. Para tanto, reestabelecer essa “verdade” histórica se fez primeira meta de fundação do IHO. E como ação do então presidente do Instituto, foi enviado um documento ao Governador do Piauí Petrônio Portela “[...] meta da atual Diretoria tem sido a de oferecer subsídios para reestabelecimento da verdade histórica do 24 de janeiro.”<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> GUIMARÃES, M.S. “Nação e Civilização nos Trópicos”. In: *Estudos Históricos*, N.1, 1988.

<sup>48</sup> CARVALHO JR, D. Noticiário. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 02, 1979. p.12

O Presidente do IHO Dagoberto Carvalho Jr entregou ao Governador o documento redigido por Arimathéa Tito Filho<sup>49</sup> e subscrito por Odilon Nunes<sup>50</sup>, Mons. Joaquim Chaves<sup>51</sup> e Wilson Brandão<sup>52</sup> historiadores piauienses. Relatam em (19) dezenove itens, os motivos pelos quais Oeiras e o dia 24 de janeiro seria a data legítima para o “Dia do Piauí”. Em sua maioria, as razões elencadas narram os episódios entre os três municípios<sup>53</sup> e a legitimidade de Oeiras por ser, na ocasião, capital da província. Finalizam o documento: “Por todas estas razões irrefutáveis, os signatários pedem que Vossa Excelência promova os atos necessários aos

---

<sup>49</sup> A. Tito Filho (1924 – 1992) Advogado e professor de português. Foi diretor do Liceu Piauiense, professor na Escola Normal de Teresina, membro da Academia Piauiense de Letras e outras instituições ligadas à cultura e História do Piauí. A lei Tito Filho (Lei nº 2.194) foi criada em 1993, lei municipal de incentivo à cultura e tem fomentado inúmeras manifestações culturais na cidade de Teresina. Colaborou em revistas e jornais do Piauí, deixando uma variada produção literária, como: Estudo do vocabulário da lira sertaneja, 1972, Deus e a natureza em José Coriolano, 1973, Teresina, meu amor, 1973. Esmaragdo de Freitas: Homens e episódios, 1973. Teresina: Ruas, praças e avenidas, 1976, crônica da cidade amada, 1977. Sermões aos peixes, 1978. Praça Aquidaban, sem número, 1978. Carnavais de Teresina, 1978. José de Freitas, comunidade exemplar, 1978. A augusta Casa do Piauí, 1979. O Piauí no Congresso Nacional, 1980. O Poder Legislativo do Piauí, 1980.

<sup>50</sup>Odilon Nunes (1899 – 1989) natural de Amarante – PI.foi um professor e historiador, membro da Academia Piauiense de Letras. Dedicou-se à historiografia piauiense. Publicou Piauí na História (1931), Primeiros Currals (1957), Economia e Finanças: Piauí Colonial (1959), Devassamento e Conquista do Piauí (1960), O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento (1960), Independência do Piauí (Conferência - 1960), Súmula de História do Piauí (1963); São Gonçalo de Amarante (Artigo - 1967); A mudança da capital de Oeiras para Teresina (1967) Pesquisas para a história do Piauí – 4 vol. O Piauí: escorço histórico (sem data) Um desafio da historiografia do Brasil (1979); Depoimentos Históricos (1981) Casos e cousas da historiografia piauiense (Revista Presença, 1983); Documentos coligidos (sem data); Raízes do Terceiro Mundo (1987).

<sup>51</sup>Monsenhor Chaves (1913 – 2007) Natural de Campo Maior – Piauí. Foi um professor, historiador, escritor, biógrafo e sacerdote e ocupava a cadeira número 23 da Academia Piauiense de Letras. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Publicou Subsídio para a História do Piauí (1952); O Índio no Solo Piauiense (1952); Como Nasceu Teresina (1971); Campo Maior nas Lutas pela Independência (1971) O Piauí na Guerra do Paraguai (1972); O Piauí nas Lutas da Independência do Brasil (1975); Monumento do Jenipapo (1983); Apontamentos Biográficos e Outros (1981); Cadernos de Teresina (1993); A Escravidão no Piauí e Obras Completas (1998).

<sup>52</sup> Wilson Brandão (1960) É um engenheiro elétrico, historiador, escritor e deputado estadual. Escritor e autor do livro Mitos e lendas da política piauiense, ocupa a cadeira quatro da Academia Piauiense de Letras

<sup>53</sup> Segundo a historiografia oficial durante o processo de Emancipação Política do Brasil, ocorreu em 19 de outubro de 1822, na cidade de Parnaíba e liderado pelo coronel Simplício Dias da Silva a adesão do Piauí. O major João José da Cunha Fidié, comandante português fiel à recolonização, reuniu suas tropas e partiu de Oeiras, sede da Província, no dia 13 de novembro para combater os emancipacionistas parnaibanos. “Fidié entra em Parnaíba 18 de dezembro de 1822, mas revoltosos já haviam se retirado.” O comandante lusitano foi informado sobre um acontecimento em Oeiras, a capital da Província, o movimento liderado pelo brigadeiro Manoel de Sousa Martins. No dia 24 de janeiro de 1823, em Oeiras, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins destituiu as autoridades portuguesas do governo da Província e declara adesão à Independência e assume a presidência da Província do Piauí. Em razão desses acontecimentos, Fidié deixa Parnaíba com o objetivo de voltar a Oeiras, mas encontra resistência. A Batalha do Jenipapo, realizada em 13 de março de 1823, às margens do riacho Jenipapo, na cidade de Campo Maior, foi considerada decisiva pelos historiadores locais para formalizar a independência da Província e consolidar a unidade territorial do Brasil ao refutar a historiografia brasileira que sustenta o processo de independência harmonioso. O comandante das Armas da Província do Piauí, o oficial português João José da Cunha Fidié, que havia se destacado nas guerras contra Napoleão Bonaparte, foi enviado ao Piauí pelas Cortes de Lisboa, com o objetivo de manter a província ligada à Portugal e estabelecer com o Maranhão e Grão-Pará o Estado do Norte Brasil, ligado à Lisboa.

estabelecimentos dia 24 de janeiro de 1823 como data de independência do Piauí.”<sup>54</sup> O IHO através de sua rede de contatos e influências no meio intelectual e político, reúne historiadores dedicados à História do Piauí e, que não eram oeirenses, de modo a legitimar ao que chamavam de “verdade histórica” sobre o dia do Piauí.

Assim, o IHO, ao enviar ofício para o então governador do Piauí e solicitar as providências para o que chamavam de “reestabelecer a verdade histórica”, com o apoio dos historiadores consagrados no meio intelectual do Piauí e até mesmo do atual secretário de Cultura do Estado e, também historiador Wilson Brandão, passam a defender oficialmente a narrativa “verdadeira” sobre os episódios à época de adesão à independência com objetivo de mudar a data que se comemora o dia do Piauí.

A memória em disputa diz respeito aos episódios narrados sobre uma problemática histórica envolvendo (3) três municípios no processo de adesão do Piauí a independência. Qual seria a data “digna” de se tornar o dia do Piauí? Permanecia o 18 de outubro em Parnaíba de 1822? Foram os primeiros a gritar adesão à independência. A legitimidade do episódio é questionada porque quando da chegada das tropas portuguesas não houve resistência e os revoltosos já haviam se refugiado no estado do Ceará. O 24 de janeiro em Oeiras de 1823 quando da tomada da casa da pólvora e Sousa Martins adere à independência e assume o controle da província? A defesa pela data se dava por ser a sede da província e por assim entender o lugar de legitimidade. Ou o 13 de março de 1823, em Campo Maior, quando da batalha de Jenipapo, as tropas portuguesas dirigiam-se à Oeiras para sufocar às ações de Sousa Martins, encontrou homens com foices e machados? A data é defendida por aqueles que acreditam ser o único episódio com conflito armado que resultou em mortes.

Senhores, permiti-vos a divagação por um instante sequer e, **invertendo a ampulheta do tempo** retrocedamos juntos como se invertido diante de nós, tivéssemos o calendário da saudade. Deixemos que essa “asa de dor do pensamento” como num passe de magia nos transportes de volta ao Oeiras das velhas eras, das cidades perdidas, das cinturas passadas. Só assim compreenderemos a magnanimidade dessa festa, por tudo, eminentemente Oeirense.<sup>55</sup>

Esse é um trecho do discurso pronunciado pelo presidente do IHO Dagoberto Carvalho dentro da programação onde se comemorou o 157º aniversário da adesão do Piauí à Independência. Enquanto espaço de disputa pela memória da adesão a independência política,

<sup>54</sup> CARVALHO JR, D. O tempo de Oeiras. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979. p. 14.

<sup>55</sup>CARVALHO JR, D. Oeirensidade. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 03, 1980. p. 14.

o 18 de outubro parnaibano manteve o título e o descontentamento por entre membros do IHO que apesar dos esforços, as reivindicações não foram atendidas.

No entanto, os desconfortos são amenizados quando no dia 24 de janeiro a sede do governo do Estado do Piauí é transferida provisoriamente para Oeiras, o governador realiza despachos e participa de solenidades. Para o fazer historiográfico não interessa o estabelecimento de verdade, mas como as disputas e os constrangimentos em torno do estabelecimento de datas e marcos, mobilizam relações de identidade, estabelecimentos de poder e até mesmo as concepções de História, que aqui oportunizam narrativas de heróis e datas memoráveis muitas vezes esvaziadas de conteúdo crítico e debates emancipatórios.

Ainda sobre as metas de fundação do IHO: “Coroadas de êxitos a campanha do Instituto pela ereção da estátua do Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos” financiada por “subscrição



*Figura 72: Membros do IHO ao lado do Monumento em homenagem ao Cônego Cardoso*  
 Fonte: IHO

popular” e o apoio do poder público municipal e da diocese. Mas o que fez o personagem para ser prioridade dos membros do IHO?

Com essa homenagem a Cardoso de Vasconcelos, Oeiras e seu Instituto Histórico pagam tributo de gratidão ao sacerdote, incansável ao cidadão idealista e ao amigo maior, a estátua, obra do escultor pernambucano Francisco Félix Damásio, custou CR 60000 importância levantada através de subscrição popular. Aqui não faltou o apoio do poder público municipal, registra-se também, pelo valor material e sobretudo moral, o apoio da Diocese que tanto quis para Oeiras nosso ilustre homenageado.<sup>56</sup>

<sup>56</sup> NOTICIÁRIO. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979. p. 11

O Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos foi vigário de Oeiras por quase 20 anos, esteve à frente da restauração da Matriz da Vitória na década de 1930 e foi responsável pela criação da diocese em 1944. Os lugares de memória<sup>57</sup>, assumidos pelos monumentos, surgem pela necessidade de se cristalizar a memória do personagem e demarcar o lugar do grupo social representado ou a mensagem a ele associada. A função dos monumentos tem o papel de evocar memórias, constroem lugares de reutilizar o esquecido ou perdido, o significado da homenagem reside no desejo do grupo em presentificar e materializar, por meio do monumento, o significado que representa para certo grupo e aos demais, população ou novas gerações. Lembrar do Cônego Cardoso é rememorar a importância de se ter a sede autônoma do bispado, autonomia que se vincula ao volume das expressões religiosas da cidade e a uma questão de autoestima da ressentida cidade e que permanece com os “fantasmas” de ex-capital, mas que escolhe símbolos e temas para readquirir importância, a religião e a religiosidade foram também parte das reivindicações.

Outra meta, objeto de debate, publicada nas páginas da Revista foi a definição do Dia de Oeiras:

Dia de Oeiras – cumprindo diretriz de sua diretoria, O Instituto Histórico de Oeiras entregou ao Prefeito Municipal, no dia 10 de agosto, os autos com parecer final sobre a data a ser adotada como Dia do Município de Oeiras. Referidos autos que publicamos são frutos das discussões que a partir de 1972 se travaram em torno do assunto.<sup>58</sup>

Por motivação do IHO uma comissão foi formada com o propósito de definir o dia de Oeiras. Uma comissão mista que representava à Prefeitura Municipal e o IHO, o assento da decisão foi conquistado, segundo eles por fazer referências em seus estatutos à definição de uma data, ou seja, estava listada entre suas metas de fundação e era de conhecimento público. Participou da comissão José Expedito, Mons. Leopoldo Portela, Possidônio Queiroz, Mons. Joaquim Ferreira Chaves, Raimundo da Costa Machado e o Prefeito Juarez Tapety, realizada no Paço Episcopal, no dia 23 de janeiro de 1973.

---

<sup>57</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.13.

<sup>58</sup> O dia de Oeiras. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979. p. 15



Figura 73: Reunião da Comissão para definir o "Dia de Oeiras" Fonte: IHO



Figura 74: Reunião da Comissão para definir o "Dia de Oeiras" Fonte: IHO

Veem-se, na imagem 74, à esquerda, Adão Wallace Luz Mendes, Mons. Leopoldo, Mons. Chaves, Pedro Mendes Freitas e Gerson Campos. Do lado direito da mesa Juarez Tapety, Dagoberto Carvalho, Possidônio Queiroz e Costa Machado. Nota-se a preocupação em documentar o momento, a escolha do fotógrafo se volta para registrar perspectivas diferentes, na primeira figura 73, tem-se uma vista sobre a mesa e aqueles ao seu redor e na segunda uma vista frontal em profundidade, o que acaba por reproduzir um tom solene e documental, a seriedade do momento enquanto espaço de uma decisão histórica. As atas relatam um debate intenso, publicadas juntamente com os pareceres nas páginas da revista do IHO, demonstrando a acuidade pela qual a temática foi tratada, bem como, uma prestação de contas das metas que a diretoria comprometeu-se. <sup>59</sup>

<sup>59</sup> O DIA DE OEIRAS. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979. p. 27.

Foram postas à mesa diferentes momentos da História da cidade, segundo os quais, estavam apoiados por aguerridos argumentos e “provas” documentais. Depois de destacar algumas épocas houve divergência entre duas datas: os membros nomeados pela Prefeitura defenderam a data da ereção canônica da primeira freguesia na “terra de mafrense”, assim o argumento se valia da legitimidade do direito canônico; aqueles representantes do IHO defendiam o 26 de dezembro data que foi instalada a Vila da Mocha, acastelavam que a escolha estava assentada em uma data histórica para a municipalidade.

Ao se voltar para a elaboração do passado operada pela comissão, identifica-se às concepções de História mobilizadas pelos membros da comissão e as expectativas dos usos naquele presente:

Ao nosso ver, histórica e logicamente a data para o “Dia de Oeiras” é o 3 de março: quando a fé abriu o caminho para a estruturação socioeconômica da família, que seria a “gens” primeira do Piauí.

Tanto mais, analisando sob o prisma religioso e social, **o 26 de dezembro ficará absorvido pelo 25 de dezembro – Natal - criando a ressonância de amor à Terra, num povo historicamente sofrido, desde 1852 a 1978, nas sucessivas decepções, que o fazem apático.**<sup>60</sup>

A versão de História se vincula a uma narrativa de Oeiras e a relação indissociável entre Estado e religião. Também, verifica-se que exclusão do contraditório se vale, mais uma vez, do lamento à capital perdida e da necessidade do uso do passado como forma de mobilizar a população no presente. A data defendida pelo IHO foi a escolhida pela “autoridade desempatadora” e o despacho foi encaminhado à prefeitura, votado e sancionado.<sup>61</sup> O resultado revela - se uma demonstração de força dos membros do IHO, que rivalizam no episódio com representantes do poder municipal, mas conseguem impor, seja pela legitimidade que já adquiriram na matéria em questão, ou pela influência política que desfrutavam em seus quadros.

Um episódio que evidencia um trato conservador dos membros do IHO pode ser identificado na ocasião da visita de Luís Carlos Prestes a Oeiras. Em 1926 a Coluna Prestes esteve em Oeiras,

Possidônio Queiroz, jovem músico de 23 anos, foi um interlocutor do grupo. Possidônio Queiroz, que tocou flauta em serestas para a Coluna Prestes, relata

<sup>60</sup> O dia de Oeiras. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979.p. 25.

<sup>61</sup> OEIRAS. Lei nº 1. 135 de agosto de 1979. Institui a data 26 de dezembro como dia da emancipação política de Oeiras.

alguns fatos notáveis e digno de transcrição dado o caráter amigável com os membros da coluna, moradores da cidade.<sup>62</sup>

Sessenta e um anos depois, em 1987, acompanhado de sua filha Anita Leocádia, Prestes retornou a Oeiras e foi recepcionado e homenageado por Possidônio em nome do IHO.

A vossa Mística senhor não é a de nossa entidade o instituto histórico de Oeiras não comunga convosco das ideias que esposa. Mas pouco importa. O arraigado sentimento cívico, o extremado amor à pátria brasileira, confunde-nos, afinando, sintonizando os nossos desejos, por um Brasil grande soberanamente justo embora o queiramos por caminhos que não são os mesmos.<sup>63</sup>



Figura 75: Possidônio e Prestes em 1987 em solenidade do IHO FONTE: IHO

O discurso de Possidônio é de elogio aos tempos de mocidade que conheceu Prestes e os desejos de um Brasil melhor no contexto autoritário do Presidente Arthur Bernardes<sup>64</sup>, destaca o respeitoso trato dos “revoltosos” aos oeirenses. No entanto, deixa claro que ele e o IHO não comungam das “ideias” compartilhadas por Prestes, não chega a mencionar, mas fica claro que se refere ao Prestes que no final da experiência da Coluna entra em contato com as ideias marxistas. O reencontro se deu no ano 1987, o processo de redemocratização em curso, mas o IHO mantinha um posicionamento a favor das ideias daqueles que chamavam o golpe de 1964 de “Revolução de 1964”, apoio já explicitado na ocasião da primeira visita de Alberto

<sup>62</sup> Castro, Chico. *A Coluna Prestes no Piauí: a república do vintém*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

<sup>63</sup> QUEIROZ. Possidônio. Luiz Carlos Prestes. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 09, 1987. p. 36.

<sup>64</sup> Castro, Chico. *A Coluna Prestes no Piauí: a república do vintém*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.



Tavares Silva a Oeiras, Governador do Piauí (1971 – 1975),<sup>65</sup> que foi recebido com elogios e como um representante da Revolução, que, segundo eles, salvou o país. Na ocasião da visita do Governador, os redatores do jornal O Cometa, realizaram uma entrevista que tematizou os avanços que a “Revolução de 64” propiciou ao Piauí. A de se perguntar de que forma Possidônio manteve admiração por Prestes, mesmo com posições ideológicas antagônicas, acreditamos que se deva aos episódios reportados em suas memórias manuscritas e acessadas pelo pesquisador Castro:

Embora tenha sido amistosa a coluna por Oeiras, houve um fato muito constrangedor que conta que Siqueira Campos, um homem inquieto e guerreiro, quis entrar na igreja nossa Senhora da Vitória para tirar a custódia uma peça valiosíssima material e espiritualmente para todos da cidade. O padre tinha fugido e o sacristão receoso trancou a porta da frente e sumiu. Campos se dirigiu a uma mercearia e de posse de várias latas de gasolina, derramou na entrada do templo com o intuito de provocar um incêndio e assim derrubar mais facilmente a porta. Ao ser informado, Prestes que estava ao lado no Palácio Episcopal, chamou Siqueira Campos ao QG e os dois entraram numa violenta discussão testemunhada por Possidônio Queiroz, que estava em pé na esquina do Palácio. Luiz Carlos Prestes, católico e devoto de São José, evitou com isso uma grande perda para a comunidade. Hoje, a custódia de uma fina joia de ouro cravejada de brilhante, faz parte do acervo do museu de arte Sacra de Oeiras.<sup>66</sup>

Neste sentido, aventamos que a afeição de Possidônio se manteve por enxergar em Carlos Prestes um “protetor” do Patrimônio de Oeiras, e, portanto, alguém que o IHO devia reverência.

O formato da publicação da Revista do IHO remete ao mundo dos “agentes engajados”, ou seja, a análise que cabe aqui seria a de um procedimento que opere a crítica documental a partir da escrita dos intelectuais<sup>67</sup>, e nesse caso os do IHO *pari passu* às fontes de tipo biográficas. Desse modo, percebe-se que as escritas desses agentes visavam autocelebrar o grupo que pertenciam, assim, ressaltamos que já na primeira edição da revista do IHO temos indícios da prática por uma escrita militante.

---

<sup>65</sup> Fontineles analisa os dois governos de Alberto Silva, entre os anos de 1971- 1975 e 1987-1991, no Piauí. Relata que suas práticas políticas foram inscritas na memória e na história piauiense, bem como sua intenção era eternizar seus feitos na sociedade piauiense, intencionando permanecer na memória e na história. FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 54.

<sup>66</sup> Castro, Chico. A Coluna Prestes no Piauí: a república do vintém. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.p.225

<sup>67</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In.: CORADINI, Odaci Luiz (org.). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 85-102.

O formato da publicação da Revista do IHO nos remete ao gênero biográfico. No artigo *Biografia, para quê?*<sup>68</sup> Discute-se como se pode fazer uma crítica documental a conjuntos de fontes do tipo biográfico, escritas de “agentes engajados” que visam autocelebrar o grupo que pertence, assim, ressaltamos que na primeira edição da revista do IHO temos indícios das prerrogativas que seriam postas em prática por uma escrita militante.

O tema da primeira edição, o centenário de Dagoberto Ferreira de Carvalho, pai do sócio fundador Dagoberto Ferreira de Carvalho Jr, é assim justificada pelo presidente do IHO:

[...] constitui a vida de Dagoberto Ferreira de Carvalho memorável **lição de honradez, civismo e trabalho** que, tanto quanto possível, convém **enaltecer** os homens e os fatos, maiores e mais marcantes dessa terra – é que o instituto histórico de Oeiras se associou às homenagens com que a família Ferreira Carvalho”.

[...] foi um intelectual, dos maiores de seu tempo, em Oeiras. Estava sobretudo nisso a identidade que ora aproximaria do Instituto. Identidade que levou ao Instituto o encontro apoteótico de memória, na festa de seu centenário Dagoberto de Carvalho fora o oeirense adotivo que mais se afeiçoaria a terra, que mais teluricamente vivera a Oeiras da primeira metade do século XX. Razão de sobra, pois, para a adesão unânime de **um Instituto que se fizera para a cultura e a defesa do Patrimônio** oeirense. Dagoberto Ferreira de Carvalho é patrimônio Cultural e moral de Oeiras.<sup>69</sup>

O também sócio- fundador, Possidônio Queiroz, o orador da solenidade ao ler seu discurso em homenagem, mostra-se preocupado em atender as prerrogativas vigentes da prática historiográfica, afirma está ciente que a História não mais se detém a escrever sobre as trajetórias de personagens como “Napoleão Bonaparte” e heróis de guerras, mas que se voltava aos “homens comuns”. Diz o orador ser, Dagoberto Carvalho Ferreira, exemplo desses homens ordinários que muito contribuiu para seus contemporâneos. Tece um discurso sobre a origem humilde e difícil do biografado. No entanto, a narrativa logo entra em contradição quando se volta para o conjunto de relações familiares e políticas estabelecidas pela família Ferreira de Carvalho.

Em nível local, o homenageado estaria longe de ser um homem comum. Um “filho adotivo” de Oeiras na juventude foi acolhido pelo tio, homem de posse da cidade que o introduziu no seio da sociedade oeirense possibilitando um casamento que lhe acessaria à

<sup>68</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *Biografia, para quê?* In.: CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 85-102.

<sup>69</sup>CARVALHO JR, D. *Discurso*. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 01, 1978.p.09 (grifos nossos)

família Sousa Martins, detentora da memória oficial da cidade na figura de Manoel de Sousa Martins – “o herói da Independência”.

José Expedito Rêgo na festa de homenagem, justifica a função da História e a razão de celebrar a memória de Dagoberto Ferreira Carvalho por uma linha de raciocínio que evocava os postulados da história enquanto mestra da vida, de verdades gerais, de uma pátria a ser enaltecida pelos grandes heróis:

[...]a história é a filosofia que **ensina pelos exemplos**, que grava nos espíritos **verdades gerais**, apresentando-os na vivacidade dos caracteres e dos indícios particulares; que faz presente o passado que aproxima o distante que nos coloca na convivência de **um grande homem**. [...]  
 [...] como um **processo educativo**, para que os bons se inspirem nos bons. E é grande e nobre tal gesto, porque o elogio **das vidas exemplares** é um estímulo para que os outros as imitem. [...]  
 [...] aqueles que **nascem na mesma pátria**, que falam na língua, que veneram os mesmos antepassados; que cultivam os **mesmos símbolos** nacionais, estes são os nossos por excelência, partícipes do mesmo ideal, **membros da comunidade**.<sup>70</sup>

Tal recurso, na escrita de trajetórias, são recorrentes em grupos locais, conforme afirma Grijó<sup>71</sup>, um entendimento *arché-télos* que identifica nas narrativas de vidas um fim em si, uma finalidade pautada na ideia de progresso e trajetórias lineares. O que podemos atestar na divisão da história de Oeiras representada entre períodos de apogeu e decadência, nos casos das diversas minibiografias publicadas na revista do IHO, os autoelogios ao grupo como recurso de autocelebração. Que por muitas vezes carregam concepções essencialistas, referenciais que fabricam o que Bourdieu<sup>72</sup> chamou de *ilusão biográfica*, a narrativa que constrói uma razão em si diante da finitude. O que se aplica ao que Dosse<sup>73</sup> acentua sobre as construções do *télos*, amalgamadores de trajetórias com sentido objetivo e razão de ser obedecendo uma ordem teleológica.

Assim, a escrita instrumentaliza uma certa memória para reforçar certas identidades. Uma visão global dos editoriais da revista podemos constatar, o grupo que compunha os sócios do IHO e o uso de uma escrita militante, como instrumento de luta política. O olhar voltado

<sup>70</sup> REGO. E.C Discurso. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 01, 1978, 31.

<sup>71</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In.: CORADINI, Odaci Luiz (org.). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 85-102.

<sup>72</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

<sup>73</sup> Sobre a discussão sobre o *télos* da História consultar a obra: DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

para o passado reunia jovens e aposentados bacharéis em uma causa comum, o que podemos chamar de uma apropriação militante do passado.<sup>74</sup> Os propósitos das escritas perpassam a crença que a manutenção do patrimônio cultural de Oeiras, que inclui desde bens culturais a escrita histórica, asseguraria, em igual medida, a importância política frente ao Estado.

A necessidade da criação da revista e das escritas aos moldes do que acreditava os membros do IHO, nos leva a pensar que o grupo passa a pautar o que se discutiria na cidade. Poderíamos pensar que tal exercício leva ao monopólio das problemáticas legítimas que discute Bourdieu? <sup>75</sup>Essa necessidade de pautar a representação legítima do passado<sup>76</sup> levam um campo de disputa constante, que desde a conquista inicial lhes leva a fixação do lugar, assim, no que diz respeito a história do local, eles serão os especialistas no tema e legítimos, assim as produções precisam se vincular às escritas do IHO, confirmar e reforçar o que eles defendem. Obviamente são apenas pretensões e espaços de disputas que apenas tendem a serem “sufocados” por tais representações que o grupo assumiu ao longo dos anos.

Os textos propriamente “históricos”, às vezes recorrem a citações de historiadores clássicos que defendiam a rigidez do método historiográfico da crítica documental aos moldes do positivismo. “[...] assim, entendida e praticada, a história – tal é a lição de Pirenne- “participa da ciência, porque supõe um método que comporta processos realmente científicos, de pesquisa, de análise e de crítica dos documentos postos ao seu alcance. [...]” <sup>77</sup>Tais citações são recursos de legitimação da escrita pelo status científico que acolhe o lugar de “verdades”. “[...]Bourdieu já salientou que a descrição, por mais científica que se queira, contém um forte acento prescritivo, dependendo dos usos que dela se façam. <sup>78</sup>Quando se descreve as lutas pela independência, tentando mostrar que o trabalho seria diferente dos demais e que estabeleceria a “verdade histórica sobre o 24 de janeiro”, acabam pelo excesso de adjetivos esvaziar o pretense rigor científico e revelam \ destacam os lugares sociais frente não somente ao passado, mas a seguridade da manutenção de seus descendentes no presente.

---

<sup>74</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. A Elite do Partido Republicano se apropria da Revolução. In: História Unisinos. Jan./abril, 2010. p.31.

<sup>75</sup>BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, p.166.

<sup>76</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, pp. 163-207.

<sup>77</sup> REGO. E.C Discurso. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 01, 1978,14.

<sup>78</sup> BOURDIEU 2010 *apud* GRIJÓ, 1981, p. 69-73.

A relação entre instituições e produção historiográfica remonta a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, época em que a História do Brasil começou a ganhar fôlego, por meio de concursos históricos e da criação da revista do referido Instituto, que tinha como objetivo integrar as diferenças regionais no interior dos discursos de construção de uma identidade nacional, bem como incentivar a prática escriturística da intelectualidade brasileira. Assim, foi através dessa revista que historiadores regionais puderam publicar seus estudos, como aconteceu, por exemplo, com a obra de José -Martins Pereira de Alencastre, *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*, publicada em 1857.<sup>79</sup>

Ao analisar a atuação dos membros do Instituto Histórico de Oeiras – IHO na construção da memória histórica da cidade de Oeiras. Lançamos mão dos discursos da elite local de Oeiras para avaliar a centralidade da construção, preservação da memória e dos bens culturais da cidade enquanto “herdeiros da terra berço” como forma de refundar um novo *status quo* da antiga Capital Administrativa. Identificamos o culto à memória de Dagoberto Ferreira de Carvalho e do herói das lutas pela independência do Brasil no Piauí, Manuel de Sousa Martins o “Visconde da Parnaíba”, como uma narrativa de legitimação da continuidade dos grupos dirigentes no presente, a partir de artigos, documentos e discursos publicados na Revista do IHO em seus exemplares publicados entre 1976 e 1989. O que nos leva a concluir que desde o primeiro número, em que se homenageia à figura de Dagoberto Carvalho e a recorrência da menção ao herói da independência, recorre-se não somente a valorização da terra natal, mas a legitimidade dos arranjos políticos e familiares

Ainda sobre a linha editorial do IHO, na publicação de obras com gêneros literários diversos, destacamos a escrita de José Expedito Rego, o autor de expressão dado ao tipo de textos publicados nas páginas da Revista do IHO e o no Jornal “O Cometa” e em formato de livros, configuram o que chamamos de ficcionalização do Patrimônio e uma retórica da perda.

Uma pena, Oeiras entrava em agonia, em decadência, se não viesse a desaparecer por completo. Ouvia-se falar em cidades extintas. Talvez se preservasse Oeiras, **quando menos como cidade-relíquia**. Oeiras era a própria história do Piauí. E Né de Sousa participava dessa história. Seu nome estaria

---

<sup>79</sup> D’ALANCASTRE, Jose Pereira. 1857. “Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 20 (1): 6-57.

ligado para sempre às lutas da Independência e da Balaiada. Se Oeiras morrer, o Piauí perderá grande parte de sua vida.<sup>80</sup>

O livro *o Vaqueiro e o Visconde*, biografia romanceada de Visconde da Parnaíba traz a cidade-relíquia no romance de Expedito Rêgo, é reveladora da escrita militante que se processou por entre os intelectuais mediadores do IHO. O personagem histórico, Né de Souza, lamenta a decadência da cidade, mas recorre ao significado de relíquia para manutenção da memória. Fala ambientada no pós 1852, mas que se remete aos desejos do presente e do grupo do qual fazia parte o autor Expedito Rêgo.

Em outra obra, *Malhadinha* narra um romance proibido entre Nelson e Raquel. Ele, casado com Rosa, que sofria de doença psiquiátrica e vivia confinada na fazenda Malhadinha; ela, uma prima “solteirona” que morava na zona urbana de Oeiras. Ainda no âmbito do interdito a obra apresenta o amor não concretizado do padre Sérgio e Nair. *Malhadinha* retém a atenção do leitor, porque a cada capítulo traz elementos que escandalizam, intrigam e fazem questionar-se, tais como: o preconceito racial, a submissão da mulher, pós-abolição, a influência da religião na vida privada, o medo, a loucura, o pecado e as hipocrisias sociais. O contexto do romance é construído a partir da imagem de uma cidade em declínio após a transferência da capital, aspecto que aparece diversas vezes no enredo de forma explícita.



Figura 76: Conto o Crime da Ponte Grande  
Fonte: Estórias do Tempo Antigo 1995

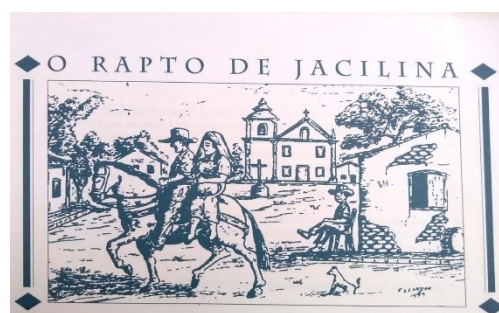


Figura 77: Conto Rapto de Jacilina  
Fonte: Estórias do Tempo Antigo 1995

No mesmo sentido, os contos publicados no Jornal “O Cometa” em 1970 e em formato de livro, em 1995 traz enredos ambientados em patrimônios históricos da cidade, a narrativa é detalhista em evidenciar, como o “Crime da Ponte Grande” (figura 76) narra o assassinato de

<sup>80</sup> Na biografia romanceada de Manuel de Sousa Martins<sup>14</sup>, Rêgo (1986, p. 239) faz uso da fala do velho Visconde: RÊGO, José Expedito C. *Vaqueiro e visconde: biografia romanceada de Manuel de Sousa Martins*. Teresina: [s.n.], 1986. \_\_\_\_\_. *Malhadinha*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda., 1990 (grifos nossos)

uma mulher de forma cruel acontecido na ponte grande. “O Rapto da Jacilina” (figura 77) também é ilustrativo nesse sentido, a localização da moradia da moça raptada e a cena de sua saída é emblemática, à imagem descrita do largo do Rosário e o testemunho da Igreja do Rosário.

Como defende Grijó, a importância das publicações como as vinculadas ao IHO, reside também no acesso às informações que hoje não são possíveis a historiadores acadêmicos, constituindo assim um repositório para o fazer historiográfico em geral e, não apenas, para aqueles interessados em biografias.<sup>81</sup>As considerações do autor se refletem nas páginas da Revista do IHO, desde os constantes empreendimentos de autocelebração para aqueles que se utilizam da escrita biográfica e na riqueza de fontes para pesquisa do tipo acadêmica com a transcrição de documentos na íntegra.

Como o passado e a história são apropriados por certo público e as interações que se produzem entre memória, patrimônio e história? Aqui se inseriu debates a respeito dos usos no presente do passado pela sociedade fora dos círculos acadêmicos e historiográficos, para legitimar ações políticas e pertencimentos identitários e suas implicações para os processos de patrimonialização. Como também os constrangimentos impostos por agentes e campos que possuem capilaridade de promoção de conhecimento, embora em grande medida, induz a um conhecimento histórico superficial ou descritivo, mas que revelam os desejos e contradições do tempo presente.

#### 4.3 “AINDA COM AS VISTAS VOLTADAS PARA O PASSADO...”: A PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO

Uma relevante ação foi a mobilização do grupo para inclusão da cidade de Oeiras no Programa Nacional das Cidades Históricas- PCH. A política de governo previa o financiamento de obras de infraestrutura para construção de um roteiro turístico- histórico principalmente no nordeste brasileiro. A revista no IHO registra a conquista como a “luta aguerrida” do grupo e a mediação do então Deputado Federal Tapety Jr<sup>82</sup>. O grupo enviou um ofício ao Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho que apresentava os motivos para inclusão de Oeiras.

---

<sup>81</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In.: CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p.88

<sup>82</sup> Família Tapety é importante na vida política e participa de uma polarização partidária local. O poder na cidade é entendido pela alternância entre a Família B.Sá e Tapety.

Interessa ressaltar que além do capital político do Deputado oeirense Tapety Jr, tiveram como Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso. Piauiense e natural de Parnaíba estabeleceu esforços em garantir a inclusão do Piauí no projeto que seria de importância estratégica para sua pasta e para as políticas de cultura empreendida pelos governos militares. Reis Velloso foi um economista brasileiro, funcionário e assessor da presidência do Banco do Brasil, assessor do Ministro da Fazenda, presidente do Ipea e Ministro do Planejamento do Brasil nos governos de Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) e Ernesto Geisel (1974 – 1979). O PCH- NE foi implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Minciplan).

O Programa começou a ser delineado por meio da criação de um grupo de trabalho pelo Minciplan em dezembro de 1972, constituído por membros dos ministérios da Educação e Cultura (Minc/IPHAN), da Indústria e Comércio, do Interior e do próprio Planejamento. Em maio de 1973, **João Paulo dos Reis Velloso e Jarbas Passarinho**, ministros do Minciplan e do Ministério da Educação (MEC), respectivamente, emitiram a Exposição de Motivos 076-B, regulamentada pela Portaria Minciplan 050/73, que criou efetivamente o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos.<sup>83</sup>

A participação de membros do IHO precede às obras de salvaguarda, durante a concepção do plano de preservação urbana, requerido como diagnóstico para atuação do PCH, que se identifica a presença de Dagoberto de Carvalho Jr, membro do IHO, que compõe a equipe responsável pela pesquisa histórica que subsidiou os argumentos dos bens relacionados e reportados às chefias. A participação ainda se deu quando os membros do IHO foram entrevistados na pesquisa de opinião.<sup>84</sup> Assim, identificamos o IHO na tomada de decisão, ainda que não explicitamente documentada. A valorização do “passado glorioso da Oeiras Colonial” se vincula às relações de poder político-partidárias, os grupos dirigentes representados por entre os sócios do IHO se mobilizam e alcançam o objetivo, conforme vimos no capítulo 2.

---

<sup>83</sup> CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). (Grifos Nossos)

<sup>84</sup> Ver Capítulo 2.



Dentre os bens escolhidos para restauração, a residência que foi moradia de uma personalidade já celebrada no IHO, Cônego Cardoso, aquele que figurava entre as metas de fundação da instituição a ereção de monumento em sua homenagem, mais uma vez sua presença foi reintroduzida nos espaços de patrimonialização, na oportunidade a casa que serviu de residência do homenageado foi adaptada para criação da infraestrutura turística, a pousada Cônego. A restauração da Matriz da Vitória teve acompanhamento das obras por um participativo membro do IHO. Conforme observamos na figura abaixo, Possidônio Queiroz, transita no interior da Matriz durante as obras de restauro.



*Figura 78: Possidônio Queiroz no interior da Igreja durante o processo de restauração Fonte: Arquivo Central do IPHAN*



*Figura 79: Possidônio Queiroz discursando em solenidade do IHO na Nova sede Palacete Major Selemérico Fonte: IHO*

Como amostra do respaldo adquirido pelo IHO enquanto instituição representativa da lógica patrimonial que se queria implantar em Oeiras, qual seja, o turismo cultural em face ao desenvolvimento local<sup>85</sup>, a instituição contou naquele momento com o Palacete Major Selemérico, contemplado pelo PCH, foi restaurado para abrigar a sede do IHO, conforme previsto no plano de restauração urbana da Clap e acatado pelas instâncias decisórias, o que volta-se para a influência que o IHO possuía e sua presença no interior dos acordos e decisões que ativam os patrimônios naquele contexto.

A casa da pólvora é uma testemunha disso, lá no alto do Rosário olhando simbolicamente para o riacho da pouca vergonha lá está ela, desprezada e triste, ela que viveu de perto o desenrolar dos acontecimentos, ela está triste pois suspeita que nunca mais terá um dia de glória como o da madrugada de 24 de janeiro de 1823, esperamos que um dos pontos porque se batam esses jovens brilhantes, que tiveram a coragem de criar o instituto histórico de Oeiras, seja a restauração da casa da pólvora que se encontra em ruínas e a incorporação da mesma ao patrimônio histórico nacional. Ela chora de saudade, ela viu tudo o que aconteceu, ela sabe que foi o que o Piauí se tornou independente [...]

[...] Palmas quentes demoradas e festivas abafaram as últimas palavras do orador que acabava de dar uma brilhante erudita palestra para a aula da importante história do Piauí, a seguir levantou-se o Doutor Costa Machado<sup>86</sup>

O IHO previa, dentro de sua estrutura administrativa, cargos e suas respectivas funções, neste sentido, cria-se ao longo de sua trajetória a comissão interna “Preservação do Patrimônio”, o que revela o interesse em condicionar as diretivas do grupo na salvaguarda do patrimônio local. A ação de salvaguarda capitaneada pelo IHO também agia na esfera municipal, sabendo os reduzidos números de bens tombados pelo IPHAN e pelas iniciativas recentes do ente estadual. E assim, nem todos os bens que requeiram restauro seriam priorizados, nesse sentido, para preservação dos patrimônios foram encaminhados ofícios à Prefeitura de Oeiras para restauração da Casa da Pólvora, edifício militar em que ficavam depositados os armamentos e munições da província. Construção em pedras, o bem edificado se encontrava em ruínas e por ser considerado como parte do cenário da adesão do Piauí ao processo de Independência, assumiu lugar de memória a ser reivindicado pelos sócios do IHO. A figura 80 retrata Possidônio Queiroz e seu filho fotografados ao lado das ruínas da Casa da Pólvora que encontrava-se apenas com a estrutura de paredes e colunas em pedra preservada, mas sem cobertura de teto e porta.

---

<sup>85</sup> Ver capítulo 2

<sup>86</sup>CARVALHO A, Oeiras e o seu Instituto Histórico. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 03, 1980.p.25



Figura 80: Estado de Conservação da Casa da Pólvora 197? Fonte: Rodrigo Queiroz

A fotografia foi enviada ao jornal *Correio Braziliense* a fim de relatar o estado dos bens culturais na cidade de Oeiras. A esse respeito, Possidônio Queiroz, relatou com pesar o envio ao jornal *Correio Braziliense* da imagem representada na figura 80. O lamento de Queiroz se deu porque pouco depois e por insistência e militância dos sócios do IHO, a Casa da Pólvora foi restaurada com os custeios da Prefeitura Municipal de Oeiras. A gravidade de ter exposto o bem naquelas condições, sentida no relato publicado no jornal “O Cometa” e onde prontamente dar ciência de como resolveu. Possidônio escreve uma carta ao referido jornal pedindo uma errata para expor a situação de preservação do bem pelo qual guardava significado ao grupo, que é notório pela fala de preocupação e arrependimento de Possidônio Queiroz ao ter registrado a casa em ruínas e tê-la publicizada. O episódio denota a importância para esses intelectuais, vinculados ao Instituto Histórico a imagem a ser divulgada sobre Oeiras seus bens e sua importância histórica para o Estado e a história brasileira.

“A casa da pólvora ri satisfeita e como uma Sentinela do passado contempla nossa Oeiras que se remoça cresce e se desenvolveu, contempla a cidade grande que viu menina”.<sup>87</sup> E por mais que considere os bens materiais como referenciais do tempo passado, atenta-se às personificações e sentimentos impressos ao patrimônio, como forma de transformar o patrimônio em poder, seja econômico através do turismo, seja identitário na resolução do ressentimento de “VelhaCap”.

<sup>87</sup> Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 03, 1980.p.16

De prático conseguiu o Instituto em 1972 com a Prefeitura Municipal a restauração da Casa da Pólvora. Realiza agora a restauração da Casa de Passo, a restauração do Passo da D. Lidoca na rua do fogo e tenta conseguir do prefeito Valdemar Freitas a restauração da Casa do Padre José Dias de Freitas na Rua Das Flores. Terá ainda a colaboração de maneira decisiva para com consecução dos projetos de restauração da Matriz, Palácio do Bispo e o Sobrado major selemerico<sup>88</sup>

Assim, conforme as ações em âmbito municipal das obras de restauro são uma realidade, o protagonismo pretendido pelo IHO na promoção desse patrimônio é noticiado na revista, respaldo que a instituição se fortalece quando relata os projetos em andamento e os futuros, seja por ação direta ou colaboração como o caso do PCH. Assim a imagem que se constrói de si também, como a instituição responsável em nível local pela proteção do Patrimônio.

Um caso que segue a mesma direção, o da promoção do patrimônio de Oeiras, quando nas páginas do IHO, registram as reclamações dos sócios em defesa da valorização da cidade. A exemplo, um sócio em viagem a Teresina – Oeiras observa que ao longo da rodovia de acesso não existia placas de sinalização que indicam o caminho para Oeiras. Tal constatação leva a escrita de um documento assinado pela diretoria do IHO reivindicando a solução aos órgãos responsáveis. Nos argumentos são enumerados os importantes marcos históricos para justificar a importância da cidade e, conseqüentemente, a obrigação do Estado em sinalizar os acessos ao pretense roteiro turístico. Vale ressaltar que a cidade até o momento possuía importância histórica chancelado por bens coloniais tombados pelo SPHAN na década de 1940, no entanto, em meados das décadas de 1980 é desprovida de infraestrutura mínima para um roteiro turístico. Às reclamações não nos causam estranheza, já que as narrativas da cidade são recorrentes à efervescência das festas religiosas e do roteiro turístico desejado e em potencial. Mas outra reivindicação foi a criação da Comarca de Oeiras, o documento pedindo a criação da Comarca independente, transcrito na revista do IHO não se vale de nenhum argumento jurídico e logístico, redigido pelo presidente do IHO, são enumerados uma longa lista de atributos históricos e, assim, encerra-se a necessidade de comarca própria, pelo respeito que se devia ao “passado glorioso” de Oeiras.

---

<sup>88</sup> Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 03, 1980.p.16

O artigo “Oeiras de Nossa Senhora da Vitória” de Humberto Guimarães<sup>89</sup> na revista do IHO se propôs a escrever um misto entre um mostruário das riquezas culturais e a denúncia do seu estado de preservação, publicado no ano de 1980, contexto em que apenas o trabalho de pesquisa e diagnóstico feito pela CLAP tinha sido realizado, mas não havia iniciado às obras de restauração:

O oeirense que depois de demorada ausência volta à terra natal, ao passear pela cidade vê, entristecido, que as tradições aqui nem sempre são levadas na devida conta. As ruas, por exemplo, ostentam vistosas placas, de modo geral com nome de pessoas, mas à primeira vista patenteado fica que no critério que se vem adotando o culto ao passado não ocupa o primeiro plano. Aliás, nesse particular, a cidade não foge à regra comum ao Brasil todo. Em consequência, quanto das nossas ruas, como as do fogo, do Tanguitá, do Hospital, das Flores, tiveram os nomes, que muito deviam dizer da sua história, mudados, um descaso público e irreverente à tradição, que, por sagrada, devia ser respeitada. E como se sente deprimido o visitante que ama sua terra e cultua as suas tradições, verificando que não foram lembrados piauienses dos mais ilustres, que honraram, enobreceram, dignificaram, engrandeceram, pela inteligência pelo saber pela bravura onde atitudes, pela honestidade, pela dedicação ao serviço público, pelo trabalho, o nome de Oeiras. São inúmeros, muitos. [...] <sup>90</sup>

Oeiras tem coisas equivalentes, exceto o mar; mas estão desgraciosas no aparato da indiferença promocional, por parte do poder público, apesar da grita do seu povo que, afetivamente à flor da pele, ainda se ufana a contemplar os restos do Mocha e as sobras, hoje desvirtuadas, da Casa do Visconde desmembradas em propriedades particulares... <sup>91</sup>

O autor conclama “Filhos de Oeiras, briguem por isto. Atormentem prefeitos e deputados, salvem a cidade que os pariu, e o Piauí inteiro ficará agradecido.” <sup>92</sup> A percepção do autor passa pela ideia que os poderes constituídos dispõem da prerrogativa financeira para garantir a salvaguarda de um bem que para ele não se remete ao povo oeirense, mas ao Estado. Mas também, acredita no poder mobilizador da sociedade civil para garantir à preservação.

A imagem da Cadeia Velha foi capa da Revista nº 3 de 1980 do IHO e a sessão de noticiário explicam a escolha da capa.

A cadeia Velha. Como nos acostumamos a chamá-lo pelo fato de muitos de nós tê-la alcançado já em abandono inexplicável, foi construída pelo

<sup>89</sup> GUIMARÃES. H. Oeiras de Nossa Senhora da Vitória. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 03, 1980.p.71-74.

<sup>90</sup> GUIMARÃES. H. Oeiras de Nossa Senhora da Vitória. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1980.p.71-74.

<sup>91</sup> GUIMARÃES. H. Oeiras de Nossa Senhora da Vitória. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1980.p.74

<sup>92</sup> GUIMARÃES. H. Oeiras de Nossa Senhora da Vitória. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1980.p.74

brigadeiro Manoel de Souza Martins, terá sido a maior obra material do Visconde da Parnaíba em seus quase 20 anos de governo foi inaugurada em 1839 e 100 anos depois já havia desaparecido da paisagem oeirense que o imperdoável desamou dos homens que indiferentes viram ruir esse extraordinário quicá, o maior monumento de nossa arquitetura oitocentista, seja nos sinais de alerta a responsabilidade pela preservação de nosso patrimônio é dever de todos.

[...] Sobre a cadeia desaparecida transcrevemos interessante depoimento do naturalista inglês George Gardner. Foi edificada sobre a superintendência de um engenheiro alemão que reside na província desde muitos anos a serviço do governo, o prédio é de 2 andares havendo apenas 2 outros edifícios na cidade que eles são iguais. Neste particular a parte inferior serve de cárcere e casa de correção; a parte de cima é usada como tribunal de justiça.

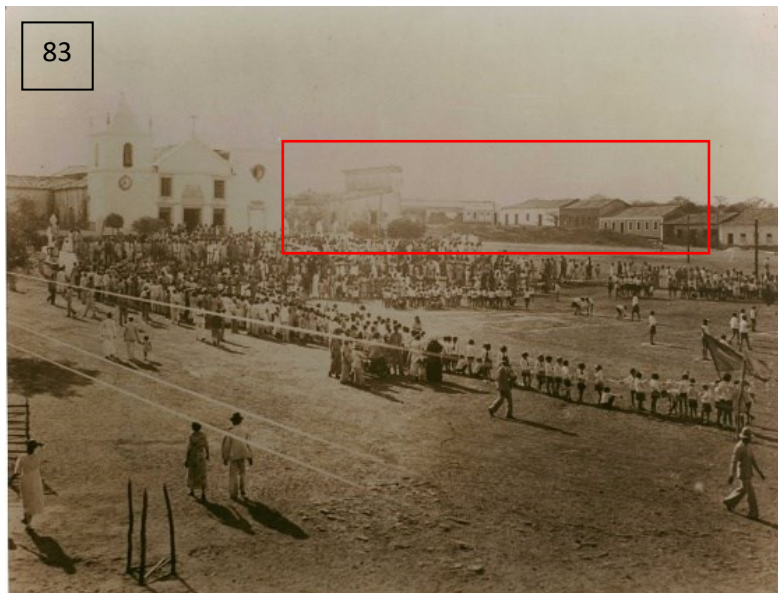
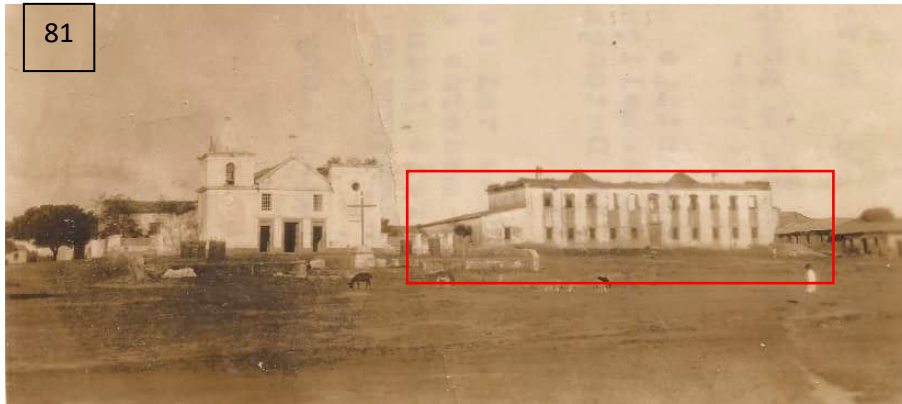


Figura 81, 82, 83 e 84: Cadeia Pública em Oeiras, a imagem 81 ao lado da catedral da Vitória, ainda com sua estrutura preservada, apesar da deterioração. A figura 82 é fotografia que melhor demonstra a estrutura preservada anterior a década de 1930. A figura 83 aparece em ruínas em 1937 e a figura 84, já construído, o Prédio de Cine-Teatro e Círculo Operário substituindo.

Literalmente, a “Cadeia Velha” é evocada na retórica da perda. Quando é mencionada por entre os membros do IHO serve de exemplo contra a inércia, é a promoção dos patrimônios remanescentes, a fim de não ter mais casos como o da “Cadeia Velha”.

Os processos de ativação patrimonial são para Prats<sup>93</sup> os recursos que têm a função de consagrar discursos identitários. Assim, tem-se a materialidade, as “reliquias patrimoniais”, os referenciais de um tempo passado, sendo o passado um tempo fora do tempo, inalcançável. O patrimônio é entendido a partir de uma relação de poder e de seleções de bens a serem consagrados patrimônios, que serão salvaguardados e referentes para que tenham um efeito social, precisam ser ativados.

A ativação se dá pelos processos de seleção, “que conduz necessariamente à formação de discursos patrimoniais, tradicionalmente destinados a manter e sacralizar versões ideológicas da identidade (das identidades)”<sup>94</sup> Assim, os referentes não são definidos pela comunidade científica ou governamental, mas pelo consenso social, em uma situação de enfrentamento de opiniões. Relações de poder, que obedecem a hierarquias que se vinculam a agentes governamentais que têm poder de institucionalizar bens patrimoniais, em primeira instância em poderes constituídos os governos; em segunda o poder político informal, vinculada à figura da oposição política por exemplo; e em terceiro a sociedade civil, quando contam com algum suporte do poder constituído, como movimentos sociais e associações como o IHO.

A constituição de um grupo denominado “Congos de Oeiras” em 1985 esteve associada a processo de ativação patrimonial que envolveu a comunidade do Rosário, a Igreja Católica e o IHO.

Ao som de tambores, maracás e pandeiros, dança em ritmo sensual, homens negros com vestidos rodados e maquiados, são os Congos de Oeiras, representação dramática em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, santos de devoção negra.<sup>95</sup>

Acreditamos que a devoção na região se deu com às irmandades negras católicas no século XVIII e XIX, registra-se os compromissos das Irmandades Nossa Senhora do Rosário e São

---

<sup>93</sup> PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 58, p. 72-80, 2006.

<sup>94</sup> PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 58, p. 72-80, 2006.

<sup>95</sup> PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. *Celebrações*. Teresina: Educar artes e ofícios, 2009.p. 96.



Benedito<sup>96</sup> constituídas principalmente por trabalhadores escravizados e alforriados da colina que se tornaria o bairro do Rosário de maioria negra. Onde havia eleição de soberanos negros, reis e rainhas, um importante elemento de rememoração da ancestralidade, o ato de eleger reis e rainhas foi transmitido por entre anos a partir das confrarias e se pode evidenciar na presença desses personagens no desenrolar da evolução da dança teatralizada do Congos de Oeiras

A historiografia acerca da devoção dos “Santos de Pretos”, indica geralmente Santa Efigênia, São Elesbão, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário<sup>97</sup>. No Piauí, identificamos o culto a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário nas principais localidades da província Teresina, Parnaíba e Oeiras.

No caso, o universo simbólico peculiar aos espaços das irmandades, funcionavam como lugar de afirmação e [re] criação de uma identidade cultural negra. As festas e batuques em homenagem aos santos católicos, evocavam sobremaneira as matrizes dos ritos africanos, o que evidencia uma forma de resistência. A escolhas de reis e rainhas se configurava como uma estratégia de afirmação da realeza africana e também por ocasião da solenidade recolher um número maior de donativos. Uma boa arrecadação garantia receitas suficientes para assistência social [médica, jurídica e funeral] e recursos para a compra de alforrias. No Piauí, das confrarias de devoção negra, identificadas apenas uma, a de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Oeiras, apresentava a escolha de Reis e Rainhas. “Também haverá mesa no dia 21 do mesmo mês de dezembro para se elegeram os novos oficiais, que houveram de servir no ano seguinte, os quais serão Rei, Rainha, dois juizes, um branco, e outro preto, duas juizas uma branca e outra preta.<sup>98</sup>”

Assim, entendemos que da Irmandade do Rosário, em Oeiras, legou às gerações posteriores a tradição da devoção aos santos pretos na atualidade, através dos Congos de Oeiras. A resistência através da cultura não constrói manifestações imutáveis e desde os ritos descritos nos compromissos do século XIX, até 1985, sofreram reatualizações e novos significados para aqueles que rememoram. Em 1985 com a chegada de novos religiosos

---

<sup>96</sup> PIAUÍ. LEI 486, publicada em 13 de setembro de 1859, que aprovou o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Oeiras. Acervo do Arquivo Público do Piauí.

<sup>97</sup> OLIVEIRA, Anderson Jose machado. Devoção Negra: Santos pretos e catequese no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Quarter: FAPERJ, 2008.

<sup>98</sup> LEI 486, publicada em 13 de setembro de 1859, que aprovou o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Oeiras. Acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí.

católicos à comunidade do Rosário, houve a mobilização de pautas sociais, raciais e culturais onde emergiu memórias silenciadas desde 1940.

No contexto pós Concílio Vaticano II as conferências dos bispos católicos e os documentos de Medellín (1968) e Puebla (1979), abriram espaço para instituição repensar o papel dos religiosos católicos na América Latina. A proposta foi “caminhar com o povo” em busca da transformação social diante de uma conjuntura política de regimes autoritários e a pobreza dessas populações. Surge nesse período também a Teologia da Libertação<sup>99</sup> que com viés marxista insere em movimentos sociais como o movimento negro e de reforma agrária em comunidades rurais ou periféricas e católicas.

Neste contexto surgem as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o movimento social dentro da Igreja Católica que trabalhou a ideia de valorizar um “catolicismo popular” e passa a valorizar práticas ritualísticas e vivências híbridas antes combatidas. A igreja começa a comunicar-se com práticas afro-brasileiras adaptando-se ao contexto das décadas de 80 e 90. É nesse contexto que padres missionários atuam no sertão piauiense e, em Oeiras, implementam experiências de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

A liturgia celebrada nas CEBs coloca em diálogo as tradições locais e a valorização dos direitos sociais em resistência aos tempos autoritários vividos no país e as incertezas do processo de redemocratização.

---

<sup>99</sup> MITIDEIRO JUNIOR. Marco Antônio. A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação na luta pela Terra e a atuação da comissão pastoral da Terra no estado da Paraíba.500f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo.2008



Figura 85, 86, 87 e 88: Evolução dança do Grupo Congos de Oeiras registrada na revista do IHO em 1985 Fonte: IHO

Ao assumir a proposta da CEBs, vinculada à Teologia da Libertação, o conhecido bairro de maioria negra de Oeiras, mobiliza-se no sentido da formação do movimento negro e a mudança já se revela nas ritualísticas das celebrações religiosas em que são inseridos elementos de afirmação da negritude. E, assim, as missas no Rosário passam a usar tambores e elementos ornamentais de estética étnica.

Neste contexto, emergem as memórias de um bem cultural de natureza religiosa do bairro que teria sua vigência até os anos 1940. Como o movimento ideológico prezava pela valorização da cultura popular o “Grupo Congos de Oeiras” foi recriado e sob às memórias dos idosos os cânticos e encenações reativadas.

Que santo é aquele que vem no andor.  
 É São Benedito com seu esplendor  
 Meu são Benedito conceda licença  
 Dançar esse Congo na Vossa presença  
 Meu são Benedito é santo de preto  
 Que fala na boca e responde no peito  
 Meu são Benedito é negro na cor  
 Mas é estimado no divino amor  
 Meu são Benedito fulô de aroeira  
 Abençoi, meu Santo, o povo de Oeiras.  
 Meu são Benedito que eu queria saber  
 O dia e a hora hei de morrer.<sup>100</sup>

Esses versos entoados na dança dos Congos de Oeiras, afirmam pertencimento ao santo de devoção pela semelhança “Meu são Benedito é negro na cor. Mas é estimado no divino amor”. Neste sentido, as CEBs e o grupo de intelectuais mediadores do IHO, inserem-se em uma lacuna deixada pelas políticas de memória no Brasil, que não direcionam ações de salvaguarda dos bens culturais populares. E assim, agem no sentido de ativar o patrimônio não consagrado e de memória do bairro Rosário.

Importante destacar que os diferentes grupos que ativam os patrimônios são pertencentes à diferentes perspectivas políticas e ideológicas. Ao passo que a igreja “popular” que se constituía no Rosário, não era a mesma ofertada na parte central da cidade. E assim aqueles intelectuais que viam nas manifestações do Rosário uma expressão do folclore, demonstravam uma aceção do olhar da elite douta ao popular. Não publicaram na Revista do IHO nenhuma referência ao bem cultural como elemento de emancipação e pertencimento

---

<sup>100</sup> Música entoada pelos Congos de Oeiras. Cf. PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. Celebrações. Teresina: Educar artes e ofícios, 2009.

negro. Nestes termos, não interessava ao grupo do IHO respaldar uma quebra nas lógicas sociais e raciais como defendia as CEBS e o grupo Congos aparece na Revista como relíquia de passado.

O patrimônio cultural é, assim, uma construção social, remete-se aos processos de legitimação, de assimilação desses discursos. Isso justifica-se no fato de que “nenhuma invenção adquire autoridade senão for legitimada como construção social e que nenhuma construção social se produz instantaneamente sem um discurso prévio inventado”.<sup>101</sup>

---

<sup>101</sup>PRATS. Llorenç. El Concepto de Patrimônio Cultural. *Política y Sociedad*, n. 27, p. 63-76. 1998, p.64.

PARTE III  
PATRIMONIALIZAÇÃO EM OEIRAS [2005 – 2012]

Cine – Teatro  
- RRC- 2022



## CAPÍTULO 05

### A CAPITAL DA FÉ: A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE OEIRAS



Figura 89: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras, 2012 FONTE: Arquivo Central do IPHAN

O acolhimento da categoria de Conjunto Histórico e Paisagístico por parte das ações das políticas de memória do estado brasileiro foi central para a atual configuração do perímetro protegido em Oeiras. Os bens culturais antes tombados isoladamente desfrutavam de limitada preocupação com o “entorno”, que apenas demarcavam zonas de controle das referências negativas que viessem a comprometer a integridade e a visibilidade do bem. Assim, o Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras quando consagrado em 2012 passou a reunir diferentes épocas, tipologias arquitetônicas, bem como uma cultura imaterial associada, um quadro que reuniu um novo território e paisagem acautelados. A fig.89 ilustrou o *folder* de divulgação da aprovação do processo de tombamento, em voo de pássaro, retrata o quadrante central do conjunto, a Praça da Vitória que reúne o Palácio João Nepomuceno (atual museu de Arte Sacra), a Igreja Catedral Nossa Senhora da Vitória, o Cineteatro, a Associação Comercial, o Café Oeiras, o Passeio Leônidas Melo, o Solar das 12 janelas, a Pousada Cônego, o Sobrado dos Ferraz e dentre outras edificações.

O conjunto urbano de Oeiras - tombado pelo Iphan, em 2012 - apresenta elementos de várias correntes arquitetônicas (luso-brasileira, arquitetura do

imigrante e eclética) que pela sua escala e volumetria configura um conjunto harmonioso e de grande qualidade. A área tombada é composta por 14 quarteirões com 235 imóveis. Apresenta, do ponto de vista urbanístico, aspectos comuns às cidades implantadas ao longo do Caminho das Tropas: conformação linear com ruas estruturadas paralelamente ao Caminho das Tropas, interligadas por travessas de largura reduzida.<sup>1</sup>

O extenso perímetro protegido contrasta com um passado recente onde os bens protegidos em Oeiras pelo ente federal permaneceram por muito tempo restritos aos primeiros tombamentos isolados acontecidos entre 1938-1942 (a Igreja Nossa Senhora da Vitória, Palácio João Nepomuceno e a Ponte Grande sobre o Rio Mocha). Na década de 1980 a lista de bens protegidos foi acrescida, mas em nível estadual, quando do início da ação protetiva através da Fundac - PI<sup>2</sup>, patrimonializou-se o Sobrado dos Ferraz em 1980, Casa do Cônego (Pousada Cônego) em 1980, Palácio Major Selemérico em 1981, à Igreja Nossa Senhora do Rosário em 1986, Casa do Visconde da Parnaíba em 1986.<sup>34</sup>

O Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras elaborado pela empresa CLAP contratada no âmbito do Programa Integrado de Restauração das Cidades Históricas do Nordeste PCH- NE (1975/6)<sup>5</sup> previa uma área abrangente para proteção, no entanto, como já debatemos no capítulo 02, o plano não foi executado. Há que se destacar que mesmo ainda não fazendo parte da rotina do IPHAN, o tombamento de conjuntos históricos que em sua maioria realizava-se tombamentos de bens isolados, o plano CLAP apresentava uma ideia de um conjunto a ser preservado.<sup>6</sup> O Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras ao não ser posto em prática naquele contexto, resultou em muitas edificações inventariadas, mas que não conquistaram a tutela federal, estadual ou mesmo municipal. Assim, poucas edificações

---

<sup>1</sup>IPHAN. *Dossiê* de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras. Processo: 1602-T. Teresina, 2009.

<sup>2</sup> Ver capítulo 2. 3.5

<sup>3</sup> SECULT. Coordenação de Registro e Conservação - CRC. Listas de bens Tombados e registrados do Piauí, agosto de 2018. Disponível em: <https://crcfundaciapaiui.files.wordpress.com/2012/09/bens-tombados2.pdf>; Acesso em 10.01. 2021.

<sup>4</sup> Cf. Oeiras (Pi) <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/353/>.

<sup>5</sup> CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI.1976.

<sup>6</sup> Salvo as restrições que se fazia aos bens arquitetônicos em Art decó. CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976, p.20 e 21.



foram restauradas pelos recursos do PCH- NE<sup>7</sup> e aquelas, sem tutela, sofreram deterioração como foi o caso emblemático da Pensão dos Portelas que entrou em ruína nos anos 2000.<sup>8</sup>

Conforme previsto na concepção do PCH-NE, a municipalidade na gestão do Patrimônio, também não se efetivou, a inexistência de um órgão municipal com semelhante atuação às competências do IPHAN e da FUNDAC- PI<sup>9</sup>. Ressalva-se, no entanto, a criação do Conselho Municipal de Cultura de Oeiras<sup>10</sup> em 1987 que teria a prerrogativa de construir um regramento para a gestão dos bens culturais em nível local. A criação do conselho foi reportada na revista do IHO como resultado do momento vivido em Oeiras em torno da problemática do Patrimônio e da mobilização da sociedade civil, no entanto, não resultou em uma política para o patrimônio consolidada, que exigiria a efetivação de um regramento necessário a gestão do patrimônio por parte do município, às atribuições do conselho ficaram no papel e o órgão inativo.<sup>11</sup>

A lista de bens tombados pelo IPHAN em Oeiras até meados dos anos 2000 permaneceu limitada. O que explicaria que desde a década de 1940 o número de bens consagrados permanecesse sem acréscimos? Os estudos de 1975 pela empresa CLAP apontaram para um número bem maior de bens a serem salvaguardados. Refletindo sobre questões contextuais podemos associar a pouca atuação do IPHAN no principal sítio histórico do Piauí devido à ausência da representação da instituição no estado, o Piauí esteve por muitos anos sob jurisdição das superintendências do Maranhão e do Ceará. Apenas em 1984 foi criado um escritório Técnico no Piauí com limitada atuação e que dispunha de apenas (1) uma servidora que se reportava à sede em São Luís - MA<sup>12</sup>.

---

<sup>7</sup> Ver capítulo 2 p. 117.

<sup>8</sup>FREITAS JÚNIOR, Pedro Dias de. Pensão Portela em Ruínas. 2011. Disponível em: <[http://flordepasso.blogspot.com.br/2011\\_01\\_19\\_archive.html](http://flordepasso.blogspot.com.br/2011_01_19_archive.html)>. Acesso em: 14 out. 2017.

<sup>9</sup> Conforme abordamos no capítulo 2, a Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC-PI foi criada em 04 de abril de 1975 onde sua estrutura organizacional previa a existência do Departamento de Defesa do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural, com a competência de coordenar, supervisionar e executar as atividades referentes à proteção do patrimônio no Estado. Atualmente a organização institucional se refere a Secretaria de Cultura do Estado que conta com uma coordenação especializada, a Coordenação de Registro e Conservação – CRC. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/sobre-o-crc-pi/>. Acesso em 15.04.2021.

<sup>10</sup> LEI 1347 de 15 de setembro de 1987. Cria o Conselho Municipal de Cultura de Oeiras. Acervo: Prefeitura Municipal de Oeiras, 2021.

<sup>11</sup> O conselho Municipal de Cultura de Oeiras foi reativado no ano de 2018. Atualmente em processo de elaboração do plano municipal de cultura e dentre outras atribuições criação das normativas municipais de salvaguarda do patrimônio municipal.; PMO. Posse do Conselho de Cultura de Oeiras. Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/02/08/2018/prefeito-empossa-novos-membros-do-conselho-municipal-de-cultura-em-oeiras/>. Acesso: em 15.04. 2021; I Fórum Virtual de Discussão do Plano Municipal de Cultura de Oeiras. Disponível em: <https://oeiras.pi.gov.br/02/08/2021/i-forum-virtual-de-discussao-do-plano-municipal-de-cultura-de-oeiras/>. Acesso: em 2 de agosto de 2021.

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. Entrevista. In: *Vox Musei: Arte e patrimônio*. Ano 1, v. 1, n. 2, jul-dez. 2016.

Em 1997 realizou-se estudos e inventários sobre a proteção do Patrimônio Cultural, o IPAC- Piauí, nas cidades de Oeiras, Parnaíba, Teresina, Piracuruca e Amarante<sup>13</sup> que subsidiaram ações apenas nos anos 2000, à exemplo do Programa Monumenta. Em 2004 com a reestruturação administrativa do IPHAN foi criada a 19ª Superintendência Regional no Piauí<sup>14</sup> com sede em Teresina e o Escritório Técnico na cidade de São Raimundo Nonato, o último se justificava pela importância assumida pelos bens culturais arqueológicos reconhecidos nas esferas nacional e internacional.<sup>15</sup>

A presença do órgão no estado do Piauí significou um avanço às ações de promoção e salvaguarda do patrimônio. No entanto, a distância entre o sítio histórico de Oeiras e a instituição continuou sendo um entrave às boas práticas, as ações preventivas, e as relações interpessoais entre os proprietários dos bens e os agentes públicos, que viam na instituição às restrições do uso das propriedades.

A sede em Teresina localiza-se a distância de 312 km da cidade de Oeiras e a permanência dos servidores do Iphan ou Fundac se limitava a curtos períodos para levantamento de dados para formulação de relatórios, projetos e vistorias resultando, assim, em um distanciamento de relacionamento entre detentores dos bens e aqueles agentes públicos encarregados de interpretá-los, de proibir e até mesmo de penalizar.

Conforme observamos:

Moro em uma casa tombada pelo IPHAN em Oeiras e ontem vi que uma carnaúba do teto está quebrada, conforme fotos anexas. Fiz um escoramento emergencial, mas preciso trocar a carnaúba, porém conforme a lei Nº 3.888 DE 26 DE 09 DE 1983, é proibido o corte a carnaúba.

---

<sup>13</sup> IPHAN. *Dossiê* de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras. Processo: 1602-T. Teresina, 2009.

<sup>14</sup> Portaria IPHAN nº 209 de 28 de abril de 2004. Aprova as áreas de atuação das Superintendências Regionais do IPHAN. Disponível em: IPHAN.[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_IPHAN\\_n\\_209\\_de\\_28.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_IPHAN_n_209_de_28.pdf)>. Acesso: 15.04.2021.

<sup>15</sup> O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato-PI, foi criado em 1979, para preservar vestígios arqueológicos considerados os mais remotos da presença do homem na América do Sul. Sua demarcação foi concluída em 1990 e o parque é subordinado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). A Unesco o inscreveu na Lista do Patrimônio Mundial em 13 de dezembro de 1991, também na Lista Indicativa brasileira como patrimônio misto. Em 1993, o Parque passou a constar do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Iphan. Na área tombada foram localizados cerca de 400 sítios arqueológicos. A maioria deles contém painéis de pinturas e gravuras rupestres de grande valor estético e arqueológico. A área faz parte de um dos 63 parques nacionais do Brasil e está entre as dez que protege a caatinga, sendo constituída de quase 40% da caatinga protegida no país. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-raimundo-nonato-parque-nacional-serra-da-capivara/#!/map=38329&loc=-8.69544700000003,-42.58554900000001,17>. Acesso: 15.04.2021.

Pergunto: – como faço para substituir a carnaúba da minha casa? – tem como conseguir uma autorização do IPHAN para o corte e transporte da carnaubeira? – caso eu não consiga essa autorização, devo correr o risco de ser multado pelo IBAMA ou deixar a casa cair e ser multado pelo IPHAN? Aguardo uma resposta o mais rápido possível, pois necessito fazer o reparo na minha casa.<sup>16</sup>

A pergunta feita na caixa de comentários da *homepage* do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU-PI quando da publicação da lista de patrimônios tombados pelo IPHAN no Piauí. Observa-se que o relacionamento que sobressai a partir do comentário é de interdição e ressentimento em relação a atuação dos órgãos reguladores. O paradoxo apresentado por um proprietário de bem tombado da cidade de Oeiras “multado pelo IBAMA ou multado pelo IPHAN” revela o tom, pouco amistoso, mas representativo dos relacionamentos estabelecidos entre os proprietários e os órgãos de fiscalização e preservação.

O problema anunciado pelo proprietário não era insolúvel, apesar da legislação proibir o corte de carnaúba <sup>17</sup>, a autorização de extração da madeira seria dada via solicitação ao órgão de Meio Ambiente e o IPHAN a autorização para obra de reparo. A pergunta foi direcionada ao CAU-PI e não ao IBAMA e IPHAN, seria uma forma de desautorizar e deslegitimar os órgãos? A fala descontente do proprietário se refere a reivindicação contra o controle exercido pelo estado? Uma rejeição a burocracia que todo o processo gera? Reflete desinformação e ausência de familiaridade com a rotina de conservação? Ou é resultado de relacionamentos estremecidos entre detentores dos bens culturais e os órgãos e agentes públicos? Todas as perguntas são questões possíveis e performa relacionamentos comuns entre moradores dos

<sup>16</sup> CONSELHO ARQUITETURA E URBANISMO - CAU- PI. Confira a lista de patrimônios tombados pelo IPHAN no Piauí. Disponível em: <https://www.caupi.gov.br/?p=4281>. Acesso em 08.05.2019.

<sup>17</sup>A Carnaúba (*Copernicia prunifera*) faz parte da sociobiodiversidade brasileira, diz respeito a um conjunto de bens e serviços gerados por meio da conexão entre a diversidade biológica, a prática de atividades sustentáveis, beneficiando produtos extraídos da floresta, e o manejo desses recursos por meio do conhecimento cultural e ancestral das populações tradicionais. Em Oeiras o extrativismo da cera de carnaúba foi responsável por crescimento econômico na décadas de 1930 – 1940. Para a arquitetura foi importante elemento construtivo no madeiramento das casas. No Piauí é considerada símbolo do estado e com a intenção de se promover a conservação da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e o reconhecimento do valor histórico, cultural e paisagístico cita-se as seguintes leis: Decreto nº 17.378, de 25 de setembro de 2017 institui como árvore símbolo do Estado do Piauí a Carnaúba (*Copernicia prunifera*); Lei nº 3.888, de 26 de setembro de 1983, proibindo a derrubada de palmáceas e árvores que especifica, em seu Art. 1º: o babaçu e a carnaúba. A Constituição Estadual do Piauí, em seu Capítulo VII (Do Meio Ambiente), Art. 237, parágrafo 7º, inciso V, define, dentre outras, como áreas de preservação permanente os carnaubais, babaçuais, pequizais e buritizais (PIAUI, 1989). A Lei nº 4.854, de 10 de julho de 1996, dispõe sobre a política de meio ambiente no estado do Piauí, que apesar de não tratar especificamente da carnaúba, atribui à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos a função de autorizar, de acordo com a legislação vigente, desmatamentos ou quaisquer outras alterações da cobertura vegetal nativa, primitiva ou regenerada e floresta homogêneas.

conjuntos arquitetônicos tombados e os órgãos reguladores. Provavelmente, a existência de um escritório técnico para a gestão do patrimônio aproximaria e simplificaria os trâmites rejeitados pela população, como também seria um espaço para uma educação para o patrimônio, necessária, para mitigação de conflitos e para celeridade na resolução das questões latentes.

Outra situação que gerou descontentamento no sítio histórico de Oeiras foi quando a empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica removeu os relógios medidores de consumo de espaços internos a propriedade para a fachada dos imóveis. Os proprietários permitiram a exigência e tiveram seus nomes citados junto a processos na polícia federal, para prestar esclarecimentos pelo ato de modificar fachadas de bens tombados sem autorização do IPHAN conforme preconizava no decreto 25/ 1937. Os proprietários dos imóveis tiveram seus nomes envolvidos nos processos legais, mas diante da polêmica construída e, por intermédio e recomendação do IPHAN e do Ministério Público, a responsabilização se concentrou na empresa de fornecimento de energia, que foi notificada e orientada a não mais instalar novos medidores sob pena de multa.<sup>18</sup>

Os episódios se referem às carências da gestão do patrimônio em Oeiras, com demandas não atendidas em âmbito federal e estadual, que possuem sede apenas em Teresina, e pela inexistência de um órgão municipal. E assim, quando às denúncias de modificação de bens patrimoniais chegavam aos órgãos já se tratava de ações consumadas pela ausência de suporte preventivo.

Assim, o trato com o patrimônio no Piauí não necessitou apenas de recursos financeiros para as obras de conservação e restauração, mas sobretudo de um corpo técnico, que só se estabeleceu de forma tardia no estado. Depois das ações de patrimonialização acontecidas entre 1970 – 1980 observou-se um período de reduzida ação das políticas de memória que só foram retomadas em meados dos anos 2000.

Nesse capítulo nossos esforços se voltam para analisar as políticas de memória do estado brasileiro em Oeiras entre os anos de 2005 a 2012, por acreditar ser um intervalo onde operou-se um intenso número de intervenções, assim iremos rastrear qual a natureza dessas

---

<sup>18</sup> MPF recomenda que Eletrobrás se abstenha de instalar novos medidores em imóveis tombados em Oeiras o PRDC levou em consideração, o procedimento nº 1.27.000.001066/2012-60 instaurado a partir de expediente encaminhado pelo IPHAN em 3 de agosto de 2012.

políticas e, em que medida, dão continuidade às políticas de memória ou acenam para novas condutas na proteção e promoção do patrimônio.

No ano de 2005 tem início às obras de construção do pórtico de entrada da cidade, que adota o letreiro “Monumento Nacional” conferido em 1989 e “Capital da Fé” título que ainda tramitava na Assembleia Legislativa do Piauí e que foi sancionado<sup>19</sup> em 2012, mas já se tratava de expressão difundida para se referir à Oeiras.<sup>20</sup> Nesse sentido, problematizamos o que chamamos de consolidação do repertório patrimonial de Oeiras que vale-se da alcunha de “Capital da Fé” para difusão e promoção de um status de capital recuperado e de um turismo cultural assentados em identidades religiosas e regionais, bens edificados e imateriais vinculados à narrativa de colonização e do catolicismo.

## 5.1 DA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA AOS BENS CULTURAIS EM OEIRAS

[...] As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. **Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante.** Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de **radicalidade social.** Como parte e essência da construção de **um Brasil de todos.**<sup>21</sup>

O discurso de posse do Ministro Gilberto Gil<sup>22</sup> em 02 de janeiro de 2003 anuncia o lugar pretendido para as políticas públicas culturais na afirmação de um setor da sociedade que pautava os valores de democracia, almejados desde o passado autoritário da Ditadura Civil Militar [1964- 1985], pregava-se à pluralidade e o direito à cultura em um contexto de

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto 7.745/1989 de 30.03.1989. Eleva a Cidade de Oeiras – PI, a condição de Monumento Nacional.

<sup>20</sup>PIAUI. Lei nº 6259 de 27 de agosto de 2012 declara o município de Oeiras como a capital da fé. In: Diário Oficial do Estado do Piauí: seção 3, Teresina, PI, ano 139, n. 161, p. 1-74, 27 agosto 2012. 27/08/2012 nº 161.pág. 3.

<sup>21</sup>Discurso de posse do ministro da cultura Gilberto Gil. Disponível: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FMidia-e-Redes-Sociais%2FIntegra-do-discurso-de-posse-do-ministro-da-cultura-Gilberto-Gil%2F12%2F5623>. Acesso: 04.01.2020. (Grifos nossos)

<sup>22</sup> É cantor, compositor, multi-instrumentista, produtor musical e político brasileiro. Integrante do movimento Tropicalista e preso política durante a Ditadura Civil Militar (1964- 1985). Conhecido por sua contribuição na música brasileira e por ser vencedor de prêmios Grammy Awards, Grammy Latino e galardoado pelo governo francês com a Ordem Nacional do Mérito (1997). Em 1999, foi nomeado "Artista pela Paz", pela UNESCO. Embaixador da ONU para agricultura e alimentação, e ministro da Cultura do Brasil na Presidência de Lula. Em 2021, foi eleito para a cadeira de número 20 da Academia Brasileira de Letras,

diversidade cultural, mas principalmente as culturas periféricas que até então não tinham sido atendidas pelo setor público.<sup>23</sup>

Segundo Lia Calabre os pressupostos para uma política cultural democrática e participativa, que o contexto Internacional já praticava desde a década de 1970, só foi possível no Brasil no início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). “Foram oito anos de gestão, com muitos acertos e também (sic) com muitos problemas, mas que, sem dúvida, marcaram positivamente a história das políticas culturais no Brasil.”<sup>24</sup> Nos interessa o lugar que passou a ocupar as políticas culturais da criação do Ministério da Cultura ao momento de maior capilaridade entre os anos 2003-2012 para assim, alcançar às experiências de consolidação do Patrimônio Cultural em Oeiras que se deram entre 2005 a 2012.

A criação do MinC. foi projeto defendido por Tancredo Neves [1910- 1985] que com sua morte foi executado pelo presidente José Sarney que governa de 1985 a 1989. A estrutura do MinC. contava com Conselho Federal de Cultura, Conselho Nacional de Direito Autoral, Conselho Nacional de Cinema - Empresa Brasileira de filmes S/A -Embrafilme, a Fundação Nacional de Arte - Funarte, Fundação Nacional Pró-memória, Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Joaquim Nabuco que em pouco tempo retornou à pasta da educação.

Segundo Lia Calabre a criação do Ministério foi pensada para o fortalecimento institucional da pasta da cultura, ao separar do Ministério da Educação, no entanto, o novo ministério sofreu esvaziamento pela perda de orçamento e status que se pôs funcionando com um dotação insignificante e pouco capital político.<sup>25</sup> Todavia, mesmo com o enfraquecimento institucional e escassez de recursos, o governo Sarney, aprovou a Lei de Incentivo nº 7505 de julho de 2/07/1986<sup>26</sup>, a “Lei Sarney” movimentou a área da produção cultural, todavia, quase que restrita aos grandes centros urbanos brasileiros. A fragilidade, portanto, da política cultural, dizia respeito não somente ao ministério da cultura pouco expressivo, mas também com uma política de fomento que não alcançava todas as esferas do cenário cultural.

A conjuntura frágil do novo ministério se torna mais problemática à medida que o texto constitucional trás o artigo 215, que inaugura a seção intitulada “Da cultura”, onde estabelece

---

<sup>23</sup> CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p.137-156, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58>. p.137-156.

<sup>24</sup> Ibid, p.140.

<sup>25</sup> CALABRE, Lia. *Op. Cit.* 2014. p. 140.

<sup>26</sup>BRASIL. Lei nº .7505 de julho de 02.07.1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

o direito à cultura.<sup>27</sup> Como um ministério de pouco capital político e recursos financeiros teria a capacidade de mobilizar e pôr em prática às prerrogativas previstas na constituição de 1988? À medida que a constituinte afirma que será garantido a todos o pleno exercício dos “direitos culturais”, a ideia de cultura se vincula a de um objeto do direito, um contraponto a acentuada desigualdade de acesso aos aparelhos culturais da população brasileira.

A cultura associada à ideia de “bem jurídico” já aparecia no histórico constitucional brasileiro, mas a cultura vinculada à noção de “patrimônio” aparece, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1988. É o inciso LXXIII do art. 5º, “rol das garantias fundamentais”, que introduz a expressão “patrimônio cultural”<sup>28</sup>. O debate da cultura e do patrimônio foi reflexo do predomínio da temática no país na década de 1980, que se intensifica e acontece a ampliação da noção de patrimônio cultural. Segundo Marcia Chuva, “tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir do qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação”.<sup>29</sup>

O artigo 216<sup>30</sup>, ampliou o conceito de patrimônio, de forma a incorporar a noção de referência cultural<sup>31</sup> para definição de bens passíveis de reconhecimento, de caráter imaterial<sup>32</sup>. Até a década de 1980 o debate patrimonial era ainda focado no estado nação, a década de 1980 trouxe para o cenário novos debates, novos personagens, o que provocou uma mudança nas abordagens que passaram a incluir personagens periféricos, ampliando conceitos, como o de patrimônio que passou a incorporar além da cultura material, referências de natureza imaterial. Oficializa-se a ideia de que o patrimônio brasileiro se refere a memória de diferentes grupos bem como a valorização da cultura dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

---

<sup>27</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15 abril. 2021.

<sup>28</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15 abril. 2021. (Grifos nossos)

<sup>29</sup> CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de patrimônio. In: CHUVA, Marcia (Org.). Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN, n.32, 2012, p. 157

<sup>30</sup> BRASIL. Constituição Federal (1988). Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos. BRASIL.

<sup>31</sup> FONSECA, Cecília Londres. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio Inventário nacional de referências culturais In: IPHAN. INRC. Manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.p. 11 a 20.

<sup>32</sup> BRASIL. Constituição Federal (1988). Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos

Em contraste ao cenário que o debate sobre cultura e patrimônio assumia no final da década de 1980 e as mudanças conceituais consolidadas no texto constitucional, a vulnerabilidade das políticas culturais foi evidenciada quando no governo Collor de Melo (1990-1992), o jovem Ministério da Cultura é extinto e foi substituído por uma Secretaria e órgãos a eles vinculados como o Instituto Brasileiro de Arte Cultura e o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural [EBPC] que incorporaram às instituições existentes. A “lei Sarney” também foi extinta, reformulada pela Lei nº 8.313 e tem início a Lei Rouanet<sup>33</sup> que apesar de sofrer inúmeras regulamentações perdura por 30 anos.<sup>34</sup>

O novo governo caracteriza-se pela implantação, de modo menos tosco e mais enfático, do projeto neoliberal no Brasil. A retração do Estado acontece em praticamente todas as áreas, substituído pelo mercado. Aliás, se houve política de cultura, ela se concentrou em ampliar a utilização das leis de incentivo pelo mercado.<sup>35</sup>

O novo governo que se refere os autores, o de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), que através da lei Rouanet consolidou de modo a acolher a inspiração liberal entendida pelo slogan, “Cultura é um bom negócio”, tornando a iniciativa privada a principal fonte de financiamento da produção da cultura no país. No que se refere ao patrimônio, em 1990, a SPHAN e FNPM foram extintas para dar lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A medida provisória nº 752, em 6 de dezembro de 1994, transforma o IBPC em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Ao longo dos anos de 1990, apesar da pouca mobilização de programas e recursos para as políticas de memória, foi marcado pela consolidação da compreensão de bem cultural que resultou em 4 de agosto de 2000, o decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).<sup>36</sup> Na

---

<sup>33</sup> A Lei Rouanet Lei Federal de Incentivo à Cultura é a denominação dada a Lei nº 8.313 do dia 23 de dezembro de 1991 A Lei Rouanet o, naquele momento, as políticas públicas para a cultura nacional. Também ficou conhecida por lei Rouanet (em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, seu criador e secretário de cultura da Presidência da República de então

<sup>34</sup> A lei passou por uma série de regulamentações ao longo de sua vigência, sendo a mais recente no Governo Jair Messias Bolsonaro (2019 -)

<sup>35</sup>RUBIN, Antônio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.). Políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2012.p.38

<sup>36</sup> O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) financiava, apoiava e estimulava, prioritariamente, projetos de pesquisa, documentação e informação; realiza pesquisas, levantamentos, mapeamentos e inventários; apoia a instrução de processos de registro; promove a sistematização de informações, constituição e implantação de bancos de dados; e apoia a produção e conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre o patrimônio cultural imaterial. Essas linhas de ação são orientadas pela busca da sustentabilidade, da organização comunitária, de promoção e capacitação. Cf. IPHAN. Linhas de Ação. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/857/>. Acesso em 12. 05 .2021.



definição de Patrimônio Cultural Imaterial presente na Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006<sup>37</sup> que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o conceito de bem cultural de natureza imaterial é concebido como “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”; e que também “toma-se tradição no seu sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado”<sup>38</sup>

Ao lado da noção de bem cultural, têm-se a de “referências culturais”, as quais podem ser definidas como “as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade”.<sup>39</sup> As referências culturais são traduzidas no pluralismo das ideias recorrentes no campo social, são aproximações e sobreposições de sistemas culturais, entre eles: a religião, a arte, a economia, os mitos e os ritos, entre outros; que organizam e dinamizam a realidade dos sujeitos no preenchimento dos espaços sociais e simbólicos dos grupos sociais.

Para Fonseca quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido, referências para quem? Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico, para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados.<sup>40</sup>

Podemos, então, afirmar que, hoje, o conceito de bem cultural foi bastante ampliado pela Constituição de 1988, sendo resultado de um longo processo de resignificação que inclui as inúmeras áreas do conhecimento. É preciso, pois, ter sempre em vista que se trata de uma concepção em processo, e que envolve perspectiva multidisciplinar, considerando que cada período da história está voltado para determinados interesses que vão, de alguma

<sup>37</sup> IPHAN. Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006.

<sup>38</sup>CAVALCANTI, Maria Laura V. de C; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e políticas Estaduais*. Brasília: UNESCO, ECDUCRATE, 2008., p.12.

<sup>39</sup> ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. Revista Tempo Brasileiro. n. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001. p.131.

<sup>40</sup> FONSECA, Cecilia Londres. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio Inventário nacional de referências culturais In: IPHAN. INRC. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio Manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.p.11-12.

forma, alterar e interferir no significado que podemos dar ao termo bem cultural.<sup>41</sup>

Neste sentido, esses bens caracterizam-se, principalmente, pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade e percutem uma feição de democratização e representatividade de grupos à margem do direito à memória e de suas expressões étnico raciais onde se inaugura um complexo caminho de consagração dos Patrimônios Negros e Indígenas no Brasil.

A regulamentação e implantação das prerrogativas da patrimonialização dos bens de natureza imaterial se deu no início do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).<sup>42</sup> Em 2003 inicia-se a execução do que se prometeu no programa de governo da campanha eleitoral de Lula, nomeada “A imaginação à serviço do Brasil: Programa de Políticas Públicas de Cultura”<sup>43</sup>, voltava-se para a cultura enquanto um direito básico e crucial para a consolidação do estado democrático, que passaria pelo acesso dos brasileiros em todas as camadas sociais e espaços geográficos de um país continental.

A política cultural é um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos organizados com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.<sup>44</sup>

No sentido, atribuído por Canclini, a atuação do MinC. pretendeu assumir o papel de viabilizar a transformação social a partir da política cultural conduzida pelo estado. No início da gestão concentraram -se na reestruturação que inverteu a lógica institucional antes voltada para as atividades e finalidades da lei de incentivo. Substituiu-se a estrutura anterior para secretarias de Articulações Institucional, Políticas Culturais, Programas e Projetos Culturais, Identidade e Diversidade Cultural, Fomento e Incentivos Culturais e Audiovisual. E a maioria das atividades fim como Patrimônio Cultural, Livro, Artes foram direcionadas às instituições vinculadas ao MinC., como por exemplo o IPHAN, Funarte e a Biblioteca Nacional. A

<sup>41</sup>GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

<sup>42</sup> RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador : Edufba, 2010.

<sup>43</sup> Programa de governo Lula 2002

<sup>44</sup> CANCLINI, N.G. Definiciones em transición. In: MATA, D. (Org.) *Cultura, política y sociedade. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires: CLACSO (Consejo latinoamericano de ciencias sociales), 2005.p.65

organização institucional assumida complexificou o MinC. e garante o alcance dos programas, que apesar de críticas, foram sentidos conforme pretendido, “em todos os cantos do país”.

Um ponto de pauta importante para o Ministro da Cultura à época, Gilberto Gil, foi a condução do processo de reformulação da lei de incentivo, que para o MinC., deveria ser substituída por uma mais adequada à realidade nacional. Para a discussão de reformulação da *Lei Rouanet* foram realizados seminários denominado “Cultura para todos” nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e o Pará. Essa disposição tentou cumprir a meta de dar conta de todo o território nacional e não somente pensar políticas para os grandes centros urbanos tradicionalmente assistidos pelo estado, apesar da ausência de representação da região centro-oeste, foi uma tentativa de gestão democrática necessária ao cenário das políticas culturais brasileira.

Outra reformulação importante para a complexidade assumida pelo MinC. foi o diálogo entre órgãos federais de pesquisas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, que trouxeram uma produção e sistematização de informações do campo da Cultura valiosas para a gestão cultural. Dentre outros aspectos foram sistematizados estudos de como a cultura participava do produto interno bruto brasileiro – PIB, e a avaliação da eficiência e a eficácia das políticas culturais implementadas no Brasil.<sup>45</sup>

A aposta do ministério da Cultura foi o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva<sup>46</sup> que pretendeu estimular e fortalecer a rede de criação e gestão

---

<sup>45</sup> Um fator relevante para o aperfeiçoamento dos programas do MinC. foi o estabelecimento de parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com vistas à realização de pesquisas para subsidiar, institucionalizar e aprimorar as ações de continuidade da política em curso. Em 2010, o Ipea publicou o livro *Cultura Viva: Avaliação do programa – arte, educação e cidadania*, que teve por objetivo apresentar os resultados do processo de avaliação, coordenado pelo Instituto no decorrer dos anos 2007 e 2008, do Programa Cultura Viva. Em novembro de 2011 foram lançadas outras duas publicações que tiveram como objeto de estudo o Programa Cultura Viva. Na ocasião, estipulou-se agenda participativa de trabalho para redesenho do programa envolvendo gestores federais, estaduais e municipais, representantes dos pontos de cultura e parceiros. *Cultura Viva: as práticas dos pontos e pontões – Cerca de 100 pontos de cultura foram instrumento de pesquisa dirigida pelo Ipea. Apresentação de parte das análises produzidas sobre o tema das políticas culturais que estavam dispersas em forma de dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pesquisa e artigos.* O Ministério da Cultura celebrou termo de cooperação técnica com o Ipea em dezembro de 2011. Com base no Acordo de Cooperação nº 32/2010, o acordo visou à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de mútuo interesse, principalmente a respeito de temas concernentes a políticas públicas de cultura. Nele criou-se um grupo de trabalho, instituído pela Portaria MinC n.º 45, de 19/04/2012, para discutir e elaborar o redesenho do Programa Cultura Viva com seu o aprimoramento do Programa Cultura Viva e teve como referência as alterações metodológicas inseridas no novo modelo de planejamento governamental empregado no Plano Plurianual 2012 – 2015.

<sup>46</sup> Criado e regulamentado por meio das portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005.

cultural tendo como base os Pontos de Cultura. Inicialmente, o Cultura Viva era formado por cinco ações: Pontos de Cultura (convênios), Escola Viva, Griôs, Cultura Digital, Cultura e Saúde, sendo todas as atividades vinculadas aos Pontos de Cultura.

Os direitos culturais devem garantir aos indivíduos e às coletividades o direito à criação, à fruição, à difusão de bens culturais, além do direito à memória e à participação nas decisões das políticas culturais. Dizem respeito também à internalização, pelos indivíduos e grupos sociais, dos recursos sociais gerados no processo de desenvolvimento. Envolve enriquecimento material e simbólico e devem ser garantidos pelo Estado, conforme preceitua a Constituição Federal (CF) de 1988, de forma democrática e por meio de políticas de desenvolvimento econômico e social.<sup>47</sup>

Para os avaliadores do IPEA, o programa significava a materialidade da democratização do acesso à cultura e o alinhamento com o texto constitucional. Com o desenvolvimento do Programa, o Cultura Viva amplia-se e envolve novos focos de apoio e parcerias. Para estruturar a dinâmica do programa, o MinC, previa a concessão de prêmios e bolsas por meio de editais atrelados às necessidades e ao desenvolvimento dos Pontos de Cultura.<sup>48</sup>

Em 2008, o Programa Cultura Viva mudou a sistemática para descentralizar a implantação dos Pontos de Cultura, reforçando objetivos e metas do Programa Mais Cultura<sup>49</sup> que tinha como objetivo ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural; qualificação ao ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimento da economia solidária do mercado cultural brasileiro. O Cultura Viva alcançou importantes resultados, ao fomentar, desde sua implantação, em 2005, e até o ano de 2011, o total de 3.670 Pontos de Cultura em todos os estados da federação.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> SILVA, Frederico A. Barbosa da.; ARAÚJO, Herton Ellery . *Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania*. Silva, Araújo: organizadores. - Brasília : Ipea, 2010.

<sup>48</sup> O DECRETO Nº 6.226, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007. Institui o Programa Mais Cultura. Revogado pelo Decreto nº 10.473/2020 conhecido como “revogação” no ano de 2020 pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro. Um conjunto de uma série de revogações durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro ( 2019- )

<sup>49</sup> BRASIL. DECRETO Nº 6.226, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007. Institui o Programa Mais Cultura.

<sup>50</sup> SILVA, Frederico A. Barbosa da.; ARAÚJO, Herton Ellery . *Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania*. Silva, Araújo: organizadores. - Brasília : Ipea, 2010.

A Rede Cultura Viva é o conjunto de Pontos e Pontões de Cultura, organizações governamentais e não governamentais, lideranças, gestores, coletivos, grupos, povos e comunidades tradicionais, iniciativas urbanas e rurais, movimentos artísticos, culturais e socioeducativo, coletivos e redes, que atuam pela promoção e fortalecimento da cultura.<sup>51</sup>

Os Pontos de Cultura foram uma ação prioritária do Programa Cultura Viva e constituía um espaço de articulação das ações, se pretendia referência como uma rede horizontalizada ao atuar como elo entre o Estado e a sociedade, reunindo os mais diversos agentes culturais que realizavam e estimulavam ações. Assim, os Pontos de Cultura foram projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo MinC. e implementados por entidades governamentais ou não governamentais e foi uma aposta na democratização e descentralização dos aparelhos de cultura no país. É deste contexto político, de renovação tipológica e de condutas que avaliamos os reflexos em Oeiras.

No Piauí criou-se, 80 pontos e, em muitas cidades foram o principal instrumento de inserção das comunidades em oficinas e atividades culturais.<sup>52</sup> Com intenção de tornar a gestão cultural descentralizadas e forjar autonomia e o protagonismo, às secretarias estaduais e municipais de cultura passaram a mediar como forma de construir pontes entre os recursos, às comunidades e seus agentes culturais. Conforme avalia Lia Calabre “O programa consistia, enfim, em um exemplo concreto de política cultural comunitária de amplo alcance.”<sup>53</sup>

Na cidade de Oeiras o bairro do Rosário conquistou um Ponto de Cultura e foi um elemento de consolidação das práticas de afirmação identitária já em curso no bairro. Os conhecidos “ Pretos do Rosário ” residem na colina do Rosário, um bairro de maioria preta, ocupado desde à colonização, espacializado em oposição ao centro histórico no vale da cidade onde a população branca reside. Um importante suporte de memória para o bairro é a Igreja Nossa Senhora do Rosário que abrigou a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Oeiras com compromisso autorizado pelas autoridades no século XIX e foi produto de um processo de agregação comunitária em torno de um ideal de fé ao padroeiro de devoção negra, resistência

---

<sup>51</sup>PONTOS DE CULTURA - REDE CULTURA VIVA. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/pontos-de-cultura>. Acesso. 20.05.2020.

<sup>52</sup> PONTOS DE CULTURA DO PIAUÍ RECEBEM KITS MULTIMÍDIA. Disponível em :<http31> de out. de 2006 Disponível em: <http://www.cultura.pi.gov.br/secretaria-faz-mapeamento-dos-pontos-de-cultura-do-piaui/>. Acesso em 20.05. 20

<sup>53</sup>LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. Desafios Jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos pontos de cultura no estado de São Paulo. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em Filosofia). 322p.Universidade de São Paulo. 2013, p. 217.

à escravização, proteção social e afirmação identitária. A cidade de Oeiras possuía à época as igrejas demarcadas pela segregação social: Igreja Nossa Senhora da Vitória frequentada e destinada a população branca, a Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Pardos destinada a população parda (mestiça) e a Igreja Nossa Senhora do Rosário destinada a população escravizada e liberta. A existência da ajuda mútua que se estabeleceu dentro do espaço de convivência religiosa da capela construída pelos padres jesuítas, a igreja do Rosário se manteve como espaço de sociabilidade e de construção de identidades através das festividades religiosas documentáveis nos séculos XIX, XX e XXI.

Através dos movimentos sociais e católicos no ano de 1985, os padres vinculados às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs implantadas no sertão nordestino incentivaram na Igreja do Rosário um Grupo de Jovens para fomentar, com perfil de movimento social, a prática religiosa associada às pautas sociais e políticas onde o debate racial se sobressaía. Nessa ocasião aconteceu a reativação de uma dança em homenagem aos Santos Pretos “São Benedito e Nossa Senhora do Rosário”, que segundo relatos de memória da população, tinha acontecido pela última vez na década de 1930. E, ainda, a adoção de uma “mística” nas atividades religiosas afrocentradas, com uso por exemplo da estola dos padres com estampas étnicas e uso de tambores e atabaques como instrumentos para o rito da missa.

Assim, nos anos 2000 passaram para um movimento de empoderamento e pertencimento que pode ser expresso pela corporeidade através da valorização de uma estética afro, que vai desde a textura dos cabelos e adornos, pelo protagonismo da cultura com incorporação, na ritualista na missa da Igreja do Rosário, de tambores e ornamentação étnica, à retomada do culto à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito com o grupo “Congos de Oeiras” e com a criação do grupo de Consciência Negra Quilombo do Rosário e Ponto de Cultura “Quilombo do Rosário”.

A partir de então, o reconhecimento daqueles envolvidos, veem no bairro Rosário um território de preto, anunciado como tal. O que se forja então, território entendido como recurso de fortalecimento identitário. A reivindicação do bairro, portanto, foi possível pelo domínio da corporeidade, do protagonismo e do território possível pelos movimentos sociais, pelas políticas públicas e a atuação da mulheres da comunidade. À exemplo o papel desempenhado pela Professora Anatólia Santos mulher preta, historiadora local, Coordenadora do Grupo de Consciência Negra e do Ponto de Cultura do Rosário. O Ponto de Cultura do

Rosário ao tempo que acessou o financiamento público promoveu à exemplo: cursos de produção de bordados, cursos de produção audiovisual, educação para patrimônio ao fomentar o grupo “conguinhos” entre as crianças que visou incentivar a prática da danças para as gerações futuras.

Quando se avalia o desenvolvimento no Brasil do Programa Cultura Viva e a construção dos Pontos de Cultura “a impressão que se tinha, da mesma forma como indicavam outros pesquisadores, era a de que o encantamento produzido pela proposta do programa convivia com uma forte insatisfação diante das inúmeras demandas de ordem burocrática.”<sup>54</sup> Tais entraves foram responsáveis pela impossibilidade de alimentação de informações sobre o funcionamento e prestação de contas de ordem financeira e cumprimento dos planos de trabalhos, o que colocava o Ponto de Cultura em situação irregular e impossibilitados de acessar novos recursos e o conseqüente definhamento de seu papel comunitário.

No ano de 2015 os Pontos de Cultura do Piauí, com ameaça eminente de perda de financiamento e retornos dos recursos à união, a Secretaria Estadual de Cultura Secult – PI com a intenção de garantir o apoio à manutenção desses espaços comprometeu-se junto ao MinC. a realizar um mapeamento dos pontos existentes, apontando suas dificuldades e ações desenvolvidas, segundo o coordenador estadual do Programa Cultura Viva do Piauí, Roberto Sabóia “a secretaria pretende realizar uma visita técnica em todos os pontos existentes no Estado. Dessa forma, será possível atualizar informações e saber como esses locais estão funcionando.”<sup>55</sup> Obviamente era uma atuação da secretaria estadual tardia, reflexo da falha do papel mediador do órgão que parece agir somente diante da situação limite de perda de recursos.

A situação vivida pelo estado do Piauí não foi um problema local, por todo o Brasil se identifica a fragilidade da gestão comunitária em atender as prerrogativas burocráticas dos órgãos reguladores no financiamento da cultura. Depois de analisar o conjunto de dispositivos reguladores impostos aos agentes culturais, Lima, conclui que:

---

<sup>54</sup> Lima, Luciana Piazzon Barbosa. Desafios Jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos pontos de cultura no estado de São Paulo. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em Filosofia). 322p. Universidade de São Paulo. 2013, p. 217.

<sup>55</sup> SECRETARIA FAZ MAPEAMENTO DOS PONTOS DE CULTURA DO PIAUÍ. Disponível: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2015/7/26/secretaria-faz-mapeamento-dos-pontos-de-cultura-do-piaui-379129.html>. Acesso em: 09.06.2021.

[...] o discurso de que o problema da prestação de contas deve ser atribuído à incapacidade administrativa dos Pontos de Cultura, apontamos para a necessidade de revisão dos instrumentos reguladores do programa e, mais amplamente, das políticas assentadas sobre a parceria do Estado com instituições da sociedade civil.<sup>56</sup>

A autora defende que não somente o acesso a política pública cultural precisaria ser democratizado, mas para sua efetivação e continuidade era necessário que o aparelho estatal se tornasse acessível a todas as esferas sociais. De modo que os órgãos reguladores desburocratizem prestações de contas, flexibilizem e tornem mais exequíveis planos de trabalhos e planilhas de coleta de dados, ao tempo que intensifiquem às ações formativas, que aconteceram de forma esporádica<sup>57</sup>

Neste sentido, as exigências da burocracia se adequem ao perfil do grupo para qual se destina, pois é relevante sublinhar que os agentes culturais foram compelidos para o trato administrativo, entre papeladas, planilhas e editais, sem levar em consideração que em sua maioria são líderes comunitários de movimentos sociais sem familiaridade e formação que permitia o domínio da burocracia estatal. Atrelado a tal condição os agentes culturais, em sua rotina cotidiana, executam seus deveres pessoais no trabalho e na família e, quando se trata de mulheres e pretas, a sobrecarga em conciliar a atuação nos movimentos sociais de cultura, o provimento financeiro, maternidade e cuidados domésticos. Assim, na maioria da vezes, a vivência na cultura e seu fomento para as comunidades e seus líderes não são atividades exclusivas, não são atividades de provimento financeiro e, desse modo, como exigir tempo dedicado à burocracia estatal? Assim, o protagonismo desejado através da autogestão não foi possível, os perfis possíveis dos destinatários das políticas públicas não foram levados em consideração, e o exercício da cidadania e o direito à cultura, não foi possível integralmente graças a incompatibilidade entre o estado e o capital cultural necessário para acessá-lo e algumas experiências de Pontos de Cultura não se efetiva de forma satisfatória.

---

<sup>56</sup> LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. Desafios Jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos pontos de cultura no estado de São Paulo. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em Filosofia). 322p.Universidade de São Paulo. 2013, p. 217.

<sup>57</sup> LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. Desafios Jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos pontos de cultura no estado de São Paulo. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em Filosofia). 322p.Universidade de São Paulo. 2013, p. 217.



Outro projeto que soma-se ao empreendimento do direito à memória, foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu o planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. Em 2013, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, dando origem ao PAC Cidades Históricas.<sup>58</sup> No Piauí, a cidade de Parnaíba foi beneficiada pelo programa, a época a cidade de Oeiras já era atendida por outro programa, o Monumenta.

O Monumenta foi um programa de natureza estratégica para o Ministério da Cultura criado no ano de 1997 e concluído em 2010, atendeu 26 cidades o que incluiu Oeiras (PI). Ele atuou em cidades históricas protegidas pela esfera federal, IPHAN. Para a preparação do Programa constituiu-se um grupo de trabalho para elaborar a lista de prioridade a ser atendida pelo programa, publicado em forma de Cadernos Técnico, trouxe o perfil de cada sítio histórico a ser contemplado.<sup>59</sup>

A proposta do programa girou em torno da integração entre as cidades contempladas, através de obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. O que incluiu atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos, o Monumenta, que contava com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da Unesco, teve enquanto filosofia garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. Que significaria a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e para que manutenção dos imóveis da área do projeto. Com isto, facilitaria a manutenção das características dos bens, sem que fossem

---

<sup>58</sup> Para atender às cidades que possuem bens tombados pelo IPHAN, o PAC Cidades Históricas com R\$ 1,6 bilhão destinou a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, em 44 cidades de 20 estados brasileiros. Coube ao Instituto a concepção dessa linha do PAC, que está sendo executada com a cooperação com diversos coexecutores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, com apoio técnico da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de governos estaduais. Leal, Sarah Floresta. PAC - Cidades Históricas: implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação. 193 f. *DISSERTAÇÃO* (mestrado) Universidade Federal do Minas Gerais, 2017.

<sup>59</sup>Brasil. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. \_ Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.; Brasil. Ministério da Cultura. Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta foi estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados.

O Programa Monumenta<sup>60</sup> objetivava ativar a economia das cidades pela geração de renda da população e pela capacitação de mão de obra específica no trato do patrimônio. Um dos objetivos foi o de permitir que o patrimônio histórico e artístico com proteção federal tivesse suas características restauradas e que, cada vez menos, dependesse de recursos federais para sua conservação. A redescoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira era a aposta de transformação das áreas em pólos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e a geração de empregos. O Programa contava com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetassem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitasse, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população.

Apesar do foco do projeto Monumenta<sup>61</sup> ser a restauração de prédios históricos em todo o país, o projeto também foi responsável pelo estímulo à sustentabilidade local. Ao fomentar ações para além da restauração e conservação do patrimônio histórico existente no município, os projetos procuraram incluir ações de educação patrimonial, almejando a conscientização da população sobre a importância da preservação da cultura local e o estímulo à sustentabilidade.

A proposta do Programa Monumenta não tratava-se de uma ideia nova, de modo semelhante o PCH- NE na década de 1970- 1980 visava autossuficiência na conservação dos bens culturais, na municipalização e preservação ambiental. Conforme vimos no capítulo 2 o projeto sofreu limitações em consolidar suas propostas de municipalização do patrimônio, de implantar o plano diretor e garantir recursos para totalidade de restaurações necessárias. No entanto, as requalificações de alguns bens arquitetônicos já configuraram uma experiência positiva do ponto de vista da conservação física dos imóveis restaurados, assim como, a imersão simbólica que a população teve ao referenciar a aqueles espaços no movimento de

---

<sup>60</sup> DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência de preservação urbana no Brasil. Revista CPC, São Paulo, n.10, p.49-88, 2010. Disponível em: [www.revistas.usp.br/cpc](http://www.revistas.usp.br/cpc). Acesso em 19 de jan. de 2015.; POZZER, Marcio Rogério Olivato. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e as políticas públicas de patrimônio cultural para as cidades latino-americanas no século XXI. *Amerika*, v. 9, p. 20, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/amerika/4411>. Acesso em: 01 de abr. de 2014.

<sup>61</sup> MONUMENTA ESTIMULA A SUSTENTABILIDADE EM OEIRAS. Disponível em: <https://www.meionorte.com/pi/cidades/oeiras/monumenta-estimula-a-sustentabilidade-em-oeiras-174830>. Acesso: 12.05.2021.

ativação patrimonial. Nessa perspectiva, o Monumenta configurou-se um programa de grande monta e uma nova tentativa de consolidação do repertório patrimonial através de políticas culturais, que em Oeiras resultaram em experiências positivas e outras questionáveis do ponto de vista da interferência do estado na lógica cultural da comunidade.

O Programa foi direcionado às cidades por meio de convênios entre o MinC, prefeituras e/ou estados, a partir de contrapartidas das partes. Para condução do programa foram formadas equipes de técnicos do município ou do estado e do IPHAN, que formaram a Unidade Executora de Projeto (UEP) que se reportava à Unidade Central de Gerenciamento, com sede no Ministério da Cultura. Para Patrícia Mendes, coordenadora de Registro e Conservação, da Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC as ações em Oeiras foram possíveis devido ao Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (FUNPATRI). Para a realização dessas ações, órgãos como o IPHAN, a FUNDAC, o poder municipal, bem como a iniciativa privada foram imprescindíveis. “A partir da restauração dos pontos turísticos, tanto a população, quanto os visitantes passam a valorizar mais o município.”<sup>62</sup> A fala da gestora denota um aspecto que se persegue para os sítios históricos brasileiros, a geração de renda no município por meio da exploração do turismo.

Os técnicos que atuaram na formulação do programa Monumenta realizaram o trabalho após o preenchimento da ficha básica que foi fundamentada nas indicações das Superintendências Regionais do IPHAN, e, assim foram definidos os 101 Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais. O trabalho resultou em um banco de dados volumoso, que como forma de permitir o acesso ao material publicou-se sob a forma de Cadernos Técnicos. O volume I apresenta o relatório da comissão que decidiu a Lista de Prioridades e as fichas dos Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais Tombados das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.<sup>63</sup>

O Centro Histórico de Oeiras permanece como centro administrativo e econômico da Cidade. A partir dele, a malha urbana se ampliou, em todas as direções, principalmente ao longo das rodovias de Oeiras acesso aos municípios vizinhos. A Cidade parece haver se desenvolvido durante muitos anos a partir do preenchimento de eventuais vazios urbanos ou pela substituição de edificações dentro da área caracterizada como o atual Centro

---

<sup>62</sup> MENDES, Patrícia. Monumenta estimula a sustentabilidade em Oeiras [2011]. Jornal Meio Norte. Disponível em <https://www.meionorte.com/pi/cidades/oeiras/monumenta-estimula-a-sustentabilidade-em-oeiras-174830>. Acesso em 09.06.2021.

<sup>63</sup> Brasil. Ministério da Cultura. Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília :Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

Histórico. A maioria das edificações de interesse histórico cadastrados pelo IPAC/PI, em grande parte é constituída por imóveis do século XIX e início do século XX, concentrasse em uma área de raio não superior a 400m circundando a Praça das Vitórias, atualmente em estudo para tombamento como conjunto.<sup>64</sup>

O caderno apresenta a caracterização do sítio de modo a sustentar a importância do conjunto e a necessidade de preservação.

Oeiras é, sobretudo, um centro de peregrinação de católicos, que a visitam por ocasião das diversas festividades, principalmente no decorrer da Semana Santa. Assim, ao articular uma estratégia para a cidade, o Programa Monumenta propôs a requalificação de espaços públicos e o restauro dos monumentos mais significativos para a dinâmica urbana.<sup>65</sup>

Observa-se abaixo um resumo das características registradas sobre o sítio de Oeiras:

CARACTERÍSTICAS GERAIS		
A CIDADE	Denominação	Centro Histórico de Oeiras: sobrado João Nepomuceno e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória
	Fundação do sítio urbano	1674
	Anos dos tombamentos	1939 e 1940
	População atual	33,9 mil habitantes
	População urbana atual:	19,6 mil habitantes
	População na área protegida	150 habitantes
	Domicílios na área protegida	30
O FINANCIAMENTO NA CIDADE (OUTUBRO DE 2008)	PREVISÃO DE RECURSOS	
	Previsão de investimentos do Programa – Total	R\$ 3,8 milhões
	Na recuperação de imóveis privados:	R\$ 1,1 milhão
	Demanda pelo financiamento	8
	-Valor total	R\$ 378 mil
	Menor proposta apresentada	R\$ 12.841 mil
	Maior proposta apresentada	R\$ 95 mil Contratos assinados –
	Número de contratos: 0	Número de contratos: 0
MONUMENTA NA CIDADE	OBRAS EM MONUMENTOS	
	Igreja Nossa Senhora das Vitórias, Capela dos Passos da Paixão, Museu de Arte Sacra (Paço Episcopal), Sobrado dos Ferraz, Sobrado Major Selemérico, Cineteatro, Mercado Público, Café Oeiras e Ponte Grande Zacarias de Góis	
	OBRAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS	
	Praças Orlando de Carvalho, Mafrense e Marechal Deodoro	

Quadro 05: Espelho do Programa Monumenta em Oeiras Fonte: IPHAN / Monumenta<sup>66</sup>

<sup>64</sup> Brasil. Ministério da Cultura. Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília :Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

<sup>65</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009. p.169

<sup>66</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009

As obras já foram concluídas na ponte Grande do Mocha, na capela dos Passos da Paixão, no sobrado Major, Selemérico, no Café Oeiras e no mercado municipal, que também é um centro de compras e de convivência para pessoas das localidades vizinhas, que costumam lotar os hotéis e as pousadas da cidade. Os trabalhos de recuperação do Cine-teatro, do palácio Episcopal (Museu de Arte Sacra) e da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias ainda serão realizados. Buscando dar unidade ao projeto, foram recuperadas as praças Marechal Deodoro, Orlando de Carvalho e Mafrense, e algumas vias do centro histórico, cujas obras estão em fase de conclusão.<sup>67</sup>

É nesse contexto que o Cine Teatro é restaurado, o imóvel em estilo Art Déco, localizado na Praça da Bandeira, foi construído na década de 1940 pelo então prefeito Coronel Orlando de Carvalho e estava fechado desde 2007 em razão das inadequações na estrutura. O Cine Teatro já havia passado por reformas e a última na década de 1990, quando recebeu adequação acústica e novos equipamentos. Também durante essa intervenção, o imóvel, recuperou os elementos das fachadas, que haviam sido retirados, além das esquadrias em venezianas de madeira das fachadas laterais.



Figura 90: Cine- Teatro de Oeiras

Fonte: Acervo IPHAN

Em junho de 2009 começaram os trabalhos de restauração, sob a responsabilidade do Programa Monumenta, com a contrapartida do governo do estado do Piauí, que injetou recursos na ordem de R\$ 341 mil. Durante as obras, foram mantidos os pisos do foyer, plateia, circulações, balcões e cabine

---

<sup>67</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009.p.169

já que o ladrilho hidráulico, de época, estava em bom estado de conservação, necessitando apenas de algumas recuperações. O piso do palco, em madeira, também foi mantido, recebendo apenas a recuperação de algumas peças danificadas pelo tempo. Já as escadas foram revestidas com carpete vermelho. As paredes internas também receberam carpete, para melhorar a acústica do teatro, e a parede que limita o foyer da plateia recebeu revestimento em espelho cristal para ampliar, visualmente, o espaço. Além da restauração de esquadrias e móveis e das obras físicas no prédio, os trabalhos do Programa Monumenta incluíram também projetos de cinotécnicas, sonorização, iluminação, cinema e ar-condicionado, elaborados por firmas especializadas, garantindo o funcionamento do prédio dentro das normas de uso.<sup>68</sup>

Como um recurso simbólico a reinauguração do Cine teatro é escolhido 24 de janeiro, data em que a sede do governo estadual é transferida de Teresina para Oeiras a fim de celebrar o episódio de adesão à Independência. Nesse sentido, a política de memória na ocasião, promovida pelo Programa Monumenta é mobilizada, ao vincular a atuação municipal e estadual, para a legitimação dos poderes locais. São acionadas referências simbólicas que organizam e atualizam memórias.

O próximo domingo, dia 24 de janeiro, uma das datas mais importantes do estado do Piauí, será também lembrado pela comunidade da cidade de Oeiras pela inauguração das obras de restauração do Cine Teatro, realizadas por meio do Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-MinC).<sup>69</sup>

É interessante lembrar a mudança na política de memória na seleção dos bens imóveis a serem restaurados, à época do PCH- NE, o Cine teatro foi rejeitado enquanto “digno” de patrimonialização, o estilo arte Déco não figurava a boa arquitetura.<sup>70</sup>

A restauração do Museu de Arte Sacra de Oeiras não é a primeira intervenção do Programa Monumenta em Oeiras. Em janeiro do ano passado, por exemplo, Governo do Estado e Ministério da Cultura inauguraram a obra de recuperação do Cine Teatro da Primeira Capital. Antes disso, o Monumenta já havia atuado na remoção do asfalto do Centro Histórico da cidade, nas restaurações do Café Oeiras, do Sobrado Major Selemérico, das capelas dos Passos da Paixão de Cristo e das Praças Mafrense e 24 de janeiro.<sup>71</sup>

---

<sup>68</sup> Abordado do capítulo 3.

<sup>69</sup>PROGRAMA MONUMENTA ENTREGA OBRA RESTAURADA EM OEIRAS – PI. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2698/programa-monumenta-entrega-obra-restaurada-em-oeiras-%E2%80%93-pi>. Acesso em 08.06.2021.

<sup>70</sup> Ver capítulo. 2

<sup>71</sup>GOVERNO DO ESTADO INICIA RESTAURAÇÃO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE OEIRAS. Disponível em <https://www.meionorte.com/pi/cidades/oeiras/governo-do-estado-inicia-restauracao-do-museu-de-arte-sacra-de-oeiras-170862>. Acesso em 12.05.2022

“Assim, ao articular uma estratégia para a cidade, o Programa Monumenta propôs a requalificação de espaços públicos e o restauro dos monumentos mais significativos para a dinâmica urbana.<sup>72</sup> Nesse sentido, podemos exemplificar o caso do Mercado Público ou Mercado Velho de Oeiras e a feira livre em seu entorno. As condições de infraestrutura e higiene já eram preocupações desde o plano de preservação para cidade de Oeiras no âmbito do PCH- NE em 1976, na ocasião não se concretizou uma readequação do espaço, avaliado enquanto carente à infraestrutura, ordenamento de animais de transporte, comercialização de animais vivos e as condições de higiene. Apesar dos problemas relatados o espaço foi cogitado como potencial para o turismo cultural desejado.

[...] Totalmente desocupado, o espaço do Mercado Velho passa, esta semana, por um processo de limpeza. Uma iniciativa da Prefeitura Municipal, em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Infraestrutura, e do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) planeja revitalizar o espaço.<sup>73</sup>

As obras do Mercado Velho, no âmbito do Monumenta, foi a que gerou maiores desafios administrativos e políticos. O início do restauro e requalificação dependia da transferência dos comerciantes e feirantes do espaço. Para tanto, a prefeitura da cidade optou pela construção do Mercado Municipal “Dona Lilli” e o Mercado Velho se destinaria a Complexo Cultural de Oeiras.

Com o Programa Monumenta e as contrapartidas do estado e do município deu início a requalificação do espaço, que compreendeu o plano de restauro do prédio do mercado construído na década de 1940 e a transferência do feirantes para o novo mercado. Para a PMO “Além de fortalecer o comércio local, o Mercado Municipal de Oeiras será um dos pontos turísticos do município, além de contribuir para a conservação dos espaços históricos de Oeiras, retirando o comércio ambulante do Centro da cidade.”<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009.p.169.

<sup>73</sup> <https://maioeiras.com.br/noticias/economia/novo-mercado-municipal-entra-em-atividade-e-movimenta-comercio-em-oeiras/>.

<sup>74</sup>NOVO MERCADO MUNICIPAL DE OEIRAS ENTRA EM FUNCIONAMENTO NO INÍCIO DE MARÇO. Disponível em: <https://maioeiras.com.br/noticias/economia/novo-mercado-municipal-de-oeiras-entra-em-funcionamento-no-inicio-de-marco/>. Acesso em 06.06.2021.

Desativado no início deste mês, o antigo mercado público de Oeiras, conhecido como Mercado Velho, será transformado num Centro Cultural. 'Está sendo realizada uma limpeza, vamos fazer uma readequação no que diz respeito a iluminação e recuperação de piso. Vamos transformar o espaço num centro cultural, um local de eventos, vamos dar vida a uma praça enorme com outras atividades', revela o prefeito de Oeiras.<sup>75</sup>



Figura 91: Mercado Público e Feira Livre de Oeiras anterior ao início da requalificação Fonte: Portal + Oeiras , 2017



Figura 92: Mercado Velho durante o processo de requalificação Fonte: Portal + Oeiras , 2017



Figura 93: Obra de Restauração Fonte: Portal + Oeiras , 2017



Figura 94: Mercado Velho após a remoção dos feirantes Fonte: Portal + Oeiras , 2017

<sup>75</sup> NOVO MERCADO MUNICIPAL DE OEIRAS ENTRA EM FUNCIONAMENTO NO INÍCIO DE MARÇO. Disponível em: <https://maioeiras.com.br/noticias/economia/novo-mercado-municipal-de-oeiras-entra-em-funcionamento-no-inicio-de-marco/>. Acesso em 06.06.2021.



Após a remoção dos trabalhadores, o plano de restauro se dedicou apenas à manutenção da estrutura do prédio. Não foi possível as obras para requalificação, em virtude da extinção dos contratos com o fundo de financiamento do Monumenta. O atraso em todo o processo que envolve o Mercado Velho resultou em ações ajuizadas pelo Ministério Público que apontava a ingerência por parte do governo estadual e municipal e os prejuízos causados à população de Oeiras. Desativado em março de 2017 os feirantes ao serem transferidos para o Novo Mercado enfrentaram a quebra das logísticas de compras e consumo, o Mercado Velho era central para feirantes e consumidores, o novo mercado localizava-se na saída da cidade, em virtude da distância os mercadinhos ganham espaço em detrimento ao feirante.<sup>76</sup> A mudança rompe uma lógica de consumo secular e, abre espaço para lugar estruturado, higienizado e controlado, mas com seus usos sociais modificados e questionáveis do ponto de vista da manutenção das relações das culturais tradicionais.



Figura 95 :Novo Mercado Municipal " Dona Lili" Fonte: PMO

A obra está recebendo um investimento de R\$10.416.005,18 oriundos do Tesouro Estadual. A nova sede do mercado público irá contribuir para a conservação dos espaços históricos do município de Oeiras, já que irá retirar todo o comércio ambulante que acontece no Centro da cidade. Para o

---

<sup>76</sup> AMBULANTES DE OEIRAS PI RECLAMAM DA TRANSFERÊNCIA DOS FEIRANTES PARA O NOVO MERCADO DE OEIRAS. Disponível em: <https://www.blogdoleandrosantos.com/2016/06/ambulantes-de-oeiras-pi-reclamam-da.html>. Acesso em: 06.06.2021.

prefeito Lukano Sá o espaço vem contribuir com a geração de renda do município, dando ainda mais oportunidades de emprego para a população.<sup>77</sup>

Desprende-se da fala dos gestores a concepção de conservação que privilegia a higienização dos espaços desconectadas de preocupações acerca da manutenção da lógica social e cultural. A remoção da feira que produzia resíduos indesejados se volta para o controle do espaço público e usufruto do poder e à destinação ao turismo. Afasta-se a população para dá espaço ao turista.

O projeto de requalificação seria executado através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Seinfra, utilizando recursos oriundos do extinto programa Monumenta, que atuava na recuperação e preservação do patrimônio histórico.<sup>78</sup> No entanto, até o ano de 2022 o Mercado Velho ainda não teve suas portas abertas.

Além das obras que envolviam as instituições conveniadas, o programa Monumenta também disponibilizava linhas de créditos para uso na conservação de bens na área de interesse do programa. Em Oeiras foram lançados três editais de seleção de imóveis privados, mas até o ano de 2008 não houve nenhum contrato formalizado. A ausência de contratos firmados consistiu em um fracasso no interesse de atribuir a responsabilidade de custeio das obras de restauro e conservação aos proprietários de bens imóveis, o relatório de avaliação do programa atribui à prefeitura municipal de Oeiras um comportamento que teria inviabilizado aos propósitos do lançamento das linhas de créditos:

Pouco antes do início dos projetos do Programa, a administração municipal promoveu a melhoria do casario, pintando as fachadas com recursos públicos. Essa **ação assistencialista** levou a população a imaginar que a iniciativa poderia se repetir. Tal expectativa diminuiu o interesse dos proprietários pelo financiamento por meio do Monumenta.<sup>79</sup>

A avaliação da equipe técnica do caso de Oeiras ao atribuir a ação da prefeitura municipal o fracasso das linhas de crédito, pode ser suavizado na medida que levamos em consideração a dificuldade dos detentores de bens culturais em entender e reunir a

---

<sup>77</sup>PREFEITO LUKANO SÁ FAZ VISITA TÉCNICA À OBRA DO MERCADO PÚBLICO DE OEIRAS.<https://oeiras.pi.gov.br/02/03/2015/prefeito-lukano-sa-faz-visita-tecnica-a-obra-do-mercado-publico-de-oeiras/>.

<sup>78</sup> MERCADO VELHO DE OEIRAS SERÁ TRANSFORMADO EM NOVO CENTRO CULTURAL. Disponível em: <https://180graus.com/oeiras/mercado-velho-de-oeiras-sera-transformado-em-novo-centro-cultural>. Acesso em 06.06.2021.

<sup>79</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009.p.17

documentação necessária a burocracia dos financiamentos, que se revela no fato de algumas propostas serem selecionadas, mas não foram efetivadas pelo não envio da documentação requerida para assinatura dos contratos. “O primeiro edital foi lançado na cidade em 2005. Ninguém se apresentou. O segundo, no mesmo ano, classificou dois proponentes, que solicitaram R\$ 12.841 mil e R\$ 14 mil. No terceiro edital, em 2006, foram classificadas seis propostas, com valores entre R\$ 30 mil e R\$ 95 mil.”<sup>80</sup>

A população de Oeiras possuía renda média baixa, “segundo dados do Censo do IBGE (2000), o rendimento médio nominal mensal da população é de apenas R\$ 264,00, o segundo menor entre as cidades conveniadas. A prefeitura é a maior empregadora do município.”<sup>81</sup> Como esperar que essas famílias comprometam-se em financiamentos se muitas das vezes suas prioridades estão vinculadas a necessidades básicas de alimentação, saúde e educação ou mesmo o receio do endividamento? Neste sentido, é aceitável e, não um desejo assistencialista, esperar que o estado subsidie a preservação da memória local no que refere a movimentação de recursos financeiros em estados, cidades e comunidades pobres e o protagonismo requerido se expresse tão somente na criação e consumo dos bens culturais.

Soma-se a esse contexto, os problemas de natureza técnica por parte das unidades gestoras como a Secult-PI, “Instalada na capital, por estar vinculada ao governo do estado, a UEP não estabeleceu um relacionamento mais próximo com a população. Faltaram investimentos para divulgar o projeto, registrando-se apenas a publicação da abertura dos editais em diário oficial.”<sup>82</sup> E o IPHAN – PI “Também não há escritório técnico do Iphan na cidade, e, mesmo existindo agência da Caixa, os poucos proponentes deixaram de entregar a documentação necessária.”<sup>83</sup> Ambos os órgãos no Piauí são avaliados pela ausência, aponta-se para a necessária relação entre o êxito das políticas de memória e os órgãos responsáveis locais, por dinamizar e aproximar os detentores de bens culturais às políticas de fomento e para importância da ação preventiva de conservação e usos do patrimônio.

---

<sup>80</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009.

<sup>81</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009.

<sup>82</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009.

<sup>83</sup> DIOGO, Erica (org) Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009.

Ainda como parte do financiamento via Programa Monumenta as iniciativas para patrimônio imaterial contemplaram a cidade de Oeiras por meio dos editais de fomento, através do projeto “Celebrações”. A parceria entre Áurea Pinheiro historiadora, museóloga e documentarista<sup>84</sup> e Cássia Moura documentarista, fotógrafa e museóloga<sup>85</sup> resultaram dentre outros produtos<sup>86</sup> na publicação bilingue “Celebrações” que apresentou os bens culturais: a Procissão do Bom Jesus dos Passos, a Procissão do Fogaréu e a Congada do grupo Congos de Oeiras e a produção audiovisual o documentário “Congos: Ritmos e devoções”<sup>87</sup> produzidos via edital do Programa Monumenta / IPHAN, do Ministério da Cultura com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio técnico da Unesco.

O fomento à cultura iniciado pelo *Minc* desde 2003 alcança seu auge no Piauí entre os anos 2007 a 2010 e, por conseguinte, a área da cultura apresenta demandas que passam a ser atendidas não somente pelos tradicionais agentes culturais vinculados principalmente às elites, mas entra em cena lideranças comunitárias, coletivos dos mais diversos movimentos sociais,

---

<sup>84</sup>Doutora e mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (1999, 2004). Foi professora colaboradora na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. É professora associada da Universidade Federal do Piauí, onde criou e coordena o Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia. Pós-doutora em Ciências das Artes e do Patrimônio na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. É pesquisadora do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra, onde esteve como professora visitante sênior em 2020. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tem experiência na área de Artes, Patrimônio e Museologia, com ênfase em Museologia Social, Ecomuseus, Inventários Participativos, Cinema Documentário. Informações do Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7575246896002294>. Acesso em 01.01.2022.

<sup>85</sup>Fotógrafa e documentarista. Assina como produtora e fotógrafa still o documentário etnográfico Passos de Oeiras (2009) e como diretora o documentário etnográfico As Escravas da Mãe de Deus (2010) e Piauí: história, memória e patrimônio cultural [2008], realizado em caráter institucional para Superintendência Estadual do IPHAN no Piauí. Na Série Literatura Brasil, que inclui os documentários: H.Dobal um homem particular [2002], O Sertão mundo de Suassuna [2003] e Marcos Vinícios Vilaça o artesão da palavra [2005] assina como produtora e fotógrafa still. Assina como produtora executiva o filme Cipriano [longa metragem, 2001]. No documentário Um corpo subterrâneo [DOCTV, 2007] assina como assistente de direção e fotógrafo still. É autora do livro Celebrações, que, em 2009, recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Participou da Coordenação do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais da Arte Santeira do Piauí; produziu os registros audiovisuais do Inventário e do INRC - Celebrações no Piauí, Oeiras [2009]. É autora do livro Senhores de seu ofício: a arte santeira do Piauí [2010]; produziu as edições 2008, 2010 e 2012 do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural. É autora da exposição fotográfica "Senhores de seu ofício: a arte santeira do Piauí. Desenvolve pesquisas e estudos em Museologia, Educação, Patrimônio, Cinema Documentário, Cultura, Religião e Religiosidades. Informações do Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9608828531602468>. Acesso em 01.01.2022.

<sup>86</sup> Eventos, fóruns, publicações em periódicos acadêmicos, formação de profissionais em nível de Iniciação Científica, mestrado e doutorado na área o patrimônio cultural. Dentre outros: PINHEIRO, Áurea; FALCI, Miridan Britto; LIMA, Solimar Oliveira. Patrimônio e Cultura Negra. Teresina: dições VOX MUSEI arte + patrimônio, 2014.; PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. História oral, filme documentário e etnografia escrita. Disponível em <http://encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anis/3/1340419914arquivotextohistoriaoralrj2012pdf> Acesso em 20/10/2014. PINHEIRO, Áurea e MOURA, Cássia. Cultura, religião e cinema documentário. In: XI Congresso Luso Afrobrasileiros de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador: UFBA, 2011.

<sup>87</sup> PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. Congos: ritmo e devoção. Documentário Etnográfico. Teresina: Educar artes e ofícios, 2009.

pesquisadores de universidades públicas e as linhas de fomento viabilizam demandas reprimidas dos mais diversos atores.

Como forma de atender o Registro dos bens imateriais foi acolhida enquanto procedimento oficial o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), uma metodologia<sup>88</sup> voltada para a identificação e produção de conhecimento sobre bens culturais com vistas a subsidiar a formulação de políticas de preservação, sobretudo a chancela de Patrimônio Imaterial brasileiro com o Registros nos Livros: Saberes<sup>89</sup>, Celebrações<sup>90</sup>, Formas de expressão<sup>91</sup> e Lugares.<sup>92</sup> Na perspectiva acolhida pelo IPHAN esses bens caracterizam-se, principalmente, pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade e com base nessa concepção, INRC, voltou-se para experiências históricas-etnográficas de registro de um país mais plural, aos quadros comumente pintados sobre a cultura brasileira.

---

<sup>88</sup> IPHAN. INRC. Manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

<sup>89</sup> Livro de Registro dos Saberes - Criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Os Saberes são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais. Cf. IPHAN. Livro de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12.05.2021.

<sup>90</sup> Livro de Registro das Celebrações - Reúne os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social. Celebrações são ritos festivos que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras. Cf. IPHAN. Livro de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12.05.2021.

<sup>91</sup> Livro de Registro das Formas de Expressão - Criado para registrar as manifestações artísticas em geral. Formas de Expressão são formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade. Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade. Cf. IPHAN. Livro de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12.05.2021.

<sup>92</sup> Livro de Registro dos Lugares - Nele são inscritos os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas. Os Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais. Cf. IPHAN. Livro de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12.05.2021.

Nos últimos 16 anos, graças à criação da política e do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (Decreto 3551/2000), mais do que conferir títulos, foi declarada a responsabilidade do Estado com esses bens. Na sequência da política do patrimônio imaterial, agregou-se a valorização da diversidade linguística. O Brasil, que tem como língua oficial o Português, possui falantes de mais de 180 línguas indígenas, algumas línguas de imigração hoje desaparecidas nos seus países de origem e remanescentes de línguas africanas. É o caso, por exemplo, das línguas indígenas Asurini, Guarani Mbya e a de migração Talian, reconhecidas como Referência Cultural Brasileira.<sup>93</sup>

Quando se pensa na conjuntura vivida no país do vultoso financiamento público da promoção do patrimônio cultural podemos citar o Programa Monumenta, importante programa que visava a revitalização dos centros históricos que ia do restauro ao incentivo de uma municipalidade há muito desejada; O PAC das cidades históricas que também injetou nas cidades carentes de restauro e infraestrutura e os editais de fomento que contemplavam em sua maioria os patrimônios de natureza imaterial demanda reprimida pela inexistência anterior de legislação e metodologia que abarcassem a natureza nos modos de fazer das expressões culturais e das celebrações brasileira.

O INRC das comunidades quilombolas do Piauí, o INRC da Arte Santeira do Piauí e o INRC da Cajuína do Piauí foram (3) três os exemplos do emprego da metodologia recém chancelada pelo IPHAN para inscrição dos bens nos livros de Registro e, que, a partir de então ao lado dos livros de tombo, consagraria a dimensão imaterial e diversa. É relevante destacar o emprego da metodologia oficial para reconhecimento e processo de patrimonialização advinha de pessoas de fora das equipes de servidores do IPHAN. Na história da instituição de memória, os tombamentos, foram processos realizados do início à conclusão por servidores. O que se observa com INRC é que a patrimonialização pode passar por diversos segmentos sociais para recolha de informação e instrução do processo.

Neste aspecto se avalia enquanto dispositivo de consolidação da democratização dos processos. A autoridade dos agentes dos quadros da burocracia estatal se pretendia compartilhada. Todavia não se pode enxergar de modo idealizado a implementação, os percursos das experiências vão esbarrar em querelas institucionais, o processo decisório nem sempre foram pautados com os detentores dos bens, os especialistas vão conduzir a aplicação

---

<sup>93</sup>IPHAN: 80 ANOS DE HISTÓRIAS E AVANÇOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3574/iphan-80-anos-de-historia-e-avancos>. Acesso: 05.04.2021.

do manual com dificuldades de gestão compartilhada até alcançar experiências com feições propriamente democráticas, as conduções da metodologia, sofreram, pelos especialistas na matéria, críticas e sugestões de reformulações de modo a reconduzir as formas de patrimonialização.

O Inventário Nacional das Comunidades Quilombolas- INRC<sup>94</sup> que teve na condução uma pesquisadora universitária que já possuía uma trajetória acadêmica e política em torno dos movimentos sociais, incluiu desde a sua implementação a gestão negociada e compartilhada com os líderes da Associação Estadual das Comunidades Quilombolas. No Piauí foi a primeira à experiência a tentar a gestão participativa do Patrimônio que precisava acontecer com envolvimento dos atores sociais, não somente como objeto da ação, mas como protagonistas do processo de patrimonialização. Os motivos pelos quais foi possível se refere ao perfil político participativo do grupo social objeto da política, já se configurava enquanto prática e reivindicação das comunidades quilombolas, da coordenação estadual do movimento quilombola no Piauí a gestão compartilhada.

Sendo assim, de um cenário das políticas públicas de memória historicamente autoritário, experiências participativas tiveram de assumir enfrentamentos para garantia do lugar de fala frente à especialistas institucionais, o que tornou o processo muitas vezes conturbado. Das experiências observados no Piauí a inserção dos detentores na tomada de decisões foi observada em maior dimensão com as comunidades quilombolas. Desprende-se a ideia de que quando os atores já possuem capital político para o enfrentamento das burocracias institucionais, como foi o caso do movimento quilombola, que organizado politicamente soube reivindicar seu protagonismo, lugar já defendido nos debates teóricos, mas que na prática precisaram assegurar.

A demanda atendida por professores universitários na aplicação dos inventários gerou um importante campo para pesquisa, interlocução com as políticas públicas e as comunidades tradicionais. Inventários, pareceres, recursos audiovisuais e outros produtos que davam conta do patrimônio brasileiro passou a ser demandado não somente pelo IPHAN, mas também por diversos outros órgãos e fundações o que chamamos do *boom* do patrimônio no Brasil.

---

<sup>94</sup> BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens Negros: Referências Culturais em Comunidades Quilombolas do Piauí Teresina: IPHAN/PI, 2012.

Duas questões pesam para a nova conduta estatal: a democratização dos processos discricionários de eleições dos bens passava por uma demanda reprimida de alto volume e para tanto, o corpo de servidores capacitados para tal empreendimento era reduzido e optou-se pela contratação de empresas e fundações que concorriam aos editais públicos, os pesquisadores nas universidades brasileiras que atuaram como historiadores, antropólogos, arquitetos, cientistas sociais, comunicadores sociais, que eram dotados de referências teóricas e metodológicas passaram a desempenhar o papel antes restritos aos quadros do IPHAN.

Neste sentido, novos pesquisadores foram formados tendo como foco de suas análises as preocupações com os processos de patrimonialização, que agora se fazia sobre a ótica de experiências concretas e compartilhadas, entre a prática e teoria, o que sem dúvida sofisticou a formação e a instrumentalização do campo. Neste sentido, em parceria entre a Universidade Federal do Piauí – UFPI e o IPHAN o Congresso Internacional de História e Patrimônio, realizado no campus da UFPI em Teresina em 2008 teve a Arte Santeira, a conservação de arquivos e as comunidades quilombolas como temáticas centrais que para além da programação normal do evento, aconteceram o I Fórum de Arte Santeira, I Fórum de Arquivos, I Fórum de Comunidades Quilombolas e o Salão de Arte Santeira Regional do Piauí. O eixo central das atividades objetivou-se ampliar as temáticas para discussão e oportunizar a construção de sociabilidades entre profissionais dos cursos das Ciências Humanas e Sociais, como também convidar a sociedade para participar dos debates, fazendo com que estes extrapolem os limites acadêmicos.<sup>95</sup>

Ainda como parte das políticas de fomento, originado do projeto amplo designado “Sensibilização e orientação para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, o Edital de apoio a documentários etnográficos sobre patrimônio cultural imaterial – Etnodoc – foi criado a partir de um grupo de trabalho composto por especialistas do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular<sup>96</sup> e do Departamento de Patrimônio Imaterial, do Iphan. A Associação Cultural

---

<sup>95</sup> O evento foi realizado em Teresina nos dias 17 e 22 de agosto de 2008 e teve como tema central Memória, ensino e bens culturais, o congresso reuniu profissionais da Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal Fluminense, Universidade de São Paulo, Universidade de Buenos Aires, dentre outros, mobilizando a sociedade para refletir sobre questões que envolvem suas ações, práticas, modos de fazer e de viver. Como se propõe interdisciplinar, o evento é aberto não somente a historiadores, como a geógrafos, arquivistas, educadores, arquitetos e profissionais afins.

<sup>96</sup> Museu de Folclore Edison Carneiro criado em 1968, soma cerca de 17 mil objetos, que alimentam tanto a exposição de longa duração, “Os objetos e suas narrativas”, quanto as exposições temporárias da Galeria Mestre Vitalino. De vários autores, técnicas e procedências. O Museu de Folclore tem seu nome desde 1976, numa



de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro assumiu a gestão do projeto, patrocinado pela Petrobras.<sup>97</sup> O Etnodoc apoiou (15) quinze projetos de documentários etnográficos, de média duração, voltados para exibição em redes públicas de TV. A intenção foi ampliar as ações voltadas para a valorização e promoção dessa dimensão do patrimônio cultural, assim como estimular iniciativas voltadas para a melhoria das condições de transmissão, produção e reprodução dos bens culturais. O Etnodoc teve (3) três edições nos anos de 2007, 2009 e 2011.

O reconhecimento da Festa em Louvor ao Bom Jesus dos Passos enquanto patrimônio nacional começa ser a vislumbrada no ano de 2009, com a aprovação de financiamento do documentário etnográfico Passos de Oeiras, como parte das ações do PNPI (Plano Nacional de Patrimônio Imaterial), que financiava iniciativas que divulgassem o patrimônio imaterial brasileiro. O Piauí foi contemplado com documentário “Passos de Oeiras”<sup>98</sup> no edital do Etnodoc de 2007 que teve roteiro e direção de Áurea Pinheiro, direção de Douglas Machado e fotografia e produção de still de Cássia Moura. O Documentário etnográfico foi produzido e editado em 26 [vinte e seis] minutos sobre a Procissão dos Passos do Bom Jesus dos Passos de Oeiras:

Apresentam-se as crenças e os rituais emblemáticos da religiosidade do Nordeste, do Estado do Piauí e de Oeiras em particular. Percorrem-se as ruas, as casas e os lugares de memória da velha Oeiras, para capturar crenças, rituais, religiosidade e espiritualidade mutantes, mas marcadas por permanências. Os fiéis revivem os passos de Cristo rumo ao calvário, além de manter crenças e rituais de fé. Muitos fiéis participam do ritual para cumprir promessas [carregam ex-votos e cruzeiros] e percorrem as ruas com os pés descalços.<sup>99</sup>

---

homenagem pela atuação fundamental para a história da instituição. Edison Carneiro Etnólogo, folclorista, historiador, foi um dos mais destacados pesquisadores da cultura popular, tendo participado de movimentos que visavam ao conhecimento e valorização do folclore nacional. Foi um dos inspiradores da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), criada em 1958. Em sua gestão como diretor-executivo da Campanha, no período 1961-64, foi inaugurada a Biblioteca Amadeu Amaral e iniciada a aquisição de peças para o Museu, cuja criação (1968) era uma de suas aspirações. A transformação da CDFB em órgão de caráter permanente foi conquista sua, concretizada pela criação do Instituto Nacional de Folclore (1978), atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

<sup>97</sup> Petróleo Brasileiro S.A. é uma empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, sendo, portanto, uma empresa estatal de economia mista.

<sup>98</sup>PINHEIRO, Áurea da Paz.; MOURA, Cassia.; MACHADO, Douglas. Passos de Oeiras. *Documentário Etnográfico*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro/Minc/IPHAN/Petrobrás, 2008

<sup>99</sup>PINHEIRO, Áurea da Paz.; MOURA, Cassia.; MACHADO, Douglas. Sinopse. In: PINHEIRO, Áurea da Paz.; MOURA, Cassia.; MACHADO, Douglas. Passos de Oeiras. *Documentário Etnográfico*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro/Minc/IPHAN/Petrobrás, 2008

É uma montagem da compilação de imagens e entrevistas realizadas durante a preparação e realização da Celebração em honra ao Senhor Bom Jesus dos Passos na cidade de Oeiras. A autora do filme propõe uma leitura etnográfica da celebração por meio de uma narrativa constituída a partir das entrevistas. Tal perspectiva se deu pelo momento e pela perfil da autora, professora e pesquisadora com sua aproximação temática com a cultura popular e a experiência em curso na época relacionada ao INRC da Arte Santeira que produzia em sua prática o universo de leituras e metodologias no trato da cultura imaterial, bem como, a leitura etnográfica requerida pelo edital.

O documentário é um exemplo da diversidade de formatos acolhidos pelo documentário brasileiro a partir do momento de rompimento com a tradição do cinema, ao abrir mão de uma voz *over*(narração) detentora do saber, utilizando-se, ao invés disso, de trechos da narrativa dos informantes, no caso específico dos devotos, ao som da etnomúsica. O filme possui trilha sonora original a partir da composição de sons originais, como rezas, cantos e toque do sino da Igreja, da própria Festa, com recursos da etnomúsica. Personagens singulares da cultura da cidade nordestina, ligados a tradições seculares que encaminham para o desaparecimento, sinalizam para o valor imaterial.<sup>100</sup>

Como o argumento central do filme gira em torno da apresentação do bem imaterial, a Celebração em Louvor ao Bom Jesus dos Passos, os sentidos e significados são alcançados e enriquecidos pela câmera por meio de *closer* nas expressões dos devotos, nos pés descalços daqueles que pagam promessas. A narrativa contempla a religiosidade, as procissões, o imaginário e os sentimentos, sempre pontuando nas entrevistas o que é festa e qual a participação de cada pessoa. Às vezes, não é ocultada a voz do entrevistador, e quando é, podemos identificar facilmente através das respostas o que fora perguntado.

As escolhas estéticas são intencionais, os planos fechados nos entrevistados recebem enquadramentos que focam às vezes nas mãos, os olhos ou fundo do cenário que nos remetem ao objetivo da narrativa – apresentar o grau de singularidade, religiosidade e pertencimento daqueles que organizam a Festa. Existem legendas identificando pessoas ou lugares, a montagem é contínua para a construção do ritual. A celebração é abordada na sua duração, da preparação ao último ato dos romeiros. A montagem é realizada de maneira que cada uma das sequências sustente o objetivo de narrar a Festa.

---

<sup>100</sup> LIMA, Ariane dos Santos. Por entre rezas e procissões: Celebração em louvor ao Bom Jesus dos Passos.174f. DISSERTAÇÃO (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2013.

As figuras 96, 97, 98 e 99 são *frames* do filme documentário, ou seja, quadros e imagens fixa do audiovisual. Se referem a narrativa de se mostrar os modos de fazer a festa, com a representação de uma pessoa idosa na confecção das flores de Passo. E as demais retratam a relação entre a comunidade e a as intenções votivas do toque na imagem, da presença das crianças no pagamento de promessas e nos ex-votos.



Figura 96: Frame do Filme documentário Passos de Oeiras, 2009



Figura 97: Frame do Filme documentário Passos de Oeiras, 2009



Figura 98: Frame do Filme documentário Passos de Oeiras, 2009



Figura 99: Frame do Filme documentário Passos de Oeiras, 2009

## 5.2 A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE OEIRAS

O dossiê para instrução do processo de tombamento federal do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras foi um produto de uma construção narrativa institucional, portanto, uma fonte histórica a ser problematizada a partir de tal prerrogativa. Neste sentido, consideraremos qual significações de patrimônio e dos bens patrimonializados de Oeiras o documento construiu.

A trajetória da política de memória do estado brasileiro construiu uma noção de patrimônio cultural brasileiro associada à eleição de bens representativos da História da Nação, assim, cada patrimônio consagrado recebeu um lugar de sentido dentro de uma narrativa da constituição histórica nacional. O primeiro conjunto histórico reconhecido foi um exemplar do que se pretendia exaltar, a cidade de Ouro Preto<sup>101</sup>, onde o barroco, o ciclo na mineração e a colonização europeia servem de parâmetro em face ao silenciamento dos processos e atores históricos que também eram testemunho da época, como os trabalhadores escravizados e seus equipamentos culturais e espaços ocupados.

É importante ressaltar que os conjuntos localizados em zonas periféricas do mando político e social do estado brasileiro só foram incluídos de forma tardia, se compararmos o caso de Ouro Preto (1933) e o de Oeiras (2012). Mesmo tardia foi tomada por uma narrativa de continuidade, um apêndice, dentro do quadro perfilhado de uma história nacional. Assim, buscou-se incluir às periferias dentro de um todo, uma porção “menor” por entre os patrimônios advindos da experiência de colonização. Seria também uma influência do que a Carta de Veneza nomeou de “Conjuntos modestos”.

[...]um a noção de monumento histórico compreende a noção de criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico, portanto, entende-se não só as de grande criações, mas também **as obras modestas que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural.**<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> BRASIL. Decreto-Lei Nº 22.928, de 12/07/1933, que declarou a cidade de Ouro Preto Monumento Nacional.1933.

<sup>102</sup>II COMOS, Carta de Veneza, Veneza, 1964.

Neste sentido, a atribuição de valor patrimonial dava-se por critérios técnicos, noções e conceituações cambiantes, segundo Ribeiro<sup>103</sup>, o olhar para os conjuntos passou a incluir os sítios arquitetonicamente mais modestos na categoria de conjunto paisagístico e deixou a categoria de conjuntos arquitetônicos para aqueles de maior integridade arquitetônica.<sup>104</sup>

[...] a partir dos anos 60, na cidade patrimônio deixa de ser concebida somente como uma cidade-monumento, passando a ser vista também como um testemunho da evolução da organização social, fazendo jus ao nome de ‘cidade histórica’. **Aos antigos valores histórico e artístico agregase o valor paisagístico como critério predominante na seleção de áreas urbanas.** A noção de paisagem, de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganha agora maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão arquitetônica. [...] a hegemonia do valor paisagístico é também naturalmente reflexo do discurso de contextualização do objeto patrimonial no seu entorno.<sup>105</sup>

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em 1992<sup>106</sup> adota o conceito de paisagem cultural e a categorização dos bens culturais passaram a agregar essa nova tipologia. Segundo a Convenção Europeia de 2000 “Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos.”<sup>107</sup> A esse respeito em 2007 foi publicado, na série Pesquisa e Documentação do IPHAN, “Paisagem Cultural e Patrimônio”<sup>108</sup> que apresenta debates sobre as conceituações, as condutas no contexto internacional e nacional no trato das paisagens culturais e sua relação em conjuntos históricos, urbanísticos ou arquitetônicos.

O Brasil regulamentou a paisagem cultural enquanto categoria de preservação em 2009, por meio da Portaria nº 127<sup>109</sup>, que entende “Paisagem Cultural Brasileira” como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

<sup>103</sup> RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio Janeiro. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. p.91.

<sup>104</sup> RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio Janeiro. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.p.91.

<sup>105</sup> SANTANA, Márcia. Da cidade -monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil 1937 a 1990.1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995, p. 170 -171.

<sup>106</sup> SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

<sup>107</sup> CONSELHO DA EUROPA. Convenção Europeia de Paisagem. Florença 20 de outubro de 2000; Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>. Acesso em 25.11.2020.

<sup>108</sup> RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio Janeiro. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007

<sup>109</sup> IPHAN. Portaria nº 127 de 30/04/2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. 2009.

Paisagem é um modo de ver, mas quando se fala do universo dos bens culturais, como conjunto de formas, que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. A permanência dos elementos da paisagem, sejam as edificações, rios, vegetação etc. componentes somados às tradições e formas de expressão de cada comunidade constrói sua presença em um determinado território.<sup>110</sup>

Tais compreensões das noções de patrimonialização dos Conjuntos Históricos e Paisagísticos reflete-se no título atribuído aos dossiês de instrução dos processos de tombamento nas cidades históricas do Piauí: “Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras / Parnaíba/ Piracuruca: dossiê de tombamento.”<sup>111</sup> A justificativa para o tombamento recorre ao mesmo argumento nas três cidades, testemunhas da interiorização da colonização, que objetivou construir uma rede de patrimônio interligada, como explicitado em um trecho do dossiê da cidade de Piracuruca:

O trabalho de identificação de bens que representam esse momento da história do Brasil foi iniciado com o tombamento de Parnaíba. Ele terá continuidade com as propostas de tombamento de vários outros bens e conjunto urbanos do Piauí, que juntos formarão um panorama da ocupação e história deste Estado, **até hoje pouco conhecido e valorizado pelo restante do país**. Constitui-se, desta forma, uma rede de bens ligados diretamente à história do Brasil, à formação atual do seu território, à definição de fronteiras e à forma de vida no sertão.<sup>112</sup>

A escolha da narrativa para construção dos dossiês fixa as singularidades históricas, os processos sociais e os atores de cada cidade, em segundo plano, a fim de se destacar as similitudes entre o processo de colonização brasileira e interiorização do território nacional. Recorre-se ainda a usual retórica que reflete questões identitárias latentes do piauiense e a necessidade de se construir uma imagem positiva do estado frente aos estigmas da pobreza e da distância dos grandes centros urbanos.<sup>113</sup>

Retomando ao argumento que se assenta a instrução de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras, recorre-se a uma extensa contextualização histórica que se

<sup>110</sup> RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/CPEDOC, 2007.

<sup>111</sup> IPHAN. *Dossiê de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras*. Dossiê, p.11

<sup>112</sup> IPHAN. *Dossiê de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca*.

<sup>113</sup> FONTINELES, C. C. da S. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 13, n. 33, p. e0210, 2021.

vale de uma bibliografia acerca do povoamento de Oeiras, o desenvolvimento da pecuária do apogeu à decadência, controle planejamento espacial da colonização do Piauí até a mudança da capital. Neste sentido, a maior parte das páginas que compõem o dossiê se ocupa em apresentar Oeiras como testemunho da interiorização da colonização por meio da criação e comercialização de gado.

Em relação ao processo de ocupação e desenvolvimento econômico, a Pecuária, foi significativa para o Piauí e Oeiras, as vias de escoamento para comercialização do gado interligava os principais centros populacionais e econômicos do país. O gado alcançava às regiões de escoamento em direção às charqueadas<sup>114</sup> localizado na cidade de Parnaíba no litoral do Piauí para comercialização de carne seca e de couro pela via marítima o que conectava o Piauí ao mercado Internacional. As vias de escoamento do gado de engorda para as invernadas<sup>115</sup>, para comercialização do gado nas feiras do litoral açucareiro e para a zona mineradora.

“Apresenta, do ponto de vista urbanístico, aspectos comuns às cidades implantadas ao longo do Caminho das Tropas: conformação linear com ruas estruturadas paralelamente ao Caminho das Tropas, interligadas por travessas de largura reduzida. [...] <sup>116</sup> Destacam que o caso de Oeiras refuta a tese que os portugueses não tinham preocupações com traçado das ocupações no processo de estabelecimento de território na Colônia. Citam a Carta Régia de 1789 que prescreviam o ordenamento urbano, que salvo as barreiras naturais da topografia e as barreiras econômicas permitiram um traçado urbano à Oeiras relatados por Paulo Thedim Barreto em 1937 e pela CLAP em 1976.

Nessa paisagem, com o alinhamento das edificações e a impressão de ordem estabelecida, se inserem a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias e o Sobrado Nepomuceno (Paço Episcopal) - os mais importantes bens do patrimônio tombado. O centro histórico permanece como centro administrativo e econômico da cidade. A partir dele, a malha urbana se ampliou, em todas as direções, principalmente ao longo das rodovias de acesso aos municípios vizinhos. É a mais antiga cidade do Piauí e foi criada pela Carta Régia de 1761 (primeiro de uma série documentos a tratar do controle do processo de crescimento urbano no Brasil Colônia).<sup>117</sup>

<sup>114</sup> REGO. Júnia Motta Antonaccio do. Dos Sertões aos Mares: História do Comércio e dos Comerciantes de Parnaíba (1700 a 1950) 291f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

<sup>115</sup> O que eras invernadas

<sup>116</sup> IPHAN. Dossiê de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras, p.11

<sup>117</sup> IPHAN. Dossiê de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras.



Assim, largamente documentada com usos de mapas, dados estatísticos, relatos de viajante e historiografia da colonização, os caminhos do gado do Piauí para as demais zonas de povoação, foram reconstruídos como forma de incluir e referenciar os bens de Oeiras não somente como parte de uma narrativa já consolidada na construção identitária do estado do Piauí, mas que se volta agora como parte da nacionalidade brasileira.

O conjunto urbano de Oeiras - tombado pelo Iphan, em 2012 - apresenta elementos de várias correntes arquitetônicas (luso-brasileira, arquitetura do imigrante e eclética) que pela sua escala e volumetria configura um conjunto harmonioso e de grande qualidade. A área tombada é composta por 14 quarteirões com 235 imóveis.<sup>118</sup>

A descrição e adjectivação do conjunto de Oeiras recebe um caráter heterogêneo no que se refere as características arquitetônicas e técnicas construtivas, reúne desde as influências arquitetura barroca, arquitetura civil do século XIX, da arquitetura vernacular e do arte decó. A concepção enquanto conjunto “harmonioso” na área de interesse histórico, a região concentra, apesar dos vazios, uma paisagem cultural interpretativa de um modo de vida das atividades humanas ali processadas durante épocas, O Centro e o bairro do Rosário são as zonas de ocupação de maior antiguidade, as demais áreas representadas foram ocupadas e urbanizadas na segunda metade do século XX ou consideradas zonas rurais.<sup>119</sup>

### 5.3 A CAPITAL DA FÉ



Figura 100: Igreja N. S. da Conceição 1957 Fonte IBGE



Figura 101: Igreja N. S. do Rosário 1957 Fonte: IBGE

<sup>118</sup> IPHAN. *Dossiê* de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras.

<sup>119</sup> Ver apêndices com os mapas das área de interesse e área tombada, de entorno e os imóveis de destaque.



Figura 102: Igreja N. S. Da Vitória em 1957 FONTE: IBGE



Figura 103: Terra preparada para plantio de mandioca 1957  
Fonte: IBGE

Entre 1957 e 1964 o IBGE construiu a coleção “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” que objetivou a sistematização das informações estatísticas e geocientíficas do território brasileiro, priorizando o município, mas oferecendo também informações sobre as grandes regiões brasileiras. Na Enciclopédia dos municípios brasileiros, na descrição de Oeiras, registrou-se: “Oeiras é considerada o núcleo mais antigo do Piauí e berço da história e colonização do Estado. Foi sede da Província até 1852, quando o Conselheiro Saraiva transferiu a capital para a 'Chapada do Corisco', onde hoje se encontra Teresina.”

Como parte da metodologia da pesquisa institucional, as imagens acima, foram capturadas com a intenção de representar o município e ilustram uma versão sobre a cidade através das fotografias das três igrejas e de uma atividade de plantio. Muito provavelmente as escolhas foram para destacar uma imagem sobre a cidade já difundida, da “singularidade religiosa e histórica” e, para sobrepujar um aspecto econômico destaca-se a inclinação rural ao retratar a atividade de plantio de mandioca. Retomamos registros da década de 1950 de modo a evidenciar ao processo em curso que se consolida nos anos 2000, A Capital da Fé.

Deste modo, a forma que a cidade tem sido representada como parte da história de colonização e seus remanescentes testemunhos, os bens arquitetônicos religiosos se reforça enquanto narrativa desde a década de 1930 como vimos através dos intelectuais locais, nos bens patrimonializados e reiterados em narrativas de continuidade como registrada pelo IBGE pós 1950.

[...] Praças, sobrados e igrejas que ao longo do tempo foram tornando viva a existência de um povo que através da expressão cultural, do folclore, da fé e religiosidade, foram dando vida à cidade. Uma alma brejeira, telúrica e simplesmente oeirense. Viver aqui é sentir todos os dias o coração pulsante, um saudosismo impregnado, desde então, pois, verdadeiramente Oeiras tem uma alma, composta de fragmentos da intelectualidade, do imaginário

coletivo, da religiosidade e da simplicidade do sertanejo que vai de passo a passo na procissão do Bom Jesus.<sup>120</sup>

A cidade de Oeiras conquistou ao longo do tempo elogiosas referências em publicações de livros, reportagens, *blogs*, produções audiovisuais, nas transmissões ao vivo pela TV principalmente na cobertura da Semana Santa, adjetivações generosas anunciadas por seus moradores e visitantes que, em grande medida, poderiam ser sintetizadas na fala de Freitas Júnior citada acima.

Neste sentido, ao longo do tempo, Oeiras consolida seu repertório patrimonial a partir, principalmente, do dispositivo<sup>121</sup> capital da fé, na acepção foucaultiana, “Capital da Fé” assumiria o lugar de instrumento regulatório, que tipologiza e classifica os sentidos de ser e viver na cidade de Oeiras. O disposto se consolida a partir de três elementos que acompanham as ativações patrimoniais em Oeiras e vai demonstrando o ato performativo da imagem que se constrói sobre a cidade: primeiro, a capital se vincula a reconquista de um status de capital de sede administrativa antes perdida; segundo a valoração de uma religiosidade tradicional e, por último o patrimônio edificado que tem como principal símbolo a Igreja Nossa Senhora da Vitória.

A construção do pórtico de entrada da cidade de Oeiras é representativa da mensagem que o monumento pretende anunciar. Construído entre os anos de 2006 e 2007 intencionou associar uma imagem da cidade de Oeiras ao dispositivo Capital da fé e ao repertório das celebrações que acontecem durante o calendário religioso e para o turismo. Observa-se no letreiro inscrição “Capital da Fé” e o contorno da fachada da Igreja Nossa Senhora da Vitória, posteriormente observamos uma mudança (fig.104 – 105), registrada, onde é acrescentado ao letreiro do pórtico o título “Monumento Histórico Nacional”. Cabe destacar que os letreiros representam o concorrentes políticos entre as famílias Tapety representada pelas cores amarelo e azul (fig. 104) e B. Sá representado pelo branco e azul (fig.105).

<sup>120</sup> FREITAS Jr. Oeiras. 27 de agosto de 2013. Disponível em: <http://flordepasso.blogspot.com.br/search?q=arquivo+silencioso>. Acesso em: 16.12.2017.

<sup>121</sup> AGAMBEN, Giorgio. O que é dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.; FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1987.; FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro Loyola 1996.



Figura 104 : Portal de Entrada da Cidade de Oeiras , 2008  
Fonte: PMO



Figura 105: Portal de entrada em 2011 Fonte: PMO

Desprende-se da análise da imagem que em se tratando da promoção do repertório cultural de Oeiras, os adversários políticos demarcam seus espaços com as cores, todavia não silenciam os “feitos” dos adversários. À exemplo da figura 104, o título “Monumento Histórico Nacional” é incluído no pórtico em meados da gestão municipal da Família B. Sá e conforme já mencionados o título foi resultado do projeto de Lei o deputado Tapety Jr em 1989. Dentro das disputas políticas, em Oeiras, a comunhão acontece como forma de reconhecimento e interesse no uso do patrimônio como elemento de enunciação, divulgação e venda de uma imagem do turismo cultural na cidade.

Não foram identificadas documentações que se referem a tais escolhas pelos gestores e empresas que tiveram a incumbência de construí-los, mas pela conjuntura que a cidade vivia no momento aqui registrado no ano de 2008 ( fig.104) o interesse se remete a propagandear a vocação religiosa, e, em 2011 ( fig. 105) tinha-se na cidade um movimento de ascensão do repertório patrimonial, à exemplo a atuação do Programa Monumenta dentre outros, e, assim ostentar o título Monumento Histórico Nacional interessava ao projeto do turismo cultural.



Figura 106: Logomarca da Câmara de Vereadores  
Fonte: Site da Câmara Municipal de Oeiras



Figura 107: Logomarca de uma gestão da PMO 2011- 2014  
Fonte: PMO

A consolidação do uso do repertório patrimonial se expressa em um regime visual, que passa pelos mais diversos suportes e intenções. O uso institucional se deu em logomarcas da Câmara Municipal e no slogan da gestão municipal conforme figuras acima. Também referenciado em material publicitário que assume o lugar de promoção do turismo cultural proporcionado principalmente pelos eventos religiosos.



Figura 108: Propaganda Oficial da Semana Santa em Oeiras - Fonte: PMO



Figura 109: Suvenir em Lamparina Fonte: Portal + Oeiras



Figura 110: Rotulagem "Capital da Fé" Fonte: Portal + Oeiras

Os bens culturais quando entrelaçados com o turismo podem contribuir para a geração de empregos, da cidadania cultural como, por exemplo, na "busca do lazer pela cultura". O turismo pode ainda contribuir para valorização do patrimônio, pois, mobiliza a manutenção de espaços de cultura, de memória e identidades. Os equipamentos culturais se constituem em bens públicos e a cidadania cultural diz respeito a questões pertinentes à preservação do patrimônio cultural quando se acrescenta o direito à memória.

Para Prats a aproximação entre turismo e patrimônio pode causar problemas identitários pelo uso do patrimônio devido ao baixo ou excessivo fluxo de visitantes, ou ainda

por sua banalização excessiva. A atividade turística pode não satisfazer as expectativas dos moradores ou dos turistas, ou pode desvirtuar a “sacralidade” do patrimônio. Acrescenta, o autor que todas estas variáveis negativas se relativizam quando existe a necessidade de explorar o patrimônio ativado. Essa ideia respeita a premissa do autor de que o patrimônio precisa, em primeiro lugar, ser referência identitária para a comunidade.<sup>122</sup>



Figure 111: Representação da Igreja N.S do Rosário  
Autor: Artesão Michelangelo Borges



Figura 112: Representação da Igreja N.S Conceição Autor:  
Artesão Michelangelo Borges



Figure 113: Suvenir Cofre Casa da Pólvora, Cofre da Capela de Passos, miniatura da Bileira de Poti dentre outros  
Autor: Artesão Michelangelo Borges

<sup>122</sup> PRATS, L. *La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias*. PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 58, p 72-80, maio 2006.

Com isso o turismo torna-se o meio de subsistência para muitas localidades, as quais por diferentes motivos fazem do patrimônio ativado fonte de renda.<sup>123</sup> Esse cenário remete às discussões acerca da memória como outra frente para abordar os elementos que constituem o processo de construção das identidades locais e sua articulação com o turismo. A própria promoção do turismo demonstra o alinhamento entre tempo e espaço, onde os lugares potenciais que o turista visitará, arquitetura histórica, monumentos, entre outros, não são simplesmente repositórios de outro tempo; eles sofrem, como denomina Ricoeur, o "trabalho da memória".<sup>124</sup>

O turismo mobilizado em Oeiras se vincula à pauta identitária e por se vincular ao turismo religioso que, por sua vez está diretamente associada a assuntos sensíveis de vínculo ao sagrado e ao universo familiar. Assim, a promoção turística foi formatada a partir de identidades locais selecionadas para esse fim. Nesse sentido, ao relacionar o movimento de promoção do turismo com a construção de identidades locais estamos referenciando a produção de narrativas memorialísticas e os suportes são os patrimônios ativados.

Diante do exposto, os patrimônios ativados no sítio histórico de Oeiras se referem a patrimônios consagrados pelas instituições IPHAN e Fundac, como também, bens culturais referenciados pelas comunidades não consagrados. Os bandolins de Oeiras constituem bem cultura segundo as denominações necessárias a inscrição no Livro de Formas de Expressão da salvaguarda federal:

[...] são formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade. Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade.<sup>125</sup>

O bandolim, instrumento com formato de pêra e musicalidade marcante, é personagem de uma história que atravessa gerações de Oeiras. O trabalho de cinco mulheres com a liderança de “Dona Petinha”, embalavam a cidade pelo som do chorinho. Com a morte de “Dona Petinha” foi criado o grupo “Novos Bandolins” e Escola de Bandolins “Dona Petinha”, que mobiliza o ensino de crianças e

---

<sup>123</sup>PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 58, p 72-80, maio 2006.

<sup>124</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

<sup>125</sup> Cf. IPHAN. Livro de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12.05.2021.

adolescentes instrumentistas creditando nas novas gerações a responsabilidade da vigência do bem. Em 2018 a Senadora Regina Sousa [PT- PI] propôs uma projeto de Lei no Senado que concede a Oeiras o título de “Capital Nacional dos Bandolins”<sup>126</sup>. A proposta destaca o protagonismo feminino em um cenário público negado às mulheres principalmente quando se pensa nas gerações que viveram o grupo fundador da tradição, atualmente o projeto aguarda sanção da presidência. Em 2005 cinco o grupo de mulheres receberam a “Ordem do Mérito Cultural”. Concedido pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, a cerimônia contou com a presença do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e Primeira-Dama Marisa Leticia da Silva. [fig.108] O grupo esteve ainda no Programa do Jô da Rede de Televisão Globo, que pele alcance nacional, mobilizou sentimento de pertencimento por parte da população local.



Figura 114: Frame Grupo Bandolins no Programa do Jô em 2008 Fonte: Globoplay



Figura 115: Ordem do Mérito Cultural Fonte: Carlos Rubem Reis, 2005

Assim como o grupo Bandolins, outros patrimônios não consagrados como as diversas procissões, Festa do Divino, Reisado do Canela, Grupos Congos, Terreiros de Umbanda dentre outros. Em sua maioria já foram objetos de políticas públicas, no entanto, patrimônios de natureza imaterial seguem sem a patrimonialização da união e do estado. A única exceção diz respeito a Procissão dos Passos que foi patrimonializado por ato do legislativo do legislativo estadual em 2021.<sup>127</sup> Neste sentido, conclui-se que mesmo dispendo de amplo repertório de

<sup>126</sup> Comissão aprova título de Capital Nacional dos Bandolins para Oeiras, no Piauí. Da Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/24/comissao-aprova-titulo-de-capital-nacional-dos-bandolins-para-oeiras-no-piaui>. Acesso em: 24/09/2021, 12h20.

<sup>127</sup> SÁ. Benedito de Carvalho. Projeto de Lei 113/2021. Declaração a Procissão dos Passos de Oeiras como Patrimônio Imaterial do Piauí. 2021.



patrimônios em Oeiras, o patrimônio dito “pedra e cal” continua sendo objeto, a priori, da consagração.

Por fim, a “Capital da Fé” na consolidação do repertório patrimonial passa a publicizar seus bens Culturais. A cidade foi envolvida por novas materialidades, construídas a partir do presente, onde espacialidades e temporalidades são reinventadas, ao passo que a memória se ajusta às necessidades de cada contexto. Essas preocupações são formas de ler os diversos meios pelos quais a cidade foi construída pelo patrimônio ativado regional e religioso.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma pesquisa histórica suscita reflexões e debates e não objetiva apresentar certezas e sentenças. O discurso histórico apresenta as condições necessárias para pautar e transpor debates. Aqui iremos retomar as questões que nos propomos e sintetizar as respostas possíveis que alcançamos ao longo do processo de pesquisa, entre a empiria e os debates agenciados, de modo a conectar o que cada capítulo nos permitiu saber e, assim construir um quadro possível acerca dos processos de patrimonialização em Oeiras.

A política de memória no Brasil tem início com a eleição da cidade de Ouro Preto e a atuação do Museu Nacional com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN). No entanto, a consolidação institucional se deu com a criação do SPHAN em 1937 e com o decreto nº25/de 1937 que instituiu o tombamento enquanto dispositivo protetivo. Foram 90 anos de experiências de articulações entre a União, estados, municípios, comunidades e o setor privado para dimensionar investimentos e ações na construção de uma rede de proteção e promoção dos patrimônios brasileiros, dentre as quais, identifica-se condutas questionáveis e outras experiências exitosas. Os começos de tal política pautaram-se na eleição e sensibilização através de uma retórica da perda de um acervo cultural representado principalmente por bens edificados considerados “excepcionais”, a arquitetura monumental e as cidades coloniais, concepção que permaneceu hegemônica pela maior parte da trajetória da salvaguarda no Brasil.

Ao tempo em que se edificava a política nacional de memória, a cidade de Oeiras, foi objeto dos projetos dinamizados por essa rede de proteção nacional, portanto, as patrimonializações em Oeiras remonta aos começos da ação nacional de salvaguarda. A definição da organização narrativa da tese se deu a partir da eleição dos “momentos de patrimonialização” vividos pela cidade de Oeiras, períodos de um número significativo de ativações patrimoniais que envolveram atuação da união, estado, município e a sociedade civil.

Os “momentos de patrimonialização” que dão conta das temporalidades abordadas na tese se referem aos períodos de maior incidência de ativações patrimoniais no sítio de Oeiras, reflexo dos quadros políticos que impulsionaram projetos de governos voltados para cultura e a memória por toda o Brasil, apontados pelos pesquisadores das políticas públicas no Brasil, são eles o Estado Novo de Vargas (1937 - 1956), os Governos Militares (1964 – 1985) e os

Governos petistas (2003 – 2016). Foram três (3) momentos da História brasileira que compreendem (2) duas ditaduras e um período democrático que se utilizam da cultura e do patrimônio para destacar pautas identitárias necessárias a condução de seus projetos políticos e ideário de desenvolvimento da Nação.

*O primeiro momento* da Política Nacional de Salvaguarda se deu a partir de 1937 com a constituição institucional do SPHAN e a condução Rodrigo Melo Franco de Andrade que perdurou até 1956. A longevidade do gestor garantiu a rotinização de uma conduta que protegeu aquilo que se entendia por Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir da ideia de uma “missão civilizadora” de reconhecimento e afirmação de uma identidade nacional, com valor estético, construído por um grupo de servidores públicos especialistas, vinculados à ótica modernista que elegeram o barroco brasileiro representativo da cultura nacional.

Assim, o estado brasileiro construiu uma noção de patrimônio cultural associada à eleição de bens representativos da História da Nação, cada patrimônio consagrado recebia um lugar de sentido dentro de uma narrativa da constituição histórica nacional. Os primeiros conjuntos históricos reconhecidos foram um exemplo do que se pretendia exaltar, como foi o caso da cidade de Ouro Preto onde o barroco e a colonização europeia serviram de parâmetro em face ao silenciamento dos processos e atores históricos que também eram testemunho da época, como os trabalhadores escravizados e seus espaços ocupados.

Nesse contexto tivemos em Oeiras um momento de modernização proporcionado pelo incremento da economia extrativista da cera de carnaúba associado ao discurso modernizante propagandeado à época pelo Estado Novo e pelos Interventores Federais nos estados. O espaço urbano se redefine e recebe aparelhos de cultura, saneamento e infraestrutura como melhorias em estradas, transporte aéreo, iluminação elétrica, logradoures públicos, prédios para abrigar mercados, sede da prefeitura, Cineteatro etc. Construções arquitetônicas pertencentes ao monumentalíssimo do Art' dèco que contribuem para forjar uma ideia de “renascimento” na cidade que se ressentia da perda da condição de sede administrativa no ano de 1852. Em suma, as obras de embelezamento atendem principalmente às elites para sustentar à ideia de renascimento.

Em meio ao contexto de renovação se inicia a patrimonialização em Oeiras, Paulo Thedim Barreto escolheu exemplares dentro dos parâmetros pretendidos, qual seja, o elogio da História da Colonização e da herança portuguesa e, assim, como por todo o Brasil, se deu pelo olhar de servidores públicos que se especializaram em eleger “patrimônio dignos da

memória nacional”. Neste sentido, a Igreja Nossa Senhora da Vitória e Palácio João Nepomuceno foram tombados pelo testemunho das origens coloniais considerados elementos construtivos exteriores as tradições e recursos locais, julgados à época inferiores por sua “pobreza estética” e ausência de “autenticidade”. Assim, os patrimônios consagrados não eram representativos da cultura daqueles que residia na região, mas exprimia o gosto e o padrão desejado pelo estado. No mesmo sentido, apesar de remontar à época do Império, a Ponte Grande sobre o Rio Mocha, foi patrimonializada, por materializar uma técnica construtiva portuguesa, a cantaria que assume o lugar de elogio à colonização.

Na ocasião de identificação dos bens pelo Piauí, Barreto disponibilizou recursos e orientações para pintura, reboco e pequenos reparos para manutenção dos bens, sem consulta prévia, os reparos geraram desentendimentos e revelou ao autoridade exercida por esses agentes públicos que se colocavam como falas autorizados pelo estado e que não estabeleciam diálogo e margem de negociação. A ação protetiva dos tombamentos ocorrido a partir do trabalho de identificação de Paulo Thedim Barreto tiveram caráter discricionários e na prática pareciam apenas títulos concedidos e não precedeu de ações de salvaguarda.

Concluimos que o momento foi fundante para a formação da ideia “Capital da Fé”, constrói-se um desejo memorialístico do valor histórico de Oeiras ao dotar o período de uma representação áurea e os usos do passado tem o patrimônio como suporte material.

*O segundo momento ou das políticas desenvolvimentistas* voltou-se para debate econômico dotando o patrimônio de um valor econômico. Durante a Ditadura Civil Militar (1964- 1985) diferentes governos empreenderam políticas culturais, elegeram a cultura e o patrimônio como forma de legitimação da Nação e da pauta desenvolvimentista, forjaram em diferentes frentes a ideia de “Brasil grande” compreendido a partir da narrativa de otimismo. A cidade de Oeiras é chamada através do turismo, assim, o patrimônio cultural foi eleito para respaldar as imagens de um Brasil pretendido, pela união e os agentes locais.

Na década de 1980 o debate conceitual assume um viés antropológico para políticas culturais como um todo, e as tipologias não assistidas pelo IPHAN foram englobadas às ações da Funarte e a Comissão Nacional do Folclore, que se voltam para cultura popular, ao artesanato e folclore. Os direcionamentos voltaram-se gradativamente à substituição da ideia de patrimônio histórico e artístico para a noção de bens culturais que, por sua vez, as ideias de “civilização” e “tradição” perde importância dando espaço as noções de “desenvolvimento” e “diversidade cultural”. É nos anos 1980 que se inicia o debate de preservação e as primeiras

discussões em relação às políticas públicas para o patrimônio. Portanto, podemos afirmar que para cidades, com patrimônio tombado no século XXI, é na década de 80 do século passado em que identificamos o início da busca de políticas para o patrimônio.

A pretensão de reconfiguração do trato com patrimônio levou às experiências tais como a do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste-PCH que inaugura o interesse pelo patrimônio, não somente por parte da união, também por governadores, prefeitos e sociedade Civil. A criação da Fundac significou na inserção estadual no acatamento que agiu em complemento ao IPHAN que salvaguardava aqueles entendidos por “bens de valor nacional” e a Fundac -Pi os bens de “valor regional”. A Execução do PCH- NE em Oeiras lamenta-se a não implantação do Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras-PI, resultou em rico material interpretativo do sítio histórico e materializou-se em restaurações de bens arquitetônicos.

A população de Oeiras foi representada principalmente pelos membros do IHO. Que através dos usos do passado e uma escrita militante na Revista do IHO reivindicaram certas memórias, como à adesão do Piauí ao processo de Independência dentre outras. O grupo se fez presente em diversos momentos desse segundo momento das patrimonializações, na articulação política junto ao Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso, piauiense, à frente do SEPLAN- PR para inclusão de Oeiras no PCH-NE; tiveram o Palacete Major Selemérico restaurado para sediar o IHO; conquistaram à restauração da Casa da Pólvora com recursos da prefeitura;

Concluimos que o momento consubstanciou, entre acertos e omissões, foi eficaz a ideia de um patrimônio a ser salvaguardado e diferentes agentes foram incluídos no debate de eleição do que preservar e as formas de explorar simbólica e economicamente.

*O terceiro momento* se referiu às primeiras décadas dos anos 2000 onde os governos Luís Inácio Lula Silva (2003- 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011- 2016) investiram no fortalecimento institucional do Ministério da Cultura e políticas culturais voltadas à formação de recursos humanos, realização de concursos públicos, infraestrutura, na destinação de recursos para os processos de inventários e tombamentos, na educação para o patrimônio, nas obras de restauração e em editais públicos que financiavam ações listadas em planos de desenvolvimento, como foi o caso do Plano Nacional do Patrimônio Imaterial- PNPI. Assim, como os demais momentos, também visavam uma construção identitária para o Brasil, e os

usos do passado, passou pela busca de um país culturalmente diverso, pretendido pelos quadros do Partido dos Trabalhadores - PT e suas relações com os movimentos sociais, culturas periféricas e afro-indígenas vínculos que remontavam ao período de fundação do partido à época redemocratização pós Ditadura – Civil Militar de 1964.

O movimento por uma cultura diversa levou a valorização de tipologias ainda não incluídas na política do IPHAN e que passaram a ser consagradas pelos inventários e registros ou objeto de ações fomentadas por editais do MinC. O patrimônio edificado foi contemplado pelos programas Monumenta e PAC- das Cidades Históricas, que também pensou os centros históricos como espaços de geração de emprego e renda, mas também lugares de fortalecimento identitário. No período Oeiras teve um Conjunto Histórico Paisagístico tombado abrangendo um extensa área representativa da História da Colonização e desenvolvimento urbano. Através do Monumenta e outros fundos de financiamento tiveram obras de infraestrutura e restauração, bem como, a promoção de bens imateriais como a Procissão dos Passos, Procissão do Fogaréu e Congos de Oeiras.

Concluimos que dada efervescência de ativações patrimoniais no momento, promovido principalmente pelo financiamento federal, Oeiras tem o repertório patrimonial consolidado, consubstanciado por um perímetro histórico acautelado, revitalizado, respaldado por narrativa histórica de legitimação e dotado de usos, sobretudo, expressões religiosas. Neste sentido, as atuações dos diversos agentes foram eficazes em firmar o repertório patrimonial e assegurar o título de “Capital da Fé”.

A partir dos três momentos em Oeiras, concluimos que, houve a concentração de esforços e recursos que dinamizaram o cenário patrimonial. No entanto, não reverberou em ações contínuas. O SPHAN em 1937 e se que consolida como saber especializado na condução das políticas de memórias teve sua ação condicionada aos interesses dos projeto políticos vigentes. No intervalos entres os momentos estudados tivemos governos que colocaram em xeque a importância da memória e esvaziaram as políticas de fomento. O momento que a política de memória não é lida como ameaça e sim, ferramenta, é reorientada e re significada com injeção de recursos. E assim, os usos políticos do passado se associa a política de governos e não se efetivam como políticas de estado que garantam a continuidade de ações prevencionistas. O caso de Oeiras é emblemático neste sentido, o sítio é acautelado nos momentos de destaque da política protetiva nacional, a despeito de adormecimentos nos intervalos.

Entretanto, apesar dos vazios na oferta de políticas protetivas, o caso específico de Oeiras, a partir de uma historicidade específica e uma vontade memórias local souberam conectar esses momentos de patrimonialização, apesar das distancias que os separam, de modos de preservar as percepções em torno de guarda desses patrimônio, a postura de elogio a esse patrimônio coube a cidade, diferente de outras, resistir com o ideário de preservação aos momentos de esquecimento por parte das políticas públicas, assim ao se forjar a “Capital da Fé” resistem para além da dependência às políticas públicas, encontrada na especificidade histórica da refundação da capital. À exemplo as cidade patrimonializados no Piauí, Parnaíba e Piracuruca, que diferente de Oeiras, não movimentam narrativas históricas e usos sociais das memórias e dos espaços para sustentar os bens culturais.

Assim, avalia-se que quando se coloca em xeque a lugar da memória e das pautas identitária que se esvaziam as políticas de fomento, enxergando nelas ameaças aos poderes instituídos; quando se enxerga oportunidades de afirmações, são reorientadas e ressignificadas para os usos políticos do passado.

Entendemos o sítio de histórico Oeiras como reflexo das ações de salvaguarda e de uma política de memória fragilizada e descontinuada, que apesar da institucionalização com a criação e permanência do SPHAN / IPHAN, a política em muitos momentos se deu pela concessão de títulos de “patrimônios brasileiros” na eleição e monumentalização através do tombamento, que uma ação protetiva continuada, os bens tombados ficavam protegidos juridicamente, todavia, a conservação preventiva não existia e as restaurações se davam em momentos emergenciais ou pontais através de programas específicos, caracterizou -se muito mais em políticas de governo do que políticas de estado. Ressalva-se que não se trata de uma crítica à instituição, mas a limitação do espectro de sua atuação limitada à vontade política as trocas de mando e hierarquias institucionais. Não se dispunha de corpo técnico e recursos permanentes capazes de suprimir as atribuições de identificação, estudos, processos de tombamento, fiscalização, ações de conservação e restauro. Neste sentido, as ações de patrimonialização centraram-se em “momentos” que conjuntura política permitiu, as políticas de governo vigentes através de seus projetos de poder e maneiras de “durar” viam no patrimônio o potencial necessário às afirmações identitárias e alinhamentos ideológicos. A ação de conservação se constituiu um campo do estado e os espaços dotados de interesse público notório poucos usufruíram de iniciativas de financiamento particulares, bem como, incapazes de autogestão de recursos para conservações dos bens. À dependência ao estado se

aplica à maioria dos bens culturais brasileiros em maior proporção em cidades de menor circulação de recursos.

Depois de retomar os caminhos construídos em nossa narrativa cabe pontuar como a tese colige caminhos para novas pesquisas. Os bens culturais em Oeiras demandam estudos particulares de bens culturais patrimonializados e não patrimonializados, que não sendo o objeto de análise da presente tese, não se pôde realizar em exames que descortinasse suas individualizações, mas somente tomá-los como parte de um conjunto. Merecem lentes de aumento, sobretudo, quando se pensa em avaliar os sentidos impressos nos patrimônios, em seus detentores e seus usos. Ressalta-se ainda que se faz necessário um olhar que fuja dos exercícios descritivos e adjetivações elogiosas e procure apontar as fissuras a fim de contribuir para subsidiar ressignificações no discurso histórico.

A partir do caso de Oeiras podemos identificar a narrativa de exclusão expressa na lista de bens patrimonializados que atendem a narrativa de colonização católica. Oeiras é “Capital da Fé católica” segundo o patrimônio consagrado. No entanto, a Capital é de outras Fé, como as inúmeros terreiros de Umbanda localizado nas periferias da cidade silenciados pelas estatísticas. Nesse sentido cabe pesquisas que debrucem para acurada análise do lugar ocupado pelas religiões de matriz africana, sobretudo, em lugares marcados pelos hegemonia católica.

Em se tratando do debate étnico racial, cabe destaque para pesquisas futuras, o movimento de afirmação racial do Bairro Rosário que possui peculiar trajetória que passa pela existência do Grupo Congos, as Comunidades Eclesiais de Base, Grupo de Consciência Negra e Pontos de Cultura.

Por fim, acreditamos que a tese é um contributo ao debate historiográfico para que se pense como diferentes cidades, comunidades e contextos viveram e reagiram às políticas de memória do estado brasileiro; como responderam as ativações patrimoniais a partir de suas especificidades locais.



## REFERÊNCIAS

### Bibliográficas e Fontes

ABREU. Capistrano. *Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. O que é dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.; FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1987.; FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro Loyola 1996.

AMBULANTES DE OEIRAS PI RECLAMAM DA TRANSFERÊNCIA DOS FEIRANTES PARA O NOVO MERCADO DE OEIRAS. Disponível em: <https://www.blogdoleandrosantos.com/2016/06/ambulantes-de-oeiras-pi-reclamam-da.html>. Acesso em: 06.06.2021.

Anais II Encontro de Governadores. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais\\_II\\_Encontro\\_Governadores%201971.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais_II_Encontro_Governadores%201971.pdf)>. Acesso em 07.07.2020.

ANDRADE Alenuska; LIMA, Ariane. Relatório Preliminar do Inventário Nacional de Referência Cultural do Planalto Piauí. 2013. As atividades de pesquisa e inventariamento demonstraram a reivindicação e exigência das comunidades quilombolas de uma metodologia participativa.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945* Lélia Coelho Frota (Ed.). Brasília: MEC-Sphan, 1981.

ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro*. n. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001. p.131.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998. pp. 9-34.

ATA DO DIRETÓRIO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (1938-1939). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

BACELLAR, Carlos. Fonte Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.p.66.

BARRETO, P. Thedim. *O Piauí e sua arquitetura*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 2, Rio de Janeiro, 1938.

BARRETO, Paulo T. Ponte sobre o Rio Mocha. In: *INVENTÁRIO OEIRAS*. Programa Pró-Memória e Monumento Nacional. Julho / agosto de 1983. Acervo digitalizado do Arquivo Nacional do IPHAN no Rio de Janeiro. Trata-se de um documento manuscrito e com trechos ilegíveis.

BARROS, Elimar de. Mimesis em Malhadinha, de José Expedito do Rêgo: representação irônica de um sistema social em decadência. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Piauí

BARROSO, Gustavo. Relatório sobre as atividades do Museu Histórico Nacional, emitido para o Ministro da Educação e Saúde, 1933, p. 2. In: BRASIL, Museu Histórico Nacional, Setor de Apoio Administrativo. Catálogo Geral, AS/DG.

BIANCHI, Leila. Estado, Turismo, Cultura e Desenvolvimento: Organização Empresarial E A Construção Do Consenso Sobre A Importância Do Turismo Para O Brasil (1966-1988). Disponível em <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-LEILA.pdf>. Acesso em 25.05.2022.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar. 2001. p.56

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para reflexão crítica sobre a ideia de região. In: \_\_\_\_\_. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.107-132.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: As condições sociais da Eficácia do Discurso Oficial. In: \_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.p.85-96.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, p.166.

BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006.

BOURDIEU. Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BRASIL, Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 24.05.2021.

BRASIL, Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências... Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3551-4-agosto-2000-359378-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21.06.2020;

BRASIL. Decreto Federal nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso: 21.09.2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Biografia do deputado Tapety Júnior. Consultado em 07 de junho de 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15 abril. 2021.

BRASIL. Decreto 7.745/1989 de 30.03.1989. Eleva a Cidade de Oeiras – PI, a condição de Monumento Nacional.

BRASIL. DECRETO Nº 6.226, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007. Institui o Programa Mais Cultura. Revogado pelo Decreto nº 10.473/2020 conhecido como “revogaço” no ano de 2020 pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro. Um conjunto de uma série de revogações durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro ( 2019- )

BRASIL. DECRETO Nº 6.226, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007. Institui o Programa Mais Cultura.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 22.928, de 12/07/1933, que declarou a cidade de Ouro Preto Monumento Nacional.1933.

*BRASIL.* Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 10.05.2017.

BRASIL. Lei nº .7505 de julho de 02.07.1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

Brasil. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. \_ Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.;

Brasil. Ministério da Cultura. Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

*BRASIL.* MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura Departamento de Documentação e Divulgação. MEC. Brasília, DF, 1975

BRASIL.DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm). Acesso em 13.09.2020;

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p.137-156, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58>. p.137-156.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio Janeiro: FGV, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Raimundo Wall Ferraz [Relatoria] In: TAPEY JR, José Nogueira. Projeto de Lei nº 1322/1983. Lote: 58 C: 46, p.26.

CANCLINI, N.G. Definiciones em transición. In: MATA, D. (Org.) Cultura, política y sociedade. Perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires: CLACSO (Consejo latinoamericano de ciências sociais), 2005.p.65

CANCLINI, Néstor García. Patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n, 23, 94-115.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.p.158-159.

CARALHO JR. D. Tempo de Oeiras. In: Revista do IHO, nº 02. 1980, p.9.

CARALHO JR. D. Tempo de Oeiras. In: Revista do IHO, nº 02.1980, p.9

CARVALHO A, Oeiras e o seu Instituto Histórico. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 03, 1980.p.25

CARVALHO JR, D. Oeirensidade. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 03, 1980. p. 14.

CARVALHO JR, D. Discurso. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 01, 1978.p.09

CARVALHO JR, D. Noticiário. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 02, 1979. p.12

CARVALHO JR, D. O tempo de Oeiras. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 02, 1979. p.9-10.

CARVALHO JR, D. O tempo de Oeiras. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979. p. 14.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto Ferreira de. Patrimônio: A Catedral de Oeiras (1679 – 1989) Sinopse Histórica. In: *Revista Presença*, Teresina - Piauí, nº 6, p. 40-42, 1983.

CARVALHO, Elmar. Noturno de Oeiras. In: *Jornal de Poesia*. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/elcarvalho.html#noturno>>. Acesso em: 18.01.2019.

CASTELHO BRANCO, Pedro Vilarinho. O Visconde da Parnaíba e a Construção da Ordem Imperial na Província do Piauí. In: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 38, p. 205-230, Jul-Dez, 2020.

CASTRO, Chico. *A Coluna Prestes no Piauí: a república do vintém*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura 1930- 1960*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2006.

CAVALCANTI, Maria Laura V. de C; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e políticas Estaduais*. Brasília: UNESCO, ECDUCRATE, 2008.

Centro odontológico de Oeiras recebe nome do cirurgião-dentista Costa Machado. Disponível em: Maisoerias.com.br. Acesso em: 01.11.2020.

CERTEAU, M. de. A Economia Escriturística. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 4. ed. rd. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.p.224.

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHAVES, Joaquim. Mudanças da Capital. In: *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013, p. 25

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.p.11.

CHUVA, Márcia Regina. Por uma história da noção de patrimônio cultural do Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, p.149, 2012.

CHUVA, Márcia Regina. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (1930 – 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.p.84.

CIDADE VERDE. IPHAN tomba Oeiras e Piracuruca como Patrimônio Cultural Brasileiro, 2012. Disponível em:<https://cidadeverde.com/noticias/92961/iphan-tomba-oeiras-e-piracuruca-como-patrimonio-cultural-brasileiro>. Acesso: 18 de junho de 2017.

CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.III – Registro fotográficos.

CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.I.1976,

CLAP. Plano de Preservação Ambiental e Urbana de Oeiras e Plano Micro- Urbanístico de Preservação e Restauração da Praça da Vitória – Oeiras- PI. Vol.II.1976.

Comissão aprova título de Capital Nacional dos Bandolins para Oeiras, no Piauí. Da Agência Senado. Disponível

em:<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/24/comissao-aprova-titulo-de-capital-nacional-dos-bandolins-para-oeiras-no-piaui>. Acesso em: 24/09/2021, 12h20.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA (1970) - 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. In: IPHAN

COMPROMISSO DE SALVADOR (1971) – II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Brasil - Ministério da Educação e Cultural – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: IPHAN – Caderno de Documentos nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

CONSELHO ARQUITETURA E URBANISMO - CAU- PI. Confira a lista de patrimônios tombados pelo IPHAN no Piauí. Disponível em: <https://www.caupi.gov.br/?p=4281>. Acesso em 08.05.2019.

CONSELHO DA EUROPA. Convenção Europeia de Paisagem. Florença 20 de outubro de 2000; Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>. Acesso em 25.11.2020.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/WzrrzCqrrwcG3X5BgR8MbVFb/?lang=pt>.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

CORTES, M. D. F. Valorização e Identificação de padronagens de Ladrilhos Hidráulicos de 1920 a 1940, Período da Art Déco Brasileiro, Presentes em prédios e casas do Centro Histórico Santa Maria \ RS. 153f. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

D'ALANCASTRE, Jose Pereira. 1857. “Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 20 (1): 6-57.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. In: NASCIMENTO, Francisco A. do; VAINFAS, R. *História e Historiografia*. Recife: Bagaço, p. 71-95, 2006

DIOGO, Erica (org) *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília\DF: Iphan\Programa Monumenta, 2009.

Discurso de posse do ministro da cultura Gilberto Gil. Disponível: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FMidia-e-Redes-Sociais%2FIntegra-do-discurso-de-posse-do-ministro-da-cultura-Gilberto-Gil%2F12%2F5623>. Acesso: 04.01.2020. (Grifos nossos)

DOSSE, François. O telos: da Providência ao Progresso da Razão. In: \_\_\_\_\_. *A História*. Bauru, SP:EDUSC, 2003.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência de preservação urbana no Brasil. Revista CPC, São Paulo, n.10, p.49-88, 2010. Disponível em: [www.revistas.usp.br/cpc](http://www.revistas.usp.br/cpc). Acesso em 19 de jan. de 2015.;

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles [org. Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat\\_memoriaspatrimonio\\_entrevistasilvatelles\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat_memoriaspatrimonio_entrevistasilvatelles_m.pdf). Acesso: 02.02.2020.

Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles [org. Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat\\_memoriaspatrimonio\\_entrevistasilvatelles\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat_memoriaspatrimonio_entrevistasilvatelles_m.pdf). Acesso: 02.02.2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. Entrevista. In: *Vox Musei: Arte e patrimônio*. Ano 1, v. 1, n. 2, jul-dez. 2016.

FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil*. 4ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017

Fonseca, Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

FONSECA, Cecilia Londres. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio Inventário nacional de referências culturais In: IPHAN. INRC. Manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.p.59.

FONTINELES, C. C. da S. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 13, n. 33, p. e0210, 2021.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

FREITAS Jr. Oeiras. 27 de agosto de 2013. Disponível em: <http://flordepasso.blogspot.com.br/search?q=arquivo+silencioso>. Acesso em: 16.12.2017.

FREITAS JÚNIOR, Pedro Dias de. Pensão Portela em Ruínas. 2011. Disponível em: <[http://flordepasso.blogspot.com.br/2011\\_01\\_19\\_archive.html](http://flordepasso.blogspot.com.br/2011_01_19_archive.html)>. Acesso em: 14 out. 2017.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 4 São Paulo: Atual, 2002.

FUNDAC-PI. Igreja do Rosário: Proposta de Tombamento. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.files.wordpress.com/2012/08/processo-de-tombamento-igreja-do-rosario-oeiras.pdf>.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, J.R.S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GOVERNO DO ESTADO INICIA RESTAURAÇÃO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE OEIRAS. Disponível em <https://www.meionorte.com/pi/cidades/oeiras/governo-do-estado-inicia-restauracao-do-museu-de-arte-sacra-de-oeiras-170862>. Acesso em 12.05.2022

GRIJÓ, Luiz Alberto. A Elite do Partido Republicano se apropria da Revolução. In: *História Unisinos*. Jan./abril, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In.: CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 85-102. \_\_\_\_\_. A Elite do Partido Republicano se apropria da Revolução. In: *História Unisinos*. Jan./abril, 2010.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. Acesso: 21.06.2020; e projeto institucional.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

GUIMARÃES, M.S. “Nação e Civilização nos Trópicos”. In: *Estudos Históricos*, N.1, 1988.

GUIMARÃES, H. Oeiras de Nossa Senhora da Vitória. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 03, 1980.p.71-74.



HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil (1936) - 27a edição; São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE, Censo Demográfico 1970. (PDF). Rio de Janeiro. Consultado em 8 de novembro de 2020.

II COMOS, Carta de Veneza, Veneza, 1964.

*INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*. RESOLUÇÃO nº 001, de 03 de agosto de 2006.

*INVENTÁRIO OEIRAS*. Programa Pró-Memória e Monumento Nacional. Julho / Agosto de 1983. Acervo digitalizado do Arquivo Nacional do IPHAN no Rio de Janeiro.

*INVENTÁRIO PIAUÍ*. Entrevista sobre a Restauração da Igreja N.S. Vitória. In: Programa Pró-Memória e Monumento Nacional. Julho / agosto de 1983. Acervo digitalizado do Arquivo Nacional do IPHAN no Rio de Janeiro.

*IPHAN*, Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras: dossiê de tombamento. Teresina, dez.2006.

*IPHAN*. Portaria nº 127 de 30/04/2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. 2009.

*IPHAN*. Dossiê de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras. Processo: 1602-T. Teresina, 2009.

*IPHAN*. Dossiê de tombamento. Cidades Históricas do Piauí testemunhas da Ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca.

IPHAN. INRC. Manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. Linhas de Ação. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/857/>. Acesso em 12.05.2021.

IPHAN. Livro de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12.05.2021.

IPHAN. Livro de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em 12.05.2021.

*IPHAN*. Manual de Conservação de Cantarias. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads v/publicação/Man\\_ConservacaoCantarias\\_2edicao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/v/publicação/Man_ConservacaoCantarias_2edicao_m.pdf). Acesso em 05.07.2019.

IPHAN. Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006.

IPHAN: 80 ANOS DE HISTÓRIAS E AVANÇOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3574/iphan-80-anos-de-historia-e-avancos>. Acesso: 05.04.2021.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC – Rio, 2006.

LAVINAS, Laís Villela. Um animal político na cultura brasileira: Aloísio de Magalhães e o campo do Patrimônio Cultural no Brasil (Anos 1966-1982).223f.2014. *Dissertação* (Mestrado em História) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p.545.

LEAL, Sarah Floresta. PAC - Cidades Históricas: implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação. 193 f. *DISSERTAÇÃO* (mestrado) Universidade Federal do Minas Gerais, 2017.

LEGEN, Johan van. *Manual do arquiteto descalço*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

LEI 1347 de 15 de setembro de 1987. Cria o Conselho Municipal de Cultura de Oeiras. Acervo: Prefeitura Municipal de Oeiras, 2021.

LEI 486, publicada em 13 de setembro de 1859, que aprovou o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Oeiras. Acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso 10.10.2020.

LIMA, A. S. Por entre rezas e procissões: a celebração em louvor ao Senhor Bom Jesus dos Passos (1859-2012). 2013, 200f. *Dissertação* (Mestrado em História) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. Desafios Jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos pontos de cultura no estado de São Paulo. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em Filosofia). 322p.Universidade de São Paulo. 2013,

LIMA, Rodrigo Marley de Queiroz. “Do alforje da memória”: Possidônio Queiroz, Oeiras e as narrativas de si.2017. 158 f. *Dissertação* (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

LIMA, S. L de; CARVALHO, V. C. de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; De Luca, Tania Regina. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto,2012.

LIVRO DE REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (1933-1942). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. Estâncias e fazendas: uma contribuição ao estudo da arquitetura tradicional riograndense. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 071.05, Vitruvius, abr. 2006

Disponível em :<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.071/363>>. Acesso em 04.10.2020.

MACHADO, Raimundo Costa. Labaredas. Oeiras/PI: *O Cometa*, ano 1, n. 1 mar. 1971.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>.

MEC. Política Nacional de Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF, 1975.; MEC. Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural. Brasília, DF, 1981.

MENDES. Patrícia. Monumenta estimula a sustentabilidade em Oeiras [2011]. *Jornal Meio Norte*. Disponível em <https://www.meionorte.com/pi/cidades/oeiras/monumenta-estimula-a-sustentabilidade-em-oeiras-174830>. Acesso em 09.06.2021.

MERCADO VELHO DE OEIRAS SERÁ TRANSFORMADO EM NOVO CENTRO CULTURAL. Disponível em: <https://180graus.com/oeiras/mercado-velho-de-oeiras-sera-transformado-em-novo-centro-cultural>. Acesso em 06.06.2021.

MICELI, Sergio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”. São Paulo: Difel, 1979.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centro Cultural do Ministério da Saúde Esculápio, o deus da Medicina. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/noticias/esculapio-o-deus-da-medicina>. Acesso: 04.12. 2020.

MITIDEIRO JUNIOR. Marco Antônio. A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação na luta pela Terra e a atuação da comissão pastoral da Terra no estado da Paraíba. 500f. *Tese* (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo. 2008

MONTE, Regianny Lima. *Vidas incertas: o processo de modernização e segregação urbana em Teresina na década de 1970*. Teresina: Instituto Federal do Piauí-Campus Teresina Zona Sul, 2017.

MONUMENTA ESTIMULA A SUSTENTABILIDADE EM OEIRAS. Disponível: <https://www.meionorte.com/pi/cidades/oeiras/monumenta-estimula-a-sustentabilidade-em-oeiras-174830>. Acesso: 12.05.2021.

MOTTA, Lia. *O SPHAN e Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 22. p.108-122, 1987.p.108.

MOURA, Iara Guerra Miranda. *Historiografia Piauiense: Relações entre escrita histórica e instituições políticos-culturais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.p.173 - 251.

MOURA, Francisco Miguel de. Pequena História de um Grande Conselho. In: Revista Presença. Órgão do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Estadual de Cultura e do Desporto, Ano XIII –26, Teresina, 1999.

NASCIMENTO, Flavia Brito do. Arquitetos Modernistas. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

NEGREIROS, Valério Rosa de. Nas Redes Intelectuais e Políticas Culturais do Folclore ou de Como Nôe se tornou Folclorista. In: NEGREIROS, Valério Rosa de. Por uma Cultura Integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. 217.f *DISSERTAÇÃO* (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2016.

NEGREIROS, Valério Rosa. “Varar o Território de Ponta a Ponta”: Atlas Folclórico do Brasil, Projeto Rondon e as Políticas de Integração Cultural. 275f. *Tese* (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói -RJ, 2020.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28

NOTICIÁRIO. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979. p. 11

NOVO MERCADO MUNICIPAL DE OEIRAS ENTRA EM FUNCIONAMENTO NO INÍCIO DE MARÇO. Disponível em: <https://maioeiras.com.br/noticias/economia/novo-mercado-municipal-de-oeiras-entra-em-funcionamento-no-inicio-de-marco/>. Acesso em 06.06.2021.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí: Pré-história*. Primórdios da Colonização e ausência do governo. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007, p.109-133.

O COMETA, Oeiras n. 04, p. 10 de jan. 1974. p. 00.

O DIA DE OEIRAS. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979. p. 15

O DIA DE OEIRAS. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979. p. 27.

O DIA DE OEIRAS. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 02, 1979.p. 25.

OEA. Norma de Quito. Quito: 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. > Acesso em: 28.07.2020.

Oeiras (Pi) <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/353/>.

OEIRAS. Ata do Diretório de Geografia e Estatística da Prefeitura Municipal de Oeiras (1938-1939). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras; \_\_\_\_\_. Livro de Registro de Correspondências da Prefeitura Municipal de Oeiras (1933-1942). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras; \_\_\_\_\_. Livro de Decretos e Leis da Prefeitura Municipal de Oeiras (1937-1945). Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras.

OEIRAS. Código de Postura do Município de Oeiras 1941.

OEIRAS. Lei nº 1. 135 de agosto de 1979. Institui a data 26 de dezembro como dia da emancipação política de Oeiras.

OEIRAS. LEI nº 1.034 de 12 de março de 1976. Confere ao Dr. Raimundo Costa Machado o título de cidadão oeirense. Disponível em: <https://www.oeiras.pi.leg.br/leis/lei-municipal/lei-1-034-de-12-03-1976.pdf>. Acesso em: 05. 12. 2010. (Grifos nossos)

OEIRAS. Lei 1819 de 22 de março de 2017. Dispõe sobre a denominação de prédio público e dá outras providências.

OLIVEIRA. Anderson Jose machado. *Devoção Negra: Santos pretos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quarter: FAPERJ, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. *Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEDRAZANI, Viviane. Patrimônio Cultural de Teresina: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. 138f. *Dissertação* (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, 2005.

PIAUÍ. Decreto 2.967-A de 29 de julho de 1978.

PIAUÍ. Diário Oficial do Estado. Teresina, nº 59, p. 02, 04 de abril de 1975

PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, nº 33, p.05, 25 de fevereiro de 1975.

Piauí. Histórico PIEMTUR. Disponível: <https://turismo.pi.gov.br/sobre-a-setur>. Acesso em 24.05.2020.

PIAUÍ. LEI 486, publicada em 13 de setembro de 1859, que aprovou o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Oeiras. Acervo do Arquivo Público do Piauí.

PIAUÍ. Lei nº 3.742 de 02 de julho de 1980 DIÁRIO Oficial do Estado do Piauí, nº 128, p.01, 09/07/1980)

PIAUÍ. Lei nº 6259 de 27 de agosto de 2012 declara o município de Oeiras como a capital da fé. In: Diário Oficial do Estado do Piauí: seção 3, Teresina, PI, ano 139, n. 161, p. 1-74, 27 agosto 2012. 27/08/2012 nº 161. pág. 3.

PIAUÍ. Processo de Tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário. 1986. Disponível: <https://crcfundacpiauui.wordpress.com/2012/08/08/proposta-de-tombamento-da-igreja-do-rosario-oeiras/>

PIAUÍ. Relatório de governo apresentado a Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1941.

PIAUÍ. DIÁRIO Oficial do Estado do Piauí, nº118, p.02, 07/07/1975,

PINHEIRO, Áurea da Paz.; MOURA, Cassia.; MACHADO, Douglas. Sinopse. In: PINHEIRO, Áurea da Paz.; MOURA, Cassia.; MACHADO, Douglas. Passos de Oeiras. *Documentário Etnográfico*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro/Minc/IPHAN/Petrobrás, 2008

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. *Celebrações*. Teresina: Educar artes e ofícios, 2009.p. 96.

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. Congos: ritmo e devoção. *Documentário Etnográfico*. Teresina: Educar artes e ofícios, 2009.

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. História oral, filme documentário e etnografia escrita. Disponível em <http://encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anis/3/1340419914arquivotextohistoriaoralrj2012pdf> Acesso em 20/10/2014. PINHEIRO, Áurea e MOURA, Cássia. Cultura, religião e cinema documentário. In: XI Congresso Luso Afrobrasileiros de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador: UFBA, 2011.

PMO. Posse do Conselho de Cultura de Oeiras. Disponível em: <http://oeiras.pi.gov.br/02/08/2018/prefeito-empossa-novos-membros-do-conselho-municipal-de-cultura-em-oeiras/>. Acesso: em 15.04. 2021; I Fórum Virtual de Discussão do Plano Municipal de Cultura de Oeiras. Disponível em:<https://oeiras.pi.gov.br/02/08/2021/i-forum-virtual-de-discussao-do-plano-municipal-de-cultura-de-oeiras/>. Acesso: em 2 de agosto de 2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10,1992. Fundação Getúlio Vargas.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1989.p.15

PONTOS DE CULTURA - REDE CULTURA VIVA. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/pontos-de-cultura>. Acesso. 20.05.2020.

PONTOS DE CULTURA DO PIAUÍ RECEBEM KITS MULTIMÍDIA. Disponível em :<http://www.cultura.pi.gov.br/secretaria-faz-mapeamento-dos-pontos-de-cultura-do-piaui/>. Acesso em 20.05. 20

Portaria IPHAN nº 209 de 28 de abril de 2004. Aprova as áreas de atuação das Superintendências Regionais do IPHAN. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_IPHAN\\_n\\_209\\_de\\_28.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_IPHAN_n_209_de_28.pdf)>. Acesso: 15.04.2021.

POZZER, Marcio Rogério Olivato. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e as políticas públicas de patrimônio cultural para as cidades latino-americanas no século XXI. *Amerika*, v. 9, p. 20, 2013. Disponível em:<https://journals.openedition.org/amerika/4411>. Acesso em: 01 de abr. de 2014.

PRATS, L. *La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias*. PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 58, p 72-80, maio 2006.

PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A, 1997, p.19-20

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, n. 27, p. 63-76. 1998.

PREFEITO LUKANO SÁ FAZ VISITA TÉCNICA À OBRA DO MERCADO PÚBLICO DE OEIRAS. <https://oeiras.pi.gov.br/02/03/2015/prefeito-lukano-sa-faz-visita-tecnica-a-obra-do-mercado-publico-de-oeiras/>.

PROGRAMA MONUMENTA ENTREGA OBRA RESTAURADA EM OEIRAS – PI. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2698/programa-monumenta-entrega-obra-restaurada-em-oeiras-%E2%80%93-pi>. Acesso em 08.06.2021.

QUEIROZ, Possidônio Nunes de. Oeiras, seu passado, pleno de glórias: o presente cheio de realizações úteis. In: *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 16. 1999, p.155.

QUEIROZ, Possidônio. Aparece um Jornal em Oeiras. *Jornal "O Cometa"*. Março de 1971.

QUEIROZ, Possidônio. Crônica Social. Oeiras/PI: *O Cometa*, ano 1, n. 1 mar. 1971. p..04

QUEIROZ, Possidônio. História de Oeiras. Oeiras/PI: *O Cometa*, ano 1, n. 1 mar. 1971.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Imagens de Oeiras. In: \_\_\_\_\_. *Do Singular ao Plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006.p.55-63.;

QUEIROZ, Teresinha. *A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí: 1900 – 1920*. Teresina: UFPI /APL, 1994.

QUEIROZ, Possidônio. Luiz Carlos Prestes. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 09, 1987. p. 36.

REGO, Expedito *apud* RUBENS, Carlos. *O Tesouro Provincial*. Disponível em: < <https://maioeiras.com.br/noticias/o-tesouro-provincial-por-carlos-rubem/>>. Acesso em 10.06.2018.

RÊGO, José Expedito C. Vaqueiro e visconde: biografia romanceada de Manuel de Sousa Martins. Teresina: [s.n.], 1986. \_\_\_\_\_. Malhadinha. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda., 1990 (grifos nossos)

RÊGO, José Expedito. Pílulas Anticoncepcionais. Oeiras/PI: *O Cometa*, ano 2, n. 2 mar. 1971.

REGO. E.C Discurso. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 01, 1978, 31.

REGO. E.C Discurso. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 01, 1978,14.

REGO, Júnia Motta Antonaccio do. *Dos Sertões aos Mares: História do Comércio e dos Comerciantes de Parnaíba (1700 a 1950)* 291f. *Tese* (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

REIS FLHO, A. D; RIDENITT, M.; MOTTA, R. P. S. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio Janeiro. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Gutemberg C. *Joga o Barro na Parede: uma canção de amor e paz*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.;

ROCHA, Zulene de Holanda. *Modernização e ressignificação: as contradições na formação do espaço urbano oeirense. (1900- 1945)*. 145f. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador : Edufba, 2010.

SÁ, Benedito de Carvalho. Projeto de Lei 113/2021. Declaração a Procissão dos Passos de Oeiras como Patrimônio Imaterial do Piauí. 2021.

SALES JR, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 2. São Paulo, novembro, 2006, 229-258

SALVADOR, Sabrina Carmin. *As edificações Art Déco na paisagem urbana: um estudo de caso em Criciúma-SC*. 2012. 138f. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTANA, Márcia. *Da cidade -monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil 1937 a 1990*.1995. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995, p. 170 -171.

SANTOS, Agnelo Pereira Dos. *Ecos da Modernidade em Oeiras (PI): O Passeio Dr. Leônidas Melo e Seu Conjunto Arquitetônico (1937-1945)*.138f. *Dissertação* (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, 2011.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

SECRETARIA FAZ MAPEAMENTO DOS PONTOS DE CULTURA DO PIAUÍ. Disponível: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2015/7/26/secretaria-faz-mapeamento-dos-pontos-de-cultura-do-piaui-379129.html>. Acesso em: 09.06.2021.



SECULT. Coordenação de Registro e Conservação - CRC. Listas de bens Tombados e registrados do Piauí, agosto de 2018. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.files.wordpress.com/2012/09/bens-tombados2.pdf>; Acesso em 10.01.2021.

SILVA, F.S.A; LIMA, R.M.Q. *Possidônio Queiroz: um homem a ser escutado*. Oeiras: Instituto Barros de Ensino, 2010.

SILVA, Frederico A. Barbosa da.; ARAÚJO, Herton Ellery . *Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania*. Silva, Araújo: organizadores. - Brasília : Ipea, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, Valéria. Memória UESPI: Possidônio Queiroz, o amante das artes. 17 setembro de 2017. Disponível em: <https://www.uespi.br/site/?p=105403>. Acesso: 04.10.2020.

TAPETY, Audrey Freitas. *O vaqueiro no Piauí: Representações e práticas socioculturais (1960 – 2000)*. 116p. *DISSERTAÇÃO* (Mestrado). Universidade Federal do Piauí, 2007.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2012 [1992]. ‘

UNESCO. CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por)>. Acesso em: 10.06.2017.

VIANA JR. Francisco. Centro odontológico de Oeiras recebe nome do cirurgião-dentista Costa Machado. Disponível em: Centro odontológico de Oeiras recebe nome do cirurgião-dentista Costa Machado - Mais Oeiras. Acesso em: 1.11.2020. (grifos nossos)

VIANNA Jr. Francisco. *Exposição Costa Machado: Reminiscências de Afeto e Ofício*.2017